

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA  
— IBESP —

COMISSÃO EXECUTIVA

Helio Jaguaribe, *Secretário Geral* — Ewaldo Correia Lima —  
Guerreiro Ramos — Roland Corbisier — Romulo Almeida

## CADERNOS DO NOSSO TEMPO

REVISTA DE CULTURA E INFORMAÇÃO POLÍTICA

DIREÇÃO

Helio Jaguaribe, *Diretor* — Ewaldo Correia Lima, *Redator Chefe*  
— Carlos Luiz de Andrade, *Secretário*

CONSELHO DE REDAÇÃO

Candido Antonio Mendes de Almeida, Carlos Luiz de Andrade,  
Ewaldo Correia Lima, Fabio Breves, Guerreiro Ramos, Helio  
Jaguaribe, Ignacio Rangel, Israel Klabin, J. P. de Almeida Ma-  
galhães, José Ribeiro de Lira, Heitor Lima Rocha, Moacir Felix  
de Oliveira, Oscar Lourenzo Fernandez, Roland Corbisier,  
Romulo Almeida

Assinatura (4 números):

Brasil — Cr\$ 100,00  
Exterior — US\$ 4,00  
Assinatura de apôio — Cr\$ 500,00  
Assinatura de ajuda — Cr\$ 2.000,00  
Número avulso — Cr\$ 30,00

Administração: Rua do Ouvidor, 50 — 11.º andar, Tel. 23-6227

DISTRIBUIDOR GERAL

EDITORIAL ANDES LTDA. — Largo da Carioca, 11 — 2.º —

Tel.: 42-2741 — End. Telegr.: Selesportivas — Caixa Postal 4318

— RIO DE JANEIRO —

# CADERNOS DO NOSSO TEMPO

MARCA REGISTRADA NO D.N.P.I., SOB O N.º 151.921

1955

JANEIRO-MARÇO

N.º 3

## O GOLPE DE AGOSTO

*Antecedência do processo*

A deposição do Presidente Vargas, na madrugada do dia 24 de agosto, está ligada, por suas causas e por seu sentido, a todo o processo político-social do Brasil nos últimos decênios. Como todos os acontecimentos históricos relevantes, esse evento foi motivado por um conjunto de múltiplos fatores, em que se deve distinguir as circunstâncias episódicas que o cercaram de suas causas mais permanentes e profundas.

Nada é mais falso, por isso, do que considerar a deposição do Governo Vargas uma mera consequência, por transcendente que fosse, do atentado da rua Toneleros, de 5 de agosto. Tal interpretação, como sucede a todas as que se baseiam numa concepção policial da história, deixa escapar o sentido dos acontecimentos e o verdadeiro processo de sua ocorrência por se fixar, unicamente, nos antecedentes imediatos e mais aparentes dos fatos e atribuí-los à pura deliberação dos protagonistas. Se é óbvio que o Presidente Vargas foi deposto em virtude de um golpe militar e que este se articulou sob a influência do atentado da rua Toneleros, não é menos certo que as forças que se opunham ao sr. Getúlio Vargas e sobre as quais se alicerçou o golpe de agosto de há muito se orientavam para a liquidação do seu governo.

A despeito de suas circunstâncias específicas, o golpe de agosto constitui uma verdadeira prolongação e complementação do golpe, parcialmente frustrado, de fevereiro, quando, com o chamado memorial dos coronéis, os mesmos interesses que operaram por trás do golpe de agosto, utilizando os mesmos setores

que a mesma exprimia o perigoso agravamento da falta de correspondência entre as instituições e a dinâmica do processo econômico-social, tivemos o ensejo de mostrar (*O Moralismo e a Alienação das Classes Médias*, pág. 150) como a aliança tácita existente entre a classe latifundiária e a burguesia mercantil e o fato de a burguesia industrial e de a classe média sofrerem da alienação moralista, tinham por efeito privar o Governo das necessárias bases econômico-sociais, e conduziam aquelas forças a visar à definitiva deposição do sr. Getúlio Vargas (pág. 156), previsões essas escritas muito antes do atentado da rua Toneleros.

### *Perspectivas Histórico-Sociológicas*

A análise dos fatores mais permanentes e profundos que motivaram o golpe de agosto só é possível, como de início salientamos, dentro de uma perspectiva histórico-sociológica, que considere o evento em função do processo político-social brasileiro, tal como se veio desenvolvendo nos últimos trinta anos. Esta exigência, além de se basear na constitutiva historicidade de todos os fenômenos sociais, é imposta pelo fato mesmo de o sr. Getúlio Vargas ter sido o principal protagonista desse processo, no período em questão. E a deposição de seu Governo, em 24 de agosto, não somente se achava condicionada pelos acontecimentos que se passaram nestes últimos trinta anos como, ademais, foi especialmente motivada pela significação político-social que o sr. Getúlio Vargas adquirira na sua vida pública pregressa. Na verdade, o golpe de agosto, pelas condições em que se realizou e pelo seu sentido, é semelhante e equivalente ao golpe de 29 de outubro de 1945. Em ambos os casos, o sr. Getúlio Vargas é substituído pelas forças militares, que atuaram, tanto naquela como nesta ocasião, na qualidade de porta-vozes e de instrumentos de ação da classe média brasileira. Em ambos os casos, a classe média, não podendo mais dar uma orientação própria ao processo político-social do país, se tornou reacionária diante do fato de o Governo tender a se apoiar no proletariado e a se encaminhar para uma solução de esquerda. Então, como agora, a pequena burguesia era decisivamente influenciada pelo burguesia mercantil.

Se levarmos mais adiante a comparação entre os dois golpes, veremos que são muito mais numerosas suas semelhanças, tais como o fato de corresponderem, igualmente, aos interesses econômico-políticos dos Estados Unidos, cuja interferência nêles se fez sentir, ou o fato de em ambos os casos a burguesia industrial não ter compreendido que seus interesses eram solidários aos do

Governo e da classe operária e antagônicos aos das forças latifúndio-mercantis. Enfim, comum às duas situações, foi a circunstância de o sr. Getúlio Vargas, ao enveredar pelo caminho que lhe seria fatal, ter agido, tanto em 1954 como em 1945, com consciência do risco e impulsionado menos por vocação ideológica do que por forças das condições político-sociais do país.

A razão desses múltiplos pontos de contato se encontra no fato de que os golpes de 54 e de 45 foram uma resposta semelhante a condições político-sociais semelhantes. Na sua essência, esses dois golpes representam a crise da revolução pequeno-burguesa no Brasil. Exprimem a conversão da antiga classe revolucionária brasileira numa força acentuadamente conservadora, que, tendo perdido a possibilidade de dar uma solução própria ao processo político-social do país, aderiu à ideologia e submeteu-se à liderança da burguesia mercantil.

As causas do impasse a que foi conduzida a classe média se encontram na história de suas revoluções. De certa forma seria mais apropriado dizer que se encontram na história de suas perdas oportunidades de fazer a revolução, de sua incapacidade para agir de um modo verdadeiramente revolucionário. Tal incapacidade, reiteradamente revelada por nossa pequena-burguesia em 1889 e no ciclo de movimentos insurrecionais que vai de 1922 a 1937, se explica, sociologicamente, pela propensão idealista que afeta todas as classes médias, em virtude mesmo de sua ambiguidade entre a condição proletária e o estatuto burguês (Cf. *O Moralismo e a Alienação das Classes Médias*, C.N.T., N.º 2, pg. 150).

No caso particular brasileiro, a compreensão das revoluções de nossa classe média exige se leve em conta o fato de que essa classe foi o produto de uma urbanização prévia à industrialização. Enquanto as grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos surgiram com a transformação das pequenas vilas em centros fabris, no Brasil, como de resto em toda a América Latina, as cidades se formaram como meio de realizar e de imitar a vida das cortes. A base econômica do país, até a Segunda Guerra Mundial, continuava sendo essencialmente agrícola. Nessas condições, a classe média brasileira, formada e multiplicada pela vida urbana, não encontrava aplicação econômica para seu trabalho. O Brasil necessitava, apenas, de duas classes: a dos fazendeiros e a dos trabalhadores rurais. A falta de emprego, a classe média brasileira teve sempre de parasitar o Estado, preenchendo os quadros de uma burocracia e de um Exército extra-

ordinariamente hipertrofiados, cuja verdadeira função não era o serviço público ou militar — de que pouca necessidade tinha um país de economia primária, protegido por fronteiras desérticas quase intransponíveis — e sim a de proporcionar meios de vida à nossa pequena-burguesia. Daí a importância que sempre apresentou, para a classe média brasileira, a direção política do Estado, o que equivalia, para ela, em deter o controle de seu próprio meio de subsistência.

As revoluções da classe média, de 1922 a 1937, representam o esforço por ela empreendido para conquistar, por via militar, um poder que sempre lhe escapava das mãos. Tal ocorria porque, não tendo plena consciência de seus interesses e dando uma formulação idealista à sua necessidade de controlar o Estado, a classe média deixava subsistir uma estrutura que assegurava a hegemonia econômica e social da classe latifundiária. Essa foi a razão pela qual a pequena-burguesia, tendo conquistado o poder político com a revolução republicana, veio a perdê-lo em seguida, por via eleitoral. Como o poder político tende, inevitavelmente, a ser detido pela classe que controla os meios de produção, os latifundiários brasileiros, dispendo do que constituía, até há algum tempo, os únicos meios de produção existentes no país, desfrutavam das necessárias condições para exercer o poder político, o que faziam por intermédio da política de clientela, e em tal situação permaneceriam enquanto perdurasse a estrutura econômico-social que a possibilitava, caso não houvessem sido afastados do poder pela Revolução de 1930.

Com a Revolução de 30, todavia, a classe média assume o controle político do país e, à frente dela, o sr. Getúlio Vargas, embora originário de uma família de proprietários rurais, logra atingir o poder em que se perpetuaria durante quinze anos. A revolução de 30, no entanto, caracterizou-se pelo mesmo idealismo político e econômico da de 1889. Deixando subsistir a estrutura econômica que assegurava o predomínio do latifúndio, a classe média estava condenada a perder o poder logo que se restabelecesse a normalidade eleitoral, não obstante a introdução do sufrágio secreto e universal. Nem a classe média, em geral, nem o sr. Getúlio Vargas em particular, compreenderam, então, que a única solução durável, para a pequena-burguesia permanecer na direção do processo político-social do país, era a modificação da estrutura econômica brasileira. Compreenderam, no entanto, que por via eleitoral, nem o sr. Getúlio Vargas se conservaria na presidência da República nem a classe média persistiria controlando politicamente o país. A solução de que

se valeram os dirigentes da pequena-burguesia, com a tática mas indubitável adesão desta, foi procurar tornar permanente o regime de exceção revolucionária mediante o qual se mantinham no poder, para tal instaurando, com o Estado Novo, um semifascismo de base militar.

Verifica-se, assim, que a classe média brasileira, formada pela urbanização de um país de economia agrária, e marginalizada por essa estrutura econômica, teve de parasitar o Estado para subsistir. A fim de se garantir tal meio de subsistência, essa classe foi levada a conquistar o poder político, por via militar. Mas, não compreendendo, por alienação idealista, que somente a modificação da estrutura econômico-social do país lhe proporcionaria condições para dirigir o processo de produção, a classe média, para se manter no controle político do Estado sem controlar os meios de produção, procurou tornar permanente seu parasitismo burocrático, assentando seu poder político sobre um parafascismo militar. Tal é a significação do Estado Novo e da ditadura do sr. Getúlio Vargas — significação que, depois do golpe de 45, por falta de compreensão sociológica dos fatos, não foi entendida pelos novos dirigentes da classe média, que passaram a verberar, em nome desta, o regime que representou a fórmula política mais caracteristicamente pequeno-burguesa de toda a nossa história. E tal é, também, a origem da hostilidade que sempre alimentaram contra o sr. Getúlio Vargas os membros do patriciado rural brasileiro, cujo declínio político se deve à Revolução de 30 e ao Estado Novo.

#### *Efeitos da Industrialização*

Ocorre, porém, que a fórmula do Estado Novo não pôde ter longa duração. De um lado, porque, com a derrota militar do Eixo e a desmoralização ideológica do fascismo, o regime ficou envolvido pelo descrédito de seus modelos europeus. De outro lado, porque o novo e decisivo surto industrial do Brasil, que se processou a partir da Segunda Guerra Mundial, provocou aquela modificação econômica-social de nossa estrutura que a pequena-burguesia não pôde ser capaz de empreender e que, ao se realizar à revelia dela, tornou impossível a manutenção do poder político por parte de uma classe economicamente marginal.

A industrialização do Brasil, cujo primeiro surto importante se verificara por ocasião da Guerra de 1914, quando a interrupção de nossas habituais correntes de intercâmbio forçara a

fabricação, no país, de muitos produtos industriais, recebeu seu decisivo impulso com o Segundo Guerra. Desta vez, porém, como o mercado nacional se tivesse grandemente ampliado e suas necessidades fossem muito maiores e mais diversificadas, o surto industrial assumiu proporções incomparavelmente superiores e marcou definitivamente a transição da economia brasileira de seu estágio agrícola para sua etapa industrial.

As principais conseqüências sociais dessa transformação de nossa estrutura econômica foram a formação do proletariado brasileiro e o fortalecimento da burguesia mercantil. Aquêles, acompanhando o desenvolvimento de nossa indústria, passou a constituir um contingente cada vez mais importante da população, vindo a predominar, numericamente, nos grandes centros urbanos. Quanto à burguesia mercantil, as condições particulares em que se veio realizando a industrialização brasileira conduziu-a a desempenhar um papel cada vez mais relevante, que dela fez o setor dirigente de nossa burguesia.

Sem aprofundar a análise deste último fenômeno, observaremos, apenas, que a industrialização, além de deslocar o predomínio econômico dos meios rurais para o capitalismo urbano, acentuou a importância do intercâmbio internacional, pelo fato de a indústria brasileira depender de nossa capacidade de importação para adquirir, no exterior, os equipamentos e as matérias-primas de que necessita. Além de gozar da posição privilegiada que lhe dava — como ainda hoje ocorre — o controle desse intercâmbio internacional, o comércio teve sua influência multiplicada pelo fato de ser o setor de nossa burguesia mais consciente de seus interesses de classe e melhor organizado para defendê-los. Diretamente, por intermédio da bem articulada rede de associações comerciais e de outros órgãos e representantes ostensivos da classe; indiretamente, graças ao absoluto controle de que dispõe sobre a imprensa e demais órgãos de informação, financeiramente dependente da publicidade comercial. Acrescenta-se que, dada a solidariedade existente entre os interesses mercantis e os agrícolas, uns e outros baseados na exportação de produtos primários e na importação de artigos acabados, estabeleceu-se uma aliança tácita entre o latifúndio e o comércio, em virtude da qual este adquiriu, indiretamente, o suporte das clientelas rurais manipuladas por aquêles. Coube ao comércio, por isso, e não à indústria — ainda pouco consciente de seus interesses, mal organizada como classe, e dependente do intercâmbio com o exterior — a liderança, nesta fase inicial de nossa industrialização, da burguesia brasileira.

Essas transformações econômico-sociais produzidas pela industrialização, conjuntamente com o desmoronamento ideológico do fascismo, tornaram impossível, para a classe média, continuar se mantendo na liderança política do Estado sem controlar os meios de produção. O descompasso crescente entre o custo da vida e os vencimentos públicos, ocasionado pela inflação decorrente da guerra (emissões para a compra de divisas da exportação imobilizadas pela impossibilidade de importação) tornava pouco remunerador o parasitismo burocrático. A estagnação do serviço público e o fato de que o acesso aos postos de direção fosse reservado à cúpula dirigente (composta, basicamente, pelos antigos chefes da Revolução de 30 e amigos pessoais do Presidente), privaram de futuro os grupos mais ambiciosos da pequena-burguesia. Assim, nem o Estado podia, nas novas condições criadas pela industrialização, continuar se apoiando numa classe economicamente marginal, nem a pequena-burguesia permanecia solidária com um regime em que suas condições de vida eram cada vez mais precárias e em que não dispunha mais, como classe, de nenhuma possibilidade de progresso.

Tal situação, que se apresentou de uma forma aguda nos dois últimos anos do Estado Novo, levou o sr. Getúlio Vargas, menos por vocação ideológica do que em virtude da lógica objetiva da situação e das relações das forças em jogo, a procurar transferir as bases do Estado Novo da classe média para a proletária e a tentar substituir a legalidade fascista, que perdera vigência, pela legalidade revolucionária, de tipo sindicalista. Assim agindo, ele refletia os movimentos reais da sociedade. De fato, a classe média não podia mais dar uma solução pequeno-burguesa ao processo político-social brasileiro, porque tal solução significaria ela se constituir, como classe, em base do Estado. Mas, como classe minoritária, tal solução só poderia ser formulada em termos semelhantes aos que haviam sido adotados pelo Estado Novo, o que eram justamente os que estavam em crise, como acabamos de ver. Esse papel tampouco podia ser exercido pela burguesia, como classe, por ser ainda mais minoritária. É certo que a burguesia, na qualidade de classe dominante, aspirava a dirigir o Estado, por métodos demoiiberais, em nome do restante do povo, que, sob a liderança da burguesia mercantil e por intermédio da política de clientela, essa mesma burguesia julgava, com razão, poder manipular. A tal manipulação, todavia, se opunham, de um lado, as tendências objetivas que movimentavam a classe operária e, de outro lado, as pretensões pessoais do sr. Getúlio Vargas e demais dirigentes do Estado Novo.

Para o proletariado, a oposição à política das forças latifúndio-mercantis representava, em primeiro lugar, a defesa dos direitos sociais que fôra conquistando durante o período de dominação política da classe média, especialmente no que se referia à preservação de suas possibilidades de exercer novas reivindicações dentro do próprio quadro institucional vigente. Em segundo lugar, o que importava para o proletariado era a manutenção do ritmo de desenvolvimento econômico, em geral, e de industrialização, em particular. Esse ritmo, impôsto, como anteriormente se indicou, pela interrupção das importações ocasionadas pela Guerra — a guerra tendo funcionado como o mais eficiente dos protecionismos e como um fator compulsório de desenvolvimento — esse ritmo tenderia a ser reduzido se voltasse a prevalecer uma orientação liberal, que reconduzisse o país à simples condição de produtor de artigos primários e importador de produtos acabados. Finalmente, o proletariado necessitava, mediante suas reivindicações e lutas, de adquirir a plena consciência de seus interesses e de organizar-se e preparar-se para ação, a fim de romper o círculo da exploração capitalista e abolir os privilégios de classe.

Para o sr. Getúlio Vargas e demais dirigentes, forçados a transladar para outras camadas sociais as bases do Estado Novo, e ao mesmo tempo interessados em se conservar no poder, a única solução que se lhes apresentava, fôssem quais fôssem suas propensões ideológicas, era assumir a direção do movimento proletário brasileiro, e, por via de consequência, enfrentar a reação burguesa. Conjugaram-se, portanto, nessa linha política, as tendências reais a que estavam sujeitos o proletariado e o Estado Novo, no período final deste, com os interesses políticos do sr. Getúlio Vargas e de seus companheiros de Governo.

O que conduziu ao malôgro a política sindicalista do sr. Getúlio Vargas, em 1945, foi, por um lado, o fato de o proletariado brasileiro, naquela época — como ainda hoje — não ter condições para se converter em suporte do Estado, para tal lhe faltando número, organização, cultura e preparação revolucionária. Por outro lado, o fracasso do sr. Getúlio Vargas foi devido ao fato de a classe média, ao se afastar do Estado Novo, ter-se tornado caudatária da burguesia mercantil, por isso mesmo que perdera, como classe, sua aptitude para dar uma solução própria ao processo político-social brasileiro, e passara a aguardar, do capitalismo burguês, as oportunidades de emprego e de progresso que não soubêra nem pudera criar para si mesma, quando detivera o poder político. Com isto, a pequena-burguesia adquiriu

um sentido conservador, em face do qual assumiam caráter subversivo todos os movimentos tendentes a modificar a estrutura econômico-social do país, tal lhe parecendo — não sem motivo — ser o caso do sindicalismo do sr. Getúlio Vargas. Nessas condições, o Exército, que funcionara, no período revolucionário da classe média, como seu instrumento de conquista do poder político, atuou, no golpe de 29 de outubro de 1945, como força contra-revolucionária, orientada para a manutenção do *status quo* econômico-social. E, como a única força que se poderia opor ao golpe, a força da classe operária, padecia das limitações que acima foram indicadas, o pronunciamento de 29 de outubro se realizou com a mesma facilidade com que, tradicionalmente, se verificaram os golpes coletivos do Exército.

#### *A volta de Vargas*

A eleição do sr. Getúlio Vargas para a Presidência da República, em 3 de outubro de 1950, representou, de modo geral, uma volta aos termos em que se encontrava o problema político-social brasileiro antes do golpe de 1945. Não era somente o mesmo homem que reassumia o Governo, marcado pela mesma significação, e eleito pelas mesmas classes que, em 45, seguiam e motivavam sua política sindicalista; idênticas, também, eram as relações entre as classes e as alternativas com que se defrontavam. Como em 1945, o sr. Getúlio Vargas se deparou, em seu novo Governo, com a hostilidade das forças latifúndio-mercantis, enfraquecidas, sem dúvida, nos seus redutos clientelísticos, mas, em compensação, fortificadas nas suas posições urbanas, graças ao absoluto contrôle dos meios de informação e à solidificação da influência ideológica da burguesia mercantil sobre a classe média. Por outro lado, como naquela época, contou com o apoio do proletariado e das camadas inferiores da pequena-burguesia.

Na verdade, o quinquênio que separava o antigo do novo governo do sr. Getúlio Vargas deixara irresolvidos todos os problemas político-sociais do país. E a maior diferença entre sua posição, ao tomar posse do governo, e aquela em que se encontrava, cinco anos antes, era o fato de que a legalidade democrática de sua investidura tinha plena vigência, no meio social brasileiro, enquanto, nos fins do Estado Novo, a legalidade fascista em que ainda se fundava o seu poder, e que jamais fôra unanimemente admitida, havia perdido todo o crédito e quase se resumia a uma periclitante situação de fato. Eis porque, se o que ocasionou a eleição do sr. Getúlio Vargas, em 50, foi a combinação de

seu prestígio popular com habilidosas alianças eleitorais, nas diversas regiões do país — alianças essas em virtude das quais parte da política de clientela funcionou em seu favor — o que lhe permitiu, contra a vontade de uma poderosa fração do Exército, tomar posse do cargo, depois de eleito, foi outra combinação de fatores. O principal deles foi o fato de a pequena-burguesia e sua ala militar, continuando incapaz de dar uma solução própria ao processo político-social do país, não ter nenhuma alternativa a propor à fórmula democrático-representativa segundo a qual o sr. Getúlio Vargas se elegera. O segundo fator, em ordem de importância, foi a circunstância de se ter formado, no Exército, uma ponderável ala nacional-esquerdista, que se divorciara da linha pequeno-burguesa do resto da corporação e preconizava uma política próxima à que o sr. Getúlio Vargas representava.

A situação com que se defrontava o sr. Getúlio Vargas, portanto, representava a perduração, em novo quadro institucional, do impasse político-social que se constituira nos fins do Estado Novo e por força do qual:

- a) — Não era mais possível a detenção do poder político por uma classe economicamente marginal, como a pequena-burguesia, motivo pelo qual esta perdera a capacidade de dar uma solução própria ao processo político-social brasileiro e se tornara caudatária, ideologicamente, da burguesia.
- b) — Não era possível uma solução revolucionária, sob a liderança do proletariado, em virtude das já indicadas limitações deste.
- c) — Não era possível uma solução conservadora, sob a liderança da burguesia, pelo fato de esta, dirigida pelo seu setor mercantil, se haver tornado, internamente, reacionária e, nas suas relações com o exterior, dependente do imperialismo americano, assim carecendo de capacidade para dar ao processo político-social brasileiro uma fórmula suscetível de promover o desenvolvimento do país e de atender às necessidades e às aspirações mínimas do proletariado.

Para vencer esse impasse seria necessário romper o círculo vicioso, ou mediante um deslocamento da pequena-burguesia — ou de seus setores mais importantes, como o Exército e os qua-

dros da *intelligentia* técnica — do campo burguês para uma composição com o proletariado, ou alterar as relações de força, no âmbito da burguesia, transferindo a direção desta da linha latifúndio-mercantil para a industrial.

Tais movimentos, em princípio, eram possíveis, na época em que o sr. Getúlio Vargas assumiu o poder — como continuavam a sê-lo, atualmente, por isso que para tal existiam, objetivamente, e continuam existindo, as necessárias condições. Mas para que um desses movimentos se realize faz-se mister uma intervenção promocional que, apoiada em uma das classes ou setores de classe anteriormente indicados, lhe dê a necessária formulação ideológica e programática e crie os estímulos adequados para que se processe.

Ocorria, no entanto, que o sr. Getúlio Vargas, demasiadamente marcado para poder contornar, mediante seu puro adiamento, o impasse político-social brasileiro, tal como o fizera o governo Dutra, se defrontava por outro lado, para resolvê-lo, com o ônus decorrente do fato mesmo de já ser portador de tão caracterizada significação político-social. Procrastinar-lhe era impossível, na prática, porque o simples fato de estar à frente do Governo conduzia os setores mais ativos de cada uma das duas posições a tomar a iniciativa da luta. Empreender a grande obra de superação do problema, segundo uma das duas alternativas anteriormente apontadas, também lhe era impossível, porque a classe média, e particularmente o setor militar desta, vislumbravam propósitos subversivos em todos os seus atos e eram instigados para tal atitude pela compacta e sistemática ação manipulatória da opinião pública movida, por intermédio da imprensa, pela burguesia mercantil. Assim, ao impasse da situação se acrescia um segundo impasse, que era a posição do sr. Getúlio Vargas diante da situação.

Observe-se, por outro lado, que o sr. Getúlio Vargas não dispunha, pessoalmente, das qualidades necessárias para enfrentar esse duplo impasse. Todo o seu gênio político se localizava na dimensão psicológica e se exprimia em sua extraordinária capacidade de jogar com os homens. Esse maquiavelismo psicológico lhe permitira sair vitorioso das dificuldades com que se deparava, até fins do Estado Novo, por isso mesmo que, em todo esse período, a situação político-social do país e sua posição em face dela eram justamente opostas às que posteriormente se constituíram. Como chefe de um movimento pequeno-burguês, na fase das revoluções de classe média, o de que precisava o sr.

Getúlio Vargas era de se manter à frente desse movimento e, portanto, de exercitar um habilidoso jogo psicológico para se sobrepor aos outros chefes do mesmo. Diversamente, quando as condições anteriormente analisadas o impeliram a desempenhar o papel de líder do proletariado, tanto as suas novas relações de liderança como a situação do proletariado, em confronto com as demais forças sociais, passaram a exigir, do sr. Getúlio Vargas, uma visão sociológica de que ele não era capaz. E, a própria técnica de que se servira, com tanto êxito, para se sobrepor aos demais chefes do movimento pequeno-burguês, consistente, por um lado, em enfraquecê-los pela divisão e pela contraposição de uns aos outros e, por outro lado, em facilitar-lhes a corrupção e a autodesmoralização, a fim de os manter submetidos à sua vontade, essa mesma técnica lhe foi ruínosa, na sua nova posição de líder do proletariado. Isto porque essa espécie de técnica, que constitui um processo tático de manipulação psicológica, só é rentável quando assegurada, estrategicamente, a base econômico-social da política em proveito da qual fôr empregada aquela técnica. Muito diversamente, quando o principal obstáculo a vencer, como ocorria com o sr. Getúlio Vargas, em sua nova posição, é uma resistência de caráter econômico-social, ou seja, concretamente, a resistência do setor dirigente da classe dominante, e quando o objetivo em mira é a conquista da adesão de uma classe — a pequena-burguesia — ou de setores influentes de determinadas classes — como o Exército, na classe média, ou a indústria, na burguesia — quando tais são as resistências e os objetivos, a ação política deve ter um caráter mais estratégico do que tático e o grupo político dirigente deve manter sua unidade interna e sua representatividade coletiva. Em outras palavras, a ação política, nas condições em apêço, deve ser ideológica e programática, exige organização e disciplina partidária e depende da autenticidade e da efetiva representatividade de seus dirigentes.

Confrontado com o duplo impasse que antes assinalamos e desprovido das qualidades e condições necessárias para o empreendimento de uma ação política ideológica e programática, o sr. Getúlio Vargas foi vencido pelos acontecimentos. Na sua primeira fase de Governo — época do "Ministério de Experiência" — procurou contornar o impasse da situação mediante um amplo esforço de compromisso. Compromisso com os partidos e forças por estes representadas, visando a formar uma maioria no Congresso. Compromisso na composição dos postos de Governo, para atender aos partidos e às situações estaduais, por um lado, e, por outro lado, aos grupos de pressão e aos amigos

que o haviam ajudado na campanha presidencial. E compromisso, inclusive, nas definições de sua política, que ora se apresentava como apoiada na ala esquerda de seu Governo, ora na direita.

O inevitável resultado dessa política foi provocar, no plano administrativo, a mais completa desorganização, levando a máquina burocrática, já de per si ineficiente, a se neutralizar a si mesma na contradição de suas diretivas. No plano político, êsse esforço de compromisso, como usualmente ocorre, procurando agradar a todos, não contentou a ninguém, conduzindo os adversários do Governo a hostilizá-lo ainda mais, e induzindo os partidários do sr. Getúlio Vargas a ficar indiferentes ou mesmo contrariados. Demasiadamente marcado para conseguir, como o general Dutra, contornar o impasse da situação político-social do Brasil mediante o adiamento dos seus problemas, o sr. Getúlio Vargas, ao tentar fazê-lo, deixou se agravar a crise e perdeu o comando político do país, conforme os setores mais ativos de cada uma das posições conflitantes radicalizavam sua luta à revelia do Presidente da República.

Para recuperar êsse comando o sr. Getúlio Vargas procurou, com a reforma ministerial, assumir uma posição mais definida, orientando o Governo para a esquerda, mediante a mobilização revolucionária das massas, por intermédio do Ministério do Trabalho, a cargo do sr. João Goulart. Assim procedendo, todavia — e a despeito das cautelas que tomara, no sentido de satisfazer a burguesia mercantil com a nomeação do sr. Osvaldo Aranha para a pasta da Fazenda, e de aplacar as forças latifundiárias com a indicação do sr. José Américo para o Ministério da Viação — assim procedendo, o sr. Getúlio Vargas incidiu no outro impasse a que o conduzia sua posição, ou seja, o de entrar em luta com a classe dominante sem estar, pessoalmente, em condições para vencê-la. Desta forma, se o resultado da política de compromisso foi a desorientação administrativa do Governo e sua marginalização política, a tomada de posição revolucionária, sem condições para desencadear a revolução, provocou a reação contra-revolucionária da classe dominante e resultou na deposição do sr. Getúlio Vargas.

#### *O processo do golpe*

Se o impasse da posição do sr. Getúlio Vargas, diante do impasse da situação político-social do país, conduziu seu governo

à crise de agosto, o que agrupou as forças que lhe eram contrárias para o golpe do dia 24 foi a bandeira do moralismo. Coube, sem dúvida, ao próprio sr. Getúlio Vargas, como antes já o salientamos, uma grande parcela de responsabilidade pela ocorrência dos fatos que serviram de alimento e de pretexto para a campanha moralista, na medida em que o mesmo insistiu em assegurar o seu predomínio político mediante um maquiavelismo puramente psicológico (técnica da divisão e da corrupção) e por isso meramente tático, em lugar de empreender movimentos estratégicos mais amplos, orientados para modificar as relações de força entre as classes e os setores de classe. Era inevitável, porém, que o moralismo surgisse como a grande arma ideológica de luta contra o sr. Getúlio Vargas, ainda que outra fôsse a sua conduta, por isso que a êle se opunha a classe média e o moralismo é a forma de que caracteristicamente se revestem os movimentos de classe da pequena-burguesia.

Expressão típica do equívoco pequeno-burguês, o moralismo, em parte por êsse motivo de origem, é também êle objeto de um grande equívoco. Pois uma coisa é o moralismo e outra a moralidade. Sem entrar em maior análise da questão, pode se entender por moralidade a adequação da conduta aos padrões morais dotados de vigência social média, num determinado agrupamento, em determinada época. O moralismo, diversamente, resulta de duas falsas pressuposições: a de que os padrões morais são absolutos, universais e permanentes, e a de que a conduta dos homens é dirigida por uma liberdade moral incondicionada e homogênea, no espaço e no tempo. A confusão entre moralismo e moralidade conduz a se julgar esta segundo os critérios daquele. Ocorre, porém, que tal confusão não envolve, apenas, um erro teórico. Por isso mesmo que os padrões morais são relativos e variam de acordo com as culturas, as épocas e as ideologias, do ponto de vista dos fatores ideais, e em função das relações de produção e das condições físicas do meio, do ponto de vista dos fatores reais, o julgamento da conduta e dos padrões morais, em termos moralistas, leva a se atribuir valor absoluto ao que é relativo e, portanto, conduz a absolutizar a perspectiva segundo a qual se formula tal julgamento, fazendo aparecer como necessariamente certo ou errado, justo ou injusto, bom ou mau, o que será uma coisa ou outra conforme aquela perspectiva, mas não de acordo com outras perspectivas igualmente válidas. Assim sendo, o moralismo, baseado no idealismo peculiar à pequena-burguesia (Cf. *O moralismo e a alienação das classes médias*, CNT, N.º 2, pág. 150) conduz esta a confundir seus inte-

rêsses de classe com o bem-absoluto e a identificar com o mal-absoluto o que contraria tais interesses.

Essa deformação da realidade provocada pelo moralismo, ao identificar os interesses da pequena-burguesia com o bem-absoluto, empresta a tôdas as aspirações e lutas desta classe o caráter de uma aspiração geral pelo bem e de uma luta geral contra o mal. Concretamente, por isso, as condenações proferidas pelo moralismo decorrem, menos, de uma reprovação ética aos atos contrários aos padrões dotados de vigência social, do que da falta de conformidade entre tais atos e os interesses de classe da pequena-burguesia. Tal se verifica, de um modo geral, pelo fato de o moralismo ter sempre caráter político e, assim, relacionar-se com a posse e o exercício do poder. E tal se verifica, na prática, pelo fato de o moralismo investir contra os detentores do poder não representativos da pequena-burguesia e contra os atos de poder não coincidentes com os interesses daquela classe.

No caso do governo Vargas, êsse fenômeno se revela de uma forma estremamente clara. Enquanto o sr. Getúlio Vargas representou os interesses da classe média e esteve à frente de suas revoluções, o maquiavelismo psicológico de que sempre fêz uso — jogando uns contra os outros ou facilitando a corrupção daqueles que desejava submeter ao arbítrio de sua vontade — foi objeto de críticas, sem dúvida, mas nunca suscitou uma campanha moralista sistemática. O mesmo se deu com o Governo conservador do general Dutra, no curso do qual se verificaram as maiores irregularidades e se praticaram todos os escândalos que se acham compendiados no inquérito do Banco do Brasil. Diversamente, as irregularidades, graves ou veniais, ocorridas durante o último governo Vargas, serviram de motivação para a maior campanha moralista de que se tem notícia em nossa história, funcionando êsse ímpeto moralista como bandeira de agrupamento e coordenação de tôdas as forças contrárias ao Governo.

Não significa isso, evidentemente, que se devesse justificar ou tolerar a prática de irregularidades pelo governo Vargas, ou por qualquer outro. O que importa levar em conta, apenas, é o fato de que a perspectiva segundo a qual tais irregularidades foram vistas e condenadas, pelo moralismo, não era uma perspectiva ética, tal como se a devesse ter, nas condições de nossa época e de nosso país. Esta última conduziria a denunciar a falta de autenticidade do Governo, na medida em que êste, para manter-se no poder, se valia mais do maquiavelismo psicológico do que da efetiva representação e defesa dos grandes interesses

coletivos e nacionais. Contrariamente, porém, o moralismo investia contra o governo Vargas justamente na medida em que o julgava representativo de interesses não coincidentes com as das forças conservadoras.

Assim sendo, desencadeada a campanha moralista, ela operou sobre a pequena-burguesia um forte estreitamento da solidariedade de classe, aberta e compactamente lançada contra o Governo. Ante esse desafio e como já estivessem definidas irrevogavelmente as posições — inclusive por decisão do próprio sr. Getúlio Vargas, que optou, como vimos, ao reformar o Ministério, por uma solução de esquerda — a única reação que cabia ao Governo era radicalizar sua própria orientação, e apelar para o proletariado, auxiliando-o a se organizar em defesa dele, Governo. Tal atitude já estava implicada na sua prévia decisão. E uma vez deflagrada uma luta que a pequena-burguesia, sob a liderança das forças latifúndio-mercantis, tinha de levar cada vez mais longe, à medida em que se comprometia nela, só restava ao Governo mobilizar a seu favor, com igual radicalidade, as forças que o apoiavam e a serviço das quais podia colocar o aparelho estatal.

Muito ao contrário, no entanto, o Governo Vargas, depois de as coisas terem chegado a esse ponto, procurou voltar à sua anterior política de compromisso, desta forma sendo arrastado para um combate em que renunciava a empregar até mesmo as armas de que dispunha. E como o proletariado, por causa daquelas suas limitações já apontadas, não estivesse em condições de se mobilizar por conta própria em defesa do Governo — inclusive porque o Partido Comunista, insensatamente, utilizava sua influência para divorciar as massas do sr. Getúlio Vargas — este foi surpreendido, quando do atentado da rua Toneleros, sem outro amparo além do que lhe proporcionava o princípio formal da autoridade. Ora, é uma regra das situações revolucionárias o fato de que nenhum governo resiste ao embate das forças que lhe são contrárias quando se sustente, apenas, no princípio formal da autoridade, o que vale dizer, no reconhecimento social da legitimidade de seu poder. Dada a pluralidade do ordenamento jurídico, existem, em todas as comunidades, além da autoridade do Governo, outras autoridades que estão usualmente subordinadas àquela mas que dela se independizam quando lhe falte apoio social. Tal foi o que se passou, no período de 5 a 24 de agosto.

Praticado o delito, naquele clima de absoluta desmoralização do Governo, suscitado pela campanha do moralismo e pela falta,

por parte do sr. Getúlio Vargas, da adequada reação, a Aeronáutica reivindicou, para si, a atribuição, que legalmente não lhe cabia, de investigar o caso. Carecendo de apoio social e de crédito, e assim condenado a depender do julgamento de seus próprios inimigos, o Governo se apressou em concordar com essa situação de fato, temeroso de que, se procedesse diversamente, lhe fôsse atribuída a responsabilidade pelo atentado. Desde logo, pois, ficou patenteado que o princípio formal da autoridade seria uma defesa inoperante para o Governo, uma vez que êle próprio era forçado a homologar com sua autoridade, para a preservar nominalmente, os atos que importavam, de fato, no cerceamento dela.

Iniciado esse processo de despojamento, por vias de fato, da autoridade do Governo, êle seguiu sua inevitável trajetória. O inquérito sobre o atentado da rua Toneleros se transformou num julgamento total sobre o Governo, em que a condenação deste já constituía um pressuposto do próprio julgamento. Nessas condições, restavam, apenas, a resolver, materialmente, a maneira de se efetivar a destituição do sr. Getúlio Vargas e, formalmente, o modo de justificá-la. O primeiro aspecto da questão se impunha ante o fato de que o Governo, embora desmoralizado e desprovido de apoio social — e assim virtualmente deposto, a partir do atentado — contava ainda, por intermédio do general Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra, com o comando do aparelho militar. O segundo aspecto decorria de problema, já analisado neste estudo, consistente no fato de a classe média ter perdido, como classe, a aptidão para exercer o poder político. Assim sendo, as forças armadas, como órgão da classe média, nem podiam afastar legalmente o sr. Getúlio Vargas do poder — pois tal exigiria a decretação de um *impeachment* que o Congresso, ainda recentemente, se negara a conceder — nem podiam, a título de democracia direta, depô-lo em nome do povo — pois que não o representavam a nenhum título, enquanto o contrário ocorria com o Presidente da República — nem podiam, enfim, destituí-lo por conta e alvedrio próprios — pois tal implicaria em assumir uma posição fásio-militarista, totalmente desacreditada diante da própria classe média.

Nesse duplo obstáculo, portanto, é que se apoiava o princípio formal da autoridade de que, por sua vez, dependia o Governo. Era inevitável, porém, como salientamos, que tal resistência, não amparada, ativamente em nenhum extrato da sociedade civil, cedesse à pressão das classes conservadoras. O processo em cadeia da solidariedade de classe, mobilizado pelo

moralismo, foi esvaziando de conteúdo o aparelho militar. Quando, na madrugada do dia 24 de agosto, o general Zenóbio procurou acionar sua máquina de combate, verificou não contar mais com a obediência de grande número de comandos, preferindo então, à deflagração da luta, aderir aos inimigos do Governo e assim tentar, eventualmente, permanecer à frente da pasta da Guerra. Quanto à forma de justificar a deposição do Presidente, cedo descobriram, com o expediente da renúncia, mediante o qual se impunha pela força o afastamento do chefe do Governo e se legalizava sua deposição com a manifestação, por parte deste, de que abandonara o cargo por sua livre e espontânea deliberação.

Os fatos, todavia, não se passaram exatamente de acordo com esse plano. Recusando-se a renunciar, mas aceitando, apenas, entrar em licença por noventa dias, o Presidente Vargas pôs em risco todo o formalismo da justificação de que necessitavam os generais. Essa dificuldade se transformou numa catástrofe para seus adversários quando, numa trágica decisão final, o Presidente resolveu suicidar-se.

### *O mito Vargas*

O suicídio do Presidente Vargas, no momento em que se havia consumado a sua deposição e principiava a se organizar um Governo de vitória das forças que lhe eram adversas, alterou completamente o quadro político-social do país. As razões que determinaram, subjetivamente, o trágico gesto do sr. Getúlio Vargas, além de impenetráveis, na dimensão mais profunda das mesmas, por resultarem de um supremo ato de sua liberdade pessoal, importam muito pouco, para os efeitos desse evento. O suicídio do Presidente Vargas, sejam quais forem as interpretações que lhe derem, assumiu, desde logo, um sentido correlacionado com a orientação política dos últimos anos de sua vida pública, marcada, especialmente, pelos golpes de 29 de outubro e de 24 de agosto, e se identificou com a mensagem-testamento legada pelo sr. Getúlio Vargas.

As relações entre o sr. Getúlio Vargas e o proletariado brasileiro haviam sido distantes, objetivas e desarticuladas. Como tivemos o ensejo de analisar neste estudo, nem o sr. Getúlio Vargas se mostrara capacitado para exercer uma liderança de base ideológica e programática, nem a classe operária estava em condições para suscitar ou até mesmo para seguir uma tal orien-

tação. O quererismo de 45, abafado pelo golpe de outubro mas reavivado pela campanha eleitoral de 50, tinha um caráter marcadamente paternalista, e seu vago conteúdo ideológico, no sentido de um socialismo sindicalista, permanecera sempre in formulado e superditado a uma atitude emocional de esperança e fé na ação carismática do sr. Getúlio Vargas. A política de compromisso, posta em prática pelo Governo Vargas, na sua primeira fase, só contribuiu para tornar ainda mais insubsistente o pre- cário sentido ideológico do trabalhismo getuliano. E a versão janguista desse trabalhismo, na segunda fase do Governo, se teve o efeito de movimentar as massas e de lhes renovar a esperança e a fé na ação carismática do sr. Getúlio Vargas, também se caracterizou por sua indigência ideológica e pelas conseqüências negativas decorrentes do fato de as mobilizar, revolucionariamente, para uma revolução que não estavam, teórica e materialmente, em condições de deflagar e muito menos de vencer. Por tais motivos, — e ainda por causa da já mencionada oposição dos comunistas — o proletariado brasileiro se conservou em estado de relativa apatia política quando o sr. João Goulart foi destituído de seu posto, pelo pronunciamento de fevereiro, e assim se manteve no curso dos meses subseqüentes, inclusive durante a crise do Governo Vargas depois do atentado de 5 de agosto.

O suicídio do sr. Getúlio Vargas, porém, repercutiu profunda e súbitamente nas massas operárias. Embora lhes faltasse o hábito de agir por conta própria e para os seus próprios fins, as massas acorreram, espontaneamente, em todo o território nacional, para lamentar a morte do Presidente Vargas e protestar contra os que haviam contribuído para ocasioná-la. O movimento foi tão extenso, tão maciço e profundo, que ultrapassou qualquer possibilidade de controle, impondo, ademais, ao P. C. para não se ver repellido pelas massas, uma brusca mudança de orientação. E as forças que haviam assumido a direção política e militar do país, em conseqüência da deposição e do falecimento do sr. Getúlio Vargas, embora fôssem, direta ou indiretamente, objeto da repulsa popular, tiveram de tolerá-la, para evitar uma explosão de efeitos imprevisíveis, não obstante o fato de as tropas estarem de prontidão nas ruas, e de se verificar, de certo modo, uma ocupação militar do país.

O suicídio do sr. Getúlio Vargas operou, intensa e súbitamente, uma iluminação emocional na consciência do proletariado, fazendo-o compreender que o móvel real da luta contra o Presidente Vargas e do golpe que o havia deposto era o interesse

de classe das forças reacionárias e antinacionais. Tal era o sentido de sua carta-testamento. E tal era, como o explicava o próprio sr. Getúlio Vargas, a razão pela qual êle não conseguira fazer mais coisas em benefício das classes não possuidoras.

Esse desfecho trágico da vida pública do sr. Getúlio Vargas, cujo sentido êle próprio explicava em sua última mensagem, transformou-o, definitivamente, em uma figura mítica. Não importa, como já o dissemos, tentar inquirir os verdadeiros motivos de seu suicídio. Tampouco importa analisar até que ponto são exatas as afirmações contidas em sua carta-testamento, cuja intenção política, evidentemente, a dispensava de observar maior rigor na análise dos fatos. O que importa é reconhecer que, objetivamente, fôssem quais fôssem as razões subjetivas que as determinaram, a vida e a morte do sr. Getúlio Vargas, bem como a significação que êle próprio lhes atribuiu, em sua carta-testamento, representam uma luta pela emancipação econômica e social do país e, dentro dêste, de suas classes não possuidoras. Essa mesma é também a significação que lhes dão as massas trabalhadoras. E o que emprestou ao Presidente Vargas êsse caráter mítico de que êle se revestiu é justamente o fato de sua vida e sua obra serem consideradas, pelas massas, de uma forma objetiva e a-histórica, como algo que vale o puro plano da sua significação simbólica, independentemente de suas motivações.

Esse mito, que hoje constitui, em nosso país, o mais poderoso fator de mobilização das massas, é uma pré-ideologia, no sentido de que atende, nas condições concretas do Brasil, aos interesses dialéticamente solidários do proletariado, da *intelligentzia* técnica e da burguesia industrial, se ajusta às conveniências nacionais e contém, virtualmente, um programa de ação, carecendo, entretanto, de fundamentação teórica. A partir dêse mito, se a burguesia industrial e a *intelligentzia* técnica exercerem o papel e a que historicamente estão convocadas, poder-se-á empreender, com base ideológica, orientação programática e organização política, uma ação transformadora do Brasil, segundo um processo revolucionário, por suas conseqüências, mas evolutivo, no que se refere às relações de classe. Diversamente, se a burguesia industrial e os quadros da *intelligentzia* técnica persistirem em sua atual alienação, mantendo-se caudatários dos interesses latifúndio-mercantis, o mito getuliano tenderá a se confundir com uma das muitas versões do populismo demagógico, de tipo ademaresco, conduzindo o país para uma solução primária e brutal, reacionária pelo conteúdo e grosseira pela forma.

## O GOVERNO CAFÉ FILHO

A crise político-militar que culminou no suicídio do sr. Getúlio Vargas teve, como característica dominante, a de nunca ter ameaçado a estrutura formal do regime: as sucessivas mutações do esquema de forças, no cenário político brasileiro, tiveram sempre, como suposto, a subida ao poder do Vice-Presidente da República. Esta situação calçou sob uma perspectiva eminentemente contraditória a conduta do sr. Café Filho, às vésperas de 24 de agosto. Nos termos da conjuntura da crise então definida, não poderia substituir o seu companheiro de chapa de 1950 senão como o "anti-Vargas". Nas horas que mediaram entre o pedido de licenciamento e o suicídio do ex-presidente, a "solução Café Filho" se confundiu com a do processo de Vargas perante a opinião pública. Era nítida vitória do moralismo oposicionista, de par com a "mística constitucionalista", que jugulou o ímpeto das forças armadas, e lhes assegurou o necessário denominador comum para que se alastrasse a sua cadeia de solidariedade. Foram as figuras dominantes da oposição que acorreram ao apartamento do sr. Café Filho, na madrugada de 24 de agosto, e com êle pareciam assomar ao controle do País.

O suicídio de Vargas veio contrariar drasticamente o vetor político do quase Governo Café da madrugada, forçando-o a optar pela fórmula frouxa e "ecumênica" dos ministérios de "salvação nacional". Face ao traumatismo do momento e à conseqüente polarização extrema das atitudes políticas, a mudança presidencial dificilmente poderia escapar de um compasso dialético, propendendo fatalmente, o novo governo, a ser entendido como as do sucessor natural do presidente desaparecido. A nomeação a seguir, do brigadeiro Eduardo Gomes para o Ministério da Aeronáutica, ditada entre outros motivos, pelo imperativo necessário de pacificação da parcela das Forças Armadas que liderou o movimento de 24 de agosto, associou o novo governo, na sua primeira manifestação, ao próprio símbolo do Udenismo oposicionista. Este gesto não poderia deixar de consumir, face ao sentimento popular então despido de entretons, a opção do Governo Café; carregou-se inelutavelmente do sinal contrário ao do regime Vargas.

A permanência do ministro da Guerra, evidenciada na segunda nomeação do sr. Café Filho, como em 1945, o suposto necessário à mudança do Chefe do Executivo. O total domínio do aparelho militar consagrada pela provisão desses dois ministérios, emancipou o Governo Café das exigências do mecanismo de aglutinação das forças políticas, inseparável de uma reorganização do regime. A estabilidade assim artificialmente conseguida instilou-lhe a sedução pelo bucólico descompromisso de um "Ministério de Notáveis". Os novos nomes ministeriais saíram das lombadas burguesas, com o amável respigar do novo presidente pelas reservas históricas do udeno-patriciado brasileiro. Em nenhum momento hesitou a mão populista na condição, ao lugar esperado, dos candidatos institucionais das elites conservadoras.

As indicações do srs. Raul Fernandes (Exterior), e Eugênio Gudín (Fazenda) se impunham, para as pastas respectivas, com uma evidência pleonástica.

Revivendo, em maior escala, o "Ministério dos Notáveis" já tentado pela presidência Linhares, o sr. Café Filho trocou a base populista que o sustentara em 1950, pela da mesma periferia que não acolhera o governo de 29 de outubro. Ao contrário de 1945, entretanto, a "função arbitral" do Exército, nos acontecimentos de agosto, não se reuniu nas mãos de um chefe único, cuja ascendência incontestada durante a crise lhe transformaria no "Condestável" do novo governo. Tal foi o papel do General Góis Monteiro, em 29 de outubro; tal o do General Dutra, em 1937; tal o propósito do General Zenóbio da Costa, na madrugada de 24 de agosto. O problema do apoio do poder militar ao novo regime logo superou a solução do condestável para refratar a política do prestígio mediante a inovação da presença simultânea do governo, de um grupo incontestável de pró-homens das nossas Forças Armadas. A composição destas forças — que constituía o problema crucial do novo governo — se pautou pelo propósito de retirar, do Ministério da Guerra, o caráter de polo exclusivo da autoridade armada, através da valorização política, da Chefia da Casa Militar e, posteriormente, do Comando Supremo das Forças Armadas. A nomeação do General Juarez Távora para o cargo militar diretamente vinculado ao Catete, ao mesmo tempo que atendia as exigências de um governo "de alto gabarito" descarregava a virulência política do Ministério da Guerra. A consequência imediata deste gesto do Governo Café, talvez o de maior alcance, nesta fase, da reorganização do Executivo, foi a instantânea marginalização do seu "quase condestável". Perdida pelo Ministério da Guerra, a sua função tu-

telar, na consolidação dos regimes nacionais, e conseqüentemente, o sentido da permanência, no governo, do General Zenóbio da Costa, pôde o novo preenchimento daquele posto obedecer à mais fácil das escolhas, entre os "varões de Plutarco" do Exército Nacional. A nomeação, a seguir, do General Canrobert, para o Comando Supremo das Forças Armadas consumou a neutralização política do Ministério da Guerra, devolvido, no novo governo, a uma função estritamente instrumental.

A fórmula de um "Ministério de Notáveis" tinha de estratégico, o que possuía de frágil: afrouxou muitíssimo o tecido da vida política brasileira contornando o seu primeiro plano, das inevitáveis opções partidárias, para propiciar um amplo movimento de integração em torno do novo governo, confiada exclusivamente na autoridade nacional dos nomes convocados. Se é fecunda aquela solução para compor o antagonismo político episódico, que não chega a romper o fundo institucional comum das forças em disputa (conservando-se, por exemplo, a unanimidade, no actamento dos valores culturais extra-políticos, ou na defesa na ordem legítima) resulta inteiramente inócua para superar uma crise que, descendo ao nível da luta de classes, torna movimentos e equívocos todos os fundamentos da vida social.

A manipulação das forças empreendidas pelo Governo Café Filho se fez à luz da carta de Vargas que denunciava a inconciliabilidade radical das forças que disputam a hegemonia do processo político social brasileiro. O "Ministério de Notáveis" que ensejava a solução integratória, não poderia contar com o apoio dos "humildes", bruscamente alertados pelo testamento do presidente desaparecido, para o sentido dialético da conduta política. A simples formulação do propósito de um governo de "União Nacional" importaria, *a priori*, no repúdio dos destinatários daquele documento, antes mesmo que a seleção do Ministério jungisse o governo às forças anti-Vargas.

A fachada de "alto gabarito" do Governo Café só obedecia ao padrão de alinhamento das elites conservadoras; a solução em *trompe l'oeil*, no Ministério do Trabalho, não poderia esconder a falta de dimensão do novo governo, no seio da classe dos "humildes", praxisticamente definidos pela carta de Vargas. Os "humildes" fogem à categoria puramente econômica do "proletariado", para se identificarem à classe desinstitucionalizada no processo político brasileiro (o campesinato, a pequena burguesia, o proletariado), cuja "praxe" ascensional, em razão do paternalismo estadonovista, supõe, necessariamente a coadjuvação do poder público, para a aquisição de um estatuto social definido.

Em face da ilegitimidade que revestiu o Governo Café em face da política dos "humildes" para outra solução não poderia apelar o preenchimento do Ministério do Trabalho senão para a mistificação. Diante do "preconceito ecumênico" de um governo de "União Nacional" impunha-se suprir o repúdio dos humildes, através de um *ersatz* trabalhista: atribuiu-se o Ministério ao mais notório dos dissidentes da ortodoxia getulista.

As duas primeiras etapas da recomposição ministerial acarretaram para o Governo Café, sucessivamente, a perda da base popular que fôra o suporte do regime anterior, e o afastamento dos esquemas clássicos de transação da força política do país, as quais proporcionam ao Presidente da República, os meios de imprimir uma diretriz efetiva ao governo da nação.

No sistema federal brasileiro estes mecanismos têm como eixo necessário a realização de um sistema de equilíbrio entre as forças estaduais e partidárias, de modo a assegurar ao Chefe do Executivo o controle da "política dos governadores" e a obtenção de uma maioria governamental no Congresso Federal. A gratuidade extrema do Governo Café situa-o no extremo oposto à subordinação aos imperativos, quase fatalísticos, da composição de forças políticas, que cerceiam ao máximo o poder de descrição do Presidente da República. A este último cabe, tradicionalmente, a promoção da política dos governadores, tanto seja a Federação um sistema de equilíbrio político; a íntima cooperação econômica que vem caracterizando entretanto, nestes últimos anos, as relações entre a União e os Estados, deslocou a iniciativa do movimento centrípeta para os Estados, dependentes do Governo Federal para a realização dos seus programas de expansão.

Coube ao governador Kubistcheck, reivindicando a pasta da Viação, despertar a Presidência Café, no crepúsculo da organização ministerial, para a necessidade de assegurar ao seu governo, a indispensável base estadual.

Dos grandes Estados, cuja participação é obrigatória, no Executivo Federal, para a realização de um governo forte, somente Minas Gerais fez-se adequadamente representar, não só através da pasta necessária à execução do "binômio" do Governo Kubistcheck, como também da Chefia da Casa Civil da Presidência (o que constituiu mais um exemplo da necessidade de expandir-se o sentido político dos cargos governamentais, consoante a fórmula de "União Nacional").

Pela primeira vez após a Revolução de 1930, o Rio Grande do Sul não integra o governo federal. A disposição das forças políticas radicalizadas pelo suicídio do presidente Vargas colocaram à margem dos entendimentos ministeriais o Estado em que se concentrara o polo do Getulismo.

São Paulo, por outro lado, deixou de influir no momento crítico da recomposição ministerial, pela proverbial perplexidade do seu governador, disfarçada no mais cândido dos abstencionismos políticos. Decidiu-se, por fim, ao ocupar discretamente, a pasta de *derelicta* do governo: o Ministério da Educação. Privada no eixo Rio Grande do Sul-São Paulo, o sistema de equilíbrios estaduais resultou numa vaga contraposição Norte-Sul, atribuindo-se ao Paraná a pasta da Saúde, e reforçando-se a presença do Rio Grande do Norte (Justiça) pela de Pernambuco (Agricultura). A Bahia, omitida nesta nova repartição de forças, beneficiou-se posteriormente, com a obstinada renúncia de São Paulo à Presidência do Banco do Brasil.

A tentativa de descer do "alto gabarito", empreendida na última fase da organização ministerial, não conseguiu liberar o Governo Café do caminho da alienação que lhe votava a sua falta de compromisso com a infra estrutura político-social do país. O recrutamento da nova equipe executiva não logrou se beneficiasse o Governo de outra estabilidade que a derivada do controle do aparelho militar. Esta situação destina-lhe ao impasse e ao confinamento numa política de manutenção do *statu quo*. As linhas determinantes do Governo Vargas dificilmente poderão ser alteradas no novo regime. Neste sentido foram suficientemente eloqüentes as palavras do sr. Eugênio Gudin, no que se refere à orientação vasada na Instrução 70, ou as do sr. Alencastro Guimarães quanto ao necessário acatamento dos novos tetos do salário-mínimo. O conservadorismo liberal do "Ministério de Notáveis", por outro lado, impossibilitará o governo de prosseguir na política de desenvolvimento acelerado da nossa economia de base, esboçada pelo esforço de planejamento da acessoria técnica do Presidente Vargas, dissolvida *ab initio*, pelo novo Governo. A manutenção do *statu quo*, devolvendo a inércia dos fatores atuantes no processo social brasileiro levará necessariamente à recomposição do esquema clássico da economia de exploração. A perda do ímpeto legislativo em iniciativas como o da Electrobás ou a do Plano Nacional de Eletrificação será embalde compensada pelo estímulo de uma legislação estatutária contingente — como o projeto da Participação nos Lucros — outorgada a uma classe, mais do que por ela diretamente reivindi-

cada. Se as contingências em que veio a cujo Governo Café, ao expirar a presente legislatura, possibilitaram a sua organização à margem dos interesses partidários, limitam, por outro lado, a sua fisionomia à instalação do novo Congresso se quiser fugir à uma política de *statu quo*. Após aquela data, o novo Executivo se terá de defrontar com o problema da constituição de uma maioria parlamentar. De forma alguma dela participarão os trabalhistas, cujo avanço, em 3 de outubro, levará o Governo Café a depender de uma aliança Udeno-Pessedista para fugir à inércia política. É incontestável a afinidade do presente Governo com o Udenismo, cujos filhos-família, desde já "vestalizam" a hierarquia palaciana do Catete. Permanecendo, por outro lado, o PSD, como denominador comum da política de clientela, dependerá a sua expressão política, no novo Parlamento do grau a que tiver atingido o processo de radicalização das forças partidárias, deflagrado pelo suicídio do sr. Getúlio Vargas. Tanto mais consiga ele penetrar as clientelas reduzindo a margem de manipulação eleitoral do nosso feudalismo político, tanto o PSD perderá substância política, abandonando, quiçá, a sua função clássica de lastro indispensável para a formação das maiores parlamentares nacionais.

A maioria dos quadros pessedistas ainda constituem, entretanto, uma massa inteiramente passiva no grupo ideológico, não podendo escapar ao influxo dos dois polos em que se radicalizou o processo político brasileiro. Desta conjuntura escapam o PSD mineiro e o paulista, nos quais cerram fileiras as forças industriais daqueles Estados, e de cuja liderança, no partido, dependerá a sua autonomia, na condução da política nacional.

Admitida a preponderância, ainda, no PSD dos seus setores clientelísticos obedecerá ele à sua vocação essencialmente situacionista.

Tenderá por aí, a se situar lado a lado com a UDN, reunindo, num só bloco parlamentar, as forças conservadoras do País.

O outro lado, os setores periféricos do PSD diretamente controlados pelos líderes do antigo Governo, propenderão para a aliança com o trabalhismo, destacado para a oposição.

O caráter prematuro do lançamento de um candidato pessedista à Presidência da República, egresso, justamente, de um dos seus setores ideologicamente ativos, resulta da necessidade

de emprestar, desde logo, um novo dinamismo à máquina clientelística.

Ao mesmo tempo, este gesto, fornecendo uma "definição" ao PSD, tenta antecipar-se aos demais processos de desagrupamento que ameaçam o partido, após os acontecimentos de 24 de agosto.

No reflexo parlamentar do "Ministério dos Notáveis" terá assim o novo Governo, o seu crivo político. Em face do advento das superideologias, que deverão empolgar o processo político brasileiro, a falta de opção do Governo por qualquer delas, lhe confinará ao convencionalismo de uma pura função arbitral. Por outro lado, a presente solução ministerial é a única fórmula para superação do vício de origem do Governo Café Filho (populista levado à Presidência pelas oposições). A sua manutenção, no novo período legislativo será assim o gesto inequívoco de um Governo estruturalmente débil.

## AS ELEIÇÕES DE OUTUBRO

### I — Antecedentes

1. A uma boa distância das últimas eleições, levado por aquela sua conhecida preocupação com os jogos do poder, apenas disfarçada por uma aparente displicência, já o sr. Getúlio Vargas se preocupava, senão em vencê-las, pelo menos em evitar que seus adversários obtivessem nelas uma vitória significativa.

Seus movimentos, deliberadamente conduzidos neste sentido, processavam-se em dois planos principais: 1) — O plano das combinações de cúpula, em que êle próprio era um mestre consumado e no qual exercitava, com grande virtuosidade, aquêle seu conhecido maquiavelismo psicológico; e 2) — o plano dos movimentos de base, operando de baixo para cima, em que, retomando a linha revolucionária de 1930, começava a dar os primeiros passos no sentido de uma estratégia e de uma tática de mais longo alcance, através de uma articulação de forças a cuja frente colocara o seu mais jovem, mais dinâmico e mais combatido discípulo, o sr. João Goulart.

Sua primeira grande manobra desse movimento de pinças, com vistas às eleições, foi, sem dúvida, a Reforma do Ministério, efetuada em 1953. Pela presença de nomes tais como os dos srs. Osvaldo Aranha e José Américo, o novo Ministério aparecia, de fato, como uma hábil fórmula destinada a ampliar a área das combinações de cúpula, mas ao mesmo tempo, pela presença do sr. João Goulart, no Ministério do Trabalho, representava a operação final de articulação dos dois níveis de ação, vale dizer, representava a armação de um dispositivo de cerco político, apto a efetuar o envolvimento dos seus adversários, entre dois fogos, e a derrotá-los ou, pelo menos, a neutralizá-los e obrigá-los a soluções de compromisso. Foram notórios os êxitos iniciais dessa manobra do sr. Getúlio Vargas, especialmente no círculo das direções partidárias, assim como também, por outro lado, foram evidentes os êxitos alcançados pelo sr. João Goulart, na articulação das forças sindicais, como bem o demonstrou a realização do Congresso da Previdência Social, que tanta celeuma levantou entre os tradicionais adversários do movimento operário brasileiro.

Na verdade, a oposição que então se fazia à política do Presidente da República não surgia dos círculos partidários oficiais, mas de fora dos Partidos, especialmente de certos setores da imprensa, sendo de notar-se, entretanto, que mesmo essa oposição jornalística não se dirigiu, de início, abertamente, contra o Governô, mas apenas contra um jornal que defendia esse Governô: a *Última Hora*. Era fácil de descobrir-se, entretanto, que apenas por tática essa oposição jornalística evitava, inicialmente, dirigir-se contra o sr. Getúlio Vargas mas que com rapidez passaria a atacá-lo abertamente.

Com efeito, era fácil de ver-se que essa oposição era constituída pelos que haviam operado calorosamente o golpe de 29 de outubro, e além disto, haviam-se mostrado favoráveis antes das eleições de 1950, à tese de que o sr. Getúlio Vargas, se eleito, não tomaria posse, e haviam sustentado, após a sua eleição, a tese especiosa da maioria absoluta. Essas mesmas forças eram as que, depois da posse do Presidente, haviam lutado acirradamente pelo afastamento do seu Ministro da Guerra, o general Newton Estillac Leal, afastamento que, sem nenhuma dúvida, constituiu o primeiro passo para o enfraquecimento militar do seu governô.

2. Na verdade, ampliando a sua frente de ataque, a oposição jornalística passou a investir contra o próprio Governô, embora que ainda limitando suas arremetidas à pessoa do sr. João Goulart, apontado então como o articulador de um golpe destinado a implantar uma República Sindicalista no país.

Era transparente, entretanto, que, embora tendo ainda o cuidado tático de não atingir diretamente a pessoa do sr. Getúlio Vargas, o que de fato a oposição jornalística objetivava era a desmoralização da autoridade do Presidente da República, para em seguida exigir a sua derrubada em nome do bem público, no mesmo estilo do que se havia feito a 29 de outubro de 1945. Por outras palavras, a oposição jornalística explorava o terreno, e na medida em que o encontrava seguro, ampliava suas arremetidas de "oposição moralista" ao sr. Getúlio Vargas, apontado como a fonte de todos os males e de toda a corrupção existentes no país, o qual, por isso mesmo, só voltaria à normalidade com a sua saída da Presidência da República. Mas esta saída, que inicialmente aparecia apenas na formulação de desejos de que passassem rapidamente os cinco anos do mandato presidencial, foi gradativamente sendo encarada como podendo ser, e mesmo como devendo ser — sempre em nome do bem público — um encurtamento efetivo do mandato do sr. Getúlio Vargas. Em suma, passava-se da formulação de vagos desejos, à ameaça velada de que "em algum recanto de quartel fermentava um Naguib" c,

finalmente, à ameaça aberta e ao apêlo franco a uma solução de força. Dêste modo, enquanto o sr. Getúlio Vargas armava um dispositivo político com vistas a eleições, vale dizer, elaborava uma política assentada no pressuposto da permanência do jôgo democrático, os seus adversários se conduziam nitidamente no sentido da violação das regras dêsse jôgo. Mais ainda, enquanto o Presidente da República apelava na sua política unicamente para o poder civil, para as combinações de líderes e para o apoio popular, a "oposição moralista" apelava, sobretudo, para o poder militar, depositando quase toda a sua esperança — como a deposita ainda hoje — na espada salvadora de algum Naguib, o qual, note-se bem, se ainda não se configurava plenamente, foi, talvez, pelo temor de que, à retaguarda, lhe viesse algum Nasser, ou ainda porque o modelo latino-americano para o caso não é propriamente aquêlo do naguibismo ou do bonapartismo, mas sim Castilho Armas.

Em suma, enquanto o sr. Getúlio Vargas se colocava e permanecia numa perspectiva puramente eleitoral, os que se proclamavam a si mesmos de "anti-golpistas" se preparavam justamente para desfechar o golpe, e o faziam, entre outras coisas, pelo temor de que as eleições dessem nova vitória ao seu adversário, que a seus olhos se tornava tanto mais perigoso quanto já ensaivava os primeiros passos de uma estratégia e de uma tática de maior profundidade social e de maior alcance histórico, a qual, notavam com desgosto, não era de nenhum modo incompatível com o funcionamento da *democratic machinery*, mas pelo contrário, assentava justamente em ingredientes aceitos como básicos da democracia, tais como as eleições, o direito de greve, etc. Essa verificação de que a *democratic machinery* não funciona necessariamente em favor do "bem absoluto", entendido êste como algo consubstancial às pessoas que defendem o moralismo, fez com que — note-se de passagem — começassem a ganhar corpo no seu meio teses tais como a do voto de qualidade ("um general não pode ter o mesmo voto de uma lavadeira") e mais do que isto, a opinião de que as eleições de outubro e as de 1955 constituíam a última oportunidade do regime, no sentido de que se delas não saísse vitorioso o moralismo, o mecanismo eleitoral só favorecia às forças do "mal" — e por isso mesmo deveria ser substituído por outro mecanismo que assegurasse definitivamente o triunfo do "bem" sôbre a "iniquidade". É claro que todo êsse moralismo manipulado, que todo êsse arsenal de velhas paixões puritanas exercitadas por todos os meios de velhas paixões moralistas exercitadas por todos os meios de difusão de que dispõe a técnica moderna da publicidade, não tem outro valor que não seja o de instrumento útil na aglutinação das frustra-

ções da classe média. Mas é bem significativo que êle tenha alcançado êxito, e que, por outro lado tenha se encaminhado justamente para uma solução golpista. E é bem significativo porquanto tem sido esta, tradicionalmente, uma rota ao longo da qual a classe média tem caminhado para as suas diversas tentativas de deter o curso da história, a fim de reconstruir o "paraíso perdido" do précapitalismo, a última das quais foi, sem dúvida, o fascismo, tentativas que, note-se bem, sendo obviamente impotentes para alcançar o seu objetivo de fazer parar o tempo, têm, entretanto, servido sempre de instrumento eficaz para a política de outras classes, as quais utilizam a classe média como brigada de choque, não raro abertamente organizada em *fascii de combatimento* ou em "seções de assalto".

3. Mas voltemos ao nosso tema. Enfrentado pelos ataques da "oposição moralista", o sr. Getúlio Vargas adotou a tática de ceder terreno para ganhar tempo, a qual, até certo ponto, se mostrou eficaz. O Memorial dos coronéis veio revelar que o setor mais vulnerável do governo era, sem dúvida, o militar, mas a "crise de fevereiro", superada pela nomeação do general Zenóbio da Costa e pela demissão do sr. João Goulart, veio mostrar que aquela tática inda guardava sua eficácia: O Presidente da República não fazia questão de perder terreno, contanto que ganhasse tempo a fim de chegar às eleições.

Por outro lado, a decretação dos novos níveis de salário-mínimo veio demonstrar que o sr. Getúlio Vargas continuava a fazer funcionar a política que elaborava tendo por alvo as eleições de outubro.

Apanhada entre os dois fogos da estratégia política do Presidente da República, cujas combinações de cúpula eram por êle pessoalmente comandadas, enquanto o sr. João Goulart, afastado do governo se ligava ainda mais estreitamente — e com êle o grosso do P.T.B. — aos movimentos reivindicatórios populares, a oposição moralista não conseguia fazer outra coisa senão repetir os *slogans* das denúncias, modificando apenas a linguagem, que se tornava cada vez mais agressiva. Percebendo o desgaste de suas armas, que ameaçavam perder a eficácia, a "oposição moralista" resolveu então enfrentar, diretamente, o problema do afastamento do Presidente da República, através do pedido de *impeachment*. A vitória do Governo Vargas neste episódio confirma a eficiência da tática que êle adotara para enfrentar os seus adversários e para amortecer os seus ataques.

Após a vitória parlamentar na questão do *impeachment*, tudo indicava, visivelmente, que o Governo Vargas se encaminharia, sem dificuldades, para as eleições de 1954, e que, se nelas não fôsse obter uma grande vitória, pelo menos conseguiria reunir

as forças suficientes para estimular com êxito a batalha da sucessão presidencial, em 1955.

4. Foi então que, de repente, sobrevem o atentado da rua Toneleros, o qual pelo seu primarismo, tanto na concepção como na execução do plano, mais parece uma obra de habilidoso inimigo do Governo Vargas, do que um ato de quem, realmente, pretendesse livrá-lo do seu maior adversário, o jornalista lider da oposição.

Deixando, porém, de parte, êste aspecto marginal da questão, basta assinalar que o atentado de Toneleros foi justamente a arma que faltava à "oposição moralista" para exigir e por fim obter a derrubada, pela força, do Presidente da República. Tampouco vamos repetir aqui aquêles fatos que ocorreram em dias que ainda estão na memória de todos. Apenas assinalaremos que tais acontecimentos vieram lançar luz sobre a deficiência fundamental da política do sr. Getúlio Vargas, que é a seguinte: ela se sustentava quase inteiramente sobre a sua pessoa e sobre o êxito das suas combinações, de modo que, posta em xeque a sua posição pessoal, todo o seu mecanismo ficava praticamente paralisado, além do que, qualquer êrro que o sr. Getúlio Vargas cometesse comprometeria todo o conjunto. E foi de fato o que aconteceu: o sr. Getúlio Vargas errou quando, mesmo após Toneleros, pensava que ainda podia insistir na tática de trocar terreno por tempo, quando era evidente que, de concessão em concessão, terminaria por ficar prisioneiro em palácio, com o destino de sua política a depender inteiramente de umas quantas pessoas que empenhavam nela, apenas, as suas palavras e seus juramentos formais de fidelidade ao Poder constituído, sem qualquer disposição de empenhar igualmente as suas vidas. E de quem nela empenhasse as próprias vidas — era o que estava a exigir àquela altura a política do Presidente da República, como na verdade ficou demonstrado pela única solução que êle mesmo encontrou para o impasse.

5. Em meio à campanha encenada pela "oposição moralista" em torno do atentado de Toneleros, com todos os recursos que a técnica publicitária lhe oferecia, o suicídio do Presidente da República irrompeu com a severa gravidade de uma tragédia, marcando, com a grandeza do gesto de poder, a seriedade histórica da política que êle resumia na sua carta-testamento.

O último gesto do Presidente da República veio revelar não só as reservas da fidelidade que êle mantinha para com sua vocação política — pois fez de sua morte um gesto nitidamente político, no maior e melhor sentido — como veio lançar luz sobre as dificuldades históricas e, em particular, sobre as dificuldades políticas que terão de enfrentar as forças da revolução nacional,

postas em marcha sobretudo a partir de 1930, e que tomaram um novo alento a partir de 1945. Lançou uma nova luz igualmente sobre a insuficiência dos métodos personalísticos para fazer a política requerida pelas condições históricas do presente e veio mostrar que sem uma estruturação política em nível mais alto e sem métodos mais adequados do que os de até agora, o desenvolvimento do país, especialmente o da sua economia, estará perigosamente comprometido, do mesmo modo que comprometido estará o próprio futuro do povo brasileiro como nação. Foi à luz destas lições oferecidas pelo trágico gesto do Presidente da República — lições que por mais que tenha o moralismo político procurado obscurecê-las, vão se tornando cada vez mais claras, na medida mesmo em que o conteúdo da carta-testamento vai sendo confirmado pelos fatos de todo dia — que o povo brasileiro ocorreu às urnas no mês de outubro, numa eleição das mais importantes para o futuro do país.

## II — O pleito e seus resultados

1. De um modo geral, o pleito de 3 de outubro decorreu normalmente, em todo o país. Seus resultados, sujeitos ainda no momento em que redigimos este artigo, a uma confirmação definitiva, em vista da demora dos processos de apuração e das beneficências de informação a respeito, são os seguintes, no que respeita à composição do nosso Congresso:

### 2. Senado Federal

P S D	22	cadeiras
P T B	15	"
U D N	14	"
P S P	4	"
P R	3	"
P L	2	"
P T N	1	"
P S B	1	"

A composição atual do Senado é a seguinte:

Amazonas	Rio Grande do Norte	Pará	Paraíba
PTB — 1	PSP — 1	UDN — 1	PSD — 2
PSD — 2	UDN — 1	PSD — 2	PL — 1
	PSD — 1		

Maranhão	Pernambuco	Piauí	Alagoas
PSD — 2 PL — 1	PSD — 2 PL — 1	PTB — 2 UDN — 1	UDN — 1 PSD — 2
Ceará	Sergipe	Bahia	Minas Gerais
PTB — 1 PSD — 1 PSP — 1	PR — 2 UDN — 1	PTB — 1 PL — 1 PSD — 1	PSD — 2 PR — 1
Espírito Santo	São Paulo	Distrito Federal	Goiás
PSD — 2 PR — 1	PSD — 1 PTB — 1 PSP — 1	PTB — 1 PSP — 1 UDN — 1	PSP — 2 PSB — 1
Rio de Janeiro	Mato Grosso	Paraná	Santa Catarina
PSP — 3	UDN — 3	UDN — 1 PSD — 2	PTB — 1 PSD — 2
	Rio Grande do Sul		
	PTB — 1 PSD — 2		

### 3. Câmara Federal

Segundo a última publicação da sua mesa, a composição atual da Câmara de Deputados é a seguinte:

P S D	114	membros	P T N	3	membros
U D N	74	"	P S T	2	"
P T B	55	"	P R T	1	"
P S P	24	"	Sem legenda	5	"
P R	14	"			
P L	6	"			
P D C	4	"			
			TOTAL	304	"

Por Estados, temos o quadro seguinte:

Amazonas (7)	Pará (9)	Maranhão (9)	Piauí (7)
PSD — 4	PSD — 4	PSD — 4	PSD — 3
UDN — 2	UDN — 2	PSP — 2	UDN — 2
PTB — 1	PSP — 2	PTB — 1	PTB — 2
	PR — 1	PDC — 1	
		Sem legenda - 1	
Ceará (17)	Paraíba (10)	Rio Grande do Norte (7)	Pernambuco (19)
PSD — 6	PSD — 4	PSD — 3	PSD — 9
UDN — 8	UDN — 3	UDN — 3	UDN — 6
PTB — 1	PTB — 1	PR — 1	PTB — 1
PSP — 1	PL — 1		PSP — 1
PR — 1	Sem legenda - 1		PDC — 1
			Sem legenda - 1
Alagoas (7)	Bahia (25)	Sergipe (7)	Espírito Santo (7)
PSD — 1	PSD — 7	PSD — 2	PSD — 4
UDN — 3	UDN — 6	UDN — 2	UDN — 1
PTB — 2	PTB — 3	PTB — 1	PSP — 1
PSP — 1	PR — 4	PR — 1	PRP — 1
PDC — 1	PL — 3	PSB — 1	
Sem legenda - 1	PST — 1		
	PDC — 1		
Distrito Federal (17)	Rio de Janeiro (17)	Minas Gerais (38)	São Paulo (40)
PSD — 4	PSD — 7	PSD — 16	PSD — 9
UDN — 3	UDN — 4	UDN — 12	UDN — 5
PTB — 5	PTB — 4	PTB — 5	PTB — 11
PSP — 2	PSP — 2	PR — 4	PSP — 9
PRT — 1		PSP — 1	PTN — 3
PSB — 1			PST — 1
PR — 1			Sem legenda — 2

Goiás (7)	Rio Grande do Sul (22)	Mato Grosso (7)	Paraná (8)
PSD — 4	PSD — 8	PSD — 3	PSD — 2
UDN — 2	UDN — 1	UDN — 3	UDN — 2
PSP — 1	PTB — 10	PTB — 1	PTB — 3
	PRP — 1		PR — 1
	PL — 2		
Santa Catarina (9)	Acre (2)	Guaporé (1)	Rio Branco (1)
	PSD — 2		
PSP — 4		PTB — 1	PTB — 1
UDN — 4	Amapá (1)		
PTB — 1	PSD — 1		

5. A nova composição da Câmara Federal ainda não está perfeitamente delineada. Apenas podemos dizer, a grosso modo, que o PSD continuará majoritário com 125 a 130 cadeiras, enquanto a UDN fará de 70 a 75 cadeiras e o PTB de 65 a 70.

Além destas, contamos apenas com as seguintes informações, por Estado, sujeitas ainda a confirmação:

Minas Gerais	São Paulo	Rio Grande do Sul
UDN — 18	PSD — 13 cadeiras	PTB — 11 cadeiras
UDN — 10	PSP — 11	PSD — 7
PR — 5	PTB — 8	PL — 3
PTB — 5	PTN — 5	PRP — 2
PSP — 1	UDN — 4	UDN — 1
	PSP — 2	
Total — 39	PDC — 1	Total — 24
	Total — 44	
Distrito Federal	Bahia	Ceará
Aliança Popular — 6 cad.	PSD — 7 cad.	PSD — 6 cad.
PTB — 6	UDN — 5	UDN — 6
PSB — 2	PTB — 5	PSP — 3
PSD — 2	PR — 6	PTB — 2
PRT — 1	PL — 4	PR — 1
Total — 17	Total — 27	Total — 18

## Novos Governadores Estaduais

*Amazonas*

Plínio Coelho — PTB

*Piauí*

Jacob Gaioso — PSD - PTB

*Ceará*

Paulo Sarazate — UDN - PTB

*Pernambuco*

Cordeiro de Farias — PSD - PSP - PDC - PL

*Bahia*

Antônio Balbino — PSD - PTB - PSP - UDN

*Espírito Santo*

Francisco Aguiar — PR - PTB - PSP - UDN

*Rio de Janeiro*

Miguel Couto filho — PSD - PTB

*São Paulo*

Jânio Quadros — PSB - PTN

*Rio Grande do Sul*

Ildo Meneghetti — PSD - UDN - PL

Nota: Faltam os resultados de Sergipe e Goiás. Nos outros Estados não houve eleição para Governador.

*O quadro prévio*

O espelho das eleições é revelador. Merece, entretanto, uma observação, prévia: realizaram-se depois de tentativas de adiamento, que a imprensa abrigou, a princípio, pois semelhante tese apenas seguia o curso dos acontecimentos desfechados no golpe de agosto. Sustentava-se que seriam as eleições travadas com "cartas marcadas", isto é, sob a comoção da tragédia do sr. Getúlio Vargas.

O presidente do Partido Libertador sugeriu a providência ao Judiciário, mas a própria imprensa, por motivos particulares mais cautelosa, esquivou-se de assumir a responsabilidade do adiamento, com o endosso dos riscos aí contidos. E o Tribunal Superior Eleitoral confirmou a data do pleito.

O fato se deve a que o adiamento deixava suspeitar um primeiro passo para a completa subversão do regime constitucional, ao qual a vanguarda moralista emprestara extraordinária ênfase na sua campanha contra o governo deposto. A invocação insistente dos conceitos de dignidade, austeridade, compostura e as repetições da propaganda contra o roubo, o golpe e outras formas de burla à pureza do princípio da autoridade impediam levar-se a derradeiras conseqüências a manobra para consolidar o poder ameaçado. O círculo subjetivo criado em torno do constitucionalismo aconselhava, então, uma atitude temporizadora. Falta amadurecimento. A ocasião não era propícia.

Realizaram-se, por conseguinte, as eleições.

*Distribuição de forças*

Ainda que incompletos os resultados até hoje conhecidos, é evidente que o Partido Trabalhista Brasileiro não logrou sua esperada vitória a 3 de outubro. Logrou-a, ao contrário, o Partido Social Democrático. A União Democrática Nacional saiu, entretanto, abalada do pleito, ao ponto de perder o segundo lugar no Senado para o PTB e de passar a ombrear-se, praticamente, com esse partido na Câmara Federal.

Alguns pequenos partidos, como o Republicano, o Trabalhista Nacional e o Libertador avultaram um pouco de número. Constituinte, todavia, fenômenos de natureza mais local que outra coisa, serviram freqüentemente como abrigo à política de pêso específico e fugidos de outras legendas: sua importância é escassa, exceto em épocas de sucessão presidencial, como hoje, quando poderão engrossar correntes afins.

Seriam, por exemplo, os casos do PL com a UDN, de que aquêle é quase uma seção no Rio Grande do Sul; o do PR com o PSD, em regra; o do PTN com o PTB, por questões de origem; etc.

Do ponto de vista nacional, os resultados eleitorais ainda apontam um importante fato. O PSP sofreu sério revés nos Estados, salvando-se São Paulo, onde o ademarismo ainda pôde conferir alguma substância. De modo geral, porém, perdeu significação em todo o país.

O panorama desliza, assim, para as rubricas PSD, UDN e PTB a chefia dos movimentos políticos de importância. Caracterizam-se do seguinte modo:

*A essência dos partidos*

As composições partidárias deixam perceber que não se trate de organização rigidamente constituída, mas antes cindidas em



tanto, desfavoráveis ao capital nacional, para problemas como o do petróleo (1), o da energia elétrica e o da imigração.

c) o trabalhismo, sob a legenda do PTB, formou-se de representações estritamente indiretas, sofrendo as conseqüências daí decorrentes, expressas por uma decolagem social maior do que a verificada nos demais partidos.

Sem embargo, a compreensível desorganização que apresentaria, mesmo que se houvesse constituído de modo diferente — poderia dizer-se, de modo mais *intimista* — não lograria alterá-lo decisivamente, em curto prazo, para lhe facultar melhor aproveitamento das suas oportunidades, como à morte trágica do sr. Getúlio Vargas e o apêlo da sua carta-testamento. Mas o golpe de agosto, aguçando o processo político, parece lhe ter trazido a consciência do delineamento histórico que assinalava sua formação;

d) a dispersão do ademarismo, com a derrota do *condottiere* paulista, põe estas forças à disposição de tôdas as outras, num instante em que a disputa de prestígio e contingentes eleitorais é de sensível importância para os destinos do país, em todos os campos das atividades nacionais.

A seu respeito poderá dizer-se que o apêlo mais capaz de interessá-lo já foi emitido, faltando somente sua complementação de ordem administrativa. Trata-se do aparecimento do sr. Jânio Quadros na política paulista, que repetiu, com uma nota de maior compostura, o fenômeno ademarista, a despeito da atual hostilidade existente entre ambas essas forças e que é menos a expressão de suas diferenças do que da luta pela liderança dos mesmos contingentes eleitorais.

#### O condicionamento partidário

Resulta do reconhecimento desses fatos que os partidos, com maciça formação de classe média, e para que só agora acorrem industriais e banqueiros à procura de colocação política pessoal e de classe, tendem a funcionar menos como *forças para si* do que como *forças em si*, exigidas por aquelas a que até então quase inexpressamente simbolizaram.

(1) — Embora a UDN se tenha tornado responsável pela fórmula atual da Petrobrás, tal iniciativa se deve ao fato de haver experimentado a necessidade de recuperar-se eleitoralmente e porque lhe parecia politicamente proveitoso superar o nacionalismo moderado da proposta do Executivo. Na prática, no entanto, verificou-se que o partido não podia suportar um divórcio tão acentuado com os interesses das forças que representa e que o lastreiam, motivo pelo qual já se nota um nítido receio dessa posição, que a UDN, por razões táticas, realiza por intermédio do Governador Café Filho, que é uma espécie de cripto-UDN.

O fenômeno sociológico da docilidade-das classes médias aqui ocorre em toda a sua expressão, sendo a natureza das reivindicações das classes representadas que determina o comportamento político que devem seguir seus representantes, em face dos problemas nacionais e, nestes, em face das conveniências relativas à sobrevivência dos respectivos grupos políticos.

Assim, no quadro dos interesses em conflito, um traço geral e profundo lhes faculta um estilo político que transparece na rápida mobilidade das disposições partidárias, entre si. As alianças e contra-alianças se sucedem e substituem com espantoso desprezo pelas mais claras posições ideológicas das classes — o que, por exemplo, se observou ainda depois de 24 de agosto, quando a UDN e o PTB mantiveram acordos eleitorais nos Estados, com o fito de excluir e vencer adversários meramente locais. Isso não obstante, terminado o pleito, voltou o PTB a se mobilizar em torno da bandeira desfraldada contra a UDN, para se vincular, num lance preciso, ao PSD, cujas propensões para liderar o movimento industrializador atraíam, naturalmente, o trabalhismo nacional.

Como se vê, seria necessário, que a representação partidária estivesse preenchida pela classe média, para que essas manobras de incongruente aparência pudessem se verificar, enquanto a luta ideológica era sustentada no plano parlamentar e publicitário e preparava o terreno político para decisões mais importantes: como, hoje, a sucessão presidencial.

#### Significação da sucessão

Toda ênfase sobre um evento da magnitude de uma sucessão presidencial, num país como o Brasil dos dias presentes, não será exagerada. Sobretudo, quando se considere que o Brasil atravessa a fase essencialmente crítica de sua história. País obrigado a industrializar-se, na medida de uma crescente densidade e decrescente capacidade importadora de bens manufaturados, só na racional tomada de posições compreensivas deste fenômeno poderá conduzir-se por soluções satisfatórias, menos cheias de dilacerantes riscos sociais.

A outra solução será o retorno ao simples estágio de país produtor de matérias-primas, num mundo onde as opções econômicas e políticas se circunscreveram a essas duas formas.

Importa hoje, pois, saber que processo político adotarão as forças sociais, no Brasil. E é sob esse aspecto que se defrontam as correntes partidárias.

Deste modo, mesmo que essas correntes não possuam uma exata noção de seu conteúdo ideológico, ainda assim é certo obe-

decerem elas aos estímulos que lhes são peculiares. Reagem na defesa de um complexo de projetos por elas reconhecidos, de maneira intuitiva, como aspirações vitais das forças que representam — o que já é um modo de se revelarem politizadas.

Essa a razão pela qual os agrupamentos partidários que se formam depois das eleições — com as dissidências mencionadas — apontam o caminho de uma bipartição política sempre sonhada na República e nunca alcançada por via jurídica. A pulverização dos partidos, nos últimos sessenta anos, para escândalo dos saudosistas do Império, só agora pode ser resolvida, quando se apresentam escolhas radicais e excludentes, que emergem da própria história.

É neste sentido que quase todo o PSD e o PTB encontraram sem maiores hesitações seu denominador comum, no caso da sucessão presidencial, enquanto a dissidência pessedista, refletindo erros de enquadramento partidário, nos Estados, não deixou de perceber na UDN sua natural aliada para a disputa eleitoral. E como, ao nível da liderança partidária, as posições já estão assumidas de modo quase irrecorrível, parece pouco provável que o sistema bipartidário deixe de ser instituído — embora não, formalmente, mas ao tipo de alianças de legendas, ocorrendo dizer também que as tentativas para evitá-lo ficam à conta das forças minorativas que têm demonstrado grande capacidade de manobra política, tal como agora, por exemplo, quando se empenham em confundir o jogo político, para ganhar tempo.

### O jogo político

O cômputo das legendas do PSD e do PTB, bem como a tradição de ambos nos redutos onde influem, e suas raízes aí, mostram que se trata em princípio de partidos majoritários, cônscios de sua situação e ansiosos por se reafirmarem no terreno político, para isto necessitando apenas de que se realizem as eleições. O contrário, porém, se dá com a UDN e seus aliados partidários, ou dissidentes-partidários. Nesta sua condição de minoria os impulsiona para saídas diversas das contidas apenas no esquema constitucional. Em seu caso, a invocação das praxes democrático-representativas não tem mais valor existencial, mas dogmático. E eis porque, ainda, tentam envolver o adversário com expedientes desmoralizadores da mesma tradição política que alegavam defender, ao provocarem a queda do Governo Vargas.

Tais são, na ordem do dia, os casos da manutenção do sr. Etelvino Lins e seus correligionários dentro do PSD — elemento estreitamente vinculado aos grupos militares da UDN; da proclamação urgente do PSD gaúcho contra qualquer aliança com o

PTB; e das declarações de origem udenista, em sua imprensa, a respeito das virtudes de fórmulas conciliadoras, prévias a candidatos, como se aquelas não implicassem na existência desses.

Ou, bem mais: enquanto essas manipulações eram realizadas, corriam na imprensa, no rádio e no Parlamento rumores de preparação de um segundo golpe, se porventura não se chegasse à "União Nacional" — com a UDN.

Esta fase pôde ser, felizmente, superada. O lançamento de candidatura pessedista modificou algo o panorama, obrigando a um desvio tático as correntes chefiadas pela UDN. Estas, baseando-se em ambições pessoais no PSD (catarinense, por exemplo) e na esperança de empolgar situações estaduais com candidaturas de significação regional (São Paulo, ou Minas Gerais), voltaram-se para as reservas de que dispõem e para as de que poderiam dispor, como no caso do sr. Jânio Quadros, em quem o sr. Afonso Arinos já reconheceu "um udenista em delírio". Unidas essas reservas, tais correntes efetivamente apresentam possibilidade de enfrentar a aliança PSD-PTB.

### O golpismo

O moralismo, todavia, não desistiu jamais da solução golpista. Avançando a idéia de uma candidatura militar, por ser militar, acena às Forças Armadas com um gesto sedutor, que torne claro quem lhes está, entre todos, mais próximo. Ao mesmo tempo, deixa em pauta com isso o remédio heróico de que lançará mão, se não conseguir contingentes bastantes para disputar em pé de igualdade as eleições.

Contam essas correntes, demais, com a incerta política do atual governo, que favorece, em futuro não remoto, a sugestão do golpe. Isto porque, ao tomar uma orientação antiindustrialista, mediante indiscriminadas restrições de crédito (suprimindo financiamentos sem os quais a indústria não se pode manter) deixa aberta a porta que conduza a todo tipo de perturbações sociais, sendo as mesmas agravadas, enfim, pelas inclinações munificentes de um Congresso largado à sua sorte — e onde o governo poderia formar maioria, se quisesse, mas de que nem sequer procura aproximar-se.

Sendo óbvio que as situações caóticas favorecerão às forças que disponham do poder, não será difícil concluir que o prestígio da UDN junto aos mais irrequietos grupos das Forças Armadas (por isso, até agora muito eficientes) servirá aos seus desígnios extra-eleitorais. Assim foi a 24 de agosto, que não se completou logo depois pelos motivos expostos antes. Mas o tempo conspira,

em parte, a favor do moralismo, que tem pela frente alguns meses para reafirmar-se.

Por conseguinte, a questão entre a solução pacífica e a golpista é de prazos. Dentro da não pequena área de liberdade em que é possível operar ainda, compete às correntes dispostas a assegurar saída tranquila para o crítico momento atual denunciar, de um lado, qualquer tentativa de subversão do regime e, de outro lado, aproveitar o capital criado pelo próprio golpismo o irremediável descontentamento popular a fim de que possa alcançar seus objetivos, que no presente correspondem a uma legítima aspiração de desenvolvimento econômico e social para o país.

## O LEGADO POLÍTICO DE VARGAS E AS POSSIBILIDADES DE SUA POTENCIALI- ZAÇÃO IDEOLÓGICA

O desaparecimento do Presidente Vargas nas condições espetaculares em que ocorreu no dia 24 de agosto do corrente, tornou mais agudo um momento importante da evolução política do país, momento em que atinge um ponto crítico a contradição entre forças atuantes na sociedade brasileira. Estas forças são, de um lado, aquelas que traduzem as tendências de autodeterminação do País e, de outro lado, aquelas que articuladas com grupos internacionais, se beneficiam, na qualidade de intermediárias, com a exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas em troca de produtos acabados e semi-acabados.

A importância do suicídio do Presidente Vargas, no tocante à nossa evolução política, é indiscutível enquanto serviu para iniciar grandes contingentes do eleitorado na lúcida percepção de certos dados ou supostos do jogo partidário, ordinariamente obscuros em condições normais.

Examinada objetivamente a carta ao povo deixada pelo Presidente suicida e, portanto, pondo de parte o aspecto polêmico e pessoal da mesma, não há negar que nesse documento se delineiam os pontos básicos de uma política pela emancipação nacional. Estes pontos, claramente indicados, consistem nos seguintes: o desenvolvimento econômico, através de medidas como a Petrobrás e a Electrobrás; a proteção ao trabalhador; e a luta contra a espoliação da economia nacional; e se induzem do trecho mais importante da carta, a seguir transcrito.

“Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia ao trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na po-

tencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Electrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

“Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder”.

Os pontos anteriormente ressaltados e que se articulam numa linha ideológica coerente, na verdade, no caso de Vargas, não resultaram do que se poderia considerar uma meditação teórica sobre os problemas brasileiros. Embora, numa análise *post-mortem*, aqueles pontos possam legitimamente exprimir a essência do legado político de Vargas, este sempre os formulou de maneira assistemática, híbrida e, com frequência, de permeio com teses outras que os contraditavam, às vezes. Mas, a despeito de tais claudicâncias e da insuficiente coerência de suas posições, Vargas, em última instância, representa em nossa evolução partidária a mais avançada posição a que atingiu, entre nós, a política paternalista ou de clientela. Todavia, Vargas jamais teve uma concepção elaborada, em termos ideológicos, da tarefa governamental. O cidadão Vargas era, em sua vida privada, um proprietário de fazenda, e esta condição teria forçosamente de influenciar a sua concepção de governar, principalmente não tendo sido ele, como se sabe, um homem dado a cogitações teóricas. Ao contrário, muito de sua despreparação teórica foi suprida por uma extraordinária capacidade de alcançar as tendências reais da sociedade nacional, sua atitude diante delas tendo consistido em deixá-las seguir o seu rumo. Não era um homem de vontades fortes. Era um homem sagaz e temporizador. Assim em seus períodos de governo jamais obedeceu a uma diretriz política firme, mas se mostrava plástico às forças reais em jogo, procurando sempre uma posição de equilíbrio. Foi, assim, com frequência, o homem certo para os momentos certos, pois se tivesse adotado rigidamente uma orientação segura provavelmente não se tivesse mantido como governante tão longo tempo.

Não obstante, as diretrizes contidas na carta de Vargas configuram a tarefa política mais ajustada ao interesse nacional na presente fase da nossa evolução.

Que possibilidades existem, no Brasil, para um trabalho ideológico tendo em vista a realização daquela tarefa?

Para responder a tal pergunta, vejamos a quem interessa esta orientação. É claro que teoricamente interessa, em particular, a três forças: à burguesia industrial; ao proletariado industrial, e aos quadros técnicos recrutados na classe média e que realizam atividades gerenciais e de aconselhamento no nível da direção dos negócios particulares e governamentais.

Uma vez discernidas estas forças importa indagar a seguir se elas são já efetivamente forças para si mesmas, isto é, com a plena consciência de seus interesses ou se, por sua incipiência, permanecerão alheias aos seus verdadeiros interesses.

No que diz respeito à situação da burguesia industrial e ao proletariado industrial, tomemos inicialmente como base de raciocínio, o ano de 1950, para o qual existem dados do recenseamento geral. Examinemos o quadro a seguir:

RECENSEAMENTO GERAL DE 1950  
 DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO AS CLASSES DE INDÚSTRIA  
 CAPITAL APLICADO E OPERÁRIOS — 1.º-1-1950

ESPECIFICAÇÃO	Capital aplicado (Cr\$ 1.000)	%	Operários	%
Transformação de minerais não metálicos ...	3.143.511	6,29	108.015	9,02
Metalúrgica .....	4.953.319	9,92	87.697	7,32
Mecânica .....	760.684	1,52	21.578	1,80
Material elétrico e material de comunicações ..	583.275	1,17	14.208	1,19
Material de transporte (construção e montagem) .....	1.029.417	2,06	14.922	1,24
Madeira .....	1.380.953	2,76	41.902	3,50
Mobiliário .....	539.740	1,08	33.001	2,75
Papel e papelão .....	1.702.091	3,41	22.060	1,84
Borracha .....	388.924	0,77	7.484	0,62
Couros e peles e produtos similares .....	513.571	1,02	17.440	1,46
Química e farmacêutica.	4.021.445	8,06	59.223	4,94
Têxtil .....	8.927.225	17,88	309.676	25,85
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos ....	774.254	1,55	65.918	5,50
Produtos alimentares ..	8.927.992	17,88	176.160	14,71
Bebidas .....	1.896.594	3,80	27.931	2,33
Fumo .....	281.674	0,56	11.604	0,97
Editorial e gráfica .....	1.731.177	3,47	34.487	2,88
Construção civil .....	1.081.401	2,16	103.621	8,65
Serviços industriais de utilidade pública .....	6.665.546	13,35	18.507	1,54
Diversas .....	646.825	1,29	22.650	1,89
TOTAL .....	49.949.618	100,00	1.198.084	100,00

É fácil verificar por êstes dados a debilidade de nossa indústria. Apenas cêrca de 20% do capital aplicado concerne aos setores de transformação de minerais não metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte (construção e montagem), setores êsses que decisivamente

constituem o suporte para a tomada de consciência de classe de uma burguesia industrial. Em tais condições, é compreensível que a nossa burguesia industrial, apesar da importância no dividendo nacional, da produção industrial, não se tenha diferenciado ideologicamente com nitidez das chamadas classes conservadoras.

A natureza e o vulto dos investimentos nestes setores é que levam ordinariamente a burguesia à prática de medidas de longo alcance, no sentido da defesa institucional dos seus interesses. Enquanto aquêles setores não alcançam importância decisiva em nossa indústria, esta não pode superar a sua atual condição em que o princípio da organização individualística prepondera sobre o princípio de organização superindividual ou da planificação. Opera ainda como fator de retardamento da estruturação em termos institucionais e ideológicos da burguesia industrial o fato de, com freqüência, serem os nossos grandes capitães de indústria ao mesmo tempo latifundiários — o que lhes dificulta a percepção da contradição entre os fatores de autodeterminação e de alienação da economia brasileira.

Na verdade, a nossa burguesia industrial, pela relativa debilidade de seus negócios, é imediatista. Ela não alcança ainda as vantagens de um trabalho ideológico orientado no sentido da integração de suas forças com as do proletariado e as dos quadros técnicos e está interessada por objetivos imediatistas, os quais podem resumir-se em: altas tarifas, baixa tributação e baixos salários. Via de regra, o industrial brasileiro só é sensível ao apêlo de organizar-se institucionalmente quando se trata de defender tais interesses.

O contingente que poderia interessar-se diretamente pelo trabalho ideológico em exame seria, em números redondos, cêrca de 2.400.000 pessoas ocupadas em atividades industriais, correspondendo a menos de 70% de nossa população ativa (pessoas de 10 anos e mais). Todavia, esta massa, também carece de suportes objetivos que o habilitem a integrar-se num movimento ideológico. Advirta-se que atingem, apenas, cêrca de 20% dos nossos operários industriais os que estão ocupados nos setores básicos acima discriminados. Em conjunto, trata-se de um proletariado constituído em sua imensa maioria de pessoas apenas adestradas e, além disto, constituído, em larga margem, de trabalhadores recentemente migrados das zonas rurais, compondo uma massa de escassa sensibilidade ao trabalho ideológico.

Finalmente, os quadros técnicos antes referidos são aquêles virtualmente portadores de capacidade teórica e prática para a promoção do trabalho ideológico, desde que a burguesia industrial e o proletariado sejam suscetíveis ao mesmo.

A primeira vista, êste raciocínio parece inclinar-se por uma conclusão bastante desanimadora quanto às possibilidades da mobilização de forças em torno de uma ideologia nacional. Vistas, entretanto, aquelas forças em termos de suas tendências, minoraram-se as expectativas pessimistas. Assim é que, mantendo-se altas as taxas de investimentos industriais e de crescimento da massa operária e agudizando-se a contradição entre os interesses latifúndio-mercantis e os da burguesia nacional, estimula-se a maturidade ideológica. O País jamais inverteu à taxa tão alta quanto a dos últimos anos, entre 18 e 20 por cento e, depois da última guerra até 1951 cresceram de 290% as importações de equipamentos industriais.

De 1939 a esta parte, nota-se que a estrutura da indústria brasileira vem mudando qualitativamente, num ritmo acelerado. Tomando-se por base aquêlê ano, têm-se os seguintes índices de nossa produção industrial para 1945: siderurgia e metalurgia — 168; equipamento de transporte — 49; produtos minerais não metálicos — 221; papel e derivados — 127; derivados da borracha — 492; gorduras e óleos vegetais — 147; couros — 85; tecidos — 143; calçados — 157; alimentos, exceto bebidas — 105; bebidas — 155; imprensa e editorial — 114.

Em 1950 êsses índices passaram, respectivamente às grandezas seguintes: siderurgia e metalurgia — 594; equipamento de transporte — 367; produtos minerais não metálicos — 379; papel e derivados — 222; derivados da borracha — 902; gorduras e óleos vegetais — 190; couros — 119; tecidos — 175; calçados — 170; alimentos, exceto bebidas — 149; bebidas — 215; imprensa e editorial — 162.

Ora, observa-se precisamente o maior ritmo de crescimento nos setores básicos.

Acresce, ainda, que a tomada de consciência da necessidade de desenvolver rapidamente a nossa indústria de base é crescente e se torna assim um parâmetro que atua de modo favorável à potencialização ideológica do desenvolvimento do País. Ainda mais, a nossa burguesia industrial não tem capacidade financeira para realizar o desenvolvimento da indústria de base do País, no vulto e no prazo útil necessários. Esta é uma tarefa que, nas condições do Brasil, só o Estado pode realizar, e para tanto é necessário a mobilização da opinião pública — o que se constituiu também, num imperativo de progresso político-ideológico.

Em apoio dêste ponto de vista merecem nota as reações suscitadas entre os industriais pelas recentes diretrizes do ministro Eugênio Gudin e, em meios mais amplos, a esboçada tentativa de modificação das diretrizes nacionalistas da Petrobrás.

Tudo indica, por conseguinte, que poderemos atingir, em breve prazo, o mínimo de condições objetivas necessárias para estruturar, em bases político-ideológicas, o desenvolvimento nacional, mobilizando para tanto os contingentes mais interessados.

Dentro dessa ordem de idéias, a tarefa imediata que se impõe é a de interessar as vanguardas do proletariado, da burguesia industrial e da inteligência técnica no empresamento daquela tarefa promocional.

É óbvio que a tarefa em aprêço só poderá interessar, por enquanto, a uma minoria, a qual terá tanto mais eficácia social quanto mais organizada e mais alerta na exploração das oportunidades que se oferecerem no sentido da propagação da ideologia nacionalista. Portanto, o primeiro imperativo é o da organização desta minoria para a militância. Só há vantagens na organização desta minoria, as mais salientes das quais sendo: a execução de quadros para a atividade revolucionária e a consequente formação de uma consciência nacional.

A militância de uma tal minoria se resume fundamentalmente no trabalho teórico e no estabelecimento de contatos diretos com as vanguardas do proletariado e da burguesia nacional.

No plano do trabalho teórico, ter-se-á de eludir o perigo de adotar literal e mecânicamente os clichês conceituais ou os modelos já prontos que se encontram na literatura universal sobre o desenvolvimento de outros povos. A consulta a esta literatura é, obviamente, imprescindível, mas a natureza da tarefa em tela exige o estímulo da capacidade de pensar em termos genuínos, por processos empíricos-indutivos, partindo da análise dos fatos para o plano categorial.

Eis porque é importante o engajamento da referida minoria na *praxis*, o que só se consegue pela sua articulação efetiva com as ditas forças de vanguarda, enquanto atuantes em nosso meio. É esta articulação que, em última análise, poderá constituir a referência para o teste do trabalho teórico.

A campanha presidencial que se vai processar no próximo ano transcorrerá, naturalmente, dentro dos atuais quadros de nossa organização político-partidária, na qual só se discerne uma força ideológica organizada — que é o Partido Comunista. As primeiras proclamações das forças políticas do País sobre a sucessão presidencial já exprimem, porém, tendências muito nítidas quanto o problema da ideologia nacional. E, neste particular, a minoria acima aludida tem um papel a desempenhar —

o de participar das combinações político-partidárias e o de contribuir para desembaraçar as forças mais coincidentes com o interesse nacional.

Este engajamento é dialéticamente necessário para que a minoria em aprêço se habilite a assumir a tarefa de estruturação ideológica do desenvolvimento nacional, estruturação esta cuja forma não pode ser deduzida *a priori*, mas resultará antes da prática, através de um processo indutivo.

## NOTICIÁRIO DO IBESP

### *Seminários do IBESP em 1954*

No auditório do Ministério da Educação e Cultura, tiveram lugar, desde maio de 1954 os Seminários do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política. Foram realizados os cursos de conferências sobre os seguintes temas: sociologia de nossa época; economia no século XX; a política no século XX; a cultura no século XX; estudo histórico-sociológico do Brasil; história econômica do Brasil; situação atual do Brasil; teoria do desenvolvimento; condições institucionais do desenvolvimento, e condições econômicas do desenvolvimento, tendo-se matriculado em tais cursos, em conjunto, mais de setecentas pessoas.

Os Seminários em aprêço, levados a termo em três ciclos, constituíram um esforço de organização das idéias em que atualmente se baseiam as atividades de pessoas e instituições vanguardistas no campo da economia, da sociologia e da ciência política, e tiveram o propósito de contribuir para o equacionamento dos problemas brasileiros na perspectiva dos fatos e das idéias mais recentes do mundo contemporâneo.

O corpo docente dos Seminários se compôs de monitores e conferencistas. O monitor ou professor responsável se encarregou de assegurar a apresentação, de maneira sistemática e orgânica, da matéria prevista pelo temário de cada curso. Os conferencistas, escolhidos entre profissionais de grande tirocínio, apresentaram depoimentos de sua experiência no domínio a que se referia o respectivo curso. Atuaram como monitores os senhores: Cândido Antônio Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Celso Furtado, Ewaldo Correia Lima, Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Jorge de Serpa Filho, Roland Cor-

bisier e João Paulo de Almeida Magalhães. Atuaram como conferencistas os seguintes profissionais: Anísio Teixeira, Joaquim Faria Góis Filho, Nelson Werneck Sodré, José Leite Lopes, José Paulo Moreira da Fonseca, Sebastião Santana e Silva, Florestan Fernandes, Limeira Tejo, Otávio Bulhões, Diogo Nunes Gaspar, Juvenal Osório Gomes, Anibal Vilela.

As atividades dos Seminários do IBESP, realizadas em articulação com a Comissão Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, da Presidência da República, foram coordenadas pelo professor Guerreiro Ramos. Realizou-se dia 16 de dezembro o encerramento dos trabalhos deste setor do IBESP. Neste ano, voltarão a funcionar os Seminários, abordando novos temas, igualmente centrados na análise dos problemas fundamentais do Brasil e de nosso tempo.

## PANORAMA INTERNACIONAL

CONFERÊNCIA DE BERLIM

DOCUMENTÁRIO

A CONFERÊNCIA DE BERLIM, a despeito de não ter vencido o permanente impasse das relações entre os blocos americano e soviético, teve conseqüências da maior importância, que ultrapassaram tôdas as previsões da época. Diretamente, serviu para que se ajustasse a realização de uma nova conferência, a realizar-se em Genebra, para a discussão dos problemas asiáticos, particularmente os relativos à Guerra da Indochina, havendo os Estados Unidos, sob a pressão dos fatos e a insistência de seus aliados, sido obrigados a aceitar a participação da China na futura conferência, embora mantendo sua recusa a reconhecer o governo do sr. Mao Tse Tung. Foram os efeitos indiretos da conferência de Berlim, no entanto, que se revestiram de maior significação, porquanto a conferência de Genebra, depois de ser conduzida, conforme se esperava, a um malôgro quase irremediável, deu margem, súbitamente, graças à queda do Gabinete Laniel e à eleição do sr. Mendés-France para a chefia do governo francês, a que se consertasse a paz da Indochina. Ademais, pela amplitude dos temas nela debatidos, a conferência de Berlim proporciona um farto e precioso documentário a respeito das teses e das táticas sustentadas pelas grandes potências, no período que antecedeu à modificação operada, na política francesa, pelo governo Mendés-France.

Como anunciamos em nosso número precedente, era nossa intenção publicar, numa mesma edição, os textos das conferências de Berlim e Genebra. O grande volume do material relativo àquela, todavia, levou-nos, afinal, a reservar para publicação posterior o documentário de Genebra.

## DISCURSO DO PRESIDENTE EISENHOWER NA ONU EM 8-XII-53 (\*)

Quando o convite do Secretário Hammarskjold, para falar a esta Assembléia, alcançou-me nas Bermudas, eu estava justamente iniciando uma série de conferências com os Primeiros Ministros do Exterior da Grã-Bretanha e da França. Nosso assunto eram alguns dos problemas que confrontam o nosso mundo.

No decorrer da Conferência das Bermudas, tive sempre em mente a grande honra que me aguardava e que hoje, enfim, me é dada, de falar perante a Assembléia Geral das Nações Unidas.

Ao mesmo tempo que aprecio a distinção de vos dirigir a palavra, experimento um sentimento de regosiço ao contemplar esta Assembléia.

Nunca, na história, tanta esperança, para tantos povos, foi reunida em uma só organização. Vossas deliberações e decisões durante êstes anos sombrios já realizaram parte dessas esperanças.

Mas as grandes provas e as grandes realizações ainda estão pela frente. E na expectativa confiante dessas realizações, eu usaria o cargo que ora ocupo para assegurar-vos que o Governo dos Estados Unidos permanecerá firme em seu apoio a esta organização. Isto nós faremos com a convicção de que provereis uma grande parcela da sabedoria, da coragem e da fé que podem trazer a êste mundo paz duradoura para todas as nações e felicidade e bem-estar para todos os homens.

Não seria, é claro, próprio, aproveitar-me desta ocasião para apresentar-vos um unilateral relatório americano sobre a Conferência das Bermudas. No entanto, asseguro-vos que em nossas deliberações naquela maravilhosa ilha, procuramos invocar esses mesmos grandes conceitos de paz universal e de dignidade humana que estão claramente gravados em vossa Carta.

Não seria comensurável com esta oportunidade recitar, ainda que esperançosamente, piedosos lugares comuns.

(\*) Conforme texto publicado pelo "The New York Times", de 9-XII-53.

Decidi, portanto, que esta ocasião me autorizava dizer-vos algumas das coisas que têm estado na mente e no coração de meus companheiros do Legislativo e do Executivo, tanto quanto no meu espírito e coração, por muitos meses — pensamentos que pretendi antes externar primordialmente ao povo americano.

Sei que o povo americano partilha de minha crença profunda de que, se um perigo existe no mundo, é um perigo partilhado por todos — e, igualmente, que, se esperança existe no espírito de uma nação, esta esperança deve ser partilhada com todos.

Finalmente, se tiver que ser apresentada alguma proposta destinada a reduzir, mesmo em grau diminuto, as tensões do mundo de hoje, que auditório mais apropriado poderia haver que o dos membros da Assembléia Geral das Nações Unidas?

Sinto-me impellido a falar hoje uma linguagem que, em certo sentido, é nova, linguagem que eu, tendo passado grande parte de minha vida no serviço militar, preferiria jamais usar.

Esta nova linguagem é a linguagem da guerra atômica.

A era da energia nuclear avançou em passos tão rápidos que todo cidadão do mundo deve ter alguma noção, pelo menos em termos comparativos, da extensão dêsse desenvolvimento e da sua suprema significação para cada um de nós. Evidentemente, se os povos do mundo devem encetar uma inteligente busca da paz, devem estar armados com os fatos significativos da existência de hoje.

Meu relato sôbre o perigo e o poder atômicos é feito, necessariamente, em termos americanos, pois êstes são os únicos fatos inquestionáveis que conheço. Não preciso, no entanto, salientar a esta Assembléia que esta questão é de natureza mundial e não apenas nacional.

No dia 16 de julho de 1945, os Estados Unidos deflagaram a primeira explosão atômica experimental. Desde êsse dia em 1945, os Estados Unidos da América levaram a efeito quarenta e duas explosões experimentais.

As bombas atômicas são hoje vinte e cinco vêzes mais poderosas do que as armas com que despontou a era atômica, enquanto que as armas de hidrogênio têm uma potência equivalente a milhões de toneladas de dinamite.

Hoje em dia o estoque de armas atômicas dos Estados Unidos, e que está aumentando diariamente, excede de muitas vêzes a potência explosiva de tôdas as bombas e granadas que foram lançadas de todos os aviões e atiradas por tôdas as armas de fogo, em todos os teatros da Segunda Guerra Mundial.

Um simples grupo aéreo, seja naval ou com base em terra, pode agora lançar, sôbre qualquer alvo possível de ser alcançado, uma carga destrutiva que excede em potência tôdas as bombas

que caíram sôbre a Grã-Bretanha durante toda a II Guerra Mundial.

Em extensão e diversidade, o progresso das armas atômicas não tem sido menos notável. Tem sido êle tal que as armas atômicas já se tornaram convencionais em nossas fôrças armadas. Nas fôrças militares dos Estados Unidos, o Exército, a Marinha, a Fôrça Aérea e o Corpo de Fuzileiros Navais estão capacitados a fazer uso militar dessa arma.

Mas o terrível segredo e os formidáveis engenhos da fôrça atômica não nos pertencem exclusivamente.

Em primeiro lugar, êste segredo é compartilhado por nossos amigos e aliados, a Grã-Bretanha e o Canadá, cujo gênio científico contribuiu tremendamente para nossas descobertas originais e para o desenho de bombas atômicas.

Êste segredo é também conhecido pela União Soviética.

A União Soviética nos informou que, nestes últimos anos, tem dedicado vultosos recursos a armas atômicas. Durante êste período, a União Soviética fêz explodir uma série de dispositivos atômicos, inclusive um, pelo menos, envolvendo reações termo-nucleares.

Se algum dia os Estados Unidos possuíram o que se poderia chamar de monopólio do poder atômico, êste monopólio deixou de existir há alguns anos. Por conseguinte, embora tivéssemos começado mais cedo e, assim, tenhamos podido acumular o que hoje representa uma grande vantagem quantitativa, as realidades sôbre as fôrças atômicas encerram hoje dois fatos de maior significação ainda.

Primeiro, os conhecimentos que várias nações agora possuem sôbre essa fôrça, serão qualquer dia compartilhados por outras, possivelmente tôdas as outras.

Segundo, até mesmo uma vasta superioridade em número de armas e a sua conseqüente capacidade de devastadora represália, não serve, por si só, de preventivo contra a horrorosa devastação material e o pavoroso morticínio que seriam inflingidos por uma agressão de surpresa.

O mundo livre, cômico ao menos vagamente dêstes fatos, lançou-se, como é natural, a um vasto programa de sistemas de proteção e defesa. Êste programa será acelerado e expandido.

Mas que ninguém pense que dispêndio de vastas somas na produção de armas e na organização de sistemas de defesa, constitua uma garantia de absoluta segurança para as cidades e cidadãos de qualquer nação. A terrível aritmética da bomba atômica não permite tão fácil solução. Mesmo contra a defesa mais poderosa, um agressor, de posse de um mínimo efetivo de bombas atômicas para um ataque de surpresa, poderia provavelmente colocar

um número suficiente de suas bombas em alvos escolhidos para causar danos horribéis.

No caso de um tal ataque atômico aos Estados Unidos, nossa reação seria rápida e resolvida. Mas dizer que a capacidade de defesa dos Estados Unidos é tal que poderia infligir terríveis perdas ao agressor — dizer que a capacidade de represália dos Estados Unidos é tão grande que o país agressor seria arrasado — tudo isto, embora seja fato, não exprime verdadeiramente os propósitos e esperanças dos Estados Unidos.

Fazer uma pausa, seria confirmar a desesperada crença de que os dois colossos atômicos estão fadados malevolamente a se entreolharem indefinidamente por sobre um mundo temeroso. Parar, seria aceitar desesperadamente a probabilidade de destruição da civilização — a aniquilação da insubstituível herança da humanidade que nos foi transmitida de geração em geração — e a condenação do gênero humano a recomençar a luta secular de ascensão da selvageria à decência, ao direito e à justiça.

Certamente, nenhum membro da raça humana, em seu juízo perfeito, descobrirá vitória em tal desolação. Poderia alguém desejar seu nome fôsse ligado pela história a tal degradação e destruição humanas?

Algumas páginas da história de fato registram as faces dos "Grandes Destruidores" mas o livro da história, como um todo, revela a busca incessante da paz pela humanidade e a capacidade de construir com que Deus dotou o gênero humano.

É com o livro da história, e não com páginas isoladas, que os Estados Unidos sempre desejaram ser identificados. Meu país quer ser construtivo e não destrutivo. Quer acordos e não guerras entre nações. Quer viver, êle próprio, em liberdade e confiante em que os povos de todas as outras nações gozam igualmente do direito de escolher sua própria maneira de viver.

O propósito do meu país é, portanto, ajudar-nos a sair da escura câmara de horrores para a luz, a encontrar um modo pelo qual a mente dos homens, as esperanças dos homens, os espíritos dos homens possam avançar em direção à paz, à felicidade e ao bem-estar.

Nessa busca, sei que não deve faltar-nos paciência.

Sei que em um mundo dividido, como o nosso atualmente, a salvação não pode ser alcançada por um ato dramático.

Sei que muitos passos terão que ser dados durante muitos meses antes que o mundo possa um dia olhar-se e sentir realmente que um novo clima de mútua confiança pacífica se difundiu.

Mas eu sei, acima de tudo mais, que devemos dar êsses passos — agora.

Os Estados Unidos e seus aliados, a Grã-Bretanha e a França, tentaram, nos últimos meses, alguns desses passos. Que ninguém diga que evitamos a mesa da reunião.

De há muito está registrado o pedido dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França para negociar com a União Soviética os problemas de uma Alemanha dividida.

Nesse mesmo registro consta, há muito, o pedido das mesmas três nações para negociar um tratado de paz austriaco.

No mesmo registro ainda permanece o pedido das Nações Unidas para negociar os problemas da Coreia.

Mais recentemente, recebemos da União Soviética a expressão de que ela está disposta a uma reunião das quatro potências. Juntamente com os nossos aliados, a Grã-Bretanha e a França, ficamos satisfeitos de que a nota soviética não contem as inaceitáveis condições prévias dantes exigidas.

Como já sabeis pelo comunicado sobre a Conferência das Bermudas os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França concordaram prontamente em reunirem-se com a União Soviética.

O Governo dos Estados Unidos encara essa conferência com sinceridade esperançosa. Concentraremos todos os esforços de nossos espíritos no único propósito de emergir dessa conferência com resultados tangíveis para a paz — a única maneira verdadeira de reduzir a tensão internacional.

Jamais propusemos ou sugerimos, nem o faremos jamais, que a União Soviética entregue o que de direito lhe pertence.

Jamais diremos que os povos da Rússia são inimigos com os quais nunca desejamos tratar ou misturar-nos em relações amistosas e fecundas.

Ao contrário, esperamos que essa próxima conferência possa iniciar uma relação com a União Soviética que finalmente leve a efeito um livre intercâmbio dos povos do Este e do Oeste — o meio seguro e humano de desenvolver a compreensão exigida por confiantes e pacíficas relações.

Em vez do descontentamento que lavra agora na Alemanha Oriental, na Austria ocupada e nos países da Europa Oriental, buscamos uma família harmoniosa das nações livres da Europa, em que nenhuma constitua uma ameaça à outra e, muito menos, uma ameaça aos povos da Rússia.

Visando superar o tumulto, a discordância e a miséria da Ásia, buscamos a pacífica oportunidade para êsses povos desenvolverem seus recursos naturais e melhorarem sua sorte.

Estas não são palavras ociosas de visão frívola. Por detrás delas jaz uma história de nações chegadas ultimamente à independência, não em resultado da guerra mas através da outorga livre ou da negociação pacífica. Há um registro já escrito de

assistência prazerosamente dada por nações do Ocidente aos povos necessitados e aqueles submetidos temporariamente aos sofrimentos da fome, seca e desastre natural.

Estes são feitos de paz. Eles falam mais alto do que promessas ou protestos de intenção pacífica.

Mas eu não desejo descansar na reiteração de propostas passadas ou na reafirmação de feitos passados. A gravidade da época é tal que todo caminho novo para a paz, não importa quão vagamente discernível, deve ser explorado.

Há pelo menos um novo caminho de paz que ainda não foi bem explorado — um caminho agora aberto pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

Em sua resolução de 18 de novembro de 1953, a Assembléia Geral sugeriu — e passo a citar — “que a Comissão de Desarmamento estude a desejabilidade de estabelecer uma sub-comissão integrada por representantes das potências diretamente interessadas, a qual deverá procurar, em caráter privado, uma solução aceitável, relatando-a à Assembléia Geral e ao Conselho de Segurança até 1 de setembro de 1954”.

Os Estados Unidos, atendendo à sugestão da Assembléia Geral das Nações Unidas, está imediatamente preparado a encontrar-se em caráter privado com os outros países que possam estar “diretamente interessados”, para procurar uma “solução aceitável” à corrida de armamentos atômicos que ensombreia não só a paz mas a própria vida do mundo.

Levaremos a essas conversações privadas ou diplomáticas uma nova concepção.

Os Estados Unidos buscarão mais do que a mera redução ou eliminação dos materiais atômicos para fins militares.

Não basta tirar esta arma das mãos dos soldados. Ela deve ser posta nas mãos daqueles que saberão como retirar o seu invólucro militar e adaptá-la às artes da paz.

Os Estados Unidos sabem que, se a terrível tendência para a construção militar atômica puder ser invertida, esta mais poderosa das forças destrutivas pode tornar-se uma dádiva em benefício de toda a humanidade.

Os Estados Unidos sabem que o poder pacífico da energia atômica não é um sonho do futuro. Essa possibilidade, já comprovada, está aqui agora — hoje. Se todos os cientistas e engenheiros do mundo tivessem quantidades adequadas de material desintegrável com que testar e desenvolver suas idéias, quem pode duvidar de que essa possibilidade seria rapidamente transformada em utilização universal, eficiente e econômica?

Para apressar o dia em que o medo do átomo começará a desaparecer do espírito do povo e dos governos do Este e do Oeste, há alguns passos que podem ser dados agora.

Faço por conseguinte as seguintes propostas:

Os governos diretamente interessados, na medida facultada pela elementar prudência, farão agora e continuarão a fazer contribuições conjuntas de seus estoques de urânio normal e materiais desintegráveis a uma agência internacional de energia atômica. É nossa expectativa que tal agência seja estabelecida sob a égide das Nações Unidas.

A proporção das contribuições, os processos e outros detalhes serão discutidos, com mais propriedade, nas conversações de caráter privado a que me referi antes.

Os Estados Unidos estão preparados a empreender essas explorações de boa fé. Qualquer nação que igualmente de boa fé se associe aos Estados Unidos não encontrarão nele um sócio imoderado ou tacanho.

Indubitavelmente as contribuições iniciais a este plano serão em quantidade reduzida. No entanto, a proposta tem a grande virtude de poder ser realizada sem irritações e suspeitas mútuas, comuns a qualquer tentativa de estabelecimento de um sistema completamente aceitável de inspeção e controle mundiais.

A agência de energia atômica poderá ser feita responsável pela arrecadação, estocagem e proteção dos materiais desintegráveis e outros, que fizerem parte das contribuições. O engenho de nossos cientistas proverá condições especiais e seguras que tornem esse banco de material fissionável impossível de ser tomado de surpresa.

A mais importante responsabilidade desta agência de energia atômica será conceber métodos pelos quais este material desintegrável será distribuído para servir às atividades pacíficas da humanidade. Especialistas devem ser mobilizados para aplicar a energia atômica às necessidades da agricultura, medicina e outras atividades pacíficas. Uma finalidade especial será a de prover abundante energia elétrica em áreas do mundo carentes de energia. Dêsse modo, as potências contribuintes estarão dedicando parte de sua força ao serviço das necessidades e não dos temores da humanidade.

Os Estados Unidos estariam mais que dispostos — sentir-se-iam mesmo orgulhosos — a tratar com outros países principalmente afetados, sobre a elaboração de planos mediante os quais pudesse ser apressada a utilização pacífica da energia nuclear. Dentre esses países principalmente envolvidos, a União Soviética deve naturalmente ser um deles.

Estarei preparado para apresentar ao Congresso Nacional dos Estados Unidos, com carradas de razão para esperar sua aprovação, qualquer plano nesse sentido, visando:

Primeiro — estimular a investigação, em tôdas as partes do mundo, sôbre a utilização mais eficaz para fins pacíficos, de materiais desintegráveis;

Segundo — iniciar a redução do possível poder destrutivo dos estoques desses materiais no mundo;

Terceiro — permitir que todos os povos de todas as nações se apercebam de que, na era esclarecida em que vivemos, as grandes potências da terra, sejam do Oriente ou do Ocidente, estão interessadas primeiro que tudo nas aspirações humanas em vez de na fabricação ou produção de instrumentos de guerra.

Quarto — abrir um novo caminho para a discussão pacífica e para iniciar pelo menos um novo meio de abordar os múltiplos e difíceis problemas que precisam de ser resolvidos em conversações particulares e públicas, a fim de que o mundo possa livrar-se da inércia que lhe foi imposta pelo temor, e possa caminhar com segurança para a paz.

Diante da negra perspectiva da bomba atômica, os Estados Unidos não desejam simplesmente apresentar força mas também o desejo e a esperança de paz.

Os próximos meses serão plenos de decisões vitais. Nesta Assembléia, nas capitais e quartéis-generais do mundo, nos corações dos homens em tôda parte — governantes ou governados — sejam essas as decisões que guiarão êste mundo do mêdo para a paz.

Para a preparação dessas decisões fatais, os Estados Unidos se comprometem perante vós — e, portanto, perante o mundo — com firme determinação a ajudar a solver o terrível dilema criado pela energia nuclear e a dedicar-se de espírito e coração a buscar um meio pelo qual o produto miraculoso da inventiva humana não seja dedicado à destruição, mas sim consagrado à vida e à felicidade da humanidade.

## REUNEM-SE NAS BERMUDAS OS CHEFES DOS GOVERNOS DOS ESTADOS UNIDOS, REINO UNIDO E FRANÇA (\*)

### TEXTO DO COMUNICADO

O Presidente dos Estados Unidos, o Primeiro Ministro do Reino Unido e o Presidente do Conselho de Ministros da República Francesa, acompanhados pelos Ministros das Relações Exteriores dos três países, se encontram nas Bermudas do dia 4 ao dia 7 de setembro de 1953. Nêsse encontro discutiram as respectivas políticas em relação a muitas partes do mundo onde seus países têm interêsses. Ao término de sua reunião, deram à divulgação o seguinte comunicado:

#### I

Nessas reuniões simbolizamos e confirmamos a unidade de propósito dos três países. Estivemos de acôrdo na análise dos problemas e também nas medidas essenciais para resolvê-los.

Confiantes em que a união de nossas forças é a melhor garantia da paz e da segurança, estamos resolvidos a manter nossos esforços conjuntos para melhorá-la. Se agora, o perigo da agressão parece menos iminente, nós o atribuímos à força crescente do mundo livre e a força de suas políticas.

Permanecemos resolutos na manutenção de nossa solidariedade e vigilantes contra os esforços para dividir-nos.

Confiamos em que os povos livres, com os recursos materiais e morais de que dispõem, podem assegurar não só a sua segurança como o seu bem-estar. Nós nos dedicamos solidariamente a êsses fins.

#### II

O Tratado do Atlântico Norte é e será o fundamento de nossa política comum. Discutimos os meios de ampliar a capacidade

(\*) Texto conforme o *Department of State Bulletin* de 21-12-1953.

defensiva de nossa aliança. Lord Ismay, o Secretário Geral da Organização do Atlântico Norte, esteve presente às conversações sobre esse assunto.

No contínuo desenvolvimento de uma Europa Unida, inclusive a Alemanha, vemos os melhores meios de realizar a maior prosperidade, segurança e estabilidade para seus povos. Reafirmamos que a Comunidade Européia da Defesa é necessária para assegurar a capacidade defensiva da Comunidade Atlântica, de que será parte integral. Dentro dessa estrutura assegurará uma cooperação estreita e durável entre os esforços do Reino Unido e dos Estados Unidos, de um lado, e as forças da Comunidade Européia da Defesa, do outro. O Ministro das Relações Exteriores da França explicou os problemas enfrentados pelo seu Governo em relação à Comunidade Européia de Defesa.

Não podemos aceitar como justificada ou permanente a atual Divisão da Europa. Temos a esperança de que, no devido tempo, serão encontrados meios pacíficos que permitam aos países da Europa Oriental desempenharem de novo o papel que lhes cabe entre as Nações livres de uma Europa Livre.

### III

Nossos três Governos não perderão nenhuma oportunidade para aliviar as tensões que abatem o mundo e para reassegurar a todas as nações que nenhuma delas tem razão para temer que a força do Ocidente seja invocada em defesa da violência insensata. Ao contrário, o princípio fundamental da Organização das Nações Unidas, por nós acolhido, é de que as garantias contra a agressão deverão ser universais em sua aplicação.

Confiamos em que se permanecermos fortes, unidos e firmes será possível uma solução gradual para os persistentes problemas que têm permanecido por demasiado tempo insolúveis.

Nêste espírito examinamos a última nota do Governo Soviético. Aprovamos o texto de nossas respostas que devem levar a uma breve reunião dos 4 Ministros das Relações Exteriores. Esperamos que nessa reunião se farão progresso no sentido da reunificação da Alemanha e na conclusão do tratado com a Austrália e também para a solução de outros grandes problemas internacionais.

### IV

Passamos em revista a situação no Extremo Oriente. O objetivo imediato de nossa política continua a ser a convocação da conferência política estabelecida no Armistício Coreano. Ela deve

proporcionar os meios para alcançar um acôrdo pacífico na questão coreana e para compromissos ulteriores para restaurar condições mais normais no Extremo Oriente e no Sudeste da Ásia.

Na Indo-China saudamos as valentes forças da França e dos três Estados Unidos da Indo-China que lutam dentro da União Francesa para participarem a independência do Cambodge, Laos e Vietnam. Reconhecendo a importância vital de sua contribuição para a defesa do mundo livre, continuaremos a trabalhar juntos para restaurar a paz e a estabilidade nessa área.

### V

Nossas reuniões reforçaram nossa solidariedade, fortaleceram nossa resolução, fortaleceram nossas esperanças. Confiantes em nossos propósitos comuns e unidos na mesma concepção, perseveraremos em nossas políticas, cujo único objetivo é promover e assegurar a paz.

### NOTA DOS ESTADOS UNIDOS, DO DIA 8 DE DEZEMBRO

O seguinte é o texto de uma nota aprovada pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos, Reino Unido e França, que se encontraram nas Bermudas, entregue pelo Embaixador dos Estados Unidos Charles E. Bohlen, em nome de seu país, ao Ministro das Relações Exteriores da Rússia, no dia 8 de dezembro. Seus colegas, inglês e francês, entregaram notas idênticas em nome de seus respectivos Governos.

O Governo dos Estados Unidos teve satisfação em saber, pela nota do Governo Soviético de 26 de novembro que esse Governo está preparado para tomar parte numa reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Reino Unido, Estados Unidos, França e União Soviética. Manifesta a esperança de que essa conferência levará à reunificação da Alemanha e a conclusão do Tratado com a Austrália.

Confia o Governo dos Estados Unidos em que o progresso real na solução das questões da Alemanha e da Rússia contribuirá para resolver outros grandes problemas internacionais, inclusive o da segurança da Europa. Nesta oportunidade, o Governo dos Estados Unidos reafirma que a associação voluntária dos países livres da aliança do Atlântico e as medidas tomadas por certos Estados europeus para aumentarem a sua prosperidade e assegurar a sua segurança conjunta são exclusivamente defensivas e uma contribuição coletiva à paz.

O Governo Soviético tem afirmado seu desejo de discutir a possibilidade de uma conferência das 5 potências. A próxima reunião dos 4 Ministros das Relações Exteriores permitirá a qualquer Governo participante expôr suas opiniões a respeito.

O Governo dos Estados Unidos, tendo consultado o Governo da Alemanha Federal e as autoridades Alemãs em Berlim, propõe que a reunião dos 4 Ministros das Relações Exteriores comece no dia 4 de Janeiro de 1954, no Edifício que foi usado pelo Conselho Aliado de Contrôlo Alemanha, em Berlim.

## DISCURSO DO SR. JOHN FOSTER DULLES SÔBRE A NOVA ESTRATÉGIA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS (\*)

Posso assegurar-vos que constitui um grande prazer para mim, estar de volta aqui entre meus inúmeros amigos do Conselho de Relações Exteriores.

Faz agora quase um ano, embora pareça incrível que já se tenha passado tanto tempo, desde que deixei-vos para servir à Administração Eisenhower em Washington. Durante êste ano, tive oportunidade, em diversas ocasiões, de falar sôbre vários aspectos de nossa política exterior. E como hoje é quase um aniversário, pareceu-me apropriado tentar apresentar-vos um quadro geral de nossa política externa, principalmente no que se relaciona com nossa segurança nacional.

Inicialmente desejaria reconhecer que muitas das medidas anteriores eram boas. A ajuda à Grécia e à Turquia estancaram a marcha do comunismo para o Mediterrâneo. O Programa de Recuperação Européia auxiliou os povos da Europa Ocidental a transporem o lodaçal do após-guerra. As potências ocidentais mantiveram-se firmes em Berlim e sobrepujaram o bloqueio com sua "ponte-aérea".

Como membros leais das Nações Unidas, respondemos pela fôrça à agressão comunista na Coréia. E quando êste esforço expôs nossa fraqueza militar, reconstruímos rapidamente nossas fôrças armadas e auxiliámos a construir rapidamente uma nova fôrça na Europa Ocidental.

Êstes eram os atos de uma Nação que via o perigo do comunismo soviético; que compreendia que sua própria segurança estava ligada a de outros; e que era capaz de reagir audaz e prontamente à emergência. Êsses são valores preciosos que devem ser aplaudidos. E também podemos render tributo ao bipartidarismo parlamentar que põe a política em segundo plano e a nação em primeiro.

(\*) Pronunciado em Nova Iorque em 12-I-54, conforme texto publicado no "New York Times" de 13-I-54.

Precisamos, porém, lembrar-nos que o que fizemos foi, principalmente, ação de emergência, imposta a nós por nossos inimigos.

Permiti-me exemplificar.

Não enviamos nosso Exército à Coreia porque julgamos, previamente, tratar-se de sã estratégia militar engajá-lo em batalhas terrestres na Ásia. Nossa decisão era retirar-nos da Coreia. Foi uma decisão de inspiração soviética que nos puxou de volta.

Não decidimos previamente que era acertado conceder anualmente bilhões em auxílio econômico exterior. Adotamos essa política em face dos esforços comunistas de sabotar a economia livre da Europa Ocidental.

Não constituímos nossas forças militares num ritmo que impunha imensos deficits orçamentários, a desvalorização da moeda e uma economia febril porque nos parecesse, previamente, uma boa política. Na realidade, decidíamos de outra forma.

De fato, decidimos o contrário até que a ameaça militar soviética se revelasse claramente.

Ora, é evidente que vivemos em um mundo onde emergências são sempre possíveis e nossa sobrevivência pode depender de nossa capacidade para enfrentar emergências. Rezemos por que tenhamos sempre essa capacidade.

Mas, dito isto, é necessário dizer também que medidas de emergência — por melhores que sejam para a emergência — não constituem, necessariamente, uma boa política permanente. Políticas de emergência são dispendiosas, superficiais e pressupõem que ao inimigo cabe a iniciativa. Não podemos confiar nelas para servir nossos interesses a longo prazo.

Ora, este fator “a longo prazo” é de importância vital.

Os comunistas soviéticos estão planejando para o que eles chamam de “uma era histórica inteira” e nós devemos fazer o mesmo. Eles procuram, por meio de diversos tipos de manobras, dividir e enfraquecer gradualmente as nações livres, super-distendendo-as em esforços que, como dizia Lenine, estão “acima de suas forças, de modo que acabam praticamente em bancarrota”. Então, disse Lenine “nossa vitória está assegurada”. Então, disse Stalin, será “o momento para o golpe decisivo”.

Em face de tal estratégia, nossas próprias medidas não podem ser consideradas adequadas simplesmente porque afastam um perigo imediato. Isto, é claro, precisa ser feito. Mas é também essencial realizar isto sem nos exaurirmos.

E quando a Administração Eisenhower aplicou esta prova, sentimos que eram necessárias algumas transformações.

Não constitui sã estratégia militar comprometer, permanentemente, na Ásia forças terrestres dos Estados Unidos, até a um ponto que não nos dê reservas estratégicas.

Não constitui sã economia amparar permanentemente outros países; nem tão pouco é uma boa política exterior, porque no fim esta situação cria tanto má quanto boa vontade.

Não é recomendável ficar comprometido permanentemente a gastos militares tão vastos que conduzem ao que Lenine chama de “virtual bancarrota”.

Era imperativa uma mudança para assegurar o vigor necessário para uma segurança permanente. Mas era também imperativo que a mudança fôsse acompanhada da compreensão de quais eram nossos verdadeiros propósitos. Havia alguns que desejavam e esperavam uma mudança súbita e espetacular. Isto não era possível. Mudança dessa espécie teria criado pânico entre os nossos amigos, e os nossos inimigos poderiam calcular mal e não compreender nossos verdadeiros propósitos e deprenderem que estávamos dispostos a tolerar sua agressão.

Assim, embora tivéssemos que mudar, tínhamos que mudar cautelosamente.

Podemos, creio, apresentar um bom relatório a este respeito.

Tomemos, primeiro, a questão da segurança nacional. Precisamos de aliados e precisamos de segurança coletiva. Nosso propósito é tê-los, mas tê-los numa base mais eficaz e menos dispendiosa. Como fazemos isto? A maneira de fazermos isto é confiarmos mais no poder preventivo da comunidade e depender menos do poder defensivo local.

Esta é uma prática aceita quanto às nossas comunidades locais. Pomos fechaduras nas portas de nossas casas mas não mantemos uma guarda armado em cada casa. Confiamos principalmente num sistema comunitário de segurança tão bem aparelhado que prende e puna qualquer um que nela penetre e roube, de tal forma que eventuais agressores sejam geralmente desencorajados. Essa é a maneira moderna de obter proteção máxima a um custo suportável.

O que a Administração Eisenhower procura é um sistema semelhante de segurança internacional. Queremos para nós e para outros uma prevenção máxima a um custo suportável.

A defesa local será sempre importante. Mas não há defesa local que sozinho contenha a poderosa força terrestre do mundo comunista. A defesa local deve ser reforçada pela prevenção adicional do poder retaliatório maciço.

Um agressor potencial deve saber que não pode sempre prescrever as condições de combate que lhe convenham. Se assim não fôra, um agressor potencial que está engorgitado de tropa poderia ser tentado a atacar, confiando em que a resistência estaria confinada aos efetivos humanos. Ele poderia ser tentado a atacar em lugares onde sua superioridade fôsse decisiva.

A maneira de prevenir uma agressão é, para a comunidade livre, estar disposta e capaz de reagir vigorosamente em lugares e por meios de sua própria escolha.

Ora, enquanto nossos conceitos básicos sobre essas questões não eram claros, nossos líderes militares não podiam adotar um critério seletivo na construção de nosso poderio militar. Se o inimigo pudesse escolher o tempo, o local e os métodos de combate — e se nossa política continuasse sendo, tradicionalmente, aquela que enfrenta a agressão por meio de uma oposição direta e local — então teríamos que estar prontos para lutar no Ártico e nos trópicos, na Ásia, no Oriente Próximo e na Europa; por mar, por terra e pelo ar; com velhas e novas armas.

O custo total de nossos esforços de segurança, no País e no exterior, era superior a US\$ 50.000.000.000 por ano e implicava num deficit orçamentário estimado, para 1953, em US\$ ..... 9.000.000.000 e, para 1954, em US\$ 11.000.000.000.

Tudo isto por cima de impostos comparáveis aos impostos de guerra, enquanto o dólar se depreciava em seu valor real. E os nossos aliados estavam igualmente sobrecarregados. Isso não poderia continuar por muito tempo, sem graves consequências orçamentárias, econômicas e sociais.

Mas antes que o planejamento militar pudesse ser modificado, o Presidente e seus Conselheiros, representados pelo Conselho Nacional de Segurança, tiveram que tomar algumas decisões políticas básicas. E isto foi feito.

A decisão básica foi, como disse, depender primordialmente de uma grande capacidade de represália instantânea, por meios e em lugares de nossa escolha. E agora o Departamento de Defesa e os Chefes do Estado Maior Conjunto podem modelar nossa força militar para adequá-la ao que constitui nossa política, em vez de terem que tentar preparar-nos para enfrentar as múltiplas escolhas do inimigo. E isto permite uma escolha dos meios militares em vez de uma multiplicidade de meios. E, em consequência, é possível, agora, obter e compartilhar de maior segurança a um custo menor.

Vejamos agora como esta concepção foi aplicada, na prática, à política exterior, tomando primeiramente o Oriente. Na Coreia a Administração Eisenhower efetuou uma grande transformação. A luta foi terminada em termos honrosos.

Isso foi possível porque o agressor, já rechaçado ao seu ponto de partida e para além, viu-se em face da possibilidade da luta poder, para seu grande perigo, alastrar-se para além dos limites e métodos que ele havia escolhido.

O cruel tributo da juventude americana e o gasto improdutivo de muitos bilhões foi estancado. Além disto, nossas forças arma-

das não estão mais comprometidas no Continente Asiático. Podemos começar a criar uma reserva estratégica que muito contribui para a melhoria de nossa posição defensiva.

Esta mudança dá mais autoridade à advertência dos membros das Nações Unidas que combateram na Coreia de que se os comunistas reencetassem a agressão, a reação das Nações Unidas não se restringiria necessariamente à Coreia.

Disse, com respeito da Indochina, que se lá houvesse uma agressão aberta da China vermelha, isso teria "graves consequências que poderiam não se confinar à Indochina".

Expressei o mês passado a intenção dos Estados Unidos de manter sua posição em Okinawa. Esta medida é necessária para assegurar um poder de ataque adequado para efetivar nossa nova concepção de segurança coletiva.

Tudo isso está resumido na importante declaração do Presidente Eisenhower, de 26 de dezembro. Ele anunciou então a redução progressiva das forças terrestres dos Estados Unidos na Coreia, e ao fazê-lo assinalou que as forças militares dos Estados Unidos no Extremo Oriente apresentariam doravante "unidades navais, aéreas e anfíbias de grande mobilidade" tendo dito ainda, que dessa maneira, apesar de algumas retiradas de forças terrestres, os Estados Unidos teriam capacidade de se opor à agressão "com ainda maior efeito do que até agora".

O retorno à Pátria de nossas forças terrestres proporciona, também, uma eloquente refutação às acusações comunistas de "Imperialismo Ocidental" na Ásia.

Voltemo-nos agora para a Europa.

Lá reajustamos o esforço de segurança coletiva da OTAN. O Senador Vandenberg qualificou as promessas de contribuição feitas no Tratado do Atlântico Norte como "os mais práticos impicilhos à guerra, que a sagacidade do homem jamais imaginou". Mas o Senador acrescentou que "se a concepção e os objetivos são de construir forças suficientes para aguentar a linha russa" "apresenta corolários ruinosos, tanto no País como no exterior".

Nos primeiros anos da OTAN, em seguida à agressão da Coreia, seus membros fizeram uma expansão de emergência do poderio militar. Não questiono o julgamento de então. A força então criada serviu bem à causa da paz. Mas o ritmo, originariamente estabelecido, não podia ser mantido indefinidamente.

Em abril passado, quando fomos à reunião do Conselho da OTAN, os Estados Unidos apresentaram um novo conceito agora conhecido como do esforço a longo prazo. Isto significava um desenvolvimento constante de força defensiva, num ritmo que preserve e não exaure o potencial econômico de nossos aliados e de nós próprios. Esta força defensiva seria reforçada pelo poder

de ataque aéreo baseado em posições internacionalmente acordadas.

Nessa reunião de abril nossas idéias foram recebidas com certo ceticismo. Mas quando voltamos, como fizemos no mês passado, de dezembro, vimos que se processara uma aceitação geral dessa idéia de esforço a longo prazo e o reconhecimento de que ela serviria melhor às prováveis necessidades, do que o esforço de criar uma defesa terrestre completa a um preço ruinoso.

Outro aspecto de emergência da OTAN foi ter começado antes de haver um sólido alicerce.

A Europa Ocidental, por exemplo, não pode ser defendida com sucesso sem uma defesa da Alemanha Ocidental. A Alemanha Ocidental não pode ser defendida sem o auxílio dos alemães. O auxílio alemão está proibido pelas cláusulas do armistício ainda em vigor.

A República Alemã Ocidental precisa libertar-se do armistício; e novos arranjos políticos são necessários para reassegurarem o fato de que os alemães não só podem servir mas que também servirão a uma causa comum e nunca ao militarismo alemão.

Os franceses apresentaram um plano para resolver essa questão. Era criar uma Comunidade de Defesa Européia composta de seis nações centrais: França, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Alemanha Ocidental. Elas criariam um exército europeu, incluindo alemães, mas não haveria exércitos nacionais de espécie alguma na Europa Ocidental.

Um tratado criando esta Comunidade de Defesa, foi assinado em maio de 1952. Mas quando o Governo Eisenhower tomou posse, em janeiro último, nenhum governo tinha procurado ratificação parlamentar e o projeto estava à beira da morte.

O Presidente Eisenhower está profundamente convencido de que não pode haver nenhuma garantia a longo prazo, de segurança e vitalidade para a Europa, e portanto, para o Mundo Ocidental, inclusive os Estados Unidos, a menos que haja uma união que inclua a França e a Alemanha e ponha fim à desunião que tem levado a guerras contínuas e, em nossa geração, a duas guerras mundiais. Como Chefe Supremo da OTAN, e agora como presidente dos Estados Unidos, êle continua a tornar bem clara a importância que os Estados Unidos dão à consumação de uma Comunidade de Defesa Européia e, faremos votos depois disso, uma comunidade política.

Até que os objetivos da Comunidade de Defesa Européia sejam alcançados, a OTAN e, em realidade, a paz futura, estão em perigo. A desconfiança entre a França e a Alemanha é material inflamável e já os agentes comunistas estão contando com ela

como um dos meios de provocarem criminosamente um incêndio internacional.

Existem, naturalmente, imensas dificuldades no caminho da consumação final da união franco-germânica. Mas confiamos em que a paz cedo terá êsse indispensável alicerce da Comunidade de Defesa Européia.

Voltando-nos agora para o auxílio exterior vemos que novas concepções de segurança coletiva reduzem as despesas militares improdutivas de nossos aliados a um ponto onde torna-se desejável e praticável reduzir também o auxílio econômico. Havia necessidade de uma relação de maior respeito mútuo e isto, na realidade, é o que os nossos aliados queriam. Comércio, mercados mais amplos e um fluxo de investimentos são muito mais saudáveis de que concessão de auxílios inter-governamentais.

Existem ainda alguns pontos estratégicos onde os governos locais não podem manter forças militares adequadas sem algum auxílio financeiro de nossa parte. Nesses casos ouvimos a opinião de nossos conselheiros militares sobre a forma de proceder no interesse comum. Por exemplo, contribuimos largamente, sem relutância e, espero, construtivamente, para ajudar a terminar a agressão e promover a liberdade na Indochina.

O Programa de Assistência Técnica está sendo continuado. Estamos também prontos para fazer face a necessidades imprevisíveis ocasionadas por insucessos de colheita e desastres semelhantes.

Mas, de modo geral, o auxílio orçamentário exterior está sendo limitado a situações que contribuam, claramente, para o fortalecimento militar que também nos ajude.

Dessa forma, assim esboçada, ganhamos força para a defesa a longo prazo da liberdade.

Naturalmente não pretendemos ter descoberto uma fórmula mágica de garantia contra todas as formas de sucessos comunistas. É natural que algumas vezes, em alguns lugares, haja recuos na causa da liberdade. O que esperamos assegurar é que qualquer recuo será somente temporário e local, porque deixarão desimpedidos aqueles ativos do mundo livre que afinal prevalecerão.

Se pudermos conter tal agressão, que significaria uma guerra geral, e esta é nossa confiante resolução, então poderemos deixar que o tempo e o que há de fundamental, trabalhem por nós. Nessas condições não necessitamos nos impôr políticas que solapem nossa força.

O fundamental, de nosso lado, é a riqueza espiritual, intelectual e material — que a liberdade pode produzir e a irresistível atração que ela, então, suscita. É por isto que não pretendemos acorrentar a liberdade para preservá-la.

Pretendemos que nossa nação, pela conduta e exemplo, continue sua missão histórica de mostrar quão bons podem ser os frutos da liberdade.

Essa política traz consigo a necessidade de abster-se de atos diplomáticos que pareçam endossar o cativo. Doutra modo, estaríamos, na realidade, conspirando contra a liberdade. Posso assegurar-vos que jamais procuraremos uma segurança ilusória para nós por este "trato".

Negociamos sobre questões específicas mas somente para levar avante a causa do bem-estar humano.

O Presidente Eisenhower eletrizou o mundo com sua proposta de remover enorme peso de medo, transformando a energia atômica de um meio de morte, numa fonte de vida. E ontem iniciei conversações preliminares com o Governo soviético sobre este assunto.

Temos persistido, com nossos aliados, em procurar a unificação da Alemanha e a libertação da Áustria. E agora os líderes soviéticos concordaram em discutir estas questões. Esperamos encontrá-los brevemente em Berlim. Espero que venham com tanta sinceridade quanto nós.

Procuramos conferências para unificar a Coreia e aliviá-la do peso de tropas estrangeiras. Até agora nossa persistência não foi recompensada, mas não desistimos.

Nossos esforços em negociações são iniciativas normais animadas do espírito de liberdade. Não envolvem nem implicam em nenhuma sociedade, na divisão do poder mundial, com aqueles que suprimem a liberdade.

Se persistimos nêstes caminhos que esbocei confrontaremos a ditadura com uma tarefa que, a longo prazo, será superior às suas forças. Pois, a menos que mude, tem a tarefa de suprimir os desejos humanos que a liberdade satisfaz, como estaremos demonstrando.

Se os ditadores persistirem em seu rumo atual, então eles é que estarão limitados a sucessos superficiais, enquanto seus aliados se desmornam sob o tacão de suas botas de ferro.

Os seres humanos, em sua grande maioria, desejam coisas simples — Desejam adorar Deus, de acordo com os ditames de sua consciência. Mas isto não é facilmente concedido, por aqueles que professam um credo ateista.

Eles desejam pensar de acordo com os ditames de sua razão. Mas isto não é facilmente concedido por aqueles que representam um sistema autoritário!

Eles desejam trocar idéias com outros, persuadir e serem persuadidos pelo que lhes fala à razão e à consciência. Mas isto não

é facilmente concedido por aqueles que crêm em um sistema de conformismo.

Eles desejam viver em seus lares sem medo. Mas isto não é facilmente concedido por aqueles que acreditam num sistema de estado policial.

Eles desejam poder trabalhar produtiva e criadoramente e beneficiarem-se dos frutos de seu trabalho. Mas isto não é facilmente concedido por aqueles que consideram os seres humanos como meios de criarem uma usina para dominar o mundo.

Podemos estar certos de que está em curso, mesmo dentro da Rússia, um teste silencioso de forças, entre os poucos dirigentes poderosos e a multidão de entes humanos. Sem dúvida, cada indivíduo, separadamente, parece sem importância e perdido nesta luta. Mas suas aspirações em conjunto constituem uma força poderosa.

Já há sinais de que os dirigentes estão se inclinando para alguns desejos humanos de seu povo. Há promessas de mais alívio, mais apetrechos domésticos, mais liberdade econômica.

Isto não prova que os dirigentes soviéticos foram convertidos. É mais provável que eles estejam começando a perceber um fato básico — que há um limite para o poder de qualquer dirigente suprimir indefinidamente o espírito humano.

Nêste fato abençoado repousa nossa maior esperança. É uma esperança que pode sustentar-nos. Porque ainda que o caminho a seguir seja longo e árduo, não necessita ser um caminho para a guerra, e podemos saber que no fim encontraremos as bênçãos da paz.

## DECLARAÇÕES DO SR. MOLOTOFF AO CHEGAR A BERLIM (\*)

*Os resultados da Conferência de Berlim serão avaliados pela contribuição que ofereçam para fortalecer a paz, reduzir as tensões internacionais e garantir de maneira efetiva a segurança da Europa.*

*Já transcorreram 5 anos desde a última Conferência de Ministérios do Exterior das 4 potências. Basta o fato de que se haja acordado em convocar esta reunião, bem como suas repercussões na opinião pública, para mostrar que a necessidade de negociações é amplamente reconhecida e que milhões de pessoas acompanham o desenvolvimento dessa Conferência.*

*Quanto mais cedo os representantes da República Chinesa participarem das negociações sobre as questões internacionais correntes, melhor será para o fortalecimento da paz entre os povos.*

*A União Soviética nunca teve objetivos contrários à liberdade e aos direitos nacionais de outros povos e também não os tem agora. Sempre apoiou os esforços de todos os países preocupados com o bem-estar e a segurança de seus povos, na medida em que esses esforços não se opunham aos interesses e aos direitos de outros Estados. O Governo da U.R.S.S. estimaria encontrar a mesma atitude em relação à Rússia.*

*Permiti-me, finalmente, agradecer ao Governo da República Democrática Alemã e a todos os amigos alemães a hospitalidade que ofereceram aos representantes soviéticos em Berlim.*

(\*) Conforme texto publicado no New York Times de 27 de Janeiro de 1954.

## DECLARAÇÕES DOS MINISTROS DO EXTERIOR DAS QUATRO POTÊNCIAS EM 25-I-54, AO INICIAREM A CONFERÊNCIA DE BERLIM

SR. BIDAULT (\*)

Devemos estar aqui presentes com os melhores propósitos para qualquer solução que venha a ser proposta e com a sincera determinação de obter resultados concretos.

Encontrámo-nos numa atmosfera de esperança. Não devemos desfazê-la.

Como podemos nós deixar de notar com satisfação que o simples fato de nos reunirmos é uma importante contribuição para a melhoria da atmosfera internacional? Mesmo antes de termos nos reunido foi posto um fim às hostilidades, de caráter local, mas sério, (Coréia) que se desenrolavam num ponto do globo terrestre. A paz é urgente em toda parte.

De outro lado, o audaz oferecimento do Presidente dos Estados Unidos permite, pela primeira vez, uma rápida visão de progresso na direção da solução da ameaça atômica.

No entanto, devemos reconhecer que são imensas as dificuldades a serem por nós removidas. Tenho frequentemente insistido que elas não podem ser permanentemente resolvidas sem um entendimento entre as grandes potências sobre uma limitação geral e controle internacional de armamentos.

Quanto aos problemas asiáticos, que são, inegavelmente, ligados à questão do desarmamento, devem eles também ser resolvidos — e quanto mais cedo melhor — mas sua solução não será apressada por tratá-los fora de seu contexto em conexão com os problemas europeus, aos quais seriam artificialmente ligados.

O melhor método parece ser o de examinar as próprias questões de acordo com seus próprios dados e acelerar as reuniões já

(\*) Conforme texto publicado no "New York Times" de 26-I-54.

planejadas ou desejáveis para o assentamento dos problemas da Ásia.

Nossa reunião, pela sua própria natureza, deve dedicar-se aos problemas europeus. Não acredito que seja recomendável ou mesmo eficiente o sistema de acórdos por trocas globais. Não vemos porque o destino da Áustria deverá depender do da Coréia, porque haveria uma conexão entre a unificação da Alemanha e uma mudança no estatus internacional da China comunista.

Não significaria isso iniciar, numa escala mundial, um tipo de barganha que seria não somente indigno dos governos que representamos mas que também, teria o mais cruel efeito nos povos cujo futuro imediato está em jogo?

Para o progresso de nossos trabalhos aqui é essencial que seja compreendido desde o princípio que nosso esforço de defesa não pode ser objeto de negociação. Se somos intransigentes com relação à nossa própria segurança, estamos igualmente ansiosos de levar em conta a legítima preocupação de outros povos com a sua segurança.

É evidente que os dois pilares de um ajuste europeu são os tratados de paz alemão e austríaco. Não nos esqueçamos jamais que já passamos o 10.º aniversário da Declaração de Moscou, pela qual os aliados prometeram à Áustria o restabelecimento de sua soberania e independência.

No caso da Alemanha, a principal condição para a elaboração de um tratado de paz — quer dizer, a existência de um governo representando toda a Alemanha — não foi ainda satisfeita. Tal governo, como temos tão frequentemente insistido, não seria representativo se não resultasse de eleições livres.

Do ponto de vista democrático, a eleição faz o governo e não o governo, a eleição. Devemos, por conseguinte, chegar a um acôrdo sobre as condições que são essenciais para assegurar completa liberdade a essas eleições.

O tratado de paz com a Alemanha deve ser de uma tal natureza que possa não somente promover uma adequada conclusão da guerra como evitar lançar sementes de um novo conflito.

É essencial, ao mesmo tempo, não deixar a Alemanha isolada no coração da Europa e prevenir o renascimento do militarismo agressivo.

O Governo francês acredita, e sempre acreditou, que a Alemanha deve ser trazida à uma associação estritamente defensiva, que por sua própria natureza, torne impossível, por parte de seus membros, qualquer agressão individual ou coletiva.

As lições do passado exigem-nos que evitemos sempre a chegar a um estado de coisas, em que um país no centro da Europa possa jogar o Oriente contra o Ocidente, aumentar seu próprio

poderio pela extorsão de concessões de ambos os lados, sucessivamente, tornando-se assim o árbitro depois de ter sido a aposta. Este princípio é vital para a segurança das quatro forças incluindo a própria União Soviética.

O Governo francês acredita que a evolução da Alemanha Ocidental, durante os últimos anos, leva à conclusão de que o destino da democracia na Alemanha está ligado à associação dos alemães com o Ocidente.

#### SR. EDEN (\*)

Não resta dúvida de que a Conferência de Berlim fêz surgir esperanças em todo o mundo. Os povos que amam a paz esperam que façamos aqui um trabalho de paz. Não devemos decepcioná-los.

Estivemos trabalhando durante muitos meses para a realização desta conferência. Na Inglaterra, muitos de nós esperavamos que as associações do tempo de guerra pudessem ser levadas através dos anos de paz. Sei que o povo britânico lamenta profundamente que isso não tenha sido possível. Em consequência, ele não teve alternativa a agir com seus aliados para salvaguardar sua segurança e preservar a paz na Europa. Esta foi a origem da OTAN.

Mas é certamente o sincero desejo do povo britânico que os contatos agora restabelecidos entre nós, nesta mesa, possam ser mantidos. Nosso encontro aqui é a primeira ocasião que temos, depois de muitos anos, de verificar as possibilidades de acôrdo nesses magnos problemas que nos dividem na Europa. Esta é a razão por que nosso povo vê esta conferência com uma generosa expectativa.

Nosso objetivo deve ser, primeiro, romper as barreiras dentro da Europa e, segundo, encorajar relações mais confiantes entre as nações ocidentais e a União Soviética. Faremos todo o possível para tornar este encontro um sucesso, e esperamos encontrar a mesma disposição de espírito.

Esta é uma conferência na Europa e sobre a Europa. Por sugestão do Governo Soviético, está sendo ela realizada em Berlim. Claro é, por conseguinte, que deve abordar, sobretudo, os principais problemas europeus — Alemanha e Áustria. Espero que concentremos nossos esforços nessas duas questões urgentes e de longa data.

Não desejo hoje, entrar nos detalhes da questão austríaca que, comparada com o problema alemão, é muito simples e não há razão

(\*) Conforme texto publicado pelo "New York Times" de 26-I-54.

convincente para que não possamos encontrar uma solução final para ela.

O Sr. Bidault fez algumas observações judiciosas sobre o problema da segurança com as quais concordo inteiramente, e gostaria de comentá-las, especialmente no que dizem respeito à União Soviética e a nós mesmos.

O Governo de Sua Majestade é membro das Nações Unidas. Temos, também, um tratado com a União Soviética, a vigorar ainda por muitos anos. Somos inquebrantavelmente fiéis a esses compromissos. Eles asseguram que nunca tomaremos parte em qualquer ato de agressão e que jamais ameaçaremos a segurança da União Soviética.

Ao contrário, estamos comprometidos e redobradamente comprometidos a opor-nos à ação agressiva contra a Rússia. Certamente que a segurança soviética não está ameaçada por nós ou por nenhum de nossos aliados, pois os acordos que temos feito e os tratados que temos assinado são todos puramente defensivos, em caráter e organização. Não podem eles ameaçar a ninguém.

Nenhum de nós, porém, negará que neste mundo moderno, nenhum país, por mais vasto e poderoso que seja, pode sentir-se preocupado com sua segurança. Se, apesar das garantias que já mencionei, o Governo Soviético ainda sente que mais segurança é necessária com relação aos nossos propósitos de defesa, estaremos prontos a examinar com ele esse problema.

Todos nós concordamos, creio eu, em que a questão alemã jaz no âmago de nossas diferenças e dificuldades na Europa.

Existe, atualmente, na Alemanha uma divisão anti-natural. No seu próprio interesse e de seus vizinhos, o povo alemão precisa encontrar um lugar honroso e seguro dentro da comunidade europeia. Fortes laços de sangue, sentimento e interesse ligam a Alemanha Oriental à Ocidental. Seria uma perigosa ilusão supor que uma vigorosa Nação, de quase 70.000.000 de habitantes possa permanecer dividida indefinidamente. Enquanto a Alemanha permanecer artificialmente dividida, não haverá unidade ou estabilidade na Europa.

De outro lado, a pacífica reunificação da Alemanha e a conclusão de um tratado de paz alemão dariam a estabilidade ao continente europeu. Seria uma contribuição de monta à paz e abrandaria a tensão internacional em todo o mundo.

Mas há sérias considerações essenciais. A unificação da Alemanha sem a livre escolha e consentimento do povo alemão seria um escárnio. Essa a razão por que o Governo de Sua Majestade tem longamente insistido em que eleições livres, através de toda a Alemanha, seria o primeiro passo essencial.

Somente através de tais eleições pode um Governo de toda a Alemanha ser formado com a necessária autoridade para falar e agir em nome do povo alemão, e discutir e aceitar um ajuste de paz.

Em nossa opinião, o Governo de toda a Alemanha deve ser livre para assumir quaisquer direitos e obrigações internacionais de um ou outro regime.

O tratado de paz deveria ser negociado com esse Governo representativo de toda a Alemanha, que deve, ele próprio, ter o direito básico de todas as nações livres e democráticas de se associar a outras nações para propósitos pacíficos. A entrada em vigor do tratado marcaria o fim da autoridade exercida pelas quatro potências na Alemanha.

#### SR. MOLOTOFF (\*)

A presente Conferência dos Ministros das Relações Exteriores da França, Inglaterra, dos Estados Unidos da América e da União Soviética atrai a atenção dos amplos círculos internacionais.

Muitos esperam dela importantes resultados.

Há também opiniões diametralmente opostas.

Como se sabe, em certos círculos se declara de antemão que a Conferência de Berlim está condenada ao fracasso e que, desde já, quando a Conferência nem sequer começou a examinar os problemas, é necessário preparar a opinião pública para seu inevitável insucesso. Naturalmente, tais declarações não partem de pessoas que pudessemos chamar de partidárias da Conferência de Berlim.

No que respeita ao Governo soviético, este não pode compartilhar do ponto de vista dos que estão dispostos de antemão a aceitar a ineficácia da Conferência de Berlim. Julgo que tal ponto de vista não encontrará de forma alguma simpatias entre nós, participantes da Conferência.

A Conferência de Berlim foi precedida de um período bem longo de troca de notas, nas quais os três governos — da França, Grã-Bretanha e dos Estados Unidos com a URSS, expuseram detalhadamente suas opiniões sobre as tarefas da presente Conferência. Este intercâmbio de opiniões revelou que, apesar da diferença de atitude dos governos das quatro potências acerca dessa ou daquela questão, a realização da reunião dos representantes desses Estados se fazia sentir como de imediata necessidade.

(\*) Conforme texto publicado na "Democracia Popular", do Rio de Janeiro, de 23-II-54.

Com efeito, milhões de pessoas aguardam uma resposta à seguinte pergunta: contribuirá esta Conferência para a consolidação da paz, para o alívio da tensão internacional e para garantir de maneira efetiva a segurança na Europa? A Conferência de Berlim desempenhará um papel positivo no desenvolvimento ulterior das relações internacionais, na medida em que contribuir para essa tarefa fundamental.

A ordem-do-dia da presente Conferência não foi fixada previamente. Evidenciou-se que seria mais conveniente que a própria Conferência dos Ministros das Relações Exteriores estabelecesse sua ordem-do-dia. A delegação soviética considera que, ao se determinar a ordem-do-dia da presente Conferência, deve-se abordar este assunto não de um ponto-de-vista formal mas em sua essência. Deve-se seguir o critério de se incluírem na ordem-do-dia de nossa Conferência os problemas cujo exame contribua para o fortalecimento da paz e para um maior alívio da tensão internacional, problemas sobre os quais já se obtiveram alguns resultados no ano passado. Realmente, não se podem subestimar o término da guerra e a assinatura do armistício na Coreia, que foram conseguidos, antes de tudo, graças à iniciativa da República Popular da China e da República Democrática Popular da Coreia. Os resultados positivos desse acontecimento se fizeram sentir na Ásia, na Europa e na América.

Dentre as questões a serem examinadas, deter-me-ei em primeiro lugar no problema alemão.

Pode-se considerar como aceita por todos participantes da presente Conferência a necessidade de se incluir o problema alemão em sua ordem-do-dia. Ao mesmo tempo, torna-se evidente que o problema alemão não pode ser examinado isoladamente, que seu estudo está indissolúvelmente ligado à questão geral da garantia da segurança na Europa. Só será firme e justa uma solução do problema alemão que contribuir para o fortalecimento da paz na Europa.

Sabemos que a responsabilidade principal pelo desencadeamento da primeira e da segunda guerras mundiais recai sobre a Alemanha. Na época do "kaiser" Guilherme foi iniciada a primeira guerra mundial pelas forças agressivas do militarismo alemão. Apesar da dura derrota que este sofreu na citada conflagração, a Alemanha hitlerista desencadeou a segunda guerra mundial, que terminou com uma derrota ainda mais dura.

Sabe-se também que a segunda guerra mundial custou imensos sacrifícios aos povos da Europa. Esses sacrifícios foram muito superiores aos infortúnios e às calamidades, à efusão de sangue e às perdas humanas havidas na primeira guerra mundial. Os

maiores sacrifícios, sem falar dos grandiosos esforços por eles realizados, foram feitos pelos povos de nosso país, pela União Soviética. Milhões de famílias soviéticas perderam seus entes mais queridos; esposos, filhos e irmãos. As mulheres soviéticas fizeram também enormes sacrifícios. Os povos da União Soviética não esquecerão jamais estes fatos.

Compreendemos, também, perfeitamente a importância dos sacrifícios realizados pelos outros povos que sofreram a agressão hitlerista.

Compreendemos igualmente os sentimentos do povo alemão, que foi arrastado de maneira absurda à primeira e à segunda guerras mundiais pelo agressivo militarismo alemão e que até agora sofre as desoladoras consequências da política do militarismo alemão. De tudo isso, depreende-se que, nas atuais condições, o problema alemão deve ser resolvido de forma que fique excluída a possibilidade de novas tentativas do militarismo alemão de desencadear a terceira guerra mundial. Isto significa que o exame do problema alemão está inseparavelmente ligado à garantia da segurança na Europa. Como demonstra a experiência histórica, isto tem também uma enorme importância para a segurança da paz mundial.

Deve-se assinalar de forma especial que tanto durante a segunda guerra mundial como após seu término, os governos das quatro potências representados na presente Conferência mantiveram um critério único e pontos-de-vista comuns sobre este problema. A este respeito, basta citar as decisões da Conferência de Ialta dos chefes dos governos dos E.E.U.U., Grã-Bretanha, e a U.R.S.S., realizada em fevereiro de 1945, e os acordos adotados por esses mesmos governos na Conferência de Potsdam em agosto de 1945.

As decisões de Ialta proclamam: "Estamos inflexivelmente decididos a destruir o militarismo alemão e o nazismo e a fazer com que a Alemanha não possa jamais perturbar a paz mundial". Essas decisões foram apoiadas plenamente pela França e por todas as outras nações unidas. Os Estados que participaram da Conferência de Potsdam, após ratificarem as mencionadas decisões de Ialta, proclamaram na declaração de Potsdam sobre a Alemanha que "o militarismo alemão e o nazismo serão estirpados e que os Aliados, de comum acordo, adotarão também agora e no futuro outras medidas necessárias para que a Alemanha jamais volte a ameaçar seus vizinhos ou a pôr em perigo a manutenção da paz no mundo inteiro". Estes acordos, a que aderiu também a França, foram apoiados pelos povos de todo o mundo.

A solução do problema alemão, de conformidade com as exigências da segurança européia, não corresponde apenas aos inte-

rêsses de todos os povos europeus e sobretudo dos Estados vizinhos da Alemanha, que têm sido mais de uma vez vítima do militarismo alemão agressivo, ela também satisfaz os interesses nacionais do próprio povo alemão. Na declaração de Potsdam sobre a Alemanha, acima citada, se atende igualmente a este aspecto do problema alemão. Diz a declaração: "Os Aliados não têm o propósito de destruir ou escravizar o povo alemão. Os Aliados se propõem a dar ao povo alemão a possibilidade de preparar-se para realizar posteriormente a reconstrução de sua vida numa base democrática e pacífica. Se os esforços do povo alemão se encaminharem firmemente nesse sentido, ele terá a possibilidade de ocupar, no devido tempo, seu lugar entre os povos livres e pacíficos do mundo". Esta mesma idéia foi exposta em 1942 nas célebres palavras de I. V. Stálin: "A história demonstra que os Hitler vêm e passam, enquanto o povo alemão e o Estado alemão permanecem".

Estão ainda em vigor êsses acôrdos sobre o desenvolvimento pacífico e democrático da Alemanha? A respeito dessa questão não deve haver duas opiniões. Tanto o povo soviético como os povos da França, Grã-Bretanha e dos EE.UU. devem adotar acordos sobre o problema alemão em concordância com esses convenios internacionais concertados pelos governos da Grã-Bretanha dos EE.UU. e da U.R.S.S., aos quais aderiu a França. As decisões tomadas em Ialta, os acordos de Potsdam e os objetivos fundamentais definidos nesses convênios relativamente ao problema alemão devem indicar a orientação principal a que se hão de acomodar os acordos da Conferência de Berlim quanto à questão alemã. Assim servirão êles para consolidar a paz na Europa. Nesse caso, as relações entre os povos europeus, inclusive as relações com o povo alemão, se desenvolverão normalmente pela via que conduz ao fortalecimento da colaboração internacional.

A situação criada na Europa após a guerra confirma plenamente a justeza das decisões assinaladas, as quais prevêem a necessidade de resolver o problema alemão em consonância com as exigências da garantia da segurança européia. Depreende-se daí que o problema da restauração da unidade da Alemanha e da formação de um Governo alemão único está indissolúvelmente ligado à questão de saber se a Alemanha unida será um Estado pacífico e democrático ou se ela se transformará de novo num Estado militarista e agressivo. Disso se conclui também a inadmissibilidade de que a Alemanha em seu conjunto ou qualquer de suas partes seja incluída era um agrupamento como a "comunidade européia de defesa", que é um bloco militar de um grupo de países europeus, dirigido contra outros Estados da Europa. Por exemplo, a incompatibilidade da integração da Alemanha Ociden-

tal na "comunidade européia de defesa" com a realização das tarefas da segurança na Europa torna-se evidente pelo fato de que a criação dêste bloco militar de Estados não só fará impossível o restabelecimento da unidade nacional da Alemanha, mas também levará inevitavelmente a um sério aumento do perigo de uma nova guerra na Europa. É o que nos ensina precisamente a experiência histórica do século XX, já que nenhum de nós tem razões para duvidar de que o militarismo alemão restaurado reduzirá a pedaços, cedo ou tarde, porém inevitavelmente, todos os convênios internacionais com os quais concordam hoje os seus atuais representantes, que esperam a adoção da decisão de formar um "exército europeu".

Aqueles que acalentam atualmente a ilusão de que é possível manter o militarismo alemão dentro dos limites dos planos iniciais da criação do chamado "exército europeu", talvez se arrependam no futuro, mas então será tarde.

Se se abre ao militarismo alemão um caminho para o seu renascimento, o perigo de uma nova guerra mundial se tornará inexorável, real e inevitável, como testemunha a experiência histórica das duas guerras mundiais. Nada há, pois de surpreendente que os povos da Europa se sintam muito preocupados pelo problema de qual será o caminho de desenvolvimento que tomará a Alemanha: o caminho da colaboração pacífica de uma Alemanha democrática e unida com os outros países ou o caminho da preparação e do desencadeamento de uma nova guerra, que conduz ao mesmo tempo a uma guerra fratricida entre os próprios alemães.

É mister pensar também noutras graves consequências da política de restauração do militarismo alemão. A criação do chamado "exército europeu" ou, para sermos mais exatos, a formação do exército de uns tantos Estados da Europa Ocidental, em que a força militar principal seja o exército germano-ocidental animado de fins agressivos revanchistas, pode provocar a formação de uma aliança defensiva de outros Estados europeus com o fim de garantir sua segurança. Nesse caso, em vez de os povos europeus se preocuparem em tomar medidas para garantirem em comum a paz e a segurança na Europa, os países europeus se dividiriam em dois grupos militares de Estados opostos entre si, o que conduziria irremediavelmente a aumentar o perigo de uma nova guerra na Europa.

A criação de semelhante situação perigosa na Europa deve ser levada em conta particularmente, pelos países continentais, europeus como a U.R.S.S. e a França. É perfeitamente compreensível que aumente na França o número dos inimigos do "exército europeu", no qual ocuparia uma posição dominante o exér-

cito germano-ocidental, dirigido por generais hitleristas, que exibiram sua verdadeira face como recentes ocupantes do território francês.

O povo soviético, que suportou durante quatro anos a ocupação de uma parte considerável de seu território pelo exército hitlerista, e que sofreu imensas perdas em homens e material na guerra contra a Alemanha, não pode deixar de se preocupar constantemente com a garantia de sua segurança no futuro. Estamos convencidos de que seus interesses coincidem com os da França, da Polônia, da Grã-Bretanha, da Bélgica e da Tcheco-Eslovaquia, bem como com os interesses de todos os demais povos pacíficos da Europa, e não apenas da Europa.

Eis por que a União Soviética e outros países europeus, principalmente os Estados vizinhos da Alemanha, exigem com justa razão que a solução do problema alemão corresponda às necessidades da segurança na Europa. Tal poderá ser conseguido, unicamente, se a Alemanha se unir de novo como Estado pacífico e democrático e for impedida de ressurgir como força agressiva. Somente esta solução do problema alemão corresponderá aos interesses dos povos da Europa e, ao mesmo tempo, aos interesses vitais do próprio povo alemão. Qualquer outra solução arrastaria o povo alemão a um caminho que significa para ele o suicídio nacional.

Não é difícil compreender que a realização dessas tarefas exige a adoção de medidas que impeçam os militaristas e revanchistas de retomarem em suas mãos os destinos da Alemanha, de medidas que barrem o caminho do poder aos elementos que, já agora, na Alemanha não escondem seus planos de agressão e de revanche na Europa.

A esse respeito convem recordar certos documentos de grande importância internacional.

Existe o tratado franco-soviético que se destina a impedir novos atos de agressão do militarismo alemão. Os mesmos objetivos visa o tratado anglo-soviético de 1942. O tratado franco-inglês de 1947 tem os mesmos fins. Por último, não se pode diminuir a importância dos acordos de Potsdam sobre o problema alemão. Não poderá e não deverá por acaso, tudo isto servir de base para aplicar conjuntamente medidas concretas conformes aos interesses de uma paz duradoura e da segurança dos povos da Europa?

Como se sabe, por força do acôrdo de Potsdam, as quatro potências se comprometeram a concluir um Tratado de Paz com um governo alemão que elas pudessem considerar "governo idôneo" para tal fim logo que semelhante governo seja formado". Um "governo alemão idôneo" só pode ser um governo de paz e não um governo de guerra, um governo que aspire a manter relações

pacíficas entre o povo alemão e os demais povos da Europa, e não um governo de agressão e revanches, um governo que durante certo tempo seja um instrumento do bloco militar atlântico-norte e que mais tarde empunhe armas para revisar as fronteiras e, por conseguinte, para desencadear uma nova guerra mundial.

Gostariamos de expressar nossa esperança de que todos os Estados representados nesta Conferência aspirem a alcançar precisamente esses elevados e nobres objetivos de garantia a paz e a segurança na Europa, pois apenas esse caminho permitirá resolver o problema de garantir uma verdadeira segurança na Europa. Para esse fim, será necessário que haja um entendimento no sentido de não se adiar por mais tempo a solução dos problemas principais referentes à Alemanha e que estão ligados àquele objetivo: o tratado de paz com a Alemanha e restabelecimento da unidade do Estado alemão sobre princípios democráticos e pacíficos.

Tudo o que foi dito demonstra quão intimamente está ligada a questão alemã ao problema da segurança européia.

Por sua vez o problema da segurança européia está estreitamente vinculado à tarefa crucial de nossos dias: aliviar a tensão internacional.

Durante a troca de notas entre os governos das três potências e a U.R.S.S. não se chegou a um acôrdo sobre a convocação de uma Conferência das cinco potências com a participação da República Popular da China, para tratar das medidas destinadas a diminuir a tensão das relações internacionais. Todavia, reconheceu-se que seria possível voltar-se a essa questão na própria Conferência.

O Governo soviético julga que a referida questão exige a mais séria atenção por parte da Conferência de Berlim. A esse respeito, expressamos nossa disposição de apresentar uma proposta concreta relativa à convocação de uma Conferência das cinco potências, que poderia realizar-se algum tempo após a Conferência de Berlim.

Há muito se faz necessária a convocação de Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das cinco potências, com a participação da República Popular da China. Nas atuais condições, somente os esforços conjugados de todas as grandes potências, juntamente com os esforços dos outros Estados, podem garantir o alívio da tensão da situação internacional e chegar aos acôrdos convenientes aos problemas internacionais urgentes.

Sabe-se que sobre o Conselho de Segurança da O.N.U. recai "a responsabilidade principal pela manutenção da paz e da segurança internacional". Sabe-se também que de acôrdo com a Carta da O.N.U., todas as decisões importantes do Conselho de Segu-

rança relativa à manutenção da paz internacional devem ser adotadas com o acôrdo unânime das cinco grandes potências: França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, U.R.S.S. e China.

Atualmente, êsses importantíssimos princípios da Carta da O.N.U. não podem ser observados, pelo simples fato de que o Governo popular chinês, único representante legítimo do povo chinês, não faz parte da Organização das Nações Unidas. Esta situação se deve principalmente a que um dos Estados, os Estados Unidos da América, se opõe ao restabelecimento dos legítimos direitos da República Popular da China. Entretanto, a anormalidade e a inadmissibilidade dessa situação são tão evidentes que seria injusto resignar-se a ela.

Nas condições atuais, precisamente, a convocação da Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das cinco grandes potências teria uma importância especial. A convocação de semelhante Conferência contribuiria em muito para a atenuação da tensão internacional e, por conseguinte, para o fortalecimento da paz universal.

A convocação da Conferência, das cinco grandes potências é necessária, sobretudo, para pôr fim à corrida aos armamentos. Isto é indispensável uma vez que a continuação da corrida aos armamentos não só torna insuportável para os povos o fardo dos armamentos como também conduz a um novo agravamento das relações internacionais e à formação de grupos militares de Estados, tanto de um lado como de outro.

Nenhum Estado, e conseqüentemente nenhuma grande potência, pode alcançar nas atuais circunstâncias qualquer resultado positivo com a política da corrida aos armamentos. A continuação desta política agressiva e economicamente inconsistente pode, entretanto, enfraquecer as finanças públicas e a economia do país que a pratica.

Podem-se consumir bilhões de dólares, outros bilhões de libras esterlinas na realização da política armamentista e alegar alguns resultados aparentes da corrida aos armamentos e da "política de força". Mas nada disso repousa em bases sólidas e não poderá, por conseguinte, atingir os objetivos propostos; provocará, ao contrário, a tensão das forças e a aplicação de novas medidas também pela outra parte. Assim, verifica-se a regra bem conhecida: a ação de uma parte provoca a correspondente reação da outra parte.

Algumas potências realizam planos de longo alcance para a criação de numerosas bases militares em territórios estrangeiros, distantes de suas fronteiras. E dizem fazê-lo por razões de defesa, ainda que nem os que fazem nem os que ouvem tais declarações nelas acreditem. Por outro lado, torna-se evidente para

todos que a instalação de bases militares norte-americanas numa série de Estados da Europa, nos territórios do Norte da África e de certos Estados do Oriente Próximo e Médio nada tem que ver com objetivos defensivos. Existem muitas declarações de personalidades militares e não-militares dos Estados Unidos, nas quais se proclama abertamente que a criação de numerosas bases militares norte-americanas em território estrangeiro é dirigida contra a União Soviética, contra a República Popular da China e contra os países de democracia popular. Mas esta política e êste gênero de planos se desmoralizam por si mesmos perante os povos e estão condenados a um fracasso inevitável.

De tudo isso; devem-se tirar determinadas conclusões.

Deve-se reconhecer, inicialmente, a urgência da aplicação de medidas tais como a redução considerável de todos os armamentos, especialmente dos das grandes potências, bem como a necessidade de se adotarem decisões destinadas a proibir as armas atômicas, de hidrogênio e outras armas de extermínio em massa e a estabelecer um contróle internacional eficaz desta interdição; como primeiro passo nesse sentido, deve-se reconhecer a necessidade de os governos renunciarem ao emprêgo da arma atômica. No que se refere a esta última questão, a delegação soviética partirá, é claro, do fato de que há pouco tempo foi estabelecido para exame da questão atômica um certo critério que deverá ser mantido.

A convocação da Conferência das cinco potências e o exame por ela das medidas destinadas a aliviar a tensão internacional, — a cessação da corrida aos armamentos entre outras — teriam uma importância internacional de primeira ordem. Não há povo nem Estado que não esteja interessado em iniciar, pelo menos, a discussão fecunda dêsses importantíssimos problemas internacionais. A presente Conferência de Berlim poderia, de seu lado, dar um ou outro passo concreto para contribuir para a cessação da corrida aos armamentos.

Tem-se que reconhecer também que é inadmissível continuar adiando o exame das questões concernentes a normalização das relações entre as grandes potências, sem o que não se pode assegurar a solução de muitos problemas internacionais nem contribuir com êxito para uma maior diminuição da tensão internacional. Neste sentido, tem particular importância a solução das questões relativas à República Popular da China, inclusive o restabelecimento de seus legítimos direitos na Organização das Nações Unidas. Um progresso neste domínio seria de grande significação para a solução de importantes problemas econômicos e políticos internacionais, inclusive a solução do problema coreano.

Como se sabe, a própria convocação da Conferência política sobre a questão coreana encontrou sérias dificuldades. Até o

presente, não se pôde chegar a um acôrdo nem sequer quanto aos participantes da Conferência. Existem também outras graves contradições entre as partes, o que se manifestou nas violações grosseiras das cláusulas da convenção de armistício relativas aos prisioneiros de guerra.

Tudo isto está, em grande parte, relacionado à falta de relações normais entre algumas grandes potências. Não resta dúvida de que a convocação da Conferência das cinco potências ajudaria a eliminar tôda uma série de dificuldades existentes tanto no que diz respeito à questão coreana como no que toca à solução de alguns outros problemas internacionais da atualidade.

Há ainda países que se negam a "reconhecer" a República Popular da China. Porém, o "não-reconhecimento" dos fatos e, ainda mais, o "não-reconhecimento" dos grandes acontecimentos históricos jamais levou a resultados positivos. Continuar a ignorar as transformações radicais operadas na Ásia, que se traduziram principalmente na vitória do povo chinês e na criação da República Popular da China conduzirá ao agravamento das relações entre os Estados e dificultará a solução dos problemas internacionais já maduros, em que todos os povos do mundo estão vitalmente interessados.

Vinte e cinco grandes e pequenos Estados, cuja população ascende a cerca de um bilhão de habitantes, estabeleceram ou estabelecem relações diplomáticas com a República Popular da China. O número desses Estados já se teria duplicado e chegado a cinquenta ou ainda mais se não se houvessem levantado nesse caminho natural barreiras artificiais.

Não há um só Estado independente da Ásia que não tenha estabelecido relações políticas com a República Popular da China, ou que, pelo menos, não haja tido intenções de estabelecer com ela relações políticas e econômicas. Países asiáticos como a Índia, o Paquistão, a Indonésia e a Birmânia há muito que estabeleceram relações diplomáticas com a República Popular da China. Foi precisamente o senhor Nehru, Primeiro Ministro da Índia e destacado estadista da Ásia, quem declarou há dois dias: "A Organização das Nações Unidas debilita suas posições negando-se a admitir a China comunista. O aparecimento da nova China é um enorme fator na situação internacional. Não reconhecer a China significa fechar os olhos ante a realidade.

Muitos Estados da Europa, entre eles alguns que pertencem ao bloco atlântico, reconheceram a necessidade de estabelecer relações diplomáticas com a nova China. Apenas na América do Norte e do Sul não se encontra um Estado que se haja decidido até agora a estabelecer relações normais com a China democrá-

tico-popular. Não há necessidade de esclarecimentos para se saber o que isto significa.

O Governo soviético parte do princípio de que esta situação não pode prolongar-se por muito tempo. A convocação da Conferência das cinco potências, inclusive a República Popular da China, contribuiria grandemente para aliviar e sanear tôda a situação internacional.

Por fim, se todos nós aspiramos realmente a diminuir a tensão internacional, isso deve refletir-se também nas resoluções internacionais pertinentes à ampliação do comércio entre os Estados.

Certas potências, e principalmente os EE.UU., vêm aplicando nos últimos tempos uma política destinada a proibir o comércio com a U.R.S.S. e com os países de democracia popular. Com êsse objetivo, o Governo dos Estados Unidos anulou há três anos o acôrdo comercial em vigor durante muitos anos entre os EE.UU. e a U.R.S.S. Sabe-se também que nos Estados Unidos está em vigor a lei Battle, que, de fato, proibe aos Estados Unidos e aos países do bloco norte-americano o comércio com a U.R.S.S. e com os países de democracia popular. Estas e outras medidas dos EE.UU. não se limitam a criar tôda a sorte de dificuldades ao comércio internacional, têm também como finalidade agravar as relações internacionais. Alcançaram seu objetivo todos êstes obstáculos e tôdas estas discriminações tendentes a perturbar o desenvolvimento do comércio internacional? De todos é conhecido que essas medidas discriminatórias em relação à U.R.S.S., à China e aos países de democracia popular não paralisaram absolutamente o ascenso econômico dêstes Estados, mas, pelo contrário, contribuíram para a formação de um segundo mercado mundial e para o fortalecimento considerável das relações econômicas entre os referidos países. Julgai vós mesmos que resultados pode dar à continuação dessa política de proibições e discriminações no terreno do comércio internacional, especialmente nas condições atuais, quando ninguém pode negar a existência de dificuldades na economia de determinados países.

A Conferência dos representantes das cinco potências desempenharia também um papel positivo na criação de condições normais para o desenvolvimento do comércio internacional, em que numerosos Estados não podem deixar de estar interessados.

É verdade que a Conferência das cinco potências só se pode realizar, admitindo-se a premissa fundamental de que tôdas elas demonstrem com fatos seu desejo de diminuir a tensão internacional.

A delegação soviética gostaria de expressar sua esperança de que é possível chegar a um acôrdo sôbre esta questão na Conferência de Berlim.

Além do problema da convocação da Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das cinco potências e do problema alemão, seria oportuno examinar-se também, na presente Conferência, a questão austríaca.

Os interesses da consolidação da paz na Europa e a necessidade de assegurar os direitos nacionais do povo austríaco exigem o mais rápido restabelecimento de uma Áustria livre e independente e a solução da questão austríaca.

O Governo Soviético considera que este problema deve ser solucionado em consonância com o acordo existente entre as quatro potências. Ao examinar este problema, é necessário ter em conta que sua solução deve contribuir para garantir a segurança dos povos da Europa.

A independência da Áustria não pode, novamente, converter-se em um instrumento em mãos das forças agressivas e, concretamente, num instrumento do militarismo alemão.

Tudo o que acabo de expor me permite apresentar a seguinte proposta relativamente a ordem-do-dia da Conferência de Berlim:

1. Medidas para atenuar a tensão das relações internacionais e convocação da Conferência dos Ministros das Relações Exteriores da França, Grã-Bretanha, dos EE.UU., da União Soviética e da República Popular da China.

2. O problema alemão e as tarefas concernentes à garantia da segurança européia.

3. O Tratado de Estado austríaco.

A aceitação desta ordem-do-dia nos daria a possibilidade de concentrar a atenção nos problemas mais atuais e essenciais do momento.

Antes de mim, fizeram aqui declarações o senhor Bidault, em nome da França, e o senhor Eden em nome da Grã-Bretanha. Ouvimos estas declarações com grande atenção.

Tanto o senhor Bidault como o senhor Eden, e anteriormente em suas palavras inaugurais o Secretário de Estado dos EE.UU., senhor Dulles, expressaram sua esperança de que a presente Conferência tenha resultados positivos. Como representante da União Soviética, manifesto-me inteiramente disposto a conseguir, juntamente com os senhores Bidault, Eden e Dulles, resultados que correspondam às exigências da garantia da segurança dos povos da Europa e contribuam, ao mesmo tempo, para a consolidação da paz em todo o mundo.

## DECLARAÇÃO INICIAL DO SR. DULLES NA SESSÃO DE 26-I-54 (\*)

Esta conferência dá-nos o ensejo de recapturar o alto espírito daqueles que, com uma dedicação até ao sacrifício, venceram para nós a chance de negociar a paz. Os Estados Unidos aqui estão para preservar este espírito.

Durante os 9 anos decorridos desde o término da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, muitas esperanças transformaram-se em desespero e muitas amizades dissolveram-se em amarguras. Fazem na verdade 5 anos que nossos Ministros do Exterior nem sequer têm se encontrado. Esses 5 anos foram marcados por uma grande guerra na Indochina e um medo crescente de que estejamos apenas num interlúdio entre guerras mundiais.

Esta conferência proporciona uma ocasião para encetarmos uma nova experiência. Encontramo-nos aqui numa cidade cujas ruínas e divisão simbolizam as trágicas consequências da agressão. Aqui deveria ser possível, numa atitude igualmente humilde, trabalharmos juntos para a paz.

Quando viemos para cá sabíamos que existiam muitas questões nas quais estávamos em desacordo. Mas esperamos encontrar uma área de concordância que, se fosse cultivada em conjunto por nós, daria mais vigor aos princípios da paz que no fim nos envolve a todos em toda parte.

Supúnhamos que a Alemanha e a Áustria proporcionassem este campo inicial para um esforço bem sucedido. Esta atitude ficou manifesta nos discursos iniciais dos Srs. Bidault e Eden.

Nenhum dos dois pronunciou uma única palavra de recriminação. Ambos trataram construtivamente do futuro e procuraram uma cooperação que permitisse a nós quatro auxiliar a construir aqui, no coração da Europa, uma sociedade que, voltando as costas ao seu trágico passado, seria um monumento de paz duradoura.

Constituiu, portanto, motivo de profundo desapontamento ouvir o discurso inicial do Ministro do Exterior Soviético. Não

(\*) Conforme o texto publicado no "The New York Times" de 27-I-54.

que êle houvesse dito algo de novo. Já ouvi o mesmo discurso muitas outras vêzes, antes desta.

O que foi entristecedor foi o fato de ele prevalecer-se desta ocasião, a abertura de uma nova conferência, que poderia vir a ser o início de um novo capítulo da história, para amontoar e repetir velhas e falsas acusações e recriminações, ouvidas tantas vêzes da parte dos dirigentes soviéticos.

Se existe alguma coisa certa, esta é que o futuro não será nunca um futuro de paz, a menos que reflita idéias novas e uma nova visão. A paz não se consegue simplesmente desejando-a.

Nós todos, suponho, desejamos a paz em nossos próprios termos. Ao invés de conseguir a paz conseguiram um ciclo interminável de guerras periódicas. A guerra constantemente gera a guerra porque, com raras exceções, os vencedores saem tão animados de espírito de vingança e ódio que tornam-se cegos e transformam-se tolamente em causa de uma nova guerra.

Se, dentro dêste ponto de vista, passarmos em revista os três discursos que foram feitos ontem, não podemos senão chocar-nos com a diferença entre êles. O Sr. Bidault e o Sr. Eden fizeram ambos propostas construtivas em relação à Alemanha, as quais, porque são justas, seriam duradouras.

Êles propuseram uma Alemanha unida, sob um govêrno de sua própria escolha e que enterraria suas antiquadas ambições nacionalistas e militaristas, numa união durável com aqueles que, no passado, haviam sido as vítimas de sua agressão.

Ao ouvir as calmas e sábias palavras do Sr. Bidault não pude deixar de recordar-me de nosso Presidente Lincoln que, animado do espírito de "malícia contra ninguém, caridade para todos", construiu a unidade política que produziu a maior medida de bem-estar humano que o mundo jamais conheceu.

Como o Sr. Molotoff salientou a França, tal como a Rússia, foi vítima do nazismo, mas o Sr. Bidault evocou o espírito que pode atar e cicatrizar as feridas da guerra.

O Sr. Molotoff evocou o espírito da vingança e do ódio que caracterizaram o malfadado tratado de Versailles. Êle lembrou as decisões de Ialta. Foi Ialta que exigiu o "desmembramento da Alemanha" para despojá-la de todo o seu acervo e escravizar o trabalho alemão. Essas decisões de Ialta, de que meu próprio govêrno compartilhou, eram compreensíveis nas circunstâncias do momento. A guerra com a Alemanha estava ainda em todo o vigor e as guerras não são ganhas com espírito de tolerância.

Mas é triste que hoje, 9 anos depois do Armistício Alemão, um dos membros da Conferência de Ialta pretenda reviver a amargura e o ódio daqueles dias e as cruéis decisões que essas amarguras e ódios ocasionaram.

Tomei parte na Conferência de Paris que criou o Tratado de Versailles. É fácil para mim recordar o clima daquela Conferência. Acreditávamos então que o meio de livrar do mal, o espírito alemão era ocupar a Alemanha, desmilitarizá-la e impor-lhe restrições humilhantes para que ela ficasse sempre uma nação à parte, marcada publicamente com o estigma de Caim.

Desta experiência, aqueles que verdadeira e sãbiamente procuraram à paz aprenderam que nenhuma grande Nação torna-se inofensiva, sujeitando-a a restrições tais que não possa tornar-se igual às outras na família das Nações.

Restrições tais como foram impostas pelo Tratado de Versailles e como estão implícitas nas propostas soviéticas de ontem, simplesmente incitam um povo forte e corajoso a lutar para quebrar as algemas que lhe foram impostas e, desta forma, demonstrar sua igualdade soberana. As proibições, portanto, incitam os próprios atos que estão proibindo.

A atitude da França, manifestada pelo Sr. Bidault, é um contraste ao retôrno soviético a um estéril e perigoso passado. A França resolveu não repetir o passado. No interesse de uma paz permanente está lutando para construir e forjar fortes elos de interesse comum, decidida a unir a Alemanha com seus vizinhos.

Bem podemos fazer aqui uma pausa para render uma homenagem ao gênio da França, que reuniu seis Nações da Europa ocidental numa comunidade de carvão e aço, que concebeu a Comunidade Européia de Defesa e estimulou o desenvolvimento da comunidade política européia.

Tais pensamentos criadores representam a liberdade no que ela tem de melhor. Condena ao ridículo aquêles que destinariam a França a um lugar humilde, num mundo soviético de conformidade forçada.

O Sr. Molotoff professa temer que a Comunidade Européia de Defesa seja dominada pelo militarismo alemão. Isto é precisamente o que a C.E.D. é destinada a evitar. É um programa que de forma aceitável, evita qualquer espécie de exército nacional alemão bem como qualquer estado maior alemão. Digo "aceitável" porque o tratado opera de modo não discriminatório. Cada país da C.E.D. aceita para si, na Europa, as mesmas condições aplicáveis à Alemanha.

Desta forma cria-se uma modesta fôrça defensiva, na qual cada alemão terá uma participação mínima num todo cuja finalidade será defensiva. Nem uma parte do exército europeu poderá jamais ser usada para fins nacionalistas na Europa.

Êste é um programa que os próprios alemães aceitam de boa vontade. O povo alemão está ansioso, como estão os franceses,

para encontrar um meio de acabar para sempre com o odioso espetáculo de Nações Europeias combatendo entre si.

O tratado para criar a Comunidade Europeia de Defesa, concebido pela França, foi assinado pela França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. As demarches para sua ratificação estão bem adiantadas. Não há ao que se saiba, nenhum substituto para a C.E.D. Certamente, a União Soviética não propôs nada, a não ser a volta ao obsoleto e falido sistema de Versaillles e outros chamados "tratados de paz", tratados êsses que geraram guerras.

Certamente o senso de estadista pode fazer algo de melhor do que recriar o maior risco de incêndio do mundo. O solo e o povo da União Soviética foram cruelmente mutilados em consequência da hostilidade alemã à França. Parece incrível que os leaders soviéticos dediquem-se agora a reviver esta hostilidade franco-germânica, e a obstruir a unificação que realizaria a visão de sábios estadistas europeus, que há gerações, vêm pregando a unidade como um fundamento indispensável para uma paz duradoura.

O Ministro do Exterior Soviético indicou que a formação de um tratado militar europeu ou do Atlântico Norte poderia conduzir à criação de uma aliança defensiva por parte de outros países europeus, e, portanto, dividir a Europa em dois grupos militares de estados em oposição. Isto é, porém, uma grotesca inversão da história.

Em seguida ao término da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, os Estados Unidos retiraram enormes exércitos, forças aéreas e navais da Europa e desmontaram em grande parte sua máquina militar. O Reino Unido procedeu da mesma forma.

A Europa ocidental ficou completamente desprovida de forças militares. As nações ocidentais confiaram inteiramente nos compromissos da Carta das Nações Unidas.

Continuaram a agir desta maneira até junho de 1950. Então o súbito rompimento das hostilidades na Coréia mostrou que a Carta das Nações Unidas não constituia nenhuma garantia absoluta contra a agressão armada. Nações livres perceberam sua insegurança se continuassem desarmadas e desunidas em face de um poderoso bloco militar que agregava aos recursos naturais uma população de 800.000.000 de pessoas.

O Sr. Molotoff em seu discurso citou o princípio de que toda ação provoca uma reação. Isto é verdade, como estamos vendo, mas não com a aplicação que Molotoff lhe deu.

Outro aspecto desanimador da declaração do Ministro do Exterior soviético foi a reiteração da importância em aceitar o regime da China comunista como um dos chamados "5 grandes po-

deres" que têm uma responsabilidade mundial pelo estabelecimento da paz.

Este rebento do Comunismo soviético perpetrou uma agressão flagrante à Coréia, pelo que foi formalmente condenado pelas Nações Unidas. Está ativamente promovendo agressões contra o Vietnam, Laos e Cambodia. Todas as nações vizinhas dêste regime comunista chins sentem-se ameaçadas por suas mal-farçadas intenções agressivas.

Embora 6 meses hajam decorrido desde que concordou em realizar uma conferência política sobre a Coréia, a China comunista tem constantemente dado desculpas e obstruído o caminho. Este agressor reconhecido é a Nação que a União Soviética escolheu para companheira na busca da paz e que ela exige seja aceita pelos Estados Unidos e pelos outros.

Desejaria declarar aqui, simples e inequivocamente, o que o Ministro do Exterior da União Soviética já sabe — os Estados Unidos não concordam em participar de uma conferência das 5 potências juntamente com agressores comunistas da China, a fim de tratarem, de modo geral, da paz do mundo.

Os Estados Unidos recusam, não porque, como foi sugerido, neguem a existência do regime ou que êle detenha o poder. Nós, nos Estados Unidos, bem sabemos que êle existe e tem poder porque seus exércitos agressivos juntaram-se aos agressores norte-coreanos para matarem e ferirem 150.000 americanos que foram para a Coréia, em companhia de ingleses, franceses e outras forças das Nações Unidas, resistirem a essa agressão, em resposta ao apêlo das Nações Unidas.

Não nos recusamos a tratar com ela, quando a ocasião o exigir. Tratamos com ela por ocasião do armistício da Coréia. Negociamos com ela, hoje, em Pamunjan, em nosso esforço para realizar uma conferência sobre a paz na Coréia. Entretanto, uma coisa é reconhecer o mal como um fato, e outra abrigá-lo no peito e chamar o mal de bem.

Além disso, os Estados Unidos rejeitam o conceito soviético de que qualquer uma das chamadas "5 grandes potências" tem o direito de governar o mundo e determinar o destino das outras nações. A Carta das Nações Unidas não confere tal mandato. Nem êste mandato é encontrado nos princípios de justiça e de equânime tratamento.

Indubitavelmente, um grande poder carrega consigo uma grande responsabilidade na promoção e defesa da paz. Mas, tal poder não dá o direito de dar ordens aos Estados menos poderosos ou gerir os negócios do mundo. Acreditamos no princípio consubstanciado na Carta das Nações Unidas, de que existe uma igualdade soberana entre todos os Estados, grandes e pequenos.

A despeito do desânimo que deve ser a primeira reação ao discurso do Ministro soviético, proponho que nos recusemos a ser desencorajados e prossigamos com nossos negócios. Esperamos que haja uma oportunidade genuína para nós explorarmos juntos novas idéias, tais como as que foram avançadas nos discursos dos Ministros do Exterior da França e da Grã-Bretanha. A êste respeito, o Sr. Eden fez uma série de propostas concretas em relação à Alemanha, que merecem séria consideração de nossa parte.

O Sr. Molotoff propôs uma agenda. Não é a agenda que proporíamos mas é uma agenda que aceitamos para prosseguir com nossos trabalhos. Não desejamos transformar esta conferência em outra conferência do "Palais Rose", onde nossos suplentes reuniram-se (em Paris) por várias semanas em futeis argumentos sobre a agenda.

O Ministro do Exterior soviético propôs um primeiro item da agenda que inclui a convocação de um encontro dos Ministros do Exterior da França, Inglaterra, Estados Unidos, da União Soviética e da República Popular Chinesa. Os Estados Unidos estão dispostos a tratar deste item e despachá-lo.

Viria, em seguida, a questão alemã e o problema de garantir a segurança européia. A Alemanha é a questão que mais nos interessa aqui e quanto mais depressa tratarmos dela, melhor.

A União Soviética propõe, em seguida, a discussão do tratado de estado austríaco. Como o tratado já estava quase pronto há 5 anos atrás e como a União Soviética já recebeu muito mais do que as reparações que anteriormente pedira, êste problema deverá ser prontamente resolvido.

Preferíamos tratar dele antes. Mas, se a União Soviética prefere deixá-lo por último, o que é mais fácil, acomodamo-nos aos seus desejos, neste particular.

O principal é que possamos demonstrar nossa capacidade em desincumbirmo-nos rapidamente de nossas responsabilidades em relação aos outros e não desperdiçarmos tempo em recriminações mútuas.

Disse que o poder traz consigo uma grande responsabilidade. Hoje, como as quatro potências que ocupam a Alemanha e a Áustria, temos uma responsabilidade pela qual, a menos que seja bem desincumbida, o veredicto da história nos considerará culpados.

Por conseguinte, digo eu, prossigamos em nosso trabalho. Desincumbamo-nos da melhor forma desta responsabilidade na qual centralizam-se as esperanças de milhões.

## DECLARAÇÃO DO SR. DULLES NA SESSÃO DE 27-I-54 (\*)

Propõe a União Soviética que haja uma conferência de cinco potências, que incluiria nós quatro mais o Ministro do Exterior da China Comunista, para considerar "medidas para reduzir as tensões internacionais".

Se bem entendo o que o sr. Molotoff disse, essa pretendida reunião das chamadas "cinco grandes potências" é destinada primordialmente a estabelecer e complementar o princípio de que estas cinco potências têm um mandato especial para dirigir os negócios do mundo.

O sr. Molotoff observou que a Carta das Nações Unidas dá direitos especiais às cinco potências ao fazê-las membros permanentes do Conselho de Segurança. Disso deduz o sr. Molotoff que elas têm responsabilidades mundiais que devem reuni-las em uma conferência de cinco potências, realizada fora da estrutura das Nações Unidas.

O sr. Molotoff deve, no entanto, lembrar-se do que, estou certo, nós outros nos lembramos — e acontece que todos nós quatro estivemos em São Francisco em 1945 — que a conferência que criou as Nações Unidas rejeitou a concepção de domínio mundial pelas cinco potências. Acordou-se, é verdade, que as cinco potências fossem membros do Conselho de Segurança — mas foi também acordado que seis outras nações seriam membros desse Conselho de Segurança e que, mesmo se os cinco membros permanentes estivessem unânimes, sua ação não seria efetiva sem a aprovação por duas, pelo menos, das chamadas "pequenas" potências. Foi também exigido que todas as partes envolvidas em uma disputa participassem de quaisquer discussões relativas a essa disputa.

O sr. Molotoff declarou ainda que, se é legítimo para nós quatro encontrarmos-nos e conferenciarmos, mais legítimo ainda será para as cinco potências fazerem o mesmo.

Êste argumento, parece, alicerça a legitimidade desta reunião numa base falsa. Nós quatro não nos estamos reunindo aqui porque outras nações nos tenham dado ou tenham usurpado o direito de tratar dos problemas mundiais em geral. Estamos aqui para tratar do problema da Alemanha e do problema da Áustria porque somos as quatro potências ocupantes.

(\*) Conforme texto publicado no "Department of State Bulletin" de 8-II-54.

Não há outras potências de ocupação. Por conseguinte, a liberação da Áustria e a unificação da Alemanha dependem de nós e somente de nós. Somos as partes próprias e indispensáveis. Não pode haver um fim para a ocupação, a menos que nós quatro a terminemos.

Fosse a questão em jogo a liberação da Coreia de tropas estrangeiras, então a China Comunista seria a parte própria porque ela está, ainda que injustamente, ocupando uma grande parte da Coreia. Os Estados Unidos, em verdade, buscam ativamente uma conferência política coreana de que a China Comunista seria participante. Também, é claro, a República da Coreia teria que ser participante porque seu governo, estabelecido em virtude de eleições livres internacionalmente supervisionadas, fala por todo o povo coreano, exceto os do norte que não tiveram permissão para participar de tais eleições.

Pelas razões precedentes, e pelas razões aludidas em minha declaração inicial na abertura da conferência, os Estados Unidos rejeitam a concepção de um encontro das cinco potências para terminar as tensões internacionais.

No que diz respeito à Ásia, a Coreia e a Indochina constituem os principais focos de tensão no Extremo Oriente. Nada do que aconteceu até à presente data nos autoriza a dizer que a China Comunista está disposta a colaborar nos esforços para solucionar, em uma base aceitável, as questões coreana ou indochinesa, ou mesmo qualquer outro problema asiático.

O meio de resolver a questão política coreana com a participação dos cinco governos mencionados na proposta soviética está providenciado sob a forma de uma conferência política recomendada pelo Acôrdio do Armistício Coreano.

É inútil falar de outra conferência asiática para tratar da Coreia enquanto a chamada República Popular Chinesa, com o apoio soviético, emprega todos os meios possíveis para prevenir a realização da conferência política que foi acordada nos termos do Armistício Coreano e, em verdade, proposta pelos próprios comunistas chineses.

Já existem fóruns apropriados para a discussão de outros assuntos aludidos nas declarações do Ministro do Exterior soviético.

Se a União Soviética acha indesejável aproveitar os procedimentos das Nações Unidas ou de conferências, restam os canais diplomáticos através dos quais todo e qualquer problema pode ser discutido. Os Estados Unidos e, não tenho dúvida, também o Reino Unido e a França, estão dispostos a discutir, por meio dos canais diplomáticos normais, todos os pontos que o Governo soviético deseje examinar.

Não desejamos que as tensões persistam somente porque não há mecanismo para aliviá-las. Acreditamos que tais mecanismos existem, através das Nações Unidas ou de conferências sobre questões específicas que reunam as partes interessadas, ou através dos canais diplomáticos.

Não temos ciência de nenhuma problema concreto cuja solução seria facilitada pelo estabelecimento de um novo mecanismo integrado pelos Ministros do Exterior das quatro potências aqui representadas, mais o Ministro

do Exterior da China Comunista. Parece-nos que a proposta de uma conferência das cinco potências para incluir o regime da China Comunista é primordialmente um expediente para tentar assegurar a esse regime uma posição nos conselhos do mundo que ele não mereceu nem lhe foi concedida pela comunidade internacional, inclusive as Nações Unidas. Certamente, esta conferência das quatro potências não é o lugar para decidir este assunto.

Nós quatro reunimo-nos aqui em Berlim para discutir dois problemas concretos — Alemanha e Áustria. Para esta discussão temos uma responsabilidade única e especial como potências ocupantes. Estes dois problemas são passíveis de solução e demandam-na.

Parece-me estranho que devamos procurar ampliar nossa tarefa antes mesmo de termos demonstrado que podemos dar conta das tarefas específicas que primordialmente nos trouxeram aqui.

Seria, sem dúvida, errado que, reunindo-nos pela primeira vez em cinco anos, dissipássemos nosso tempo discutindo se e como estabelecer uma nova conferência ao invés de tratar dos problemas substantivos que o mundo espera que resolvamos.

Os Estados Unidos, por conseguinte, propõem que não tomemos nenhuma iniciativa com respeito ao primeiro item da agenda e passemos ao segundo e ao terceiro. Se pudermos resolver estes dois problemas, então, e somente então, podemos aparecer perante o mundo como capazes de assumir outras e mais pesadas tarefas. Então se abrirão perspectivas para nova esperança.

## DECLARAÇÕES DOS SRS. DULLES E EDEN NA SESSÃO DE 28-I-54 DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

Quando nos reunimos ontem, tive a impressão completa de ter voltado ao passado, nesses dias de 1945 em que ganhei uma grande admiração pela habilidade diplomática do sr. Molotoff. Fico satisfeito de ver que êle não perdeu a sua habilidade.

Ontem, o sr. Molotoff arrancou do chapéu coelhos para todos nós: paz na Coréia, paz na Indochina, um fim para a corrida armamentista, a abolição das armas atômicas, o término de tôdas as tensões em tôda a parte, através de um acôrdo pacífico de tôdas as disputas que grassam pelo mundo inteiro e um tremendo incremento da prosperidade econômica.

Esses objetivos seriam todos viáveis se apenas nos dispusessemos a convidar o sr. Chou-En-Lai a vir a nós e conosco se sentar. Este fato, sugeriu o sr. Molotoff, satisfaria automaticamente as aspirações de paz e bem-estar que os homens têm acalentado pelas eras em fora.

Quem é êsse Chou-En-Lai, cuja inclusão em nosso círculo tornaria possível tudo isto há tanto aparentemente impossível? Êle é um líder de um regime que alcançou o poder de fato na parte continental da China através de uma guerra sangrenta; que liquidou milhões de chineses como único meio de manter seu poder; que de tal maneira desloca os recursos econômicos do seu povo empobrecido que morre de fome, à míngua, aos milhões; que se tornou um franco agressor na Coréia e foi assim condenado pelas Nações Unidas; que promove agressão na Indochina com o treinamento e o equipamento de agressores e supre-os com enormes quantidades de munição guerreira.

Êste é o homem cuja presença o sr. Molotoff pretende que tornaria o mundo apto a resolver todos os seus problemas e conseguir paz durável e crescente prosperidade.

Nas minhas abertas observações, disse que os Estados Unidos reconhecem a existência do mal, mas que nós não o estreitamos no nosso peito e chamamo-lo bem. Isto é exatamente o que o sr. Molotoff propõe que deveríamos fazer com esta fonte de tanta miséria humana.

Há em cada um dos nossos países uma intensa ânsia pela paz e pela prosperidade que o sr. Molotoff tão astuciosamente pintou. Mas ali permanece também, creio, alguma capacidade a sustentar nossa causa e alguma vontade de aplicar princípios morais. Nossa razão nos diz que o retrato do sr. Molotoff é o retrato de uma ilusão. Nosso senso moral proíbe as relações que êle propõe.

A proposta do sr. Molotoff, quando apreciada à luz fria da manhã seguinte, consiste efetivamente em subtrair ao mundo todo as esperanças mantidas quando se formaram as Nações Unidas e em dizer efetivamente que essas esperanças podem agora ser realizadas com o estabelecimento de um conselho dos cinco, incluindo-se a China comunista.

O sr. Molotoff havia de transferir para êsse conselho todas as tarefas essenciais das Nações Unidas.

Êle nos censurou por admitirmos que sua proposta apenas envolvia o conselho numa tarefa com questões de caráter político. Êle explicou que sua proposta era muito mais vasta que isso. Não somente êle teria o conselho trabalhando com todos os problemas políticos do mundo como também com problemas de natureza militar e de caráter econômico, tal como a redução geral dos armamentos, incluindo armas atômicas e ainda o problema de remover barreiras alfandegárias, com o que 800.000.000 pessoas submetidas ao estilo de administração comunista do sr. Molotoff não mais permaneceriam empobrecidas, pois elas podem se beneficiar dos imensamente mais altos padrões de vida que prevalecem no mundo não comunista.

Aproveitei a ocasião para o olhar esta manhã a Carta das Nações Unidas. Vi que o artigo 11 confere responsabilidade à Assembléia Geral para fazer propostas com referência ao "desarmamento e regulamentos sobre armamentos".

Vi que o artigo 13 confere à Assembléia Geral a responsabilidade para fazer propostas com referência a "promover cooperação internacional no campo econômico".

Vi que o artigo 14 confere à Assembléia Geral o direito de "propor ajuste pacífico em qualquer situação, a despeito de origem, que ela julgue capaz de comprometer o bem-estar geral ou as relações amigáveis entre nações".

Vi que o artigo 26 confere ao Conselho de Segurança a responsabilidade de desenvolver "planos para o estabelecimento de um sistema destinado à regulamentação dos armamentos".

Vi que os artigos 33 a 51 conferem ao Conselho de Segurança responsabilidade preliminar para tratar de regulamento específico de disputas e para agir com respeito às ameaças contra a paz, quebras de paz e atos de agressão.

Vi que os artigos 61 e 62 estabelecem um Conselho Econômico e Social para fazer recomendações relativas a assuntos internacionais.

Vi que o artigo 99 confere à Secretaria Geral a autoridade de "levar ao conhecimento do Conselho de Segurança qualquer assunto que possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacional".

(\*) Conforme texto publicado pelo *New York Times* de 29-I-54.

Quando então comparei a Carta das Nações Unidas com o discurso do sr. Molotoff vi que efetivamente êle propunha que o conselho das chamadas "cinco grandes potências" em verdade devia substituir as Nações Unidas.

O sr. Molotoff tentou ir ao encontro da minha primitiva declaração de que sua proposta teve êsse efeito apontando que o Acôrdo de Potsdam criou um Conselho de Ministros Estrangeiros antes, inclusive, de que a Carta das Nações Unidas tivesse sido adotada. A analogia não é aplicável.

O Conselho de Ministros Estrangeiros instituído sob o Acôrdo de Potsdam foi estabelecido na conformidade das recomendações do artigo 107 da Carta, que autorizou expressamente as potências aliadas a concluir os acordos de paz. Êste era o propósito limitado do conselho de Potsdam. A presente proposta do sr. Molotoff para um conselho não cai absolutamente na exceção recomendada pelo artigo 107 da Carta.

É óbvio que a "conferência das cinco potências" proposta pelo sr. Molotoff não poderia ser uma conferência de duração temporária. Seria incrível que nós quatro, até com a adição do fabuloso sr. Chou-En-Lai, pudessemos estar rapidamente aptos a resolver os problemas políticos, econômicos e militares com os quais as Nações Unidas têm lutado sem êxito durante os últimos nove anos. A tarefa proposta para a conferência pelo sr. Molotoff tornaria inevitavelmente essa conferência em um corpo permanente, com uma vasta rêde de subcomitês e técnicos. Isto em verdade substituiria as Nações Unidas.

O sr. Molotoff mal disfarça o fato de que isto é o que êle tinha em mente. Êle tem dito que, em virtude das Nações Unidas não aceitarem as credenciais do regime comunista da China, então as Nações Unidas devem ser postas à parte e suas responsabilidades tomadas por uma nova organização mundial que (que emprestaria) às chamadas "grandes potências" a responsabilidade e a autoridade para regulamentar o mundo no que se refere a assuntos políticos, de armamentação e econômicos.

Porque as Nações Unidas têm recusado admitir em seus conselhos um agressor declarado, o sr. Molotoff argui que as Nações Unidas deve ser condenada a ter suas responsabilidades transferidas para o agressor.

O sr. Molotoff nos tem entretido com uma exibição de sua habilidade em fazer o absurdo parecer plausível. Contudo, não viemos aqui para divertimentos. Viemos aqui na esperança de fazer um trabalho sério.

Meu palpite é que tivemos um adequado "primeiro tempo" na troca dos pontos de vista sobre êsse objetivo e que, sem esquecer o que foi dito, é que seguimos agora para uma troca de impressões relativas aos outros dois itens da agenda, sobre a Alemanha e a Áustria.

SR. EDEN:

Ao fim de sua declaração ontem, na qual expôs sua proposta sobre a reunião das cinco potências para discutir os problemas gerais do mundo, o sr. Molotoff afirmou que juntamente com êsses problemas uma reunião

das cinco potências devia também, a seu ver, considerar os problemas específicos do remoto Oriente. Como vejo a declaração, significa que o sr. Molotoff ainda mantém sua proposta original sobre uma conferência das cinco potências com uma agenda grandemente extensa.

Expliquei ontem porque considero impraticável essa proposta. Já tivemos uma completa discussão a tal respeito e não irei repetir todos os meus motivos para sustentar êste parecer. Lembrarei apenas que, primeiro, uma tal conferência seria impraticável porque na minha opinião só podemos ter esperança em promover um sólido progresso mediante a redução da tensão internacional, se cuidando, na Ásia como na Europa, dos problemas práticos, específicos, das grandes potências e tratando-os na sua devida ordem.

Em segundo lugar, não podemos, numa reunião limitada a poucas potências, tratar de questões concernentes a todo o mundo e de interesse direto da maior parte das nações do mundo. O sr. Molotoff mencionou, juntamente com problemas políticos, a redução dos armamentos, e o desenvolvimento do comércio internacional. Ambos são problemas de interesse direto de muitas nações, além das nossas. O primeiro é essencialmente, sobretudo, um tópico para as Nações Unidas, diante da qual está agora.

O sr. Dulles recordou precisamente que o Artigo 11 da Carta (das Nações Unidas) torna claro isto. Quanto ao segundo, há um enorme número de caminhos a nós abertos e pelos quais podemos, e de fato fazemos, procurar desenvolver o comércio internacional, e todos temos interesse nisso. O sr. Molotoff nos fez a concessão de aludir a um exemplo ontem, no qual meu país desempenha um papel — posso assegurar-lhe; com pleno acôrdo de minha parte.

Acho difícil de acreditar que o sr. Molotoff realmente imagine que uma conferência de cinco potências, que deverá também estar encarregada de examinar o desarmamento e de examinar o mais largo programa de assuntos políticos, seja o rumo certo para incentivar o comércio. No que concerne aos problemas políticos, as questões da Coreia e da Indochina constituem especial preocupação de países aqui representados.

Estou naturalmente pronto, como estou certo de que meus colegas também estão, a prosseguir na busca de algum método que facilite as soluções práticas desses problemas. E devemos fazê-lo. Mas há em cada caso dificuldades práticas que devemos ter em mente.

A questão coreana, por exemplo, tem sido objeto de resoluções nas Nações Unidas, e o sangue e a riqueza de dezesseis nações têm sido gastos na resistência à agressão ali. Não podemos ignorar sua contribuição ou seu interesse. O sr. Bidault tem chamado nossa atenção, muito categoricamente, para essas considerações práticas. Seu discurso, assim me expresse, apresenta as cruas realidades da situação.

Estou certo de que sua maneira de encarar a questão é a mais sábia. Se nos concentrarmos no problema, certamente alguma contribuição prática será possível através dessa conferência. Mas devemos raciocinar arduamente e com clareza. Portanto, sugiro aos meus colegas que examinemos,

quando esta fase de pronunciamentos esteja encerrada, o Item 1 (conferência dos Cinco Grandes) em nossa agenda, e passemos a êsses específicos problemas europeus no Item 2 (Alemanha) e 3 (Áustria).

Isto nos fornecerá tempo para posterior reflexão e palestras com cada qual, o que desejamos prove bom êxito. Podemos mais tarde voltar às nossas considerações sôbre o Item 1 e eu desejaria que, se no meio tempo pudermos fazer progresso real, estivessemos então mais aptos a chegar a conclusões sôbre êle.

Prezado senhor

Receba em sua casa, com segurança e economia, pelo correio registrado, todos os valiosos números de **CADERNOS DO NOSSO TEMPO**

Para tanto preencha e destaque o cupom abaixo, enviando nos juntamente, sob qualquer forma de pagamento a quantia mencionada.

**GANHE O NÚMERO 1 GRATIS** assinando agora do número 2 ao 5, ou do 3 ao 6, ou do 4 ao 7

Atos e gratos  
OS DISTRIBUIDORES

**CADERNOS DO  
NOSSO TEMPO**

**PEDIDO DE ASSINATURA**

Distribuidor geral  
*Editorial Andes Ltda*  
Largo da Carioca, 11 - 2.º  
Rio de Janeiro

Senhores:

Pêco-lhes inscrever-me entre os assinantes de **CADERNOS DO NOSSO TEMPO**, por 4 números a começar do n.º

Envio Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por cheque, por vale postal, por

(assinatura)

## CADERNOS DO NOSSO TEMPO

Os problemas do nosso tempo na perspectiva do Brasil  
Os problemas do Brasil na perspectiva do nosso tempo  
em

## CADERNOS DO NOSSO TEMPO

Revista de Cultura e Informação Política  
publicada pelo IBESP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA,  
SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Preço do número avulso: Cr\$ 30,00

Assinatura de 4 números: Cr\$ 100,00

Note bem: assinando do 2 ao 5<sup>o</sup> receberá gratuitamente o n.º 1.

### ASSINANTE

Nome: .....

Profissão: .....

Endereço: .....

Cidade: .....

Estado: .....

## DECLARAÇÃO DO SR. DULLES NA SESSÃO DE 29-I-54 (\*)

Não desejo utilizar qualquer diminuta autoridade que eu possa ter como presidente desta sessão para impedir, arbitrariamente, quem quer que seja de falar sobre qualquer assunto que tenha em mente. Reconheço que o tema geral do item 1 da agenda é bastante lato para permitir-nos falar sobre todos os problemas do mundo. Pensei que tivéssemos superado esse item e estivessemos abordando outros assuntos, mas, parece que não há concordância unânime a esse respeito.

Sinto, no entanto, que devo fazer algumas observações. A primeira é esta: os Estados Unidos e, penso, a França e o Reino Unido — embora possa falar somente pelo meu governo — vieram a esta conferência na sincera esperança de que ela abrandaria as tensões internacionais. Esta é a primeira dessas conferências, a primeira vez que nos encontramos em cinco anos e esperávamos que esta conferência mostraria a utilidade de encontros desta espécie. Penso que os Estados Unidos demonstraram isso quando, na primeira reunião, aceitamos a agenda proposta pelo Ministro do Exterior da União Soviética, embora não fosse essa uma agenda de que gostássemos. Sabíamos, porém, que debater a agenda aumentaria a tensão e era nosso desejo abrandá-la. Por conseguinte, aceitamos uma agenda que não era do nosso agrado como contribuição a uma atmosfera que esperávamos fosse condutiva ao relaxamento de tensões.

O item da agenda por nós aceito contém como primeira frase as expressões “medidas para reduzir as tensões nas relações internacionais”. Penso que qualquer pessoa teria que ser um grande otimista para achar que as discussões até agora havidas sobre este item serviram de fato para reduzir as tensões internacionais. As acusações que foram feitas a propósito deste item e as respostas de que necessitaram tais acusações, não foram longe, penso eu, no relaxamento das tensões internacionais.

Não creio que esta conferência — a primeira, repito, em cinco anos — justificar-se-á e tornará fácil manter estes canais de contato pessoal em nível superior, a menos que façamos melhor do que temos feito até agora. Creio que esta conferência, para se justificar, deve concentrar-se em pro-

(\*) Conforme texto publicado no “Department of State Bulletin” de 8-II-54.

blemas sérios para cuja solução somos competentes e que são, peculiarmente, nosso dever resolver aqui na cidade de Berlim, ao invés de vagar pelos problemas do mundo, levantando questões que todos nós sabemos não poderem ser resolvidas aqui, cuja discussão simplesmente aumenta a tensão internacional. Até agora, tudo o que esta conferência fez — hoje em seu quinto dia de deliberações — foi discutir futilmente como criar novas conferências. Parece-me que se as conferências não podem fazer nada de melhor do que criar novas conferências e as novas conferências, outras novas conferências, o método de conferências tornar-se-á, por inteiro, objeto de ridículo, e nós com ele.

Eu me pergunto se o Ministro do Exterior soviético realmente acredita que a causa da paz mundial será levada avante e a tensão mundial relaxada por termos que debater aqui uma resolução que está encanecida de idade, sendo precisamente a resolução que foi introduzida na Assembléia Geral das Nações Unidas há 2 anos atrás, e que tem sido discutida e rediscutida sem resultado. E se esta conferência não pode fazer nada de melhor do que ocupar-se com essas propostas comprovadamente abortivas, então penso que não estamos justificando o tempo e o esforço que aqui dispndemos, nem correspondendo às esperanças que o mundo deposita em nós.

Há dois problemas com respeito aos quais poderíamos fazer um trabalho sério e construtivo — o problema da Alemanha e o problema da Áustria. Se pudessemos resolver estes problemas, ou um deles, ou se pudessemos avançar para uma solução de ambos ou de um só, ou se, em verdade, pudessemos como pessoas sensatas falar sobre eles de um modo sério — qualquer uma dessas coisas justificaria estarmos aqui e suscitaria a esperança de que somos capazes de conversar de uma forma sensata e decente em torno de uma mesa. Isso contribuiria bastante para reduzir as tensões mundiais. Se, por outro lado, esta reunião for dedicada à propaganda sobre assuntos assaz conhecidos e à repetição de acusações e contra-ataques, então duvido muito que tenhamos realizado esse abrandamento da tensão mundial que professa ser o primeiro item na agenda proposta pela União Soviética.

## DECLARAÇÃO E PROPOSTA DO SR. EDEN SOBRE UNIDADE ALEMÃ, PROPOSTA DO SR. BIDAULT SOBRE DESARMAMENTO E DECLARAÇÃO DO SR. MOLOTOFF NA SESSÃO DE 29-I-54 DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

SR. EDEN:

*Em minhas observações iniciais na primeira reunião de nossa Conferência, dei aos meus colegas uma indicação geral das opiniões do Governo de Sua Majestade sobre a questão alemã.*

*Acreditamos que a unificação pacífica da Alemanha e a conclusão de um tratado de paz fortalecerão a paz e reduzirão a tensão internacional.*

*A presente divisão artificial da Alemanha significa contínua instabilidade e desunião na Europa, e isso contém as sementes de futuro conflito e desastre final para todos nós.*

*Este é o principal problema que nos juntou em torno desta mesa. Temos o dever de encontrar uma solução justa e duradoura para ele.*

*Informei meus colegas, no princípio desta semana, que, ao chegar o momento de discutir a unidade alemã, teríamos um plano construtivo a apresentar.*

*Consequentemente, desejo agora expor, em nome da Delegação do Reino Unido, esse plano de unificação alemã.*

*Sei que meus colegas quererão estudar este plano cuidadosamente. Receberei de bom grado seus comentários a respeito.*

*Creio que ele representa uma maneira positiva de encarar este urgente problema.*

*Se pudermos ter uma discussão construtiva e alcançarmos concordância sobre os princípios que ele estabelece, nosso trabalho conjunto em Berlim terá sido verdadeiramente frutuoso.*

*Teremos realizado, pelo menos, um avanço significativo no caminho da unidade, prosperidade e segurança européias.*

(\*) Conforme texto publicado no "The New York Times" de 30-I-54.

Esbocei, segunda-feira, os principais elementos do plano.

Agora que êle se encontra diante de vós, talvez seja útil que eu explique, de modo mais completo, os cinco estágios através dos quais sugerimos que a Alemanha deve ser unificada.

Êstes estágios estão traçados no preâmbulo do plano.

Proponho-me agora a tomá-los um por um e explicar nossa posição a respeito.

Primeiro, eleições livres em toda a Alemanha.

Isto é, para nós, o elemento fundamental de nosso plano — ou, em verdade, de qualquer plano para a unificação da Alemanha.

Eleições livres constituem, para qualquer país democrático, o único modo de obter uma expressão verdadeira da vontade popular.

Antes que possamos tratar com representantes de uma Alemanha Una, devemos estar certos de que êsses representantes foram livremente escolhidos pelo povo alemão.

Só assim podemos estar seguros de que qualquer acôrdo que alcançarmos com a Alemanha, está alicerçado no consentimento alemão.

Isso é essencial para que tal acôrdo seja durável e fonte de cooperação futura e não de ressentimento e recriminação.

Eleições livres em toda a Alemanha constituem, por conseguinte, o primeiro passo essencial.

Nosso propósito é um tratado de paz com a Alemanha e o ingresso de uma pacífica e democrática Alemanha nas Nações Unidas.

Devemos, por conseguinte, assegurar que o govêrno que assina o tratado de paz e que representa a nova Alemanha nas Nações Unidas, é verdadeiramente representante do povo alemão.

Para que as eleições sejam realmente livres, devem ser estabelecidas certas medidas de garantia bem antes e depois das eleições.

Além disso, nas condições anormais que existem hoje na Alemanha, pensamos ser essencial que haja uma supervisão adequada. Isso garantirá a realização regular das eleições.

Em suma, o povo alemão deve estar habilitado a livremente escolher seus representantes.

Deve também ficar bem claro aos próprios alemães e ao resto do mundo que essa escolha foi livre.

O primeiro passo deve ser a preparação de uma lei eleitoral para toda a Alemanha.

Estudamos cuidadosamente êsse problema e chegamos à conclusão de que o único meio de garantir a devida aplicação em tôda a Alemanha de uma lei adequada é o de que essa lei seja preparada e promulgada pelas próprias quatro potências.

Nós quatro devemos estar dispostos, toda vez que necessário, a desincumbir-nos das responsabilidades que temos na Alemanha.

Por outro lado, tanto o Bundestag da Alemanha Ocidental quanto a Assembléia na zona soviética prepararam projetos de leis eleitorais para toda a Alemanha.

Tais projetos contem muitos subsidios valiosos. O projeto das quatro potências deve, por conseguinte, aproveitar-se bastante deles.

Referi-me à necessidade de garantias adequadas para as eleições.

Evidentemente, elas devem estar consubstanciadas na própria lei eleitoral, para que possamos estar seguros de que serão efetivas em toda a Alemanha.

Meus colegas verificarão que consideramos como principais medidas de precaução as estabelecidas na Secção I do plano, sob o titulo de "Garantias para Eleições Livres". Não preciso lê-las para meus colegas.

Penso que elas falam por si. Espero que não tenhamos nenhuma dificuldade em concordar com elas e assegurarmos que, cada uma delas, é tratada de maneira efetiva na lei eleitoral e em sua aplicação prática.

Vem depois a questão da supervisão das eleições.

Sugerir que eleições em um país como a Alemanha requerem supervisão poderia talvez ser mal interpretado como depreciativo ou insultuoso para o povo alemão. Não preciso dizer que não foi com essa intenção que fizemos a proposta e confio em que ela não será assim considerada pelos próprios eleitores alemães.

Não duvido da capacidade do eleitor alemão, que aprendeu tantas lições do passado, de escolher seus representantes com sabedoria e discriminação, desde que seja livre para fazê-lo.

Mas as condições na Alemanha não são normais.

Desde o fim da guerra, a despeito de todos os nossos esforços, o fôssô que divide o país tornou-se cada vez mais largo. Em consequência, o rancor e a desconfiança também cresceram.

Dois sistemas políticos diferentes se defrontam sôbre a linha que divide a zona soviética do resto da Alemanha.

O objeto das eleições que estamos propondo é habilitar o povo alemão a livremente determinar o sistema sob o qual o seu país unificado deverá ser governado.

Creio que os próprios alemães insistirão em que essas eleições, de tão vital importância para o seu futuro, devam estar sob adequada supervisão.

Assim, êles próprios, tanto quanto seus amigos no estrangeiro, podem ficar convencidos de que os direitos e franquias essenciais, prescritos no plano, estão ao alcance de todo alemão.

Deve haver, portanto, supervisão das eleições. Em nosso plano sugerimos um método pelo qual isso pode ser realizado.

Deve haver uma comissão supervisora, na qual cada uma das quatro potências deve estar representada.

Podemos discutir se nela deve haver representantes de países neutros.

A comissão deve trabalhar na base de comitê. Mas, para que ela realize sua tarefa efetivamente, as decisões devem ser tomadas por maioria de votos.

Não tentarei tratar, por desnecessário, nesta altura, das funções e poderes da comissão. Como de nosso plano ressalta, sua principal tarefa será assegurar que as eleições tenham lugar em genuína liberdade e que a lei eleitoral seja estritamente cumprida.

O que, por fim, acordarmos com respeito à composição e organização da comissão deve, penso, ser incorporado na lei eleitoral, dando assim à comissão uma base legal própria.

Não podemos, os quatro ministros, empreender nós mesmos a complicada tarefa de elaborar a lei eleitoral. Mas antes de darmos esta tarefa a outros, devemos concordar entre nós sobre os princípios em que se baseiam os cinco estágios previstos em nosso plano. Quando tivermos feito isso, teremos completado o primeiro estágio essencial de nosso trabalho sobre o problema alemão. Poderemos então dizer com razão que fizemos por fim um progresso real para a consecução do nosso objetivo comum de um tratado de paz alemão.

Sugiro, por conseguinte, que primeiro discutamos e concordemos sobre esses princípios, tendo em vista dar instruções a um grupo de trabalho. Este poderia consistir, muito convenientemente, nos quatro Alto Comissários na Alemanha, ou seus representantes.

Essa equipe tratará dos necessários detalhes e submeterá um relatório aos quatro governos. O plano indica o que pensamos devam ser os elementos essenciais desse relatório, bem como os prazos que a equipe deverá observar na execução de seus trabalhos.

O estágio seguinte no plano são, naturalmente, as próprias eleições. Elas devem ter lugar tão depressa quanto possível, após terem as quatro potências promulgado a lei eleitoral.

Delas resultará a primeira Assembléia Nacional verdadeiramente representativa de toda a Alemanha, em muitos anos. A primeira tarefa desta assembléia deve ser a de preparar uma Constituição para a Alemanha Unida.

Enquanto isso, e até que o governo de toda a Alemanha possa assumir o controle completo, estou certo de que haverá grande vantagem em manter parte, pelo menos, da maquinaria de supervisão estabelecida na lei eleitoral. Somente assim poderemos assegurar a contínua observância, através de toda a Alemanha, das condições de genuína liberdade que tenham sido estabelecidas.

Esse é um assunto ao qual o grupo de trabalho deve dar atenção.

Enquanto a nova assembléia nacional estiver elaborando a Constituição, ela talvez considere conveniente estabelecer alguma forma de autoridade provisória com jurisdição sobre toda a Alemanha. Isso ajudará a Assembléia a elaborar a Constituição, e preparará, também, o núcleo da futura maquinaria administrativa de toda a Alemanha, que deverá suceder, quando for chegado o momento, a atual maquinaria alemã das quatro zonas.

Há uma outra tarefa que a equipe poderá empreender.

Todos nós desejamos concluir um tratado de paz, tão depressa quanto possível.

A Assembléia Nacional poderia, se o desejasse, solicitar da autoridade provisória que entabulasse negociações preliminares com as quatro potências para o tratado de paz.

Tudo isso deverá ser tratado na lei das quatro potências.

A seguir, chegamos à adoção da Constituição e, espero, à rápida formação de um governo de toda a Alemanha. A Constituição será a base sobre a qual se formará o governo de toda a Alemanha.

Este governo assumirá então, imediatamente, completa responsabilidade pela negociação e conclusão do tratado de paz.

Ao mesmo tempo, outras instituições, tais como, talvez, a Suprema Corte, poderão ser estabelecidas, conforme previsto na Constituição.

Enquanto não se forma o governo de toda a Alemanha, devemos, evidentemente, evitar criar um vácuo. A República Federal Alemã e a Administração Alemã na zona soviética devem, por conseguinte, continuar a existir, de modo a assegurar continuidade de administração e a execução das obrigações internacionais da Alemanha.

Mas quando um governo de toda a Alemanha tiver sido formado terá que haver uma transferência de poderes para ele, e a República Federal e a Administração Alemã do Este deverão, no momento oportuno, cessar de existir.

Em nossa opinião, as decisões sobre isso, especialmente quanto a prazos e processos, devem ser deixadas à Assembléia Nacional.

Não deve haver, ainda neste caso, uma completa solução de continuidade nas relações internacionais da Alemanha com os outros países. O governo de toda a Alemanha, uma vez estabelecido, deve estar livre para assumir os direitos e obrigações internacionais da República Federal e da zona soviética da Alemanha que julgar necessários. Deve também estar livre para concluir outros acordos internacionais, se assim o desejar, uma vez que estejam de acordo com a Carta das Nações Unidas.

Por outro lado, nossos quatro governos têm direitos e responsabilidades especiais na Alemanha, até que um tratado de paz entre em vigor.

O plano determina como alguns desses direitos devem ser exercidos.

No que tange ao Governo de Sua Majestade, nossos direitos serão somente no interesse geral da paz e com atenção especial aos interesses do povo alemão.

A seção final do plano diz respeito à assinatura e à entrada em vigor do tratado de paz. Penso que ela é suficientemente explícita para dispensar explicação.

Espero que o que disse possa ajudar meus colegas no estudo do plano. Aguardo discuti-lo com eles, tão depressa estiverem preparados para isso. Permitam-me, uma vez mais, resumir os aspectos essenciais do plano e, em particular, o pensamento central que o informa?

A questão da liberdade é inseparável do problema das eleições. Devemos alcançar um acôrdo sôbre as eleições livres, como primeiro passo.

Devemos também concordar que o govêrno de toda a Alemanha, resultante dessas eleições, deve êle próprio ser livre com respeito ao seguinte:

I — deve ter liberdade de assumir quaisquer direitos e obrigações internacionais da República Federal ou do regime alemão do Este conforme à Carta das Nações Unidas;

II — deve ter liberdade de negociar o tratado de paz. Um tratado imposto seria inaceitável à Alemanha e a nós próprios;

III — deve ter liberdade de associar-se com outras nações para fins pacíficos.

Assim, o princípio básico de todo o nosso plano é o da genuína liberdade. Acreditamos que êsse é o único princípio sôbre o qual deve assentar uma nova Alemanha, que estará habilitada a juntar-se, como associado livre, pacífico e democrático, a outros países da Europa e do mundo no avanço para a paz e a prosperidade.

Proposta do Sr. Eden:

#### MÉTODO DE UNIFICAÇÃO

A unificação da Alemanha e a conclusão de um tratado de paz, livremente negociado, com a Alemanha Unida devem ser realizadas através dos seguintes estágios:

I — Eleições livres em toda a Alemanha.

II — Convocação de uma assembléia nacional resultante dessas eleições.

III — Elaboração de uma Constituição e a preparação das negociações para um tratado de paz.

IV — Adoção da Constituição e a formação de um govêrno de toda a Alemanha responsável pela negociação do tratado de paz.

V — Assinatura e entrada em vigor do tratado de paz.

I. Eleições Livres em toda a Alemanha

Eleições livres e secretas devem ser levadas a efeito em toda a Alemanha, inclusive Berlim, o mais cedo possível. Essas eleições devem ser realizadas em condições de genuína liberdade. Garantias devem ser acordadas para assegurar essa liberdade antes, durante e após as eleições. As eleições devem ser supervisionadas de tal maneira a garantir que essas precauções sejam observadas e que as eleições sejam conduzidas regularmente.

#### PREPARAÇÃO PARA A ELEIÇÃO

a) — A lei eleitoral — A lei eleitoral deve ser preparada pelas quatro potências ocupantes, levando em consideração as leis eleitorais já projetadas para êsse fim pelo "Bundestag" Federal e o "Volkskammer" da zona soviética. Quando aprovada ela deve ser promulgada em toda a Alemanha pelas quatro potências. As eleições devem ter lugar o mais cedo possível depois disso.

b) — Garantias para as eleições livres — O projeto de lei eleitoral deve conter provisões que garantam a genuína liberdade das eleições. Estas compreendem, entre outras: liberdade de movimento através de toda a Alemanha, liberdade de apresentação de candidatos, imunidade à prisão arbitrária ou punição, liberdade de associação e reunião políticas, liberdade de expressão para todos, liberdade de imprensa, rádio e televisão e livre circulação dos jornais, periódicos, etc., segredo de voto, segurança dos postos e urnas eleitorais.

c) — Supervisão das eleições — A supervisão deve ser exercida por uma comissão através de toda a Alemanha. Deve haver um órgão central com órgãos subordinados nos níveis de Land (estado) e local. Todos os votos devem ser contados e verificados nos postos locais na presença da comissão de supervisão.

I — Composição da comissão de supervisão: a comissão deve ser composta de representantes das quatro potências, com ou sem a participação de neutros.

II — Organização da comissão: a comissão deve trabalhar numa base de comitê. Suas decisões devem ser tomadas por maioria de voto.

III — Funções e poderes da comissão: a principal tarefa da comissão será assegurar que as eleições tenham lugar em genuína liberdade e exrta conformidade com os dispositivos da lei eleitoral.

#### MÉTODO PARA COMPLETAR AS PREPARAÇÕES SUPRA

Os Ministros do Exterior devem, em primeiro lugar, concordar sôbre os princípios contidos neste plano. Eles darão então instruções para um grupo de trabalho composto dos Altos Comissários da Alemanha das quatro potências, ou seus representantes, que tratarão dos necessários detalhes e submeterão um relatório.

Esse relatório deve incluir, em particular:

- 1 — Um projeto de lei eleitoral para toda a Alemanha.
- 2 — Recomendações detalhadas com respeito à supervisão.

O grupo de trabalho deve começar a sua tarefa não mais tarde do que duas semanas depois da conclusão da Conferência de Berlim. Deve submeter seu relatório aos quatro governos dentro de um mês após o início de sua tarefa.

## II. A Assembléia Nacional

As eleições alemãs estabelecerão uma Assembléia Nacional de toda a Alemanha. A primeira tarefa desta Assembléia será a preparação de uma Constituição.

Durante o período que mediar do fim das eleições e a assunção completa de controle pelo governo de toda a Alemanha, será desejável que parte da maquinaria de supervisão permaneça em operação de modo a evitar qualquer ação posterior às eleições que prejudique as condições de genuína liberdade em que tenham sido realizadas. Recomendações sobre esse assunto devem ser incluídas no relatório do grupo de trabalho.

## III. Elaboração da Constituição e Estabelecimento de uma Autoridade Provisória para toda a Alemanha

A Assembléia Nacional começará a elaborar uma Constituição, imediatamente após ter se reunido. Enquanto isso, pode ela formar uma autoridade alemã provisória incumbida de assistir a Assembléia na elaboração da Constituição e preparar o núcleo dos futuros ministérios alemães. Se a Assembléia assim o decidir a autoridade poderá entabular com as quatro potências, em caráter preliminar, negociações para um tratado de paz.

## IV. Adoção da Constituição e Formação de um Governo Alemão para as Negociações do Tratado de Paz

A Constituição será submetida à Assembléia logo após o projeto final ter sido aprovado. Imediatamente após a sua adoção será formado o governo de toda a Alemanha. Esse governo será então responsável pelas negociações e conclusão do tratado de paz. Ao mesmo tempo, serão estabelecidas outras instituições que tenham sido previstas na Constituição.

Logo que o governo de toda a Alemanha tenha sido formado, a Assembléia Nacional determinará como os poderes do governo federal e das autoridades alemãs na zona soviética serão transferidos para um governo de toda a Alemanha e como aquelas duas organizações governamentais cessarão de existir.

O governo de toda a Alemanha terá autoridade para assumir os direitos e obrigações internacionais da República Federal e da zona soviética da Alemanha e concluir outros acordos internacionais que desejar.

Até à entrada em vigor do tratado de paz, cada uma das quatro potências exercerá, com respeito à Assembléia Nacional e ao governo de toda a Alemanha, somente aquele de seus direitos que se relacionem com o esta-

cionamento de forças armadas na Alemanha e respectiva segurança, Berlim, a unificação da Alemanha e o tratado de paz.

As decisões da Assembléia Nacional e do governo de toda a Alemanha relativas à execução deste plano prescindirão da aprovação das quatro potências. Tais decisões não podem ser desaprovadas senão por maioria de votos das quatro potências.

## V. Assinatura e Entrada em Vigor do Tratado de Paz

Os signatários do tratado serão todos os Estados ou sucessores desses que estiveram em guerra com a Alemanha. O tratado deve entrar em vigor quando ratificado pelas quatro potências e pela Alemanha.

### Resolução de Bidault:

Os governos dos Estados Unidos da América, da França, da República Socialista Soviética e do Reino Unido.

convencidos de que a solução das diferenças internacionais necessária ao estabelecimento de uma paz duradoura seria consideravelmente facilitada por um acordo sobre desarmamento;

persuadidos de que tal acordo sobre um programa coordenado de desarmamento, que incluía as indispensáveis garantias e esteja sobre o controle internacional e autorize somente os armamentos necessários à segurança individual ou coletiva dos Estados, aliviaria o peso que os gastos militares constituem para os povos e contribuiria para o restabelecimento da confiança entre as Nações,

proclamam que qualquer esforço sincero com este objetivo em vista exige que, para obter a cessação de todas as hostilidades, o encorajamento e o apoio à agressão em toda a parte do mundo sejam proscritos e condenados;

comprometem-se a unirem seus esforços com os da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas para que ela possa alcançar concordância substancial sobre os princípios gerais de desarmamento que possam permitir a convocação de uma Conferência de desarmamento geral, em condições favoráveis ao seu sucesso, de conformidade com a resolução de 11 de janeiro de 1952 da Assembléia Geral das Nações Unidas.

## DECLARAÇÃO DE MOLOTOFF:

Em 27 de janeiro, entreguei ao Sr. Eden, em sua qualidade de Presidente, uma declaração do governo da República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) dirigida à Conferência dos Ministros do Exterior, de modo que pudesse ser discutida em tempo oportuno. Uma cópia da carta dirigida ao Sr. Eden, juntamente com cópias de uma carta do governo da República Democrática Alemã, foram transmitidas ao Sr. Bidault e Sr. Dulles. O go-

vêrno da República Democrática Alemã levanta a questão de que a participação de representantes da República Democrática Alemã e da Alemanha Ocidental será necessária quando da discussão do problema alemão pela Conferência.

A delegação soviética mantém a opinião de que é necessário devotar atenção particular a esta solicitação da República Democrática Alemã. Da Alemanha Ocidental não foi recebida tal solicitação. Mas a União Soviética não acha que a Alemanha Ocidental não queira ser representada. O governo soviético sabe muito pouco com respeito à posição do governo da Alemanha Ocidental sobre as questões que estão para ser discutidas nesta reunião. O governo soviético tem sido sempre de opinião que não pode haver nenhuma solução à questão alemã de um modo pacífico e democrático se os representantes da Alemanha não participarem desta solução.

## DECLARAÇÃO DO SR. DULLES NA SESSÃO DE 30-I-54 (\*)

O segundo item de nossa agenda trata da "questão alemã" e também do "problema de garantir a segurança européia". A história nos compele a tratar juntos estes dois assuntos.

Desta mesma cidade onde estamos, ainda em ruínas na sua maior parte, foram lançadas duas guerras mundiais. Dois de nossos quatro países, a França e a União Soviética, sofreram invasões terrestres tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial. O Reino Unido foi invadido pelo ar. Todos nós quatro tivemos que, por duas vezes, mobilizar todos os nossos recursos humanos e materiais para resistir e finalmente repelir as vagas da agressão alemã.

Temos, sem dúvida, um interesse vital em fazer tudo o que estiver em nosso poder para assegurar que tais agressões jamais ocorram outra vez. Em verdade, nossa preocupação é partilhada pelo próprio povo alemão que sofreu cruelmente com o militarismo e a tirania de alguns dos seus.

Os sacrifícios que foram feitos durante essas duas guerras mundiais colocaram agora em nossas mãos uma grande parcela de poder para influenciar o futuro, para o bem ou para o mal, e determinar se os anos vindouros prefeciarão uma paz duradoura ou outra guerra desastrosa.

Nove anos são passados desde o armistício alemão e a paz ainda está por fazer. Sob muitos aspectos, esse retardamento é um reproche a nós. Mas há um outro lado da questão. No período que se segue imediatamente a uma guerra incruenta e exaustiva a razão é afogada por sentimentos de ódio e vingança. A reação instintiva nesse período é voltar-se para a repressão como um meio de segurança futura. Mas o lapso do tempo restaura a razão em seu lugar próprio e agora, passados nove anos, devemos ser capazes de invocar a sabedoria e o senso de estadistas para que sejam nossos guias.

O problema com que nos defrontamos aqui tem dois aspectos principais. Primeiro, há a tarefa de unificar a Alemanha e, segundo, há a tarefa de assegurar que uma Alemanha unida seja uma Alemanha pacífica. Falarei primeiro do problema da unificação alemã.

(\*) Conforme o texto publicado no "Department of State Bulletin" de 8-II-54.

A partilha da Alemanha cria uma fonte básica de instabilidade, e há pouco mérito em falarmos sobre a paz se ao mesmo tempo estamos perpetuando condições que fazem a paz perigar.

Estou firmemente convencido de que uma Alemanha livre e unida é essencial para uma paz estável na Europa e do interesse das quatro nações aqui representadas em torno desta mesa.

Como veio a acontecer esta desunião — esta desunião da Alemanha que, como digo, é um perigo para a paz? Nós aqui não somos livres de responsabilidade a esse respeito porque o desacôrdo entre nossas quatro nações foi que criou a atual divisão da Alemanha. É o desacôrdo entre nossas quatro nações que perpetua a atual divisão da Alemanha e somos nós somente que podemos terminar esta divisão da Alemanha.

Como ressaltai em algumas observações que fiz anteriormente, esse fato — o fato de que nós quatro temos uma responsabilidade impar na Alemanha — deve fazer deste problema alemão o tema central de nosso trabalho aqui. Ele pode ser a prova de se somos ou não qualificados para trabalhar juntos pela paz.

Existe esta partilha da Alemanha que é uma ameaça à paz. Está em nosso poder dar-lhe um fim. Tudo o que é necessário para terminá-la é que tenhamos vontade de terminá-la. Se não temos essa vontade então digo eu que podemos ser nações amantes da paz mas não nações em busca da paz.

O sr. Eden submeteu ontem um plano preciso e detalhado para obter a unificação e a liberdade da Alemanha mediante uma série ordenada de ações que começariam com eleições livres. Parece-nos que esta proposta britânica é clara, razoável e bem concebida para efetuar no mais próximo momento prático um completo ajuste alemão, inclusive um tratado de paz alemão.

Não tenho dúvida de que nossas discussões aqui em torno desta mesa, à medida que debatermos esta intrincada matéria, poderão indicar a desejabilidade de algumas modificações em detalhes do plano que o sr. Eden apresentou e talvez alguns esclarecimentos. Devemos, certamente, ter o espírito aberto quanto a isso e eu, certamente, tenho o espírito aberto. Mas declaro que de modo geral endosso a proposta submetida em nome do Reino Unido e a ela me associo.

Há uma ou duas observações que eu faria, sugeridas especialmente por alguns comentários feitos pelo sr. Molotoff. O sr. Molotoff sugeriu, por exemplo, que a proposta do Reino Unido seria em essência uma tentativa da parte das quatro potências ocupantes de impôr a unificação à Alemanha ao invés de deixar que os alemães arranjem seus próprios negócios. Como li o projeto do sr. Eden, seria justamente o contrário.

De acôrdo com esta proposta, as providências essenciais em todo o processo de unificação, inclusive seus prazos, são deixadas para os representantes livremente eleitos do povo alemão. Quem, sob este plano, elaborará a nova Constituição? Serão os representantes livremente eleitos do povo

alemão. Quem instituirá uma autoridade provisória para toda a Alemanha e mais tarde o Governo de toda a Alemanha? A Assembléia Nacional de toda a Alemanha. Quem decide quando os poderes serão transferidos dos atuais regimes na Alemanha do Leste e do Oeste para o Governo de toda a Alemanha, e que direitos e obrigações internacionais deverá êle assumir? Ainda a Assembléia Nacional e o Governo de toda a Alemanha.

Como li o plano, toda a ênfase parece estar em habilitar as autoridades alemãs livremente eleitas a tomar as decisões cruciais ao longo do caminho para o ajuste final alemão. Essa observação leva-se a comentar um outro ponto sobre o qual o sr. Molotoff comentou, a saber, este problema de eleições livres.

Qualquer plano apropriado para a unificação alemã deve prover cautelas adequadas para as franquias eleitorais. Isso, parece, é considerado no plano que estamos considerando. Condições de genuína liberdade devem existir não somente no dia da eleição mas por um período razoável de tempo antes da votação, e também depois das eleições, de modo a assegurar que não haverá represálias e que todo mundo pode votar em segurança conforme suas convicções.

Para cuidar deste último ponto, o plano do Reino Unido manteria a maquinaria supervisora em operação até que o Governo de toda a Alemanha assuma o controle completo e seja capaz de assegurar as franquias democráticas através de toda a Alemanha de acôrdo com a sua Constituição.

Podemos estar certos de que os 50 milhões de habitantes da Alemanha Ocidental estão dispostos e ansiosos por cooperar para assegurar tais eleições livres. O mesmo pode ser dito quanto ao meu Governo e, creio, pelos Governos francês e britânico. Os 18 milhões de habitantes da zona soviética merecem a mesma espécie de garantias, e confio em que meu colega soviético concordará com a importância de prover essas garantias.

O sr. Molotoff fez algumas observações sobre a pendente proposta, as quais parecem implicar numa falta de compreensão total dessa proposta, ou possivelmente, sugeriria eu, a necessidade de esclarecimentos adicionais dessa proposta. Não tentarei abordar eu mesmo estas questões porque confio em que o sr. Eden, que submeteu o plano, tratará delas. Mas o plano, como eu o li, não está sujeito ao tipo de objeções que o sr. Molotoff indicou, e eu espero que, na base de esclarecimentos adicionais, êle achará que o próprio plano, pelo menos em suas linhas gerais, é razoável e tal que podemos adotá-lo como um meio de pôr um paradeiro nesta perigosa situação da continuada partilha da Alemanha.

Permitam agora voltar-me para o que considere como o segundo aspecto do problema, isto é, o problema da segurança. Nós queremos a Alemanha unificada mas também queremos ter certeza de que uma Alemanha unificada será uma Alemanha pacífica. Como disse, o tempo que passou desde o armistício deve agora permitir-nos calmamente — e espero que sãbiamente — considerar como melhor obter este resultado indispensável.

Sobre este ponto a história tem muito o que nos ensinar. Ela nos ensina que uma paz estável não pode ser alcançada por alguns países impondo sobre outros restrições discriminatórias. Estes métodos falham por sua própria natureza. Falham porque apresentam um desafio direto ao espírito nacionalista. Provocam esforços para demonstrar igualdade soberana. As próprias disposições destinadas a criar controles geram a ilegalidade e a violência internacionais.

Os trágicos fracassos do passado devem advertir-nos a não apelar aqui para métodos que tão frequentemente têm sido testados e frequentemente falhado. Se não queremos uma revivescência do militarismo alemão e um excesso de nacionalismo, devemos admitir o desejo natural e próprio do povo alemão de gozar de igualdade no seio das nações. Devemos habilitá-lo a contribuir para um sistema de segurança que, não ameaçando ninguém, defenda a todos.

Nosso problema consiste, principalmente, em encontrar um escoadouro digno para a grande energia e vitalidade do povo alemão. Gostemos ou não, essa vitalidade é um fato. É um fato que não pode ser reprimido pela força por muito tempo e é um fato que não precisa destruir o bem-estar de toda a Europa mas que pode ser posto a serviço desse bem-estar.

O essencial é encontrar um modo pelo qual as energias de todos os países da Europa que formam uma comunidade natural agregadas em tarefas comuns e construtivas antes do que pervertidas em lutas de um para dominar o outro.

Essa visão já está sendo transmudada em realidade. Sob a liderança da França, seis nações da Europa continental estão estabelecendo uma comunidade. Já a Comunidade do Carvão e do Aço existe. Os mesmos seis países já se comprometeram a criar uma comunidade de defesa e outros aspectos da associação comunitária estão sendo ativamente examinados.

Acolhemos de bom grado os passos que o Reino Unido deu para associar-se a essa comunidade e apoiá-la. Também os Estados Unidos, embora não seja uma potência européia, associar-se-ia duradouramente com a comunidade através do Tratado do Atlântico Norte, o qual, lembro, é mais do que mera aliança militar.

A União Soviética professa recear que esta nova comunidade que está nascendo possa lhe ser perigosa. Esta comunidade, é verdade, tornará a Europa sã, mais próspera e, neste sentido, mais forte, mas isso não é nada para recear se ao mesmo tempo a Europa é tornada mais pacífica.

Esse é o propósito e esse será o resultado seguro. Não mais haverá exércitos nacionais para lutarem uns contra os outros e invadirem em busca de triunfos nacionais. Haverá somente o exército comum tão entrelaçado que nenhum membro isolado da comunidade poderá na prática empreender uma agressão armada. Não haverá mais Exército Alemão. Não haverá Estado Maior Alemão e o serviço militar dos alemães será restringido.

Tal Exército europeu podia entrar em ação somente em resposta a grandes e prementes necessidades de auto-defesa. Não podia ser usado sem

a concordância de países que tiveram, eles próprios, amarga experiência do militarismo alemão e que jamais participariam de seu renascimento.

A República Federal Alemã do Oeste, representando mais de dois terços do povo alemão, voltou-se ansiosamente para a construção de uma comunidade européia em que o seu próprio nacionalismo será submergido.

É de fato um momento histórico quando os alemães avaliaram o perigo para eles próprios e para toda a Europa se suas energias são confinadas a canais nacionalistas e se seu futuro sucesso tiver que ser medido somente em termos de grandeza nacional. O desejo alemão de enterrar os excessos do nacionalismo alemão não pode ser repellido sem graves riscos para o futuro.

Sem dúvida, esta é uma questão que nós quatro devemos ser capazes de considerar juntos com o sentimento de que estamos ligados pelos mesmos interesses. Os Estados Unidos creditam à União Soviética com um sincero desejo de conseguir segurança na Europa. Esse, certamente, é o nosso desejo. Seria uma tragédia se uma divisão entre nós nesta matéria criasse a própria insegurança que nós todos baniríamos.

Meu apelo é, por conseguinte, que examinemos este assunto, não como representantes, de modo algum, de lados opostos, mas como um grupo de países que, com os alemães, perseguem um único objetivo — a transformação da Europa de uma rinha de guerra num lar de paz constante.

## DECLARAÇÕES DOS SRS. BIDAULT, EDEN E MOLOTOFF E PROPOSTA SOVIÉTICA SOBRE TRATADO DE PAZ COM A ALEMANHA NA SESSÃO DE 1-II-54 DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

SR. BIDAULT

*Parece-me que devemos por enquanto concentrar nossa atenção sobre o problema das eleições livres. A esse respeito dois pontos parecem essenciais.*

*A maneira de organizar essas eleições deve necessariamente ser estabelecida pelos quatro poderes. A liberdade nas eleições deve ser garantida, principalmente, através das comissões de controle que funcionem de maneira inteiramente imparcial, e assegurando que as garantias necessárias foram observadas durante e depois das eleições. Não acredito que os ministros se devam perder em detalhes; não acredito que devam entrar diretamente na substância da matéria.*

*Considero, contudo, que um acordo deve ser obtido. Deste modo, recomendo as linhas principais do plano apresentado pelo sr. Eden, que me parece preencher as condições que esbocei.*

*Estou de acordo, por outro lado, com o sr. Dulles em achar que nossa discussão deve certamente levar a um progresso, em vários pontos, sobre um projeto que, se bem o entendi, nos está sendo apresentado como base para discussão.*

*Reservo-me o direito, no curso dos debates, de fazer certas observações neste particular. Por enquanto, limito-me a uma observação sobre o problema da constituição das comissões de controle. O plano prevê, a esse respeito, duas possibilidades. As comissões podem ser compostas de representantes dos quatro poderes, com ou sem a participação de neutros.*

*Minha preferência é, definitivamente, pela primeira alternativa. Considero que a presença de neutros nas comissões acen-*

*tuaria ainda mais o caráter completamente imparcial desses órgãos. Facilitaria, além disso, a adoção de uma norma de decisão majoritária dentro das comissões — uma norma evidentemente indispensável, se desejamos que essas comissões estejam aptas a funcionar efetivamente.*

*Tudo depende na verdade da ordem das coisas e eu queria estar mais seguro do que estou agora, de que o sr. Molotoff está plenamente de acordo conosco em pensar que as eleições devem preceder à formação do governo e não o governo preceder às eleições.*

*Por outro lado, as declarações da Delegação soviética no sentido de que seria desejável garantir ao Governo de uma Alemanha reunificada — durante o período que preceda a conclusão do tratado de paz — uma total liberdade de ação nos domínios dos negócios internos e internacionais, pareceram encorajadoras para nós, na medida em que coincidem com a tese que as potências ocidentais sustentaram nas notas enviadas à União Soviética há uns dois anos. A Delegação soviética há de lembrar-se de que constantemente insistimos em assegurar ao governo, resultante de eleições livres, uma completa liberdade de ação.*

*Não há razão, como eu vejo a questão, para que a liberdade não deva se estender igualmente ao domínio das relações exteriores.*

*Também, quando a Delegação soviética requer a aplicação, no período precedente ao tratado de paz, de uma cláusula que foi até agora reservada para o próprio tratado de paz e pela qual uma Alemanha unificada estaria sujeita a comprometer-se, mediante acordo, a não participar de nenhuma coalisão ou aliança, tememos que este compromisso resultará apenas em transformar a prometida liberdade em sujeição.*

*O chefe da Delegação soviética, como já foi ressaltado, parece confundir o significado de propostas feitas pelo meu colega britânico a esse respeito.*

*Não é absolutamente uma questão de estender automaticamente para toda a Alemanha os compromissos internacionais assumidos pela República Federal (Alemanha Ocidental).*

*Significa, ao contrário, fornecer ao governo de uma Alemanha unificada toda a liberdade de escolha.*

*Em outras palavras, ficará a cargo do próprio governo alemão decidir se deseja assumir as obrigações internacionais previamente concertadas pela República Federal ou pela República Democrática Alemã (Oriental).*

*Nada existe para assegurar que esta decisão será necessariamente favorável às obrigações que interessem à França, aos Es-*

(\*) Conforme texto publicado no "The New York Times" de 2-II-54.

tados Unidos e à Grã-Bretanha e não às obrigações que interessem à União Soviética.

Certamente, em conexão com as considerações que eu apresentei anteriormente e tomando em conta minha convicção de que o destino da democracia na Alemanha está ligado à associação da Alemanha à uma Europa unida, queria estar seguro de que o governo de uma Alemanha unida não colocaria em questão novamente a unificação da Europa.

Entendo, igualmente, que o sr. Molotoff gostaria de estar certo de que os acontecimentos tomarão outro rumo.

Todavia, eu gostaria de observar que a única maneira de concordarmos nesta matéria é concordar de ambos os lados e apresentar nossa decisão ao povo alemão.

Em outras palavras, e desejaria ser perfeitamente claro neste ponto, a França não requer como condição para a unificação alemã a entrada da Alemanha — toda a Alemanha — na comunidade européia; mas é bastante evidente que deveríamos, de nossa parte, afirmar nossa negativa de permitir o propósito de uma condição oposta, por nosso colega (soviético); seja uma proibição de que a Alemanha entre em tal comunidade.

Nossa principal tarefa é chegar a um acordo sobre a reunificação da Alemanha, e à conclusão de um tratado de paz com toda a Alemanha, como resultado de eleições livres. Mas eu seria o último a negar que um ajuste alemão está intimamente ligado ao problema da segurança européia. Este é um ponto em que o sr. Molotoff pôs vigor e eu concordo inteiramente com ele. A solução do problema alemão deve ser tal que resguarde a segurança soviética.

A Delegação soviética afirmou que nosso objetivo deve ser auxiliar uma Alemanha pacífica e democrática a tornar-se mais uma vez uma grande potência na Europa. Suponho, portanto, que o governo soviético concordaria em que a nova Alemanha deve possuir o direito de defender-se. Nitidamente, isto deve ser assim. Pois o esquema soviético sobre um tratado alemão de paz, primeiro apresentado em Março, 1952, e renovado em Agosto, 1953, estipula que a Alemanha possua suas forças armadas (de terra, mar e ar) por necessárias à defesa do país. Mas ao mesmo tempo — e isto, espero, é pensamento comum entre nós ambos — deve haver precauções, salvaguardas contra qualquer renovação da agressão germânica. Depois de duas guerras nossos povos têm o direito de insistir nisso. Abertamente falando, então, nossos propósitos são os mesmos.

Não acreditamos que um ajuste imposto seja uma política prática ou possa levar a nada além de um desastre no futuro. Em consequência, é nosso objetivo associar tão intimamente a Alemanha com outros estados amantes da paz que ela nunca procure ou se torne capaz de utilizar seu reobtido vigor em propósitos agressivos. É nossa convicção que isto pode ser melhor alcançado através da Comunidade Européia de Defesa.

O tratado que institui a Comunidade Européia de Defesa prescreve que a comunidade é obrigada a contribuir para a manutenção da paz e que os países membros não terão poder ou meios para fazer guerra por si próprios.

Isto é uma concepção revolucionária. É o centro de toda a questão. É essencial que todos entendamos seu sentido. Significa que se um dos países (e fixo a Alemanha como exemplo, desde que estamos discutindo o futuro da Alemanha) desejasse violar seus compromissos sob o tratado, ela não estaria de fato em posição de fazê-lo. Não teria a seu dispor as forças nacionais necessárias. Seus soldados e aviadores, integrados em formações internacionais e dependentes de um sistema comum de produção e suprimento, não estariam em condições de agir independentemente.

Acredito, assim, que a Comunidade Européia de Defesa fornece a verdadeira resposta aos temores que a delegação soviética tem exprimido com respeito à revivência do militarismo alemão.

Não temos a intenção de exigir que o governo alemão se incline de antemão a aceitar o Tratado da C. E. D. ou quaisquer outras obrigações internacionais. Pensamos que ela desejará fazê-lo, e é nossa forte convicção que em tal organização a Alemanha estará mais resguardada, no que lhe toca, e será um vizinho mais seguro para toda a Europa.

#### SR. MOLOTOFF

Concordam os representantes da França, do Reino Unido e dos Estados Unidos da América, aqui presentes, que a responsabilidade precipua pela deflagração tanto da Primeira Guerra Mundial como da Segunda Guerra Mundial recai sobre o militarismo alemão? Nossa tarefa é evitar um tal estado de coisas conducente a que o agressivo militarismo germânico possa perturbar novamente a tranquilidade na Europa e desencadear uma Terceira Guerra Mundial.

O povo soviético guarda isto sempre em mente. Ele não pode esquecer os imensos sacrifícios feitos por nossa gente no passado. Fatos e imagens podem fornecer apenas uma pálida idéia desses sacrifícios.

Podemos esquecer o fato de que como resultado da agressão hitlerista 1.710 cidades e mais de 70.000 aldeias em nosso país foram completa ou parcialmente destruídas ou queimadas? É preciso recordar que as estimativas em dinheiro sobre as perdas suportadas pela União Soviética revelam que os danos diretos infligidos em território soviético sob ocupação hitlerista é avaliado, conforme dados incompletos, em \$128.000.000.000,00.

Podemos esquecer que em consequência da agressão do militarismo germânico a União Soviética perdeu irreparavelmente em batalha, ou em virtude de que cidadãos soviéticos foram impiedosamente arrancados do seu país, cerca de sete milhões da sua população? Outros grandes sacrifícios também foram feitos por outros povos da Europa, e não só da Europa.

Mas todos sabem que foi a U.R.S.S. que sofreu mais que todos e que suportou o impacto da luta contra a agressão, para chegar-se a uma paz justa.

O governo da U.R.S.S., exprimindo seus mais profundos sentimentos e o desejo do seu povo, considera que é seu dever o de fazer tudo possível para evitar outra guerra mundial. É precisamente por esta razão que ele se oporá a toda tentativa de reviver o militarismo alemão. Os que estão agora promovendo o ressurgimento do militarismo alemão arcam com uma grave responsabilidade ante os destinos do mundo, e primeiro e sobretudo ante os destinos da Europa.

A Delegação soviética sugere que procedamos a partir do princípio de que o problema alemão é precipuamente um problema para solução dos próprios alemães. O povo alemão não pode ser apenas objeto de decisões ou ações de outros Estados. Somente o povo alemão, somente os alemães podem alcançar uma genuína solução para o problema germânico. Qualquer outra solução seria desarrazoada e injusta para com o povo alemão.

Por outro lado, as circunstâncias provenientes da Segunda Guerra Mundial carregou-nos para um estado de coisas em que a União Soviética, a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América não podem se manter apartados da solução deste problema. Não podem permanecer passivos, à margem. Desde a Segunda Guerra Mundial esses países têm tomado parte ativa e particularmente importante na solução da questão alemã.

Isto é relevante, de certo, apenas até o presente estágio, em que um tratado de paz com a Alemanha ainda não foi concluído. Tão cedo se tenha chegado a um tratado de paz com a Alemanha — e é nosso dever nos empenharmos para que a solução deste problema seja afinal alcançada — a Alemanha se reunirá aos Estados europeus que gozam de iguais direitos.

Não pode haver dúvida de que o alto nível cultural alemão e o esplêndido desenvolvimento econômico da Alemanha em tempo de paz hão de conferir à Alemanha um lugar de destaque entre outras grandes potências mundiais.

Os planos de criação da chamada Comunidade Européia de Defesa estão empurrando a Alemanha em outra direção. O sentido político desses planos é que três potências — os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha e a França — estão tentando, juntamente com os círculos oficiais da atual Alemanha Ocidental, formar um bloco militar dirigido contra a quarta potência — a União Soviética.

Neste momento a Alemanha Ocidental está sendo submetida a este bloco, dirigido contra a U.R.S.S., mediante facilitar-lhe uma oportunidade para iniciar a restauração militar alemã.

Tanto a França quanto a União Soviética não deviam perseguir uma política de isolamentos entre si, antes deviam permanentemente procurar estreitar as relações franco-soviéticas e criar condições de cooperação normal entre a U.R.S.S., a França e a Alemanha, bem como isolar, ao mesmo tempo, os militaristas alemães e os propugnadores de uma revanche na Europa e na própria Alemanha.

Esta política desagradaria aos militaristas alemães — mas eles são uma pequena minoria, conquanto influente minoria do público alemão. Todavia, esta política encontraria apoio nas mais numerosas camadas do povo alemão. E isto, a longo prazo, provará como fator decisivo em favor de uma paz duradoura e da segurança da Europa.

Os mais ardorosos campeões de uma criação do Exército Europeu são, como é sabido, os ministros americanos. É-lhes fácil esta posição, desde que os E.U.A. não pretendem incluir suas próprias tropas neste exército.

E outra questão surge, especialmente, pelo que exprimem as palavras de sr. Dulles, no sentido de que a Comunidade Européia de Defesa iria, em alegação, "tornar vigorosa, mais próspera a Europa". É sabido que a Comunidade Européia inclui apenas seis países. O Luxemburgo também está incluído neste número. É também sabido que a Europa conta não com seis, mas com trinta e dois países. Como poderia ser isto de que esses seis países que formam "a comunidade" tornariam vigorosa toda a Europa, enquanto existem trinta e dois países? Não estarão estes seis países sobrecarregando-se demasiadamente com semelhante tarefa?

Os acordos Bonn-Paris trazem a Alemanha Ocidental para a base principal das preparações a uma nova guerra na Europa. A Alemanha Ocidental se tornará apenas a principal, mas não uma

única base militar para nova agressão. Será apenas um acréscimo à rede de bases militares americanas na Europa, África do Norte, Próximo Oriente e Médio Oriente e em muitas ilhas do Atlântico.

Não é difícil compreender que tudo isso nada tem que ver com tornar vigorosa e mais próspera a Europa. Os objetivos de tudo isso são contra a U.R.S.S. e as democracias populares. Portanto, não podemos ignorá-lo.

### PROPOSTA SOVIÉTICA

Cerca de nove anos decorreram desde o término da guerra com a Alemanha, ainda assim a Alemanha não possui um tratado de paz, é um Estado dividido, e continua em uma posição de desigualdade, relativamente a outros Estados. Esta situação anormal deve ter fim. As aspirações de todos os povos amantes da paz assim o demandam. A menos que um tratado de paz com a Alemanha seja concluído, os interesses nacionais legítimos da Alemanha não poderão receber uma justiça adequada.

A conclusão de um tratado de paz com a Alemanha é da maior importância para a promoção da paz na Europa. Um tratado de paz com a Alemanha tornará possível o ajuste final dos propósitos que emanam da Segunda Guerra Mundial.

Os Estados europeus que sofreram a agressão nazista e os vizinhos da Alemanha em primeiro lugar têm vital interesse neste ajuste: A conclusão de um tratado de paz com a Alemanha ajudará a melhorar a situação internacional em geral, e isso contribui para o estabelecimento de uma paz duradoura.

A necessidade de acelerar a conclusão de um tratado de paz com a Alemanha é ditado pelo fato de que um ressurgimento do militarismo alemão, que duas vezes desencadeou uma guerra mundial, não foi removido, tanto mais que as respectivas decisões de Potsdam não foram cumpridas. O tratado de paz com a Alemanha deve ser de tal ordem que elimine a possibilidade de um ressurgimento do militarismo germânico e da agressão germânica.

A conclusão de um tratado de paz com a Alemanha estabelecerá condições de paz para o povo alemão, facilitará o desenvolvimento alemão como um Estado unificado, independente, democrático e pacífico, conforme as decisões de Potsdam, e capacitará o povo alemão a cooperar pacificamente com outras nações.

Em consequência, os governos da U.R.S.S., dos E.U.A., do Reino Unido, da França consideram que o tratado de paz devia ser elaborado com a participação da Alemanha, representada por

um governo de toda a Alemanha, e que o tratado devia estar baseado nos seguintes princípios:

### PARTÍCIPES

O Reino Unido, a União Soviética, os E.U.A., a França, a Polónia, a Checoslováquia, a Bélgica, a Nova Zelândia e os outros Estados que participaram com suas forças armadas na guerra com a Alemanha.

### CLÁUSULAS POLÍTICAS

1. A Alemanha deve ser restabelecida como um Estado integral. Isto porá fim à divisão da Alemanha e tornará possível a uma Alemanha unida se desenvolver como um Estado independente, democrático e pacífico.

2. Todas as forças armadas dos poderes ocupantes devem ser retiradas da Alemanha antes de um ano de pôsto em vigor o tratado de paz. Simultaneamente, todas as bases militares estrangeiras na Alemanha devem ser liquidadas.

3. Ao povo alemão devem ser garantidos direitos democráticos e todas as pessoas sob jurisdição alemã, sem distinção de raça, seita, língua ou religião, devem gozar dos direitos humanos e de liberdades fundamentais, inclusive liberdade de expressão, de imprensa, de culto religioso, de opinião política e de se reunirem publicamente.

4. Aos partidos democráticos na Alemanha deve ser garantida liberdade de ação, com pleno direito de decidirem suas questões internas, reunirem-se em congressos e comícios, e gozarem de liberdade de imprensa e de opinião.

5. A existência de organizações hostis à democracia e à manutenção de paz não deve ser permitida em território alemão.

6. A todos os antigos membros do exército alemão, inclusive oficiais e generais, e a todos os antigos nazistas, com exceção dos que estão sob sentença por terem cometidos crimes, devem ser assegurados direitos civis e políticos em pé de igualdade com outros cidadãos alemães, tornando-os aptos a participarem da construção de uma Alemanha pacífica e democrática.

7. A Alemanha deve se comprometer a não entrar em nenhuma coalizão ou aliança militar dirigida contra qualquer país que participou com suas forças armadas na guerra contra a Alemanha.

8. Não deve ser imposta à Alemanha quaisquer obrigações de caráter político ou militar, provenientes de tratados ou acórdos concluídos pelos governos da República Federal da Alemanha ou da República Democrática Alemã, anteriores à assinatura do tratado de paz com a Alemanha e à reunificação da Alemanha em um só Estado.

#### TERRITÓRIO

O território da Alemanha deve ser determinado pelos limites fixados nas decisões de Potsdam pelos grandes poderes.

#### CLÁUSULAS ECONÔMICAS

1. Nenhuma restrição deve ser imposta à Alemanha quanto ao desenvolvimento da sua economia de paz, que deve servir para a promoção do bem-estar do povo alemão. Nem devem ser impostas à Alemanha quaisquer outras restrições concernentes ao comércio com outros povos, navegação e acesso aos mercados mundiais.

2. A Alemanha deve ficar isenta de pagamento aos E.U.A. ao Reino Unido, à França e à U.R.S.S. quanto a dívidas de Estado, posteriores à guerra; excetuados os débitos resultantes de obrigações comerciais.

#### CLÁUSULAS MILITARES

1. A Alemanha deve ser permitido possuir forças armadas nacionais (de terra, mar e ar) de tal sorte quanto as requeridas para a defesa do país. Essas forças armadas devem ser limitadas à necessidade de uma defesa de caráter interno, defesa local de fronteiras e defesa anti-aérea.

2. A Alemanha deve ser permitida a produção de materiais de guerra, mas somente nas quantidades e quanto aos tipos requeridos para as forças armadas sancionadas pelo tratado de paz.

#### A ALEMANHA E AS NAÇÕES UNIDAS

Os Estados que assinem o tratado de paz com a Alemanha devem defender seu pedido para ingresso nas Nações Unidas.

## DECLARAÇÃO DO SR. DULLES E TRECHOS DAS DECLARAÇÕES DOS SRS. EDEN E BIDAULT NA SESSÃO DE 2-II-54 DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

SR. DULLES:

Ontem, o sr. Molotoff deu vaza a uma grande polêmica. Aparentemente, êle sentiu que havíamos deixado muito atrás o item primeiro da agenda. Esse item tratava do abrandamento das tensões internacionais. Mas, desde que estamos no segundo item, o sr. Molotoff sentiu-se inclinado a intensificar as tensões internacionais, de modo que êle fez azedas acusações contra a França, o Reino Unido e os Estados Unidos. Acusou-nos de conspirar pelo início de uma nova guerra mundial com a ajuda de um redivivo militarismo alemão.

Se é desejável relaxar as tensões internacionais, e penso que é, gostaria de saber se não é desejável buscarmos isto todo o tempo e não meramente quanto ao item 1 da agenda.

Tenho dito estar preparado para admitir, ao menos quanto ao objetivo dêste encontro, que a União Soviética honestamente quer a paz.

Não sei o que o ministro soviético das Relações Exteriores realmente pensa sobre nós. Qualquer que seja seu juízo, êle precisa saber que não é infalível. Êle esteve algumas vezes errado e pode ter se enganado quando nos acusou ontem de sermos os inimigos da paz.

Lembro-me que o sr. Molotoff esteve enganado em outubro de 1939, quando condenou a França e a Grã-Bretanha de serem agressores e louvou a Alemanha hitlerista como se fôsse o país amante da paz. Tenho em minhas mãos o discurso que o ministro soviético dos Negócios Exteriores pronunciou em Moscou, 31 de outubro de 1939. Já a guerra estava desfechada e, nas palavras de Molotoff: "Foi preciso apenas um rápido golpe na Polônia primeiro, pelo exército alemão e em seguida pelo exército vermelho, e nada remanesceu dêste feio rebento do tratado de Versalhes".

Nêste discurso, o sr. Molotoff bazofiou sobre a "reaproximação e o estabelecimento de relações amigáveis entre a U.R.S.S. e a Alemanha". Êle disse então que "tanto quanto diga respeito às grandes potências européias, a Alemanha está na posição de um Estado que anseia pelo mais breve término da guerra e pela paz, enquanto a Grã-Bretanha e a França, que apenas

(\*) Conforme texto publicado no "The New York Times" de 3-II-54.

ontem estavam proclamando contra a agressão, ficam a favor do prosseguimento da guerra e se opõem à conclusão da paz”.

“É, disse o sr. Molotoff, não apenas louco, mas criminoso empenhar esta guerra — uma guerra pela “destruição do hitlerismo” camuflada como uma luta pela “democracia”.

Talvez o sr. Molotoff queira admitir que cometeu então um erro — todos erramos. Este fato devia nos conduzir a não sermos tão confiantes em nosso julgamento, para que lancemos através da mesa acusações sobre intento criminoso.

É muito natural que discordemos com cada qual e disputemos com cada um num esforço para alcançar entendimentos. Mas eu sugiro que não atacássemos aqui indiferentemente os motivos de cada qual.

Gostaria de argumentar com o sr. Molotoff sobre seu plano para resolver o problema alemão com maior relação ao chamado governo democrático alemão da Alemanha Oriental.

O ministro soviético das Relações Exteriores fez ontem uma declaração com a qual concordamos inteiramente. Disse:

“O problema alemão é antes e sobretudo um problema para ser resolvido pelo próprio povo alemão”, e que a Alemanha devia participar “em todos os estágios das preparações do tratado de paz”.

Precisamente por este motivo acreditamos que a primeira tarefa é estabelecer uma só Alemanha que possa falar autenticamente pelo povo alemão como um todo. Não nos auxiliará termos um tumulto de opiniões conflitantes.

É tese da União Soviética, se entendo bem, que na feitura do tratado de paz devemos consultar-nos com o que o ministro soviético das Relações Exteriores chama “os representantes da Alemanha Oriental e Ocidental”.

Sabemos que na Alemanha Ocidental há um governo que retira sua autoridade do povo alemão como resultado de livres e vigorosamente disputadas eleições. O povo da República Alemã Ocidental teve oportunidade de ouvir todos os pronunciamentos, debatidos de pontos de vista opostos e votar em candidatos de sua própria escolha.

O governo da República Ocidental Alemã está fora de questão, intitulada a falar por esta larga maioria do povo alemão que reside na República Ocidental Alemã, e não duvidamos que êle reflete o pensamento esmagador dos alemães orientais também.

Mas que dizer do chamado “governo” da República Democrática Alemã, que impera na Alemanha Oriental? Conforme o ministro soviético das Relações Exteriores, êle foi “chamado ao poder pela esmagadora maioria da população da Alemanha Oriental”.

É verdadeiro que 98 por cento dos eleitores válidos compareceram aos lugares de registro. Êles foram porque lhes disseram que, se não fôsssem, seriam tratados como “inimigos da paz” e sujeitos a graves penas como tal. A população inteira de muitas aldeias foi compulsoriamente cercada e empurrada para as urnas.

Também é verdadeiro que 99.7 por cento dos eleitores foram arrolados como se houvessem “eleito” o governo da República Popular Alemã. A história por detrás disso e que depois que os eleitores chegaram aos lugares de registro, foi-lhes entregue uma cédula (de candidatos). Era uma cédula que havia sido imprimida secretamente e que não foi tornada pública até o dia da eleição.

Tenho uma cópia desta cédula aqui. É simplesmente uma lista de nomes. Nenhum lugar é reservado na cédula para indicar aprovação ou desaprovação. Não havia modo de votar “não”. Não havia sequer um modo de marcar “sim, um privilégio, que recorde, até Hitler concedeu aos seus súditos. Os eleitores foram instruídos meramente para pôr a cédula nas urnas.

Podia ser assinalado de passagem que o nome que encabeçou a lista na cédula que eu exhibo aqui é o nome do sr. Ulbricht, a um tempo cidadão soviético.

Imagino se o sr. Molotoff realmente acredita que este tipo de “eleição” dá ao assim chamado “governo” um mandato para falar em nome do povo da Alemanha Oriental.

Eu pessoalmente duvido que esta representação proporcione os meios para descobrir o que os alemães orientais realmente querem. Esta dúvida emana não somente do caráter das chamadas eleições em si mesmas, que eu descrevi, mas ainda do que ocorreu daí.

Desde os acontecimentos de outubro, que descrevi, perto de 1.000.000 de alemães orientais escaparam da zona oriental para a zona ocidental e o setor ocidental de Berlim. Prova isto a popularidade dos administradores e sua capacidade para falar pelos administrados?

No ano passado alemães famintos sob a administração do seu chamado “governo” procuraram e obtiveram 5.000.000 de pacotes de alimento do Ocidente. Prova isto que o povo está satisfeito com seus administradores?

Na área Leste há uma força armada de 250.000 para manter a ordem. Isto é um polícia para oitenta pessoas. Na Alemanha Ocidental há um polícia para 330 pessoas. Prova esta chocante discrepância que os alemães orientais aceitam a ordem que seus administradores impõem?

Se os fatos que mencione não são suficientes para provar ao sr. Molotoff meu parecer, posso mencionar mais. Mas espero que não seja necessário fazê-lo.

Como entendo as propostas da União Soviética, ela considera como essencial que nos quatro devemos aceitar a chamada República Democrática Alemã como um dos principais órgãos através dos quais deve ser resolvido o problema alemão.

Não podemos aceitar esta posição.

Sabemos que o povo alemão veria como contaminada quaisquer decisões que lhe fôsssem atribuídas com a interposição da República Popular Alemã.

O sr. Molotoff tem dito: "Apenas eles mesmos, apenas os alemães podem realmente resolver o problema alemão. Qualquer outra solução para a questão alemã seria desarrazoada e injusta para o povo alemão".

Porque acreditamos nesta promessa, somos obrigados a rejeitar a proposta soviética e voltar àquilo que as potências ocidentais defendem.

Objetamos que o sr. Molotoff concorde em criar rapidamente através de eleições livres inteiramente alemãs um governo alemão que possa falar genuinamente por toda a Alemanha e assim fornecer a base indispensável para uma paz que permaneça, porque seja uma paz consentida.

No seu discurso, ontem, o ministro soviético das Relações Exteriores procurou desviar-nos da discussão séria sobre este tópico urgente, introduzindo uma série de acusações contra os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, que ele proclamou "estão tentando formar um bloco militar dirigido contra a União Soviética".

Não gastarei tempo nesta conferência para rejeitar em detalhe essas acusações. Não há nada novo nelas. As mesmas acusações constantes têm sido feitas ano após ano nas Nações Unidas. Elas têm sido refutadas vez por vez, ano a ano.

Por exemplo, o sr. Molotoff diz que US\$ 100.000.000 foram autorizados pelo Congresso dos Estados Unidos para atividades "subversivas" dentro dos satélites soviéticos. Estas acusações, muitas vezes feitas, foi completamente repelida quando levantou-a o sr. Vishinski nas Nações Unidas. Eu a refuto novamente como totalmente inverídica.

Esta legislação tem sido usada unicamente com o propósito de auxiliar os refugiados que escapam do bloco soviético, como o milhão que, na minha citação, escapou da Alemanha Oriental para o Ocidente.

É de elementar humanidade ajudar esses refugiados para que comecem vida nova.

Talvez houvesse menos deles se em 1948 a União Soviética tivesse permitido que seus satélites compartilhassem dos milhões de dólares que os Estados Unidos ofereceram para aliviar as condições de penúria econômica no exterior. Talvez então tenha sido cometido um engano soviético.

Eu lembraria ao ministro soviético das Relações Exteriores que os Estados Unidos são uma das nações que pagaram um alto preço pelas duas agressões alemãs. Entramos na Primeira Guerra Mundial, entramos na Segunda Guerra Mundial quando parecia que o militarismo alemão devia obter vitórias decisivas na Europa e dominar o continente eurasiático.

Não seria útil para nós aqui envolver-nos em competição imprópria quanto à importância de nossas relativas contribuições para a derrota final da Alemanha Nazista. Esta derrota requereu sangue e aço, e os Estados Unidos contribuíram com ambos. Houve tempo em que a União Soviética pagou tributo nesta contribuição.

À luz dessa história, os Estados Unidos sentem que merecem o direito de desprezar, como tala conversa, a acusação de que agora busca recriar a mesma força que duas vezes tão cruelmente os feriram.

Os Estados Unidos estão dedicando seus recursos materiais, intelectuais e espirituais à construção de um mundo de paz.

Tivemos um papel preponderante na criação das Nações Unidas. Encaramos seriamente nossa obrigação oriunda da Carta de evitar a ameaça ou uso de força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado. Esta obrigação será estendida à Alemanha quando ela se tornar um membro das Nações Unidas.

Encaramos seriamente o compromisso desta organização para assegurar que os Estados que não são membros das Nações Unidas ajam de acordo com este princípio. Este compromisso se aplica à Alemanha até que ela se torne um membro.

O sr. Molotoff tem pretendido que o Tratado do Atlântico Norte dirigesse contra a União Soviética. Este tratado, feito na conformidade da Carta das Nações Unidas, prevê o uso de força somente se houver algum ataque armado contra uma das partes. Espero que o sr. Molotoff não sugira que a União Soviética pretenda causar esta tragédia. Se ela não deseja, então não precisa temer o tratado.

A União Soviética, que domina um bloco militar de 800.000.000 de pessoas, parece ficar temerosa se qualquer outras nações se unem para defesa. As razões para esta união não encerra nada sinistro.

Se qualquer uma das nações ocidentais européias estivesse em isolamento para ser forte bastante para defender-se contra um possível ataque da União Soviética, de um ponto de vista interno isto poria em risco sua economia, e de um ponto de vista externo poria em risco seus vizinhos.

A União Soviética propõe que à Alemanha seja permitido possuir poderio defensivo numa base nacional, mas se a Alemanha possuísse forças nacionais poderosas bastante para defender-se contra ataque externo, isto poderia ameaçar toda a Europa Ocidental.

A única maneira pela qual as nações podem obter o necessário poderio defensivo sem que elas mesmas se tornem uma ameaça de agressão é através de esforços comunais. Sob essas circunstâncias nenhuma nação é forte bastante para atacar sozinho, mas o poderio combinado desencoraja a agressão. Este sistema, é verdade, às vezes obriga um membro da comunidade a manter forças de defesa no território de um outro membro da comunidade.

O sr. Molotoff queixou-se particularmente deste aspecto dos ajustes de segurança, em que participam os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, em cooperação com seus associados. O fato é que estes ajustes são uma poderosa salvaguarda contra a agressão. Significam apenas que a vontade combinada de muitas nações pode pôr em ação o sistema defensivo.

O maior perigo para a paz mundial reside no fato de que em alguns casos um vasto corpo militar pode ser criado para o ataque mediante a decisão de uma única nação, às vezes, em verdade, pela decisão de um só homem. Esta é uma situação que se mostra, compreensivelmente, terrificante.

Mas onde um organismo militar não pode agir à revelia da vontade conjunta de muitos países, então somente uma necessidade clara de defesa pode provocar a concorrência necessária de vontades.

Além do mais, desta maneira, é possível lograr uma defesa adequada sem forçar o povo e particularmente os trabalhadores a sofrer por lhes ser exigido, improdutivamente, um sobre-trabalho. É compreensível que a União Soviética desejasse impôr às nações livres um sistema que diminua seus altos padrões de vida. Mas não teremos nada disto, sr. Molotoff. Teremos tanto segurança como bem-estar humano.

Quando discurssei aqui há uma semana, mostrei a série de atos dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. Nós imediatamente retiramos nossas vastas forças de terra, ar e mar da Europa. Largamente reduzimos nossas forças militares a uma mera fração de cerca de um décimo do seu poderio na Segunda Guerra Mundial.

Invertemos esta conduta apenas quando a agressão comunista na Coreia revelou-nos perigo. Então, em concerto com muitos outros que se somavam ao nosso temor, nós tomamos a responsabilidade de recriar posição de razoável defesa.

Agora que esta posição está alcançada, estamos baixando os gastos nacionais em objetivos militares e os países da NATO estão fazendo o mesmo. Esta conduta não pode ser comparada com qualquer propósito agressivo. O ministro soviético sabe disto. Se ele não o admite, só pode ser porque acredita que ocultar a verdade servirá a algum objetivo ulterior.

O sr. Molotoff disse corretamente que vivemos em uma era moderna e que devíamos levar em conta lições ou modelos de história moderna. É isto precisamente o que estamos tentando fazer. Estamos procurando aplicar no terreno internacional esses princípios que toda a comunidade civilizada aplica entre seus membros, para obter paz e segurança a um preço suportável. Este é o esforço a que os Estados Unidos se ligam de todo o coração com aqueles que têm o mesmo entendimento.

Nenhum só ato que os Estados Unidos hajam praticado ou praticarão envolve qualquer ameaça à União Soviética, sempre que a União Soviética respeite os princípios das Nações Unidas, que ela solenemente subscreveu.

Permitamos agora que esta conferência volte ao problema da Alemanha e de como tornar bem-vindo e alimentar o desejo de uma nova Alemanha em encontrar para suas energias uma saída que, melhor que um desabrigo nacionalismo, servirá às necessidades da Alemanha, da Europa e, verdadeiramente, de todo o mundo.

Sr. EDEN:

Confesso ter ficado profundamente desapontado com o discurso do sr. Molotoff.

Vimos aqui, os ministros das Relações Exteriores das quatro potências, para nos encontrarmos pela primeira vez em cinco anos. Nosso propósito

é tratar do principal problema que divide a Europa, o problema da Alemanha, como ele se nos apresenta hoje. Não é um problema que um de nós inventou para confusão dos demais. É um problema que existe. Cada um de nós tem interesse em encontrar uma solução para ele.

Cada um de nós sabe que enquanto a Alemanha permanecer dividida não pode haver estabilidade na Europa. Portanto, é nosso dever nos empenhar-nos imediatamente na tarefa de conseguir a reunificação alemã. Isto significa uma só Alemanha sob um só governo alemão. Isto é a primeira coisa essencial. E nós quatro concordamos em que o governo único alemão deve resultar de eleições livres em toda a Alemanha.

Por que então a delegação soviética não trata das realidades dos problemas de eleições livres alemãs? É porque desejamos fazer progresso neste encontro que nós (as potências ocidentais) apresentamos nosso plano. É, pois, aflitivo encontrar a delegação soviética marcando passo no velho, repisadíssimo terreno.

O plano que nós havíamos elaborado com grande cuidado poderia, creio, viabilizar em breve data eleições em toda a Alemanha e um governo para falar por toda a Alemanha. Eu esperava que isto fôsse encarado seriamente como uma base para nossa discussão, mas o sr. Molotoff mal fez qualquer referência ao fato, contudo.

No total do seu discurso não pude encontrar esforço para fazer face à principal dificuldade que se nos defronta a todos, quanto ao trato do problema da Alemanha. O sr. Molotoff admite — e estou contente de ouvir isto — que um governo de toda a Alemanha devia ser o resultado de eleições livres. Cada sugestão que ele faz parece ser destinada a propôr e a retardar (as eleições) tanto quanto possível. Será que ele teme os resultados de eleições livres através da Alemanha?

Ele também parece muito ansioso para que o tratado de paz com a Alemanha não seja negociado com um governo de toda a Alemanha, como resultado de eleições livres. Antes ele deseja que as negociações tenham lugar com representantes dos dois regimes existentes.

Quanto à parte que desempenhe o governo de toda a Alemanha, o sr. Molotoff aparentemente propõe que eles (governos) devem somente participar — e cito suas palavras — nas “considerações finais e na adoção do tratado”. Em outras palavras, aparentemente tudo deveria ser arrumado e acordado antes da participação do governo de toda a Alemanha.

Seguramente, isto é tratar os regimes existentes como se pudessem entre eles falar por todo o povo alemão. É também tratar o governo livremente eleito de toda a Alemanha, que verdadeiramente representará a escolha de toda a Alemanha, meramente como uma formalidade de rotina.

Sr. BIDAULT:

Nego a alegação segundo a qual os tratados de Bonn e Paris substituirão o tratado de paz. Devo de outro lado manter com igual veemência a im-

possibilidade de admitir a tese segundo a qual esses tratados inviabilizariam os estabelecimentos da unidade do Estado alemão.

Se o sr. Molotoff deseja dizer que desta maneira ele coloca como requisito prévio a qualquer organização de eleições livres na Alemanha a denúncia desses tratados pelo governo federal, acho que ele subordina a restauração da unidade alemã a uma condição que é estranha ao problema que interessa fundamentalmente ao povo alemão.

O sr. Molotoff tentou demonstrar que isto é a política seguida pelo Ocidente e em particular pela França, a qual é responsável pela divisão da Alemanha e a qual torna impossível a reunificação da Alemanha. É impossível para mim deixar de reestabelecer os fatos.

A divisão da Europa resulta flagrantemente da política seguida pela União Soviética desde 1945. Enquanto nós do ocidente desmobilizamos nossas forças e procurávamos construir o fundamento de um acordo de paz, defrontamo-nos com um bloco de estados progressivamente amalgamados e integrados politicamente, economicamente e militarmente.

A União Soviética está agora aliada aos Estados da Europa Oriental através de uma apertada rede de pactos militares que foram todos concluídos entre 1945 e 1948.

O governo francês, como tenho dito muitas vezes, continua a considerar que nosso presente objetivo deve ser um adequado ajuste alemão a fim de evitar o renascimento do militarismo e de toda a agressão na Europa. Eu também tenho dito ao sr. Molotoff que estamos de acordo quanto aos fins, mas discordamos quanto aos métodos.

O que temos sido chamados a fazer novamente desta vez é reviver o prazo entre as duas guerras. A Alemanha em 1919 era, também, apenas uma força que em princípio era apenas usada para a segurança interna do país. Ela não participou de nenhuma coalização militar. Ela ficou sujeita durante um período inicial a um sistema de controle particularmente rígido. Sem embargo, ela passou rapidamente de uma Reichswehr de 100.000 homens a uma Wehrmacht e do general Von Seeckt a Adolfo Hitler.

Desta trágica experiência o governo francês retirou a inabalável convicção de que uma reconstituição do exército nacional alemão é perigosa para a democracia na Alemanha e incompatível com a segurança.

## DECLARAÇÕES DO SR. MOLOTOFF E PROPOSTA SOVIÉTICA SOBRE A ALEMANHA, COMENTÁRIOS DOS SRS. DULLES E BIDAULT, NA SESSÃO DE 4-II-54 DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

SR. MOLOTOFF:

*A proposta britânica, apoiada também pelos Estados Unidos e França, submetida pelo senhor Eden, é inaceitável pelas seguintes razões:*

*Tal proposta significa uma tentativa de entregar o controle das eleições às potências de ocupação, excluindo de fato os alemães da organização e celebração de eleições livres para toda a Alemanha.*

*Nada de bom pode advir daí.*

*A proposta das três potências não garante verdadeira liberdade de eleições e nem oferece a exclusão de pressão política sobre as eleições por potências estrangeiras.*

*Essa proposta estatui que a presente posição das tropas de ocupação no território da Alemanha será mantida enquanto se celebram as eleições.*

*Não há bem nisso.*

*A proposta das três potências não assegura liberdade de ação de um governo para toda a Alemanha depois das eleições.*

*Ao contrário, ela limita os direitos desse governo desde o início e prevê que depois de celebradas as eleições pan-germânicas, o governo estará preso às condições dos tratados de Bonn e de Paris, que têm um caráter desastroso para o povo alemão e mantém as obrigações de participação alemã no exército ocidental europeu e no agressivo pacto de guerra do Atlântico Norte.*

*Os nazistas encontraram não poucos partidários e apoio para sua causa, os quais prepararam o caminho para sua tomada do poder. Tudo isso foi feito sob a observação de normas parlamentares sob a formal observação da constituição alemã e isto não obstante o fato de os nazistas contarem apenas com 35% dos votos de todos os deputados ao Reichstag.*

*Os detalhes da marcha de Hitler para o poder são notórios, atualmente. A principal consequência é a seguinte: não devemos prestar unilateral aten-*

(\*) Conforme trechos publicados pelo "The New York Times" de 5-II-54.

ção às formalidades parlamentares e a organização técnica deste assunto (a reunificação da Alemanha e as eleições). Este lado da questão foi suficientemente apreciado pelos nossos governos na Conferência de Potsdam.

Não podemos fechar os olhos ao fato de que Hitler tem partidários na Alemanha. Não podemos permitir que o monstro fascista retome a posição dominante nos órgãos centrais de uma Alemanha unificada, inclusive o emprego de métodos parlamentares. O próprio povo alemão está interessado em que se impeça isso.

O senhor Eden, por uma razão qualquer não está interessado neste aspecto da questão. As cinco etapas do seu plano não prevêem nenhuma precaução a esse respeito. Mas poderia acontecer que, como no tempo de Hitler, elementos anti-democráticos mal intencionados usassem as dificuldades temporárias da Alemanha e do povo alemão, num período de após-guerra para se guindarem às posições supremas.

A proposta das três potências ocidentais sobre a ordem de celebração de eleições pan-germânicas conduz à criação de uma situação propícia a que essas eleições sejam exploradas por círculos agressivos alemães, contra os interesses da paz na Europa. Isto implica no apoio à tomada do poder por aqueles que buscam o renascimento do militarismo alemão. Devemos prestar especial atenção a isso, porque eleições alemães assim já tiveram lugar na história da Alemanha, especialmente em 1932, quando os militaristas alemães e os fascistas prepararam o caminho para o poder, tornando possível a formação do governo hitleriano.

Consequentemente, a proposta das Três Potências para a celebração de eleições pan-germânicas, em sua forma atual, não somente não assegura a continuação da evolução da Alemanha no sentido de objetivos pacíficos e democráticos, especialmente para aqueles elementos existentes na Alemanha que já agora não mais ocultam seus planos agressivos e revanchistas, como implica em ameaça direta à manutenção da paz na Europa e, especialmente, numa ameaça à segurança dos países vizinhos da Alemanha.

A União Soviética que carregou nos ombros o peso principal da guerra contra a Alemanha de Hitler não pode permitir essa tomada do poder na Alemanha por essas forças que suscitaram guerra contra estados pacíficos no passado e que podem significar uma ameaça através de novas aventuras militares do novo militarismo alemão.

A União Soviética submete suas propostas sobre a questão da unificação da Alemanha e de eleições gerais alemães.

A parte essencial dessas propostas consiste no fato de que, por meio delas, se fará uma contribuição para a criação de uma Alemanha unificada em bases democráticas e pacíficas.

Os esforços comuns das Quatro Potências devem servir esses objetivos. Somente podemos atingir esses objetivos se nos apoiarmos nas forças democráticas do povo alemão.

Para assegurar eleições pan-germânicas realmente livres, é necessário que a preparação e a celebração dessas eleições estejam nas mãos dos próprios alemães e não nas das potências de ocupação.

Consequentemente, devemos cooperar para uma aproximação das Alemanhas do Leste e do Oeste e ajudá-las numa solução do problema da formação de um governo provisório de toda a Alemanha, apoiado em todas as forças democráticas da Alemanha Oriental e da Ocidental.

Para excluir a pressão de uma parte das potências de ocupação, urge retirar as tropas de ocupação da Alemanha Oriental e da Ocidental, antes da celebração das eleições. Nesse caso, somente contingentes limitados poderiam permanecer em território da Alemanha; os necessários para o desempenho das funções de segurança, resultantes das tarefas de controle das Quatro Potências; isso para a União Soviética no que concerne à Alemanha Oriental e para os Estados Unidos, Inglaterra e França no que concerne à Alemanha Ocidental.

A delegação soviética submete à discussão seu próprio projeto de propostas sobre o problema da formação de um governo provisório para toda a Alemanha e sobre a celebração de eleições em todo o país.

A aceitação dessas propostas colocaria em terreno firme, as questões da unificação da Alemanha em bases democráticas e pacíficas.

O conteúdo das propostas soviéticas é simples e claro. Se reconhecemos a necessidade de criar um governo provisório para toda a Alemanha agora, então teremos dado um passo verdadeiro no sentido da unificação da Alemanha.

A formação de um governo provisório para toda a Alemanha significará que as forças democráticas da Alemanha Oriental e da Alemanha Ocidental, já podem hoje começar a agir no interesse da real unificação da Alemanha.

Os alemães devem tomar em suas próprias mãos os preparativos e a celebração de eleições em toda a Alemanha. Nossos quatro governos estão no dever de dar-lhes sua confiança, assim como seu apoio.

#### RESOLUÇÃO SOVIÉTICA

Reconhecendo a necessidade de pôr fim à divisão da Alemanha e em conformidade com os acordos quadripartites existentes para levar à prática a reunificação nacional da Alemanha, segundo linhas democráticas e pacíficas, os governos da União Soviética, França, Reino Unido e Estados Unidos da América, chegaram ao seguinte acordo:

(1)

A formação de um governo provisório para toda a Alemanha pelos Parliamentos da República Democrática Alemã e da República Federal Alemã, com ampla participação de organizações democráticas, deve ser considerada como tarefa urgente.

O governo provisório de toda a Alemanha pode ser instaurado em lugar dos existentes governos da Alemanha Oriental e da Ocidental ou, se isso se revelar difícil no momento, com a manutenção desses governos durante certo período.

(2)

A principal missão do governo provisório de toda a Alemanha serão a preparação e celebração de eleições em todo o país, isto é:

(A) Preparar o projeto de lei eleitoral para todo o país, capaz de assegurar um caráter genuinamente democrático às eleições alemãs, a participação nas eleições de todas as organizações democráticas e a celebração das eleições sob condições de genuína liberdade, que excluam a pressão sobre os eleitores, por parte dos grandes monopólios.

(B) Verificar, se considerar aconselhável, a existência, em toda a Alemanha, de condições necessárias para a realização de eleições democráticas e tomar medidas para suscitar tais condições.

(C) Realizar eleições livres em toda a Alemanha, como resultado das quais o povo alemão, sem a interferência de potências estrangeiras, decida sobre a estrutura social e de estado de uma Alemanha democrática e em cujas bases se forme um governo para toda a Alemanha.

(3)

Serão também tarefas do governo de toda a Alemanha:

(A) Representar a Alemanha durante os preparativos de um tratado de paz e em organizações internacionais.

(B) Impedir que a Alemanha seja envolvida em coalizões ou alianças militares dirigidas contra qualquer potência que tenha participado com suas forças armadas da guerra contra a Alemanha hitleriana.

(C) Assuntos relativos à cidadania alemã.

(D) Garantir a liberdade de atividades aos partidos e organizações democráticas e impedir a existência de organizações fascistas, militaristas ou outras, hostis à democracia e à causa da paz.

(E) Desenvolver relações econômicas, comerciais e culturais entre a Alemanha Oriental e a Ocidental, ocupar-se de assuntos ligados ao transporte, comunicações postais e telegráficas, à liberdade de movimento de pessoas e bens por toda a Alemanha, e de outros assuntos relacionados com os interesses do povo alemão como um todo.

(4)

Para garantir ao povo alemão o direito de dirigir seus próprios assuntos nacionais, deve-se recomendar ao governo da República Democrática Alemã

e ao governo da República Federal Alemã, que convoquem imediatamente uma reunião de representantes plenipotenciários da Alemanha Oriental e da Ocidental, para que deliberem sobre o processo a ser seguido na formação do governo provisório de toda a Alemanha, sua composição, funções, tarefas e poderes.

(5)

Os governos da União Soviética, França, Reino Unido e Estados Unidos da América, por seu lado, tomarão medidas para criar condições que contribuam para o bom desempenho por parte do governo provisório para toda a Alemanha, de suas tarefas, e que excluam quaisquer interferências e pressões, por parte de potências estrangeiras, durante as eleições em toda a Alemanha.

Para este fim, os governos das quatro potências concordaram em retirar as forças de ocupação tanto do território da Alemanha Oriental quanto do da Ocidental, mesmo antes das eleições, com exceção de contingentes limitados, deixados para o desempenho de funções protetoras decorrentes das tarefas de controle por parte das quatro potências: para a União Soviética, na Alemanha Oriental, e para os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a França, no que tange à Alemanha Ocidental.

SR. DULLES:

Haviam-me dito que o ziguezague é parte essencial da prática soviética. Se assim é, creio que as discussões dos últimos dias constituem um exemplo clássico. Poucas vezes me senti tão confuso em minha vida quanto estou neste momento. Há vários dias que vimos discutindo um plano que V. Excia., Sr. Presidente (Eden), apresentou, e discutimos uma parte à qual o sr. Molotoff dedicou atenção. E, depois que finalmente havíamos chegado a um acordo, nós três, no sentido de emendá-lo para satisfazer o que havíamos interpretado como pontos de vista do sr. Molotoff, eis que ele nos diz que rejeita todo o plano.

Gostaria de saber por que gastamos tanto tempo debatendo um parágrafo do plano, se todo o plano era inaceitável.

Então o sr. Molotoff, ao que entendi, atacou nossa proposta sob a alegação de que ela não dava aos alemães suficiente liberdade de escolha quanto ao que fariam a respeito de suas futuras relações internacionais.

E, quando, laboriosamente, explicamos que o plano lhes dava completa liberdade de escolha nessa matéria, eis que se torna aparente que o plano não pode receber a aprovação do sr. Molotoff, porque deu aos alemães demasiada liberdade.

Ele explicou, longamente, que não se podia confiar a liberdade aos alemães; disse como eles abusaram da liberdade no passado, do que se deve

inferir que eles não devem ter a liberdade que tinham no passado. Em consequência, eu estou novamente inteiramente confuso e perturbado.

Havia também um problema de eleições em toda a Alemanha. O plano que V. Excia., sr. presidente, apresentou, previa cuidadosa supervisão das eleições, não somente supervisionada pelas quatro potências ocupantes mas também, possivelmente, por neutros, para a certeza de que haveria liberdade de eleições.

Mas o sr. Molotoff diz que essa proposta indica que não confiamos nos alemães e que as eleições não são suficientemente livres.

E, com o mesmo folego, diz também que as eleições devem ser celebradas de tal maneira que o que ele chama de elementos "não democráticos" da Alemanha, não tenham direito a voto.

Estou curioso por saber como se pode levar à prática isso sem a supervisão das eleições.

Não posso deixar de acreditar que o que ele realmente tem em mira é que deve ser pôsto em prática em toda a Alemanha o tipo de eleições que já tive oportunidade de descrever, o qual levou ao poder o "governo" da Alemanha Oriental, nas quais todo mundo foi obrigado a depositar uma cédula que fôra preparada de ante-mão pelas autoridades, de modo a não haver absolutamente possibilidade alguma de ser escolhida nenhuma pessoa "indesejável".

Discutimos longamente os tratados de Paris e Bonn, ontem e voltamos hoje ao assunto, e explicamos em palavras simples — palavras de uma sílaba — que a Alemanha unificada teria oportunidade de escolha entre aderir ou não a esses tratados.

Não obstante, o ministro do Exterior soviético continua a fazer a assertiva de que ela continuaria presa por esses tratados, e insiste na fórmula que, como ele a interpreta, proibiria a adoção de tais tratados.

O fato é que há compulsão de parte dos alemães para se alinharem ao lado da Comunidade Européia Ocidental.

Essa compulsão não deriva da lei nem dos tratados.

Deixamos isso perfeitamente claro.

Trata-se da espécie de compulsão que impele inevitavelmente alemães orientais para o Ocidente. É a mesma compulsão que trouxe um milhão de alemães orientais a solicitar asilo no Ocidente e é essa compulsão que o sr. Molotoff gostaria de proibir por medidas legais e militares, porque, não obstante o que ele diz a propósito de desejar que os alemães tenham liberdade de escolha, o fato é que sua fórmula lhes recusaria essa liberdade que eles buscam para si mesmos — o que representa atrações irresistíveis, a menos que sejam contestadas pela força militar.

Falo apenas da compulsão do espírito, das aspirações humanas que, nos termos do plano que propusemos, habilitaria os alemães a buscar seu próprio futuro.

Eu, naturalmente, estudarei cuidadosamente a proposta que foi submetida pelo ministro do Exterior soviético.

Mas certamente, à base de sua própria explicação dela, sou lamentavelmente compelido a sentir que ela indica que as condições ligadas às eleições alemãs e ao estabelecimento de um governo para toda a Alemanha são tais que são calculadas para torná-las capazes de não funcionar senão se houver uma extensão do sistema da república da Alemanha Oriental a toda a Alemanha.

Se tal é, de fato, a interpretação que sua proposta parece comportar, essa seria, com efeito uma conclusão muito trágica, no que toca à Alemanha.

Sinto, entretanto, que depois de todo esse ziguezaguear, talvez as últimas palavras do ministro do Exterior soviético sobre a retirada de tropas da Alemanha, indiquem um objetivo ao qual tudo o mais teria que conduzir — isto é, a liquidação de qualquer defesa da Alemanha Ocidental, sua completa exposição às enormes forças que se encontram a leste.

E temos também que reconhecer que se toda a Alemanha Ocidental estiver exposta dessa maneira, essa exposição deixa em perigo também a Europa Ocidental.

SR. BIDAULT:

A obstinação empregada pelo sr. Molotoff quanto à questão dos tratados de Bonn e de Paris e ao pedido de modificação deles seria surpreendente num debate que versa sobre eleições e unificação, se não deixasse claro para nós o que ele busca alcançar.

Na realidade o que a delegação soviética parece desejar é, de certo modo, a prévia aceitação de suas teses, sem ser capaz de sustentá-las com arrazoados válidos.

Já disse e repito que uma Alemanha unificada não ficaria presa e não pode ficar presa, uma vez que esse é um mandamento obrigatório do direito internacional que o sr. Molotoff conhece tanto quanto nós, aplicável aos compromissos políticos assumidos tanto pela República Federal quanto pela República Popular.

Mostramos que as obrigações convencionais da República Federal e da República Democrática não comprometeriam a Alemanha unida.

Esse raciocínio é mais especialmente válido do que qualquer manifestação de intenção.

Quanto ao objetivo do parágrafo 3 do art. 7, diz respeito às obrigações da República Federal e só dela e seu sentido se resume exclusivamente a que a República Federal não se compromete a concluir nenhum acordo que prejudique o direito de um governo unificado, relativamente a instituições européias.

No dia em que o governo da Alemanha unida tiver que tomar a decisão de aceitar ou recusar as obrigações dos antigos governos, essa cláusula não terá mais valia do que as outras obrigações políticas da República Federal.

Se o sr. Molotoff continua a ter dúvidas, que aceite o texto proposto pelo sr. Dulles, ao qual, de minha parte, dou meu apoio.

A delegação soviética acha, entretanto, que o art. 128 do Tratado de Paris é incompatível com a liberdade de escolha conferida ao governo alemão.

Essa incompatibilidade somente existiria se se admitisse, como a delegação soviética parece fazer, que essa liberdade de escolha só deve funcionar num sentido, o que se deve recusar.

Já declarei ao sr. Molotoff minha convicção de que o destino da democracia na Alemanha está ligado à entrada desta em íntima associação com os povos da Europa.

Já lhe manifestei também minha considerada convicção de que o próprio povo da Alemanha compreenderá que seu futuro está nessa comunidade.

A cláusula de 50 anos manifesta um fato evidente — isto é, que a constituição da comunidade de estados europeus é um empreendimento que queremos que seja duradouro e não efêmero.

Mas já disse que não tencionamos impôr a ninguém nossos pontos de vista a esse respeito.

Depois das explicações que o sr. Dulles, o sr. Eden e eu próprio demos ontem à noite ao sr. Molotoff, considero impossível que alguém possa manter por um minuto sequer a tese segundo a qual uma futura Alemanha unificada não seria uma Alemanha livre e se veria comprometida por quaisquer contratos assumidos pela República Federal Alemã.

Isso não é verdade. Acabo de mostrá-lo.

Mas temo que se continue a afirmá-lo, porque qualquer pretexto é bom quando se trata essencialmente de excluir eleições gerais e de tentar obter um adiamento de manifestação da vontade popular.

Por que o chefe da delegação soviética usa esses expedientes dialéticos, para os quais ele tem talento, para protelar uma consulta que constitui meio normal, clássico mesmo, da expressão dos desejos do povo?

Por que não concorda em assumir os mesmos riscos que nós, os governos dos EE.UU., Reino Unido e França, assumimos?

Que, então, haveria a temer dessas eleições gerais que sabemos constituírem hoje o mais ardente desejo da população alemã?

Não está ele disposto a aguardar com a mesma calma que nós o juízo do corpo eleitoral?

O que todos nós deveríamos desejar é que a população alemã possa, em independência e liberdade, fazer a escolha que lhe é ditada, pouco a pouco, à medida que se torna consciente de sua futura vocação pacífica e se torna cioso de sua evolução democrática.

O que me faz temer que esta conferência se arrisca a derivar para tais querelas é que, não contente com tentar fazer o povo alemão acreditar que deixará de ser livre no próprio dia em que receber liberdade para tomar a decisão, o chefe da delegação soviética está simultaneamente tentando persuadir os povos, inclusive o meu próprio, de que a liberdade concedida

ao povo alemão deve levar os outros a não tomar nenhuma decisão próprias, na pendência da decisão continuamente protelada do povo alemão.

O sr. Molotoff nos disse, em substância: “desmanchai o que fizestes no Ocidente, ou não haverá eleições livres”.

Observe aqui que mais uma vez o sr. Molotoff está impondo condições.

Essas condições são injustificadas, uma vez que, como disse, repeti e demonstrei, os acordos assinados com a República Federal de maneira alguma constituem um obstáculo à unificação alemã e não podem comprometer o futuro governo de uma futura Alemanha unida.

O sr. Molotoff nem sequer nos diz o que aconteceria depois de tal referendun.

Quanto a nós, nós lhe dizemos que não se trata de fazer perguntas à Alemanha, mas de unificá-la e concluir um tratado com ela.

Podemos ver em sua proposta somente o desejo de manter o governo de Pankow (Oriental) no poder.

Se tal é sua intenção, seria desejável que o sr. Molotoff simplesmente no-lo dissesse, e saberíamos onde ficamos, mas ele que não invoque obstáculos jurídicos que não existem para impedir as eleições livres.

Finalmente, voltarei em muito poucas palavras, pois tenho a impressão de que nos estamos afastando do assunto essencial que nos ocupa aqui, a declaração do sr. Molotoff de que o acordo que assinamos em 1952 arrisca a provocar a divisão da Europa.

Existe, como indiquei outro dia, um bloco oriental formado entre 1946 e 1948.

Esse bloco foi formado e não creio que haja qualquer dúvida quanto a este ponto, sob a direção da União Soviética, com o apoio do exército soviético.

Não é apenas um bloco militar, mas político e econômico também.

Político, porque os partidos comunistas governam em cada um desses países, e econômico, porque foi estabelecido um sistema comum de planejamento.

Não discuto os méritos desse sistema. Limito-me a chamar a atenção para sua existência.

Não creio que qualquer de vós possa negar que a República Democrática Alemã deve ter seu lugar nesse sistema.

Ela está, sem dúvida, integrada política e economicamente, uma vez que adere ao comitê de ajuda econômica entre os países do bloco, denominado “Komkeon”, e militarmente, uma vez que possui forças armadas organizadas segundo o modelo dos exércitos orientais europeus.

*Não estamos discutindo nada disso, embora seja de grande importância para toda a Europa e para a Alemanha. Não estamos discutindo as relações entre a Alemanha Oriental e a União Soviética, embora elas constituam um sério obstáculo à unificação.*

*Propusemos um método prático de pôr fim à divisão, método pelo qual a própria Alemanha pudesse fazer alguma coisa.*

*Não impusemos nenhuma condição a priori. Não levantamos nenhuma condenação da política da União Soviética na Alemanha.*

## DECLARAÇÃO DO SR. DULLES, TRECHOS DAS DECLARAÇÕES DOS SRS. BIDAULT, EDEN E MOLOTOFF NA SESSÃO DE 5-II-54 DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

SR. DULLES:

Após nossa reunião de ontem, li a transcrição das observações do Sr. Molotoff e estudei suas propostas. Não encontrei ainda, uma interpretação encorajadora do que ouvimos ontem à tarde.

A impressão fundamental que me ocorre é a seguinte: o Sr. Molotoff tem medo de eleições genuinamente livres na Zona Este. Têm medo de que os 18 milhões de alemães da Zona Este, se lhes derem uma oportunidade de falar, rejeitarão esmagadoramente o presente regime que lhes foi imposto. Tem o Sr. Molotoff boas razões para estar amedrontado.

Consequentemente, o Ministro do Exterior Soviético rejeitou categoricamente as propostas para eleições genuinamente livres, apresentadas pelas potências ocidentais. Em substituição, ele propõe seu próprio projeto. Em nome da paz, propõe um método para estender o sólido bloco soviético ao Reno. Em nome do que ele chama de democracia, apresentou o clássico modelo comunista para extinguir a democracia, tal como este tem sido entendido há dois mil anos.

A pedra angular da proposta soviética é o chamado governo da República Democrática Alemã. Esse Governo foi estabelecido pelo poder soviético e foi confirmado pelo poder soviético. Se não fôsse pelos elementos de 22 divisões soviéticas, inclusive tanques e carros blindados, teria sido forçosamente expulso do poder pelos operários que, em seu desespero, levantaram-se contra ele em junho último.

É esse o regime que, segundo o plano soviético, negociaria em base de igualdade com o Governo da República Federal Alemã. No entanto, a balança terá que pender ainda mais em favor do fantoché regime soviético, uma vez que o plano soviético dispõe que essas negociações iniciais envolverão também "extensa participação das organizações democráticas".

(\*) Conforme texto publicado no "The New York Times" de 6-II-54.

No dicionário soviético, as palavras "organizações democráticas", têm uma clara e precisa significação. Significam as organizações de fachada — sindicatos e organizações femininas e juvenis, cativas — que levam avante, os propósitos comunistas sem se apresentarem abertamente, ao povo em sua verdadeira coloração.

É sob esses auspícios que será preparada a "lei eleitoral para toda a Alemanha" e o estabelecimento de condições para a eleição.

Podemos prever o tipo de eleições sobre o qual o regime da Alemanha Oriental insistirá, porque já conhecemos, pelo seu passado, essas condições. Já relatei as condições eleitorais que foram estabelecidas na Alemanha Oriental, onde os eleitores eram compelidos pelas forças armadas e sob ameaça de punição a ir às urnas e, uma vez lá, por em na urna eleitoral uma lista de nomes, previamente preparada para eles e que somente se tornavam públicas no dia das eleições.

Em verdade, o plano soviético expressamente estipula, na linguagem comunista, que as condições eleitorais seriam de fato as que prevaleceram na zona soviética. A eleição deve ser conduzida de modo tal a assegurar o seu chamado caráter "democrático". Deve prover à participação "de todas as organizações democráticas". Deve impossibilitar "pressão sobre os eleitores pelos grandes monopólios", e devem ser excluídas do privilégio do voto quaisquer organizações que, pelos padrões soviéticos, sejam de natureza fascista ou militarista.

Se tomarmos o trágico modelo que se tem espalhado em toda a Europa Oriental, no rastro dos exércitos vermelhos, não há necessidade de muita agudeza para ver o que isso significa. Significa que qualquer um que ousar exprimir a mais leve dúvida com relação ao comunismo é automaticamente considerado fascista, militarista ou monopolista.

Se esse sistema fosse aplicado à Alemanha Ocidental, a nenhuma organização oposta aos comunistas ou à política dos comunistas soviéticos, que são a mesma coisa, seria permitido tomar parte nas eleições.

Seriam, apenas, o partido comunista e as organizações comunistas de fachada que, sob o plano do Sr. Molotoff, participariam das eleições.

Não tenho dúvidas de que o Ministro Soviético das Relações Exteriores protestaria, que seu plano não envolve, realmente, a sovietação da Alemanha Ocidental.

Lembro-me que no discurso de outubro de 1939 a que já me referi, o Ministro do Exterior Soviético explicava que os pactos de assistência mútua que ele tinha recentemente negociado com a Estônia, Letônia e Lituânia "de modo nenhum implicam em qualquer interferência da parte da União Soviética... como alguns jornais estrangeiros estão tentando fazer crer. Declaramos que toda essa conversa insensata sobre a sovietação dos países bálticos é somente do interesse de nossos inimigos comuns e de todos os provocadores anti-soviéticos".

A lembrança do que aconteceu, dentro de poucos meses, na Estônia, Letônia e Lituânia e a visão do mesmo exemplo a se estender pelos países

da Europa Oriental, pelo uso do método que a proposta soviética prescreve para a Alemanha, justificarão, espero, certo ceticismo quanto à proposta soviética para restauração da liberdade à Alemanha.

O Sr. Molotoff é demasiado inteligente para acreditar que o povo ou o governo da Alemanha Ocidental poderia aceitar suas propostas ou que as três potências ocidentais sugeririam essa aceitação. O Bundestag da Alemanha Ocidental, representando 70% de toda a população alemã, recusou-se, unânimemente, a aceitar o regime da Alemanha Oriental como detentor de qualquer status ou direito legítimo a falar pelo povo da Alemanha Oriental.

Pode-se apenas concluir que o Ministro do Exterior Soviético submeteu sua proposta sem nenhuma esperança de que ela possa ser aceita. Seu propósito é bastante diferente. Ele está realmente tentando manter a posição soviética na Alemanha Oriental, evitando eleições livres.

Bem podemos compreender o medo com que os líderes soviéticos vêm qualquer possibilidade de eleições realmente livres na Alemanha Oriental, eleições da espécie estabelecida nas propostas que foram apresentadas e apoiadas pelas três potências ocidentais. Essas propostas, demandam "liberdade de movimento através de toda a Alemanha, "liberdade de apresentação de candidatos", "imunidade de candidatos", "imunidade a prisões ou punições arbitrarias", "liberdade de associação e reunião políticas", "liberdade de expressão para todos", "liberdade de imprensa, rádio e televisão, e livre circulação de jornais, periódicos, etc.," "voto secreto", "segurança dos postos e urnas eleitorais".

Assim, poderia alguém duvidar do efeito de eleições dessa natureza sobre o futuro do regime da Alemanha Oriental? Evidentemente, a proposta soviética é uma manobra concebida para proteger esse regime fantoche na Alemanha Oriental, evitando que ele seja submetido à prova do que os 18 milhões de habitantes, que lá vivem, diriam se algum dia lhes fosse dado o direito de dizê-lo.

Nós quatro reunimo-nos, há duas semanas atrás, pela primeira vez em 5 anos. Reunimo-nos diante do mundo inteiro, um mundo para o qual, estava implícito em nosso encontro uma promessa. Essa promessa era a de que as tensões mundiais fossem, de qualquer modo, abrandadas pela boa vontade e o bom senso dos participantes. Nós três aceitamos a proposta soviética para que reunissemos-nos em Berlim, cidade que simboliza a divisão da Alemanha. Tínhamos esperança de que aqui poderíamos ser encontradas soluções para o problema da unidade alemã.

Até agora nesta conferência, o Sr. Molotoff adotou um ponto de vista. Primeiro, ele envidou esforços para retardar, quanto possível, nossa discussão da unidade alemã.

Agora, sua proposta mostra que ele não tem intenção de procurar seriamente a unidade alemã com liberdade.

Diria ao Sr. Molotoff que é tarde, mas não demasiado tarde para redimir a promessa de Berlim.

## SR. BIDAULT::

Com o desejo de encontrar uma base de entendimento entre nós, estudei com muito cuidado o plano que o Sr. Molotoff submeteu-nos ontem. Este estudo levou-me, para pezar meu, à conclusão de que as propostas da Delegação soviética carecem de qualquer possibilidade de aplicação prática.

As declarações do meu colega soviético permitem-nos, de qualquer modo, ver claramente um ponto. Eu me perguntava ontem se o principal objetivo da Delegação soviética não era manter, pelo maior tempo possível, a presente situação na zona oriental.

O Sr. Molotoff confirmou esta crença. Ele não disfarçou sua concepção sobre a unidade germânica, como sendo sob a forma de justaposição da República Federal e de uma Alemanha Oriental cujos interesses ele acha necessário "considerar de uma maneira razoável". Desejo dizer, de pronto, que tal concepção é oposta à nossa.

Certos aspectos da proposta soviética parecem-me surpreendentes. O primeiro é que as três potências ocidentais deverão reconhecer a legitimidade das autoridades da zona oriental ao aceitarem o princípio da criação de um governo provisório em que tomem parte representantes de ambas as Alemanhas.

O segundo é que o Governo Federal de Bonn deverá concordar em sentar-se à mesma mesa com representantes de um regime que considera como opressor de 18 milhões de alemães.

O terceiro, é que alemães do Oeste e do Este deverão acordar em um texto de uma lei eleitoral e em condições sob as quais seriam processadas as eleições em todo o país, ficando além disso entendido que nenhuma garantia seria nelas introduzida pela instituição de controle internacional imparcial.

Quarto, é que o governo da República Federal deverá denunciar os acordos de Bonn e Paris e abandonar a comunidade ocidental, enquanto o governo da Alemanha oriental mantém laços de união com as democracias populares e a União Soviética. Noto, neste particular, que a nova proposta soviética não mais menciona o referendun de que ainda ontem falava o Sr. Molotoff.

A quinta condição seria, suponho, a introdução de reformas na Alemanha Ocidental que viriam quebrar o que meu colega soviético chama de poder dos trusts e dos junkers.

Finalmente, há uma sexta condição cuja novidade foi ressaltada ontem pelo meu colega soviético, considerando, sem dúvida, que esse era o principal elemento de atração. Posso bem perceber as vantagens para a União Soviética em retirar parte de suas tropas para alguns poucos quilômetros à retaguarda, se com isso pudesse desorganizar o sistema de defesa aliado na Alemanha Ocidental e promover a retirada das tropas americanas e britânicas da Europa.

Devo dizer ao meu colega soviético o seguinte: nesta base, penso não ser possível acordo ou transigência. As potências ocidentais e, penso, o próprio povo alemão, desejam união, mas união em liberdade.

Indicamos várias vezes que o plano por nós apresentado estava aberto à discussão e emendas. À vista das fundamentais diferenças que separam este plano, rejeitado pelo Sr. Molotoff, e o plano que o Sr. Molotoff por sua vez submeteu, a questão agora é se há alguma possibilidade de reduzir a brecha que nos separa, no urgente e essencial problema do reestabelecimento da unidade alemã através de eleições livres. Não desejo resignar-me tão rapidamente a ver nosso espírito de conciliação condenado a permanecer sem resposta. Mas sou obrigado, certamente, a observar que, até agora, nada aconteceu neste particular que possa encorajar nossas esperanças e paciência.

## SR. EDEN:

Há uma semana atrás, expus um plano para o processamento de eleições genuinamente livres em toda a Alemanha. Seu propósito foi sugerir como poderia ser formado um governo alemão com o qual poderíamos então negociar um tratado de paz tão rapidamente quanto possível. Não estou dizendo que este plano fôsse perfeito, ou que não poderia ser melhorado em muitos detalhes. Mas tinha o mérito, creio eu, de ser um plano prático.

O Sr. Molotoff não se dedicou aos aspectos práticos deste plano. Descreveu-o como sendo nada mais que formalismos parlamentares. Em vez disso, produziu um outro plano que, à parte o que possamos dizer mais dele, é evidentemente impraticável.

Sugeriu-se que as eleições nas bases que propomos permitiriam as forças agressivas do militarismo alemão, do nazismo, dos monopólios e de toda a espécie de reacionários, tomar o poder e escravizar o povo alemão.

Naturalmente, nenhum de nós deseja isso. Compreendo o receio do Sr. Molotoff em tal renascimento. Todos nós partilhamos esse sentimento. É claro que desejamos prevenirmo-nos contra qualquer ressurgimento nazista, e é precisamente por isso que propomos eleições livres. As únicas eleições livres levadas a efeito, recentemente, na Alemanha resultaram numa decisiva derrota para os extremistas.

Meu plano foi idealizado para prevenir contra esses perigos. Onde ele não o faz, estou certo de que podemos melhorá-lo. Espero que o Sr. Molotoff sinta-se ainda capaz de sugerir os meios pelos quais isso possa ser feito. Até agora, o seu argumento e as contra-propostas que apresentou parecem concedidos com o propósito de evitar antes do que encarar essa questão. Ele parece relutante em correr o risco de eleições livres.

Todos nós admitimos haver riscos em eleições livres. E isso é algo que nenhum político em qualquer país livre negará. Mas acreditamos que se reduz o perigo de extremismo dando ao povo em geral uma real oportu-

nidade de expressar sua vontade e decidir seu próprio futuro. Isso é fundamental, a nosso ver.

A referência depois de ontem parece ser a de que o Sr. Molotoff não pode querer que sejam realizadas eleições em toda a Alemanha. Sem dúvida, ele compreende que o regime da Alemanha Oriental será varrido.

Por conseguinte, ele propõe táticas para retardar as eleições. Faz propostas de negociações entre a Alemanha Ocidental e Oriental para a formação de um governo provisório, as quais ele bem sabe que não podem levar a resultados práticos ou aceitáveis.

A Delegação soviética parece decidida a que, se tiver que haver eleições, elas não sejam de fato livres. O Sr. Molotoff disse que antes de se realizarem eleições, deve-se considerar quais serão os resultados. Em outras palavras, não se deve ter eleições antes de se ter assegurado de como elas se orientarão.

Não é isso o que entendemos por eleições livres. Conosco, o povo decide o resultado e ele é livre para escolher entre candidatos. Não podemos aceitar pretextos para destituir cidadãos de seus direitos políticos que fariam as eleições em toda a Alemanha semelhantes às que tiveram lugar na Alemanha Oriental.

Talvez o real propósito dessa sugestão aparentemente ingênua é a de enfraquecer ou destruir a segurança da Europa Ocidental e deixar a Alemanha Ocidental indefesa.

Achamos, por conseguinte, as últimas contra-propostas da Delegação soviética perfeitamente inaceitáveis, quaisquer que sejam as opiniões que tenhamos sobre os motivos que as inspiraram. Os argumentos aduzidos em favor delas eram certamente contraditórios e incoerentes.

Em conclusão, seja-me lícito dizer que o plano do Sr. Molotoff parece-me estar em conflito direto com o nosso. Vejo pouca possibilidade de real progresso.

#### SR. MOLOTOFF:

Temos sérias diferenças de opinião e devemos seriamente considerá-las. Nossas propostas estavam duplamente alicerçadas: de um lado, por fatos e, de outro, por documentos que nós todos assinamos.

Foi alegado aqui que a União Soviética é contra a unificação da Alemanha e eleições livres em toda a Alemanha. Na realidade, a Delegação soviética deseja a unificação da Alemanha, tão cedo quanto possível, e eleições livres.

A questão das eleições em toda a Alemanha é uma questão séria. Experiências históricas têm sido tomadas em consideração.

O plano das três potências ocidentais garante eleições livres?

Foi-nos proposto que concordemos em um plano que dispõe sobre eleições livres, realizadas pelas mãos das potências de ocupação.

Nós da Delegação soviética propomos que eleições livres em toda a Alemanha sejam realizadas através dos próprios alemães. Na opinião da Delegação soviética estas seriam eleições reais, livres.

Já simplificamos tanto esta questão que estamos falando aqui em Berlim sobre a questão de eleições livres sem os alemães presentes. Isso não está certo.

Algumas pessoas não gostam do regime da República Democrática Alemã. Nós não gostamos do regime da Alemanha Ocidental. Mas este não é o problema.

Os acontecimentos de 17 de junho foram mencionados aqui. Sabemos que esses acontecimentos foram arranjados de fora e levados a efeito por mãos estrangeiras. Aprendemos nossas lições desses acontecimentos e estes não se repetirão.

Que propôs o Governo Soviético?

Primeiro, ajudar os alemães orientais e ocidentais a se aproximarem e criarem um governo de toda a Alemanha para garantir eleições livres em toda a Alemanha.

Segundo, que as tropas de ocupação da Alemanha do Leste e do Oeste devem permanecer para executar as necessárias funções de controle.

Se somos realmente por eleições livres então não compreendemos porque a proposta soviética não pode ser aceita.

Com referência a um governo provisório para toda a Alemanha, foi dito aqui que é impossível criá-lo. Por que? Seria somente provisório, isto é, criado só por algum tempo. Se criado, então as eleições serão, na opinião da Delegação soviética, realizadas pelos próprios alemães e não pelas potências de ocupação.

Por que há tanto medo da República Democrática Alemã? Afinal, o objetivo é alcançar um acordo sobre a questão da paz, em questões relativas aos interesses nacionais do povo alemão.

Foi dito aqui que a retirada das forças de ocupação deixaria a Alemanha Oriental e a Europa Ocidental sem proteção. Mas esse medo é infundado. Afinal, propõe-se que as forças sejam retiradas simultaneamente da Alemanha Ocidental e Oriental, o que seria aprovado pela população alemã.

Algumas das declarações dos ministros podem ser entendidas como uma recusa à continuação de esforços para alcançar um acordo. A Delegação da União Soviética é de opinião que a busca de tal acordo deve continuar.

## DISCURSOS DOS SRS. EDEN, DULLES E MOLOTOFF, NO DIA 6 DE FEVEREIRO, EM BERLIM (\*)

### DISCURSO DO SR. EDEN

Ficou claro ontem que nos aproximamos do ponto em que há pouco mais que dizer de parte a parte, sem repetição, sobre o problema da reunificação da Alemanha. Perante nós temos dois conceitos amplamente diferentes. Cada um deles foi plenamente explicado e defendido. De um lado temos o plano apoiado pelos três Ministros ocidentais. Este prevê eleições a breve prazo em toda a Alemanha, como passo preliminar para a formação de um governo para todo o país, com o qual se possa negociar um tratado de paz. Do outro lado temos o plano da delegação soviética. Evito resumir esse plano pelo temor de ser acusado de super-simplificação. Mas posso dizer sem temor que é um plano que ordena os acontecimentos de maneira bastante diferente. Em primeiro lugar, ele reuniria a República Federal Alemã e a República Democrática Alemã, numa tentativa de criar um governo provisório para toda a Alemanha. Em seguida, esse governo provisório concordaria com uma lei eleitoral e com a preparação de eleições. Depois as forças aliadas de ocupação seriam retiradas. Todos esses processos indubitavelmente exigiriam muita negociação e discussão. Quando tudo isso se tivesse encerrado, teríamos eleições.

Não creio que se possa pôr em dúvida de que o plano soviético é o mais complicado e trabalhoso dos dois. Díficeis, e, na opinião de muitos, impossíveis acordos, teriam que ser concluídos antes da realização das eleições. Mas, afora isso, o plano é inaceitável para nós, como já explicamos, por três razões claras.

Primeiro, ele exige acordo entre os dois regimes existentes na Alemanha, os quais, como todos nós sabemos se baseiam, em teorias de governos fundamentalmente incompatíveis. O senhor Molotoff sugeriu ontem que uma vez que é possível para nós, os Quatro, nos sentarmos em torno dessa mesa e conversarmos, deveria ser possível também para as autoridades orientais e ocidentais alemãs fazerem o mesmo. Certamente é um grande pra-

zer nos sentarmos em torno desta mesa com o senhor Molotoff, se bem que o regime que ele representa, seja muito diferente do nosso.

Mas gostaria de saber se nossas discussões seriam tão frutíferas como espero que se estejam encaminhando para ser, se fôssemos chamados a criar um governo provisório extraído dentre nós. Posso imaginar que surgiriam talvez dificuldades a propósito da distribuição de ministérios.

O segundo ponto é que o plano do sr. Molotoff prevê eleições em bases bastante estranhas, ao nosso conceito democrático de eleições livres. Não tenho necessidade de repetir minhas razões para dizer isso.

Em terceiro, o pedido de retirada das forças de ocupação aliadas antes das eleições, introduziria um novo obstáculo ao exercício, em futuro próximo, por parte do povo alemão, do seu direito de escolher um governo para toda a Alemanha. Não podemos concordar com essa condição preliminar, pelas razões que foram apresentadas ontem. Não está claro também que haveria disputas e discussões intermináveis relativas aos termos da retirada, à natureza e escala das forças a serem deixadas no país para "funções de proteção", como o senhor Molotoff as chamou? Não é certo que todos esses fatores introduzidos pela proposta soviética, retardariam a celebração de eleições?

Realmente eu creio que esse seria o caso, sem dúvida alguma. Finalmente, o senhor Molotoff deseja que nós concordemos em que o futuro governo de toda a Alemanha ficaria preso antecipadamente à obrigação de associar-se com a comunidade ocidental européia. Não podemos concordar. Mais uma vez eu repito que em nosso ponto de vista, o governo de toda a Alemanha terá que ser livre para fazer sua própria escolha.

Consequentemente, só posso ver uma possível contribuição de minha parte e ainda para essa discussão. Posso fazer um apelo ao senhor Molotoff. Mesmo agora não pode ele concordar com a celebração de eleições livres em toda a Alemanha por supervisão imparcial? Se ele pudesse concordar com isso, poderíamos como indiquei ontem, empenharmo-nos em frutífera discussão sobre como fazer as eleições.

Tomemos a lei eleitoral por exemplo. Se ao menos o senhor Molotoff pudesse aceitar o princípio de eleições livres, estou certo de que poderíamos fazer progresso, na questão da lei eleitoral. Ele aludiu à lei de Weimar. Muito bem. Vamos discuti-la ou qualquer tipo de lei que meus colegas julguem que nos poderia ajudar. Surge o problema da supervisão. O senhor Molotoff não gosta da supervisão das Quatro Potências nem, aparentemente, deseja que neutros tomem parte. Muito bem, estou disposto a considerar outras soluções. O senhor Bidault acaba de sugerir uma que eu poderia aceitar. Só o que quero é discutir o problema. Por que não fazê-lo?

Há outra questão: o senhor Molotoff sabe que nunca nos associaríamos com uma Alemanha agressiva. Falo, naturalmente, por meu próprio país. Mas posso dizer, em nome de meus outros colegas ocidentais aqui, que os propósitos que estão por detrás de nossos planos defensivos na Europa, são

(\*) Conforme texto do New York Times de 7-2-54.

inteiramente opostos a qualquer idéia de encorajar o militarismo ou a revanche nacional na Alemanha. Isto não é uma frase vazia, destinada a acalmar temores legislativos. Falo com o que sei serem as convicções do povo britânico e dos seus aliados. Nunca voltaremos nessa aliança defensiva para agressão contra a União Soviética. A base de consenso da qual depende nossa ação, a vontade de nossos parlamentos, os objetivos pacíficos de nossos povos, tudo isso faz com que tal coisa seja inteiramente impossível. Nem um de nós alegaria que as instituições parlamentares representam uma garantia absoluta contra medidas belicosas ou agressivas. Certamente não são. Podem ser derrubadas ou violadas. Mas como parlamentaristas de alguma experiência, temos direito a dizer que não é possível hoje e nesta época, conduzir as democracias a uma era agressiva. Quando, portanto, dizemos que nutrimos a esperança de que a Alemanha se decidirá a associar-se conosco em nossa comunidade européia, queremos dizer que esperamos que ela aceite os mesmos propósitos pacíficos que nos animam. O próprio senhor Molotoff exprimiu sua confiança nos instintos democráticos do povo alemão. Não podemos, pelo menos, consentir em conceder-lhes expressão pelas urnas? Não podemos mesmo permitir ao povo da Alemanha que eleja um governo de sua própria escolha como primeiro passo para um ajuste pacífico e para o afrouxamento da tensão que reina no mundo? É indispensável que dezoito milhões de alemães continuem separados dos seus concidadãos? Não podemos permitir que eles se unam aos seus irmãos do Ocidente para escolher seu governo?

O problema essencial é combinar a liberdade na Alemanha com a segurança na Europa. Nossa resposta para isso é clara. Não queremos um ajuste impôsto que repetiria os erros dos anos de pré-guerra. Buscamos criar uma nova Alemanha, na qual os acontecimentos da década de 30 não se repetiriam. Não podemos fazer isso, por um novo sistema de controle, que ferirá profundamente o povo alemão e conduzirá automaticamente aos próprios perigos que o senhor Molotoff, e, aliás, todos nós, desejamos evitar. Propomos que a Alemanha seja reunificada e associada como membro pacífico à família européia. Propomos que a Alemanha se torne membro das Nações Unidas, sujeita às cláusulas da Carta. Nós, no Reino Unido, pela nossa parte, nos mantemos fiéis ao nosso tratado com a União Soviética. Assinamos esse tratado por vinte anos. Estaríamos prontos, estou certo, para prolongá-lo, se o senhor Molotoff achar que isto contribuiria para dar maior segurança à União Soviética. Se há qualquer outro meio pelo qual pudéssemos ajudar a União Soviética a dissipar sua ansiedade a propósito de sua própria segurança, teríamos satisfação como já disse, em estudá-lo.

#### DISCURSO DO SR. DULLES:

Lamento que o Ministro do Exterior Soviético não pareça inclinado a continuar a discussão sobre o problema da unidade alemã, o qual é impe-

rativo para a futura paz e o bem estar da Europa, e, com efeito, de todo o mundo. Espero que ele queira significar apenas que desejará meditar mais sobre o assunto, o que, estou certo, é o desejo de todos nós. Ao concluir estas breves observações, quero resumir a posição tal como eu a entendo.

Antes de fazê-lo, gostaria apenas de comentar mui sucintamente a nova linha de discussão que o Ministro do Exterior Soviético adotou. Nós, estou certo, temos muita satisfação em que o Ministro do Exterior Soviético esteja tão atento para o bem estar econômico dentro da República Federal. Tenho no espírito aqui um relatório sobre as condições econômicas na República Federal da Alemanha o qual foi publicado pela Organização para Cooperação Econômica Européia. Ele mostra que o melhoramento econômico e o bem-estar econômico na República Federal da Alemanha foram fenomenais, que o aumento da produção, o aumento de bens de consumo, o ritmo das construções foram simplesmente extraordinários.

E sugiro que talvez as potências ocidentais que se associaram a esta grande recuperação econômica da Alemanha estejam talvez tão preocupadas quanto o Ministro do Exterior Soviético com o bem-estar econômico da Alemanha Ocidental, e que talvez tenham mostrado essa preocupação, de maneira a indicar que nossa preocupação é mais prática, mais realista e mais benéfica do que a preocupação que foi manifestada pelos soviéticos, na Alemanha Oriental.

Eu poderia acrescentar que a surpreendente recuperação econômica que foi feita pela República Federal da Alemanha, é tanto mais notável porque ocorreu não obstante o fato de que a República Federal com alguma ajuda das potências ocidentais, teve que absorver um enorme fluxo de refugiados que tentaram livrar-se das horríveis condições da Alemanha Oriental, buscando as condições infinitamente melhores da Alemanha Ocidental, e que foram tão atraídos por essas condições melhores reinantes na Alemanha Ocidental, que se decidiram a abandonar seus lares, todos os seus bens — não muita coisa, temo-o — para poderem recomeçar a vida em condições livres de economia e de esperança, as quais existem na Alemanha Ocidental.

O fluxo de refugiados alcança atualmente cerca de 200 por dia. Houve tempo em que era de cerca de 3.000 por dia, e seu total vai bem além de 1 milhão. O problema de absorção dos refugiados do Leste foi muito difícil. E o fato de ter sido abordado e resolvido com êxito representa um êxito adicional às condições econômicas que foram asseguradas à Alemanha Ocidental pelas potências ocupantes ocidentais.

Durante esse período, os E.E.U.U. adiantaram à República Federal da Alemanha aproximadamente 3 milhões de marcos, os quais em muito mais de metade, constituem uma doação pura e simples, pela qual não se pede nenhuma compensação.

Sugiro, entretanto, que seria bom que, antes de nos separarmos hoje, que façamos um sumário da situação tal como ela parece estar, com referência ao importante tema central da unificação da Alemanha.

Tivemos o plano que foi apresentado pelo sr. Eden, o qual foi endossado pelas outras duas potências ocidentais, e temos as condições que foram apresentadas em nome da União Soviética, por sua delegação.

Segundo me pareceu, o ministro do Exterior soviético repeliu, não em seus detalhes, mas em princípio, a proposta apresentada pelas potências ocidentais e apresentou suas próprias condições como substitutivo, condições essas que incluem as seguintes cláusulas:

Primeira: O governo da República Federal terá que tratar e negociar com o regime da Alemanha Oriental como com um governo verdadeiramente representativo dos alemães orientais.

Segunda: A formação de um governo para toda a Alemanha terá que ficar na dependência de eleições a se celebrarem sob lei eleitoral a ser elaborada de comum acordo com o regime alemão oriental, durante um processo em que este último terá direito de veto.

Terceira: As condições eleitorais, de acordo com os clássicos conceitos comunistas, devem impedir a participação daqueles que, porque não apoiam os comunistas, são classificados automaticamente como monopolistas, militaristas ou fascistas.

Quarta: Que é preciso que não haja nenhuma supervisão das eleições, nem por parte das potências ocupantes, nem de neutros, no sentido de assegurar clima justo e livre.

Quinta: É preciso que a Alemanha unificada seja perpetuamente proibida de participar de qualquer sistema de segurança coletiva com seus vizinhos ocidentais.

Sexta: As tropas da França, E.E.U.U., Reino Unido — salvo contingentes simbólicos — devem ser retiradas da Alemanha Ocidental, o que deixaria a Alemanha indefesa e a Europa Ocidental exposta.

Essas condições, tais como estão definidas, são claramente inaceitáveis para os E.E.U.U. Creio que os srs. Eden e Bidault se manifestaram no mesmo sentido. Sei que elas seriam inaceitáveis para a República Federal da Alemanha Ocidental. Esta já se manifestou nesse sentido através dos seus órgãos constitucionais.

Duvido muito que os habitantes da Alemanha Oriental queiram que essas condições sejam aceitas — esses 18 milhões de alemães que querem desesperadamente se reunir aos seus 50 milhões de irmãos do Ocidente. Mas não creio que eles queiram reunir-se sob condições que simplesmente implicariam na perpetuação e extensão a toda a Alemanha das condições que os levaram tão desesperadamente a querer mudar de vida.

Tenho muita esperança de que o ministro do Exterior soviético, reconhecendo a posição em que estamos, queira, refletindo, reconsiderar suas condições. Solicito insistentemente a ele que retire essas condições, ou, pelo menos, as ponha em conformidade com os princípios básicos que estão expressos no documento apresentado e apoiado pelas potências ocidentais.

A necessidade com que nos confrontamos de fazer alguma coisa para levar a cabo, em termos justos e razoáveis, a reunificação da Alemanha, essa

necessidade é tão imperiosa, tão premente, que creio que nenhum de nós poderia deixar passar a oportunidade que nos é conferida pela reunião dos quatro ministros.

Consequentemente, renovo meu apelo ao sr. Molotoff para que ele encontre possibilidade de satisfazer o ponto de vista das potências ocidentais para esse efeito.

#### PROPOSTA DO SR. MOLOTOFF

Visto como a Alemanha já satisfaz uma parte considerável de suas obrigações financeiras e econômicas para com os E.E.U.U. da América, o Reino Unido, a França e a União Soviética, decorrentes das consequências da guerra,

Reconhecendo que medidas para minorar as obrigações financeiras e econômicas da Alemanha, decorrentes das consequências da guerra, contribuirão substancialmente para o desenvolvimento da economia pacífica da Alemanha e para a elevação do padrão de vida de sua população,

Os governos dos E.E.U.U., França, Reino Unido e U.R.S.S. concordaram, a partir de 1 de janeiro de 1954:

1. A Alemanha será plenamente liberta do pagamento de reparações sob qualquer forma e do pagamento às quatro potências — E.E.U.U., França, Reino Unido e U.R.S.S. — das dívidas de após-guerra decorrentes das obrigações de tratado.

2. O pagamento das despesas relacionadas com o estacionamento de tropas das quatro potências em território da Alemanha será reduzido a uma prestação anual não superior a 5 por cento da receita dos orçamentos nacionais da República Democrática Alemã e da República Federal Alemã.

3. A Alemanha será plenamente liberta do pagamento de dívidas relacionadas com despesas de ocupação externa pelas quatro potências, assumidas desde 1945.

## PROPOSTAS SOVIÉTICAS SOBRE A SEGURANÇA DA EUROPA E DECLARAÇÕES DOS SRS. MOLOTOFF E DULLES NA SESSÃO DE 10-II-54 DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

### PROJETO DE TRATADO SOBRE SEGURANÇA COLETIVA DA EUROPA

*A fim de salvaguardar a paz e a segurança e evitar agressões contra qualquer Estado na Europa,*

*A fim de estreitar a cooperação internacional de acôrdo com os princípios do respeito pela independência e soberania dos Estados e da não interferência em seus negócios internos,*

*Visando a evitar a formação de grupos de Estados europeus dirigidos contra outros Estados europeus, o que suscita fricções e relações tensas entre as nações, e de sorte a proporcionar a ação comum de todos os Estados europeus na salvaguarda da segurança coletiva na Europa,*

*Os Estados da Europa, guiados pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, deverão firmar um tratado geral europeu sobre a segurança coletiva na Europa, contendo as seguintes disposições básicas:*

#### — I —

*O tratado deverá acolher todos os Estados europeus que reconheçam os propósitos e assumam as obrigações dele decorrentes, independentemente dos respectivos sistemas sociais.*

*Enquanto não fôr estabelecido um Estado alemão unido, pacífico e democrático, a República Democrática da Alemanha e a República Federal da Alemanha poderão ser partes no tratado, gozando de iguais direitos. Fica estabelecido que depois da unificação da Alemanha, o Estado alemão unido poderá tornar-se parte do tratado, nos termos gerais deste.*

*A conclusão do tratado sobre segurança coletiva na Europa não prejudicará a jurisdição das quatro potências — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Estados Unidos da América do Norte, Reino Unido e França — no que se refere ao problema alemão, que deverá ser regulado na forma previamente determinada pelas quatro potências.*

(\*) Conforme texto publicado no "New York Times", de 11-II-54.

#### — II —

*As partes contratantes se obrigam a não se atacar, mutuamente, e a não apelar para o recurso da ameaça ao emprêgo da força ou de seu uso efetivo nas suas relações internacionais e, de acôrdo com a Carta das Nações Unidas, se obrigam a derimir por meios pacíficos, e de forma a não pôr em risco a paz internacional e a segurança da Europa, qualquer disputa que possa surgir entre as mesmas.*

#### — III —

*As partes contratantes deverão consultar-se entre si sempre que, ao ver de qualquer uma delas, surja o perigo de um ataque armado na Europa contra uma ou mais das partes contratantes, de sorte a adotarem medidas efetivas que removam o perigo e mantenham a segurança na Europa.*

#### — IV —

*Qualquer ataque armado na Europa contra uma ou mais das partes contratantes por qualquer Estado ou quaisquer grupos de Estados será considerado como ataque a todas as partes contratantes. No caso de se verificar tal ataque, cada uma das partes, no exercício do direito de defesa própria, individual ou coletiva, deverá dar assistência ao Estado ou aos Estados atacados por todos os meios ao seu alcance, inclusive a utilização da força armada, a fim de restabelecer e de manter a paz internacional e a segurança na Europa.*

#### — V —

*As partes se comprometem a discutir e a determinar, em data próxima, o processo segundo o qual será proporcionada a assistência, inclusive militar, pelas partes contratantes, no caso de se formar na Europa uma situação que requeira um esforço coletivo para o restabelecimento e a manutenção da paz na Europa.*

#### — VI —

*As partes deverão remeter imediatamente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, de acôrdo com as disposições da Carta das Nações Unidas, informações a respeito das atividades por elas empreendidas ou previstas para o exercício do direito de defesa própria ou para o propósito de manter a paz e a segurança na Europa.*

#### — VII —

*As partes se comprometem a não entrar em nenhuma coalisção ou aliança e em não concluir nenhum acôrdo cujo objetivo possa contrariar os propósitos do tratado sobre segurança coletiva na Europa.*

## — VIII —

A fim de manter as consultas entre as partes determinadas pelo tratado e de considerar as matérias que decorram do problema de salvaguardar a segurança na Europa, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- a) A realização de conferências periódicas, e, quando requeridas, de conferências especiais, em que cada Estado seja representado por um membro do governo ou outro representante para esse fim especialmente designado;
- b) A instituição de uma comissão consultiva política permanente, cuja finalidade deverá ser a elaboração de recomendações apropriadas para os governos das partes contratantes;
- c) A instituição de um órgão consultivo militar, nos termos que serão oportunamente determinados.

## — IX —

Reconhecendo a particular responsabilidade dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais, as partes contratantes deverão convidar os governos dos Estados Unidos da América e da República Popular da China a enviar seus representantes para os organismos criados por força do tratado, como observadores.

## — X —

O presente tratado não prejudicará de forma alguma as obrigações contidas nos tratados internacionais e ajustes entre Estados europeus cujos princípios e finalidades estejam conformes com os princípios e as finalidades do presente tratado.

## — XI —

O tratado terá a duração de cinqüenta anos.

## PROPOSTA SOVIÉTICA AUXILIAR

## — I —

Os Governos da França, do Reino Unido, dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se comprometem a continuar seus esforços no sentido de alcançar uma solução adequada para o problema alemão, de acordo com o princípio da manutenção da paz e da liberdade nacional, bem como a respeitar os direitos de todos os outros Estados europeus interessados em evitar a violação de seus interesses nacionais e de sua segurança por parte de qualquer Estado.

## — II —

Enquanto não for concluído um tratado de paz com a Alemanha nem for a mesma reunificada segundo linhas democráticas e pacíficas, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- a) As forças de ocupação serão simultaneamente retiradas do território da Alemanha Oriental e da Ocidental dentro de um prazo de seis meses, com a exceção de contingentes limitados, que permanecerão a fim de executar as funções de proteção que decorram das tarefas de controle a cargo das quatro potências, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no que se refere à Alemanha Oriental, e os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a França, no que se refere à Alemanha Ocidental. A força de tais contingentes será regulada por comum acordo dos governos das quatro potências.
- b) As potências que presentemente exercem funções de ocupação na Alemanha terão o direito de reconduzir suas forças no caso de ficar ameaçada a segurança de qualquer uma das duas partes da Alemanha: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com relação à Alemanha Oriental; os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a França, com relação à Alemanha Ocidental.
- c) A fim de manter a ordem interna e a defesa das fronteiras, a República Democrática da Alemanha e a República Federal da Alemanha deverão dispor de unidades policiais, cuja força e cujos armamentos serão determinados por ajuste entre as quatro potências. Para supervisionar a execução desse ajuste serão organizados, na Alemanha Oriental e na Ocidental, grupos de inspeção compreendendo representantes das quatro potências.

## — III —

De acordo com as disposições acima, cuja execução assegurará a neutralização da Alemanha e a criação de condições favoráveis à solução do problema alemão no interesse da consolidação da paz na Europa, as quatro potências deverão adotar medidas urgentes no sentido de facilitar a conclusão de um tratado sobre segurança coletiva entre os Estados europeus que estabeleça garantias apropriadas contra a agressão e a violação da paz na Europa. Para essa finalidade as quatro potências acordaram em tomar a iniciativa de reunir uma conferência apropriada de Estados europeus.

## DECLARAÇÕES DO SR. MOLOTOFF SOBRE AS PROPOSTAS SOVIÉTICAS

É necessário alcançar uma solução para o problema alemão que seja satisfatória para os nossos países e para todas as nações europeias amantes da paz. Tal solução deverá ser consentânea com os princípios da preserva-

ção da paz e da liberdade nacional da Alemanha e, simultaneamente, com o resguardo dos interesses nacionais e da segurança de todos os povos da Europa.

Tem de ser evitada a divisão da Europa em grupos militares.

Depende de nossos países haver ou não uma III Guerra Mundial. Se os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a França e a União Soviética decidirem evitar uma nova guerra mundial estarão em posição de conseguí-lo.

Em primeiro lugar, temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar a criação de grupos militares por nações se opondo umas às outras, se quisermos evitar uma nova guerra mundial e, no mesmo passo, uma nova guerra na Europa.

Os acontecimentos dos últimos anos, sobejamente conhecidos de todos nós, evidenciam que a idéia de criar blocos militares — contra a qual se opõem particularmente a União Soviética e as democracias populares — começa a ser posta em prática.

O caminho para tal foi particularmente aberto pelo tratado do Atlântico Norte, que foi instituído há cinco anos sob a liderança dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

O bloco do Tratado do Atlântico Norte, especialmente, está se aplicando na criação de grupos militares na Europa, Ásia, na área do Pacífico e também na Índia e no Oriente Médio.

### CRÍTICA À COMUNIDADE DE DEFESA

Devotamos, naturalmente, na presente conferência de Berlim, grande atenção à questão alemã e à garantia da segurança na Europa. Em tal assunto a delegação soviética salienta, reiteradamente, o caráter perigoso dos planos de criação da Comunidade Européia de Defesa. Tais planos não podem se reconciliar com a necessidade de garantir a segurança coletiva dos povos da Europa.

Sustentou-se que com a criação da Comunidade Européia de Defesa — isto é, o exército dito europeu dentro do qual seria incorporada a Alemanha remilitarizada — se poderiam dar garantias de segurança à União Soviética e a outros países europeus amantes da paz.

Verificar-se-á tal? Por certo que não.

Graças à obstinada resistência dos povos dos países europeus, as potências Ocidentais não lograram criar a Comunidade Européia de Defesa.

A criação de um bloco militar formado por seis países — Alemanha, Ocidental, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo — significaria que esses países se encontrariam colocados em oposição à parte restante da Europa. Significaria um alargamento da divisão da Europa; um aumento nas tensões internacionais e prejudicaria os interesses vitais de todas as nações européias.

A criação da Comunidade Européia de Defesa resultaria numa indefinida divisão da Alemanha e impediria a conclusão de um tratado de paz com a Alemanha.

Que poderia substituir a Comunidade Européia de Defesa se fossem abandonados os planos para sua instituição?

Há um interesse particularmente grande nessa questão por parte da França, o que consideramos absolutamente natural.

Respondemos a essa questão: em lugar dos planos para criar a Comunidade Européia de Defesa, deve-se pôr em prática por todos os meios, a idéia de segurança coletiva para todos os povos da Europa.

Independentemente das diferenças de sua estrutura social, a segurança deve ser garantida a todos os países da Europa.

A União Soviética julga necessário que não se coloquem alguns países da Europa em oposição a outros Estados europeus, e sim que se estabeleça um sistema pan-europeu de segurança coletiva.

Esse sistema deve assegurar estreita cooperação entre todos os Estados europeus, evitar brechas na paz da Europa e garantir a necessária defesa no caso de violação da paz. Ao mesmo tempo, deve incluir obrigações concretas por parte de cada Estado, inclusive obrigações militares, de sorte a tornar o sistema ativo e eficaz.

Se os governos da França, da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da União Soviética endossarem esta idéia (a segurança coletiva da Europa) então não haverá razão para se realizarem planos no gênero da criação de um grupo militar limitado como a Comunidade Européia de Defesa.

A conclusão de um tratado com a Alemanha total sobre segurança coletiva na Europa estará de acordo com o sincero esforço dos povos da Europa para a consolidação da paz. Será uma importante contribuição para a consolidação da paz mundial.

Deparamo-nos com uma tarefa que não é simples mas que pode ser realizada.

Temos de prosseguir em nossos esforços para levar a cabo uma solução satisfatória para o problema alemão.

O que não pudermos realizar nesta conferência podemos tentar realizar mais tarde, sem procrastinar a solução pacífica da questão alemão por causa deste ou daquele plano.

### DECLARAÇÕES DO SR. DULLES SOBRE AS PROPOSTAS SOVIÉTICAS

Uma vez que o Sr. Molotoff foi bastante gentil para dizer que os Estados Unidos podem ser "observadores", (no sistema da segurança coletiva da Europa) julgo oportuno fazer algumas observações sobre esse plano.

As propostas apresentadas contêm duas partes, uma, tratando basicamente da Alemanha, e a outra, constituindo o ante-projeto de um tratado sobre a segurança coletiva da Europa.

O documento relativo à Alemanha contém a seguinte afirmação:

“Que prosseguiremos em nossos esforços para alcançar uma solução para o problema alemão” e isso, por certo, os Estados Unidos se dispõem a fazer.

Em seguida, o documento, em seu parágrafo 2.º, prossegue repetindo a proposta que até o presente foi diversas vezes apresentada pela União Soviética, relativa à retirada das forças ditas de ocupação da Alemanha Oriental e Ocidental.

Torna-se apenas necessário, portanto, para mim, repetir o que eu e outros dos componentes desta mesa já dissemos anteriormente: que tal proposta deixaria a Alemanha Ocidental, e consequentemente grande parte da Europa Ocidental, exposta a qualquer ameaça de agressão externa.

Um terceiro parágrafo desse documento prevê a convocação de uma outra conferência, e talvez seja oportuno para mim, a esse respeito, dizer o que anteriormente já sustentei — ou seja, que parece, sempre que temos uma conferência na qual não se consegue resolver nada, que a União Soviética propõe tenhamos nova conferência, e assim o melhor que podemos fazer é ter conferências que ensejem a realização de outras. Tal conclusão é algo desalentadora.

O segundo documento é o texto de um projeto de tratado geral europeu sobre segurança coletiva na Europa. Uma vez que os Estados Unidos não seriam presumivelmente parte nesse tratado, minhas observações não se dirigem basicamente ao presente texto do tratado, embora haja nele certas implicações que afetam os Estados Unidos.

#### A NATO IMPLICITAMENTE AFETADA

Embora não o esteja claramente dito, contém-se talvez implicitamente nesse ante-projeto o fato de que ele se propõe a substituir o Tratado do Atlântico Norte. Chego a tal conclusão a partir das disposições dos artigos 7 e talvez 10, e do fato de que o ministro das Relações Exteriores Soviético, na apresentação de seu texto, fez um sério ataque ao Tratado do Atlântico Norte, “como se assemelhando, sob muitos aspectos, ao pacto anti-Comintern, que conduziu ao suscitamento da Segunda Guerra Mundial.”

Mais adiante declara que “não há razões para duvidar que o destino do Tratado do Atlântico Norte não será melhor que o do pacto anti-Comintern.”

Desta forma, presumo, embora o ministro das Relações Exteriores soviético, possa me corrigir, se estiver errado, que seu projeto de tratado de segurança coletiva da Europa seria, na realidade, um substitutivo do Tratado do Atlântico Norte.

Não podem os Estados Unidos, certamente, se sentir ofendidos ante a sugestão do ministro das Relações Exteriores soviético no sentido de que os países europeus se reúnam para garantir sua própria segurança coletiva

sem a participação dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, creio eu, nunca se intrometeram como participantes indesejados nos negócios europeus, nem temos a intenção de vir a fazê-lo, no futuro.

O povo americano tem um interesse muito profundo e legítimo pela Europa. A maioria de nós descende da Europa Ocidental. Participamos da cultura, das tradições e da religião da Europa Ocidental e há muitos vínculos que nos unem muito estreitamente. Mas não julgamos que, por tal motivo, tenhamos qualquer direito a pedir participação nos negócios europeus.

Os Estados Unidos enviaram suas forças armadas à Europa, na Primeira Guerra Mundial, quando o Ocidente ficou ameaçado pelo militarismo alemão sob a liderança do Kaiser. Demoramos algo a fazê-lo. Mas diante do urgente apelo e desejo dos povos ameaçados da Europa Ocidental, e pelo fato de nossos próprios interesses terem sido envolvidos pela guerra, nela participamos e sem dúvida contribuimos para a derrota final dos militaristas alemães representados pelo Kaiser.

Quando terminou a guerra, recambiamos nossas tropas para nosso país.

#### II GUERRA MUNDIAL — EVENTOS CITADOS

Posteriormente se repetiu a mesma história, sob o comando de Hitler, na Segunda Guerra Mundial, e, mais uma vez, depois de alguma demora e quando o perigo, não somente para a Europa Ocidental mas também para a União Soviética, tornara-se imenso, e quando nós próprios parecíamos ameaçados, fizemos um esforço gigantesco para colocar tropas e suprimentos na Europa a fim de ajudar a salvar a Europa do renascido militarismo da Alemanha.

E depois da Segunda Guerra Mundial retiramos todas as nossas forças da Europa, salvo um contingente relativamente pequeno que era necessário para os fins da ocupação da Alemanha.

Agora, pela terceira vez neste século, mandamos novamente forças para a Europa e mais uma vez o motivo era o fato de haver na Europa muitos que se sentiam receios e que nos solicitaram que tal fizéssemos.

Tal receio, imagino, é um receio que não desaparecerá diante de novas palavras e novas promessas, porquanto esse receio é despertado por um país que já está comprometido, pela Carta das Nações Unidas, a não empregar a força contra a integridade territorial ou a independência de qualquer Estado. Não me cabe a mim decidir se tal receio será suprimido por uma simples reiteração desse compromisso.

Sugeriu-se que nossa participação na presente defesa da Europa Ocidental, a que agora me refiro, provocou a divisão da Europa. Essa é uma dessas estranhas reversões da história — a conversa às avessas — a que infelizmente temos tido de nos acomodar. Todos sabem que a divisão da Eu-

ropa foi criada antes da ação a que me refiro e que só tomamos a iniciativa de tal ação porque já estava dividida a Europa.

Não posso, creio eu, ficar esquecido de que quando os Estados Unidos propuseram o Plano Marshal, que envolvia a contribuição de muitos bilhões de dólares, o plano era inicialmente acessível a todos os países da Europa.

Foi nessa conjuntura que os satélites soviéticos, sob a direção da União Soviética, foram impedidos de participar do plano. Talvez se esse plano tivesse sido levado adiante segundo seus objetivos iniciais, se houvesse evitado, ou pelo menos mitigado, a divisão que infelizmente se intensificou graças à ação soviética.

A divisão da Europa, segundo me parece, provem de causas consideravelmente anteriores à organização do Tratado do Atlântico Norte e da projetada Comunidade Européia de Defesa. Tal divisão vem da época em que o domínio soviético, inicialmente confinado à própria União Soviética, foi estendido por uma vasta área que ora inclui um terço da raça humana.

Lembro os pactos de assistência mútua que a União Soviética fez em 1939 com a Estônia, Lavônia e Lituânia, que o ministro do Exterior soviético, na época, descreveu numa linguagem que é quase exatamente a mesma que se empregou no segundo preâmbulo do projeto do novo tratado europeu.

O pacto com a Estônia, Lavônia e Lituânia, disse o Sr. Molotoff em 31 de Outubro de 1939, "estipula estritamente a inviolabilidade da soberania dos Estados signatários e o princípio de não interferência nos respectivos negócios".

O segundo preâmbulo a que me refiro estipula "o respeito pela independência e soberania dos Estados e a não interferência em seus negócios internos".

O que rapidamente aconteceu com a Estônia, a Lavônia e a Lituânia tem se repetido reiteradas vezes e, a meu ver, provocou essa divisão a que se refere o ministro do Exterior soviético.

É a divisão entre os que foram absorvidos e os que não desejam sê-lo.

Se a proposta soviética de hoje irá ou não fazer esquecer essa divisão da Europa é algo, digo eu, que deve ser basicamente considerado por outros países que não os Estados Unidos.

Na medida em que as coisas se referem aos Estados Unidos, estamos determinados a não ser absorvidos.

## DECLARAÇÕES DOS SRS. LEOPOLDO FIGL (MINISTRO DO EXTERIOR DA ÁUSTRIA) E MOLOTOFF, PROPOSTA SOVIÉTICA SOBRE A ÁUSTRIA E DECLARAÇÃO DO SR. DULLES, NA SESSÃO DE 12-II-54 (\*)

SR. FIGL:

O preâmbulo do "projeto de tratado relativo ao restabelecimento de uma Áustria independente e democrática" declara que o tratado de estado austríaco deverá ser concluído entre as quatro potências aliadas de um lado, e a Áustria, de outro.

Parece, portanto, justo e razoável, que a Áustria, que terá de cumprir as obrigações deste tratado e suportar o seu peso por muitos anos, deverá tomar parte em sua elaboração final em pé de igualdade e com os mesmos direitos dos demais participantes.

O Governo Federal da Áustria, a pedido do Parlamento austríaco, solicitou às quatro potências que o convidasse a participar plenamente dessas discussões. O Governo Federal e todo o povo austríaco receberam com grande satisfação, por conseguinte, a resposta favorável ao seu pedido, seguida da decisão das potências aliadas de convidar uma Delegação austríaca à esta conferência.

Confio em que os quatro Ministros do Exterior tomarão, agora, uma decisão formal atendendo ao pedido de meu Governo de completa participação. Gostaria de declarar hoje, formalmente, que, do lado austríaco tudo será feito para facilitar as negociações e conduzir à rápida conclusão do tratado de estado.

Em primeiro lugar, deve ser declarado, da maneira mais enfática, que a Áustria foi subjugada por Hitler em 1938 somente pelo uso massivo da força militar, depois de ter resistido, durante anos, às ameaças do Nacional-Socialismo e feito grandes sacrifícios nessa luta. Abandonado pela Liga das Nações, o povo da Áustria estava, por fim, tão pouco em situação de im-

(\*) Conforme texto publicado no "The New York Times" de 13-II-54.

pedir a opressão nacional-socialista como outros Estados que, embora dispondo de maiores recursos econômicos e poderio militar, cedo cairam na mesma situação que nós.

Durante a ocupação pela Alemanha nacional-socialista, que tratou a Áustria como um território colonial, nosso país foi completamente privado de sua liberdade de ação internacional.

O povo austríaco, que, durante a ocupação de Hitler, alimentava a esperança de ver restabelecida a sua liberdade e soberania, ficou, por conseguinte, transbordante de júbilo ao saber da Declaração de Moscou, de 1 de novembro de 1943, na qual as potências aliadas declararam nula e sem efeito a anexação imposta à Áustria pela Alemanha em março de 1938, e expressaram seu desejo de ver a Áustria restaurada como Estado livre e soberano.

Desse modo, o Governo da Grã-Bretanha, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e dos Estados Unidos da América, a que se juntou pouco depois o Comitê Nacional Francês — de conformidade com seus protestos contra a opressão de nosso país, já proclamados ao tempo da invasão da Áustria pelas forças de Hitler, — contraíram a obrigação de proporcionar a libertação da Áustria e recusaram-se a coonestar as violações do direito internacional cometidas pela Alemanha nacional-socialista desde março de 1938. Em abril e maio de 1945, os vitoriosos exércitos aliados libertaram a totalidade do território da Áustria.

Com a remoção do despotismo nazista, a soberana austríaca parecia, de fato, restabelecida. O povo austríaco recebeu entusiasticamente os seus libertadores e, a princípio, consideraram a ocupação de seu país pelas quatro potências aliadas como medida provisória necessária às exigências militares do imediato período de após guerra.

O Governo austríaco rapidamente normalizou a situação, repôs a administração em bom funcionamento e preparou as eleições de um Parlamento austríaco em novembro do mesmo ano. Em dezembro de 1945, um Governo formado na base de eleições livres, gerais, secretas e diretas, assumiu seus encargos.

Este governo era, a exemplo do precedente governo provisório, um governo de coalisão, o qual, me seja permitido frizar, obteve notáveis resultados, especialmente no campo da reconstrução da economia destruída. A Áustria pode, com fortes razões, salientar que suas condições políticas possuem particular estabilidade e que, graças aos esforços de todas as classes da população, a maior parte da destruição da guerra foi reparada. Não esquecerei de agradecer, aqui, às quatro potências aliadas pela assistência que nos deram neste trabalho de reconstrução.

As negociações sobre o Tratado de estado austríaco, que começaram em 1946, ainda não foram concluídas, devido a circunstâncias sobre as quais nem o povo nem o governo da Áustria teve qualquer influência. Precisamente há sete anos atrás eu mesmo tive a honra de chefiar a Delegação austríaca que então, em Lancaster House, em Londres, foi permitida apresentar seus

pontos de vista sobre o tratado, embora não fôsse considerada como participante das negociações.

Quando, em 1949, as negociações, primeiro em Paris e mais tarde em Londres e Nova York, progrediram substancialmente, o povo austríaco teve fortes razões para esperar uma rápida recuperação de sua completa liberdade e soberania. Os poucos artigos do projeto de tratado que ainda estão em aberto, não são de modo algum de tal importância que não possam imediatamente ser ajustados — havendo boa vontade de todas as partes.

O fato de que o tratado de estado não tenha sido ainda concluído levou agora a uma estranha situação — o país que primeiro foi vítima da agressão nazista será o último a obter sua completa liberdade e soberania, e isso, por razões que o próprio país não é nada responsável.

Enquanto os antigos estados inimigos das potências aliadas receberam seu tratado de paz há muito tempo atrás, — e não deploramos o rápido retorno de nenhum estado às suas condições normais — a Áustria, que ao tempo da declaração de guerra já tinha sido privada inteiramente de sua liberdade de ação, ainda hoje está ocupada.

A continuação desta ocupação tem imposto pesados ônus ao povo austríaco. Afóra os sacrifícios diretamente ligados à ocupação, a economia austríaca sofre grandes perdas materiais pelos contínuos obstáculos à utilização de seus recursos, que resultam num prejudicial efeito de retardamento na reconstrução da economia austríaca.

Estivemos sempre preparados, e ainda hoje o estamos, a aceitar sacrifícios e ônus, pela nossa liberdade e soberania. Deve, no entanto, ser declarado que o povo austríaco e seu Governo sentem que as condições econômicas estipuladas no projeto de Tratado, conforme acordado até agora, são especialmente pesadas, sobretudo quanto ao artigo 35.

O Governo Federal austríaco é de opinião que os ônus impostos no projeto de tratado deveriam ser proporcionais à capacidade econômica e financeira de nosso país. Dessa forma, depois de todas as perdas e sacrifícios que já suportamos, a quantia prevista para o resgate dos bens alemães e seu pagamento em dólares, em vez de pagamento pelo suprimento de mercadorias austríacas, parece-nos duro e injusto.

E isso tanto mais quanto, uma vez aceito este artigo em 1949, a Áustria terá que fazer maiores sacrifícios extraordinários nos próximos cinco anos. Além disso, gostaria de referir-me às cláusulas referentes aos depósitos de óleo mineral austríaco no artigo 35, e salientar que elas dificilmente se coadunam com a integral soberania econômica de nosso país. Não pode ser contestado que esta preciosa matéria prima flui do mais antigo solo austríaco. O dispor dos próprios depósitos minerais de seu país não é um direito inalienável de todo povo livre?

Seja permitido referir, neste particular, à Resolução n.º 626 (VII), de 21 de dezembro de 1952, da Assembléia Geral das Nações Unidas, unanimemente adotada e que afirma, que o direito de toda nação de livremente

usar e explorar sua riqueza e recursos naturais, é inerente à sua soberania e está de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas.

A Assembléia Geral, nesta Resolução, recomendou ainda que os estados-membros deveriam se abster de todos os atos que impeçam o exercício desses direitos soberanos. Proponho, por conseguinte, em nome do Governo Federal austríaco, na base de meus argumentos, a revisão das condições econômicas do projeto de Tratado, em particular do Artigo 35, num espírito compreensivo e generoso.

O único desejo da Áustria é recobrar, tão logo quanto possível, sua inteira liberdade e soberania. A despeito de todos os obstáculos, tem ela dado, como nunca antes na história da república, provas de sua vontade e capacidade de viver. Aceitamos, por conseguinte, todas as condições do presente projeto do tratado de estado que assegurem a independência, liberdade e soberania da Áustria, sob todos os aspectos.

Apresentei-lhes, Senhores, o ponto de vista da Áustria. Penso poder dizer que tudo temos feito para assegurar a definitiva liberdade da Áustria e sua existência independente. Por ocasião da abertura desta conferência, o Ministro do Exterior da União Soviética declarou que milhões de pessoas esperam uma resposta à questão de que se a Conferência de Berlim contribuirá para o fortalecimento da paz, para o abrandamento da tensão internacional no sentido de garantir a segurança da Europa.

Com isto em mente, apelo agora para os senhores: dêem à Áustria o Tratado de Estado e, com isso, terão não somente dado a 7.000.000 de austríacos a liberdade que há muito lhes é devida, mas terão, além disso, contribuído para a consolidação da paz, para um verdadeiro abrandamento das tensões internacionais e para a preservação da segurança da Europa.

#### SR. MOLOTOFF:

O Governo soviético empresta grande importância a um ajuste imediato do problema austríaco.

O Governo soviético considera uma situação anormal o fato de que sete anos de negociações não tenham conduzido à conclusão de um tratado de independência e que nenhum acordo tenha sido alcançado.

O maior obstáculo à conclusão do preparo de um tratado austríaco foi o desejo dos representantes dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França de não abordar uma questão estritamente ligada à futura independência e liberdade da Áustria.

O Governo soviético julga necessário que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha cumpram suas obrigações, estipuladas pelo seu tratado de paz com a Itália, com respeito ao Território Livre de Trieste.

O Governo soviético considerava e considera inadmissível que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha não tenham cumprido suas obrigações a este res-

peito e que tenham praticamente convertido o Território Livre de Trieste em uma base militar anglo-americana.

À vista dessa situação, é muito natural que o Governo soviético faça um esforço a fim de evitar que a mesma coisa aconteça à Áustria.

Por essa razão, a questão do Território Livre de Trieste não pode ser deixada de lado.

Os Governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, em março de 1952, inesperadamente elaboraram, sem a participação da União Soviética, o chamado projeto de um resumido tratado de independência para a Áustria.

Vemos nisso uma prática comum nesses últimos poucos anos, uma prática de ação separada.

O Governo soviético julga necessário incluir no tratado com a Áustria um artigo impedindo-a de qualquer coligação ou aliança militar com qualquer Estado que tenha lutado contra Hitler e tenha assim participado da libertação da Áustria, e um artigo proibindo o estabelecimento de bases militares estrangeiras na Áustria.

Na opinião da Delegação soviética, isto significaria que a Áustria se tornaria um importante fator de equilíbrio na Europa Central, o que seria um importante fator de fortalecimento da segurança européia.

O Governo soviético não pode ignorar o fato de que as três potências ocidentais não têm pressa em concluir um tratado de paz com a Alemanha, que garantiria o desenvolvimento pacífico e democrático de toda a Alemanha.

Não devemos esquecer que nas últimas décadas o militarismo alemão iniciou a agressão na Europa pela inclusão da Áustria em blocos militares voltados contra outras nações européias. O resultado foi que o potencial material e humano na Áustria foi desvirtuado pelos fins agressivos do militarismo germânico.

Tudo isto torna necessário sejam tomadas medidas efetivas para impedir um "anschluss" pela Alemanha Ocidental.

Em nome do Governo austríaco, o Sr. Figl expressou o desejo de que os pagamentos (à Rússia) da importância estipulada no Artigo 35 sejam pagos não em dólares mas em mercadorias.

O Governo soviético concorda em que a Áustria pague à União Soviética a soma estipulada no Artigo 35 não em dólares mas em mercadorias.

Quanto às outras observações (de Mr. Figl) sobre o Artigo 35, deve ser levado em consideração que novas discussões somente viriam suscitar novas complicações e simplesmente fariam retardar a conclusão do tratado de independência da Áustria.

Ouvimos falar aqui dos sacrifícios da Áustria durante e após a guerra. Não deve ser esquecido, no entanto, que as tropas austríacas lutando como parte do Exército de Hitler infligiram grandes danos à União Soviética, e não somente a esta.

Por esse motivo, especialmente, a Declaração de Moscou sobre a Áustria, em 1 de novembro de 1943, afirmou que a Áustria era totalmente responsável pela sua participação na guerra ao lado da Alemanha de Hitler.

## PROPOSTA SOVIÉTICA SOBRE A ÁUSTRIA

*Conclusão do Tratado de Estado para o Restabelecimento de uma Áustria Independente e Democrática.*

Os Governos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da França, Reino Unido e dos Estados Unidos reconhecem que os interesses da consolidação da paz na Europa e a necessidade de assegurar os direitos nacionais do povo austriaco exigem um pronto restabelecimento de uma Áustria livre e independente, e que a solução da questão da Áustria deve conformar-se aos existentes acordos das quatro potências.

Consequentemente, os governos das quatro potências acordaram em:

— 1 —

Instruir os suplentes dos Ministros do Exterior a projetarem, dentro de um período de 3 meses, um texto final do "tratado de estado para o restabelecimento de uma Áustria independente e democrática", orientando-se pelo seguinte:

a) Concluir a preparação do projeto de tratado de estado com a Áustria que foi, na maior parte, acordado entre as quatro potências em 1949 e de acordo com o qual a Áustria deverá ser restabelecida como Estado soberano, independente e democrático, aliviada do controle das quatro potências e a atual maquinaria de controle — a Comissão Aliada para a Áustria e seus órgãos — seria abolida e a ocupação da Áustria terminada.

b) Incluir no texto do tratado de estado com a Áustria o seguinte artigo adicional:

"A Áustria se compromete a não entrar em nenhuma coalisão ou aliança militar dirigida contra qualquer potência que tenha participado com suas forças armadas da guerra contra a Alemanha e da libertação da Áustria.

"A Áustria se compromete ademais a não permitir o estabelecimento, em seu território, de bases militares estrangeiras e não permitir o uso de instrutores e especialistas militares na Áustria."

Os Governos dos Estados Unidos da América, do Reino Unido, da França e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas assumirão, de sua parte, a obrigação de observar as disposições deste artigo.

c) Deve ser tomado nota da comunicação do Governo soviético, de que, desejando satisfazer ao desejo do Governo da Áustria, concorda que a Áustria pague na forma de mercadorias a soma devida à União Soviética, de acordo com o Artigo 35 do projeto de Tratado de Estado, pelos antigos bens alemães.

— 2 —

De modo a prevenir quaisquer tentativas de um novo "anschluss", adiar, até à conclusão de um tratado de paz com a Alemanha, a retirada das tropas

das quatro potências, estacionadas no território das respectivas zonas da Áustria.

Retirar da cidade de Viena todas as tropas estrangeiras, simultaneamente com a abolição da Comissão Aliada.

As tropas das quatro potências, temporariamente deixadas na Áustria não serão tropas de ocupação e não executarão funções de ocupação, nem interferirão nos negócios da administração austriaca e na vida social e política do país.

O status legal dessas tropas será determinado por um acordo especial a ser preparado pelas quatro potências, com a participação da Áustria, e que entrará em vigor simultaneamente com a vigência do tratado de estado com a Áustria.

— 3 —

Instruir os Ministros do Exterior para que considerem a questão de Trieste em conexão com a proposta do Governo soviético de que a cidade de Trieste e territórios adjacentes não sejam usados como base militar.

SR. DULLES:

Aqui estamos, hoje, numa reunião que poderá ter consequências históricas. Dela poderá resultar uma realização tal como o mundo inteiro vem esperando desta conferência, mas que, após quase três semanas, ainda não está próxima.

Alguns poderão explicar e mesmo desculpar nossas falhas, até agora, alegando que os problemas e tarefas que antes tomamos a nosso cargo foram vastos e complexos.

Não é esse o caso hoje.

No item n.º 3 da Agenda — conclusão de um tratado de estado austriaco — temos um problema de dimensões completamente controláveis.

Nos ocasionais momentos de meditação que esta conferência tem permitido, tenho pensado nos dilemas que parece defrontarem nossos colegas soviéticos. Tento ver seus problemas sob seus pontos de vista e admito que eles enfrentam duros problemas.

Mas nenhum esforço de especulação filosófica pode levar-me a acreditar que a Áustria constitua realmente um temor pelo fato de que 7.000.000 de austriacos amantes da paz venham a ter liberdade. Nem posso, tampouco, acreditar que a economia de 800.000.000 de pessoas dentro do bloco sob domínio soviético depende da possibilidade de continuar a sangrar a economia do pequeno e naturalmente pobre estado austriaco.

Parece incrível que a conta de um vendeiro soviético, relativa a algumas ervilhas secas, tenham impedido honrar a assinatura do Ministro do Exte-

rior soviético na Declaração de Moscou de 1943 sobre a independência da Áustria.

Acabamos de ouvir a declaração do Ministro do Exterior austríaco.

Concordamos em que o problema austríaco não exige simplesmente uma eventual solução, mas clina por solução imediata, não importa que critério de julgamento político, econômico, humano ou de decência internacional é aplicado a ele. O que é pedido, nada mais é que o que foi solenemente prometido há mais de 10 anos atrás — os direitos de soberania que todos nós insistimos para nós mesmos.

Além disso, o hiato que separa da realização a reivindicação do Ministro da Áustria é tão pequeno que este tratado poderia ser assinado agora e aqui, se todos nós quatro tivéssemos desejo de assiná-lo. Eu, pelo menos, tenho de fato esse desejo e noto que cada um de nós, em suas declarações nessa conferência, tem reconhecido sua obrigação de agir rapidamente.

O Sr. Molotoff colocou bem a questão quando, em 25 de janeiro de 1954, disse que "os interesses do fortalecimento da paz na Europa e a necessidade de assegurar os direitos nacionais do povo austríaco exigem o mais pronto restabelecimento de uma Áustria livre e independente".

O apêlo do Ministro do Exterior austríaco é um apêlo à ação, ao qual devemos atender rapidamente por várias razões.

A Áustria foi a primeira vítima da agressão hitlerista e se tivérmos, como dizemos e sabemos que temos, responsabilidade em refazer a Europa que Hitler tão extensamente destruiu, a liberação da Áustria do cativo da ocupação permanece ainda, depois de nove anos, à frente da lista de ações que devemos tomar.

Devemos, também, atender prontamente porque somente dessa forma podemos apagar o triste registro das passadas negociações sobre o tratado de estado.

Não desejo, neste momento, enumerar a longa e mesquinha história de delonga, desilusão e falta de franqueza que caracterizou, até agora, as negociações soviéticas sobre a Áustria.

Desta vez deve haver um fim decisivo a tudo isso. Podemos nós sentar-nos aqui, como Ministros do Exterior de nossos quatro países, solene e seriamente dedicar-nos ao item 3 da Agenda e ousar admitir que 374 discussões anteriores sobre este item, num período de 7 anos, não tenham explorado cada viela e cada canto concebível do tratado de estado austríaco?

Devemos, também, agir rapidamente em reconhecimento à extraordinária atuação dos próprios austríacos. Comparem a Áustria de hoje com a Áustria que nossos olhos viram na primavera de 1945.

Naquele tempo, um governo provisório lutou nas ruínas deixadas por Hitler. A economia — não havia economia.

Hoje o povo austríaco prossegue na sua vida diária, pacífica e industrialmente sob a proteção de sua Constituição democrática.

Poucos governos, no mundo de hoje, podem apresentar um acervo de realizações comparável ao do governo austríaco instalado em 1945 depois de

eleições livres e duas vezes livremente reeleito, desde então. Este governo austríaco levou a economia austríaca a um estado de produtividade e estabilidade a que ela não havia alcançado há décadas, apesar da drenagem de produtos do Este da Áustria, em benefício da Rússia. Sem dúvida, a ajuda estrangeira foi de valia — e sinto-me orgulhoso de que muito contribuíram os Estados Unidos — mas a ajuda estrangeira sem a vontade nacional não poderia ter produzido a Áustria de hoje.

Podem em verdade ser dito que a harmonia de relações internas e externas da Áustria, criada em nove anos, das ruínas da agressão, é um exemplo do que pode ser feito quando há vontade de fazê-lo. E, contudo, a despeito desta abundantemente notória demonstração de maturidade política, instituições democráticas, paz social e bem-estar econômico, o povo austríaco permanece sob a opressão da ocupação e da exploração. Cerca de 60.000 soldados estrangeiros, dois terços dos quais sob comando soviético, guarnecem a Áustria. Isso significa praticamente um soldado para cada 100 habitantes.

Devemos reagir rapidamente também em razão da vergonhosa carga econômica imposta à Áustria durante os 5 anos passados pela demora do tratado.

Desde 1949, a União Soviética extrai dos chamados "bens alemães", em sua zona da Áustria, pelo menos US\$200.000.000 em lucros líquidos. Esta é uma soma maior do que a indenização global que em 1949 foi fixada pela União Soviética, como preço de retorno à Áustria de apenas alguns desses bens.

Há razão bastante para atender ao pedido do Ministro do Exterior da Áustria, de abrandamento do Artigo 35.

A Áustria não foi agressora — a Áustria não é um inimigo derrotado.

A Áustria foi uma vítima da agressão. A Áustria é, pela nossa própria afirmação na Declaração de Moscou, em 10 de novembro de 1943, um país liberado e não um país inimigo. Como o Dr. Figl disse, é irônico que há muito tenhamos concluído tratados com todas as nações européias que eram nossas inimigas, menos com uma.

Em uma proclamação aos cidadãos de Viena, em março de 1945, o falecido Marechal Tolbukhin, comandando as forças russas na Áustria, disse: "O Exército Vermelho pôs os pés no solo da Áustria não para conquistar o território austríaco. Seu objetivo é exclusivamente o de derrotar as tropas inimigas alemãs-fascistas, e a liberação da Áustria. O Exército Vermelho apoia a Declaração de Moscou das potências aliadas sobre a independência da Áustria".

Para cumprir o compromisso da Delegação de Moscou, tão eloquentemente sublinhada pelo Marechal Tolbukhin e reforçada, desde então, por inúmeras afirmações, declarações e resoluções, é necessário trágicamente pouco. Isso era, também, verdade em 1949.

Tudo o que resta entre a Áustria de hoje e a Áustria prometida por nós em 1943, é a concordância sobre cinco artigos — na verdade parte de

cinco artigos — do presente projeto de tratado, e consideração do Artigo 35, à luz da declaração de hoje do Ministro do Exterior austríaco.

A Delegação americana apoia a proposta do Sr. Eden enumerando alguns pontos que necessitam ser ajustados, a fim de alcançar a meta do tratado do estado austríaco. Depois de 374 discussões e 10 anos de compromissos não cumpridos, creio que meus colegas concordarão comigo que estes e somente estes passos necessitam ser dados. Nenhuma outra questão é tão importante para nossa tarefa.

Em abril último, o Presidente Eisenhower falou ao mundo sobre as tensões mundiais. Nessa ocasião, clamou por atos e não palavras, para provar a vontade de paz, e, na realidade, citou o tratado de estado austríaco justamente como um ato — um ato que exige somente a vontade de realizá-lo. Esse ato resplandecerá em um mundo escurecido de medo e desilusão. Se a União Soviética se juntar a nós nesse feito, o mundo inteiro se rejubilará com a demonstração de que nossas quatro nações podem de fato cooperar para servir à causa da paz e da justiça. Dêsse início, coisas maiores poderão vir.

## DECLARAÇÃO DO SR. DULLES NA SESSÃO DE 13-II-54 A RESPEITO DA PROPOSTA SOVIÉTICA SOBRE A ÁUSTRIA

Ontem à tarde o Ministro do Exterior soviético presenteou-nos com um *sandwich* algo estranho. A parte superior e a inferior de suas observações salientavam a necessidade da pronta conclusão do tratado de estado austríaco, que restabeleceria uma Áustria livre e independente. Mas, entre a parte de cima e a de baixo, ele inseriu algumas propostas vencidas. Elas significam que o tratado, em vez de restabelecer uma Áustria independente e livre, deveria estabelecer uma Áustria sem liberdade e sem independência.

Espero sinceramente que estas novas propostas sejam retiradas, para que possamos realmente concluir um tratado austríaco nesta mesma reunião, conforme prometido em 1943.

A declaração do Ministro do Exterior soviético confirma completamente o ponto de vista que expressei ontem, de que se nós aderirmos ao presente projeto de tratado austríaco, restarão apenas pequenas diferenças entre nós. Conforme a proposta soviética declara, o projeto de tratado "foi quase todo aprovado pelas quatro potências em 1949". Restavam somente 5 artigos, parcialmente não aprovados, mas confio que, com boa vontade, poderíamos rapidamente chegar a um acordo quanto a esses artigos. Não serão necessários, conforme a União Soviética sugeriu, três meses para chegarmos a um acordo. Este poderá ser concluído em 3 dias, ou menos até, de forma que possamos realmente concluir o tratado nesta conferência, de acordo com a proposta feita ontem pelas três potências ocidentais.

No entanto, a União Soviética introduziu agora novas propostas que modificarão por completo a situação. Eles arrancariam o cerne do tratado proposto, e moveriam para trás os ponteiros do relógio, não para 1949, não para 1947, nem mesmo para 1943, mas, para o período anterior, mais negro ainda, quando, devido às ações de Hitler, a Áustria parecia irremediavelmente condenada a ser para sempre a vítima de uma ocupação estrangeira.

A União Soviética propõe que se continue a ocupação militar da Áustria "à espera da conclusão do tratado de paz com a Alemanha".

Uma vez que a União Soviética rejeitou todas as propostas para a unificação da Alemanha na base de eleições livres, e por suas últimas propostas trata a divisão da Alemanha como uma situação semi-permanente, a pro-

posta soviética sobre a Áustria significaria uma ocupação indefinida desse País. Exigida a retirada de todas as tropas aliadas de Viena e conservadas as forças soviéticas na zona soviética, a capital da Áustria ficaria então como uma ilha sem defesa, rodeada por um mar de soldados russos.

Essa ocupação da Áustria não poderia nunca terminar por nenhuma ação dela própria. Ficaria inteiramente ao arbítrio da União Soviética prolongar a ocupação para sempre, simplesmente perpetuando a divisão da Alemanha e bloqueando um tratado de paz com a Alemanha.

Se a proposta soviética fosse adotada, o tratado austríaco ficaria deturpado e seria necessário refazê-lo do princípio ao fim.

Como poderíamos jamais descrever, na introdução, o tratado como sendo destinado a libertar a Áustria e fazer dela um Estado livre e independente?

Como poderíamos jamais estipular no artigo 1 que a "Áustria será restabelecida como um Estado soberano, independente e democrático?"

Como poderíamos jamais declarar, como no artigo 2, que nós "respeitaremos a independência e a integridade territorial da Áustria?"

O artigo 33, intitulado "Retirada das Forças Aliadas", seria eliminado e substituído por um artigo intitulado "Ocupação militar indefinida da Áustria".

O tratado tornar-se-ia então, não um tratado para a liberação da Áustria, mas um tratado para a sujeição da Áustria.

Uma segunda modificação de importância no tratado foi proposta pela União Soviética em termos de sujeição da Áustria à "neutralização".

O estado de neutralidade é um estado honroso, se voluntariamente escolhido por uma nação. A Suíça preferiu ser neutra e como neutra ela alcançou um lugar honroso na família das nações. Sob o tratado de estado austríaco, como até aqui projetado, a Áustria seria livre de escolher, por ela mesma, tornar-se um estado neutro como a Suíça. Certamente os Estados Unidos respeitariam totalmente sua escolha a este respeito, assim como respeita inteiramente a escolha igual da Suíça.

Entretanto, uma coisa é uma nação escolher a neutralidade e outra ter uma neutralidade imposta pela força sobre ela por outras nações, como uma servitude eterna. Um estado sujeito a uma neutralidade imposta não é de fato um estado soberano e independente. Tal exigência torna ridícula as palavras, que a proposta soviética mantém de que "A Áustria será restabelecida como um estado soberano, independente e democrático".

É difícil compreender porque a União Soviética neste momento, quando um tratado austríaco, parecia ter chegado ao ponto final, propusesse agora medidas que alterariam completamente o caráter total do tratado e que violaria a Declaração de Moscou sobre a Áustria, de novembro 1, 1943, pelo

qual as três potências, com a subsequente adesão da França, incumbiram-se de ver "restabelecida uma Áustria livre e independente". Se as condições soviéticas fossem aceitas, não haveria uma Áustria livre, mas uma Áustria escravizada, não uma Áustria independente mas uma Áustria dependente.

Se esta reunião das quatro potências aceitasse a proposta soviética, nós nos exporíamos perante o mundo como moral e politicamente falidos. Perderíamos todo direito à confiança dos outros em nossa boa vontade em cumprir nossos solenes compromissos.

Não sabemos, podemos apenas suspeitar, a razão que induziu os soviéticos a fazerem a presente proposta.

Foi dado como razão a inexistência de um tratado com a Alemanha, no qual a Alemanha se comprometeria a respeitar a independência da Áustria. Foi dito que, até esta garantia ser dada, a Áustria deverá continuar ocupada.

O Ministro do Exterior soviético quer nos fazer crer que durante o período em que a Alemanha está ocupada e inteiramente desarmada — ao menos na zona ocidental — o perigo da Alemanha para a Áustria é tão grande que a Áustria deverá ser ocupada para protegê-la contra o perigo alemão, mas que, tão logo a Alemanha seja restaurada como estado unido e independente, com exército nacional próprio, então será seguro terminar a ocupação da Áustria. Tal raciocínio não convence a ninguém.

Uma explicação plausível é o fato do artigo 22 do tratado de paz com a Hungria e o artigo 21 do tratado de paz com a Rumânia, dispor que a União Soviética pode manter exércitos nos territórios desses países, por tanto tempo quanto seja necessário para a manutenção das linhas de comunicação do Exército Soviético com a zona de ocupação soviética na Áustria.

Compreendo que a União Soviética toma retirar-se da Áustria, o que implicaria também na retirada dos exércitos vermelhos da Hungria e da Rumânia.

É, no entanto, realmente decente que a pequena Áustria tenha que continuar um estado ocupado para que a União Soviética tenha um pretexto para continuar a ocupar também a Hungria e a Rumânia? Uma atitude tão cínica certamente chocará a consciência do mundo.

Ouvimos do Ministro do Exterior soviético muitas palavras condenando o "militarismo" mas tudo que propõe, quer seja em relação à Alemanha, ou em relação à Áustria, ou indiretamente em relação à Hungria e à Rumânia, mostra dependência do poderio militar. Nenhuma consideração humanitária prevalece contra a força.

O Ministro Soviético introduziu em sua proposta austríaca uma proposta para nós quatro considerarmos a questão de Trieste. Tal proposta é inaceitável pelos Estados Unidos. De forma nenhuma tem qualquer relação com a questão austríaca. Espero que sua introdução não significa que

é intenção do Ministro do Exterior soviético fazer a conclusão de um tratado de estado com a Áustria depender da solução prévia de todas as outras questões européias, de forma que a primeira vítima da agressão hitlerista fosse automaticamente a última a ser aliviada das consequências dessa agressão.

Apelo fervorosamente para o Ministro do Exterior soviético para retirar as duas propostas austríacas feitas ontem por ele, as quais, como disse, revolucionariam completamente não só o texto mas também o caráter do tratado austríaco. Se ele retirá-las terei então toda confiança em que as dificuldades restantes, que são muito pequenas, poderão ser ajustadas. Poderemos, então, de fato, concluir o tratado de estado austríaco, nesta reunião dos Ministros do Exterior, e coroar nossos esforços aqui com um honroso sucesso.

## DECLARAÇÃO DO SR. DULLES NA SESSÃO DE 17-II-54 DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

Farei alguns comentários a respeito das observações enunciadas pelo Ministro das Relações Exteriores Soviético.

Apoia o mesmo sua proposta de retirada das tropas da Alemanha Oriental e Ocidental na base de que tal medida satisfaria o povo alemão.

Tenho a certeza de que ele pode falar com autoridade na medida em que se refere à zona Oriental, mas duvido que possa falar com a mesma autoridade no que diz respeito à zona Ocidental.

Posso declarar que não houve qualquer intimação, por parte das autoridades da Alemanha Ocidental, ou por parte do seu povo, no sentido de que estimassem ver a retirada das tropas das potências ocidentais que se encontram na Alemanha.

Evidencia-se, pelo contrário, que provocaria uma preocupação muito considerável a retirada de tais tropas, dada a situação que existe no Leste.

Assim sendo, receio que, enquanto a proposta possa ensejar satisfação na zona Oriental, não agradaria à Ocidental.

Se a União Soviética está ansiosa para dar satisfação ao povo, mediante a retirada de tropas, eu sugiro que a Áustria seria um bom lugar para se iniciar tal medida, nela não havendo dúvida de que todo o povo deseja ardentemente que as tropas sejam retiradas. Aí temos a segurança de dispor de uma oportunidade para causar satisfação. A delegação soviética poderia dar mais consideração a essa matéria e talvez acusar sua aceitação do tratado do Estado da Áustria, quando dele tratarmos amanhã de tarde.

Há, todavia, uma razão mais fundamental que qualquer uma das já indicadas por mim, pela qual os Estados Unidos não se sentem dispostos a aceitar a proposta Soviética intitulada "sobre a garantia da segurança européia". É o documento que determina a retirada final das forças.

O que a União Soviética pede às potências ocidentais que façam, presumivelmente em nome da segurança européia, é o que fizemos em circunstâncias muito semelhantes na Coreia, logo depois de 1950. Nossa retirada em tal ocasião não suscitou a paz senão que produziu a guerra.

(\*) Conforme texto publicado no "New York Times", de 18-II-54.

Como a Alemanha, a Coreia estava dividida. Como a Alemanha, a Coreia estava dividida em tais condições que aproximadamente dois terços da mesma estavam ocupados por forças não ocidentais.

A analogia se torna ainda mais estrita pelo fato de que as forças indígenas na Coreia do Norte, como as existentes na Alemanha Oriental, estavam altamente organizadas e treinadas, enquanto as da Coreia do Sul e da Alemanha Ocidental eram apenas forças policiais.

O Sr. Molotoff pôs em questão as afirmações do Sr. Eden com relação aos efetivos militares da Alemanha Oriental. Os Estados Unidos têm informações muito fidedignas que revelam que a força militar da Alemanha Oriental dispõe de 142.200 homens em armas. Desse número, 100 mil estão nas forças de terra, com um contingente adicional de 25 mil homens servindo em formações de segurança. Há sete divisões organizadas, três das quais estão mecanizadas. As forças aéreas estão constituídas de sessenta caças à jacto, tripuladas e treinadas por 5.000 homens. Essas forças são comandadas por ex-oficiais da Wehrmacht nazista e dos SS (guarda de elite). A tais forças se acrescentam 100 mil homens da polícia da Alemanha Oriental.

Posso assegurar ao Ministro do Exterior Soviético que não há nada de comparável na Alemanha Ocidental.

Como existam amplos meios de acesso às informações, todos podem certificar-se dos fatos por si mesmos.

Há na Alemanha Ocidental uma força policial com o total de 150.000 homens, nenhum dos quais tem mais do que o armamento policial normal. Tal número deve ser considerado em função da população da zona ocidental, que é, por certo, muitas vezes maior que a da zona oriental.

A situação na Alemanha é assim comparável à situação da Coreia antes de 1947. Até àquela época os Estados Unidos tinham suas próprias forças armadas na Coreia do Sul, e havia paz. Os Estados Unidos retiraram suas forças da Coreia do Sul em 1949, e em 1950 houve a guerra.

Não é necessário, nesse ponto, entrar em argumentação para se saber onde reside a responsabilidade pela guerra. Ninguém pode disputar a cerca dos dois seguintes fatos: primeiro, que as tropas americanas foram retiradas e, que imediatamente em seguida a isso, houve a guerra.

Assim sendo, estou certo de que o Sr. Molotoff compreenderá, ainda que não esteja de acordo com o mesmo, nosso estado de espírito, quando dizemos que somos muito céticos a respeito de uma proposta apresentada em nome da paz que importa em seguirmos o mesmo curso de eventos que, sob circunstâncias notavelmente semelhantes, de fato conduziu à guerra.

É desprezar os ensinamentos da história, e na verdade o mais elementar raciocínio, procurar a paz mantendo a desunião de um povo que está vinculado entre si por sentimentos de patriotismo e de unidade étnica.

A forma de obter e de promover a paz na Europa não é simplesmente a de pensar em vários processos mediante os quais se pudesse mitigar os

perigos de uma Alemanha desunida. Devemos procurar instituir uma Alemanha unida.

Essa é a razão pela qual lamento que nesse tópico do Item 2 a União Soviética se tenha perdido no seu próprio esquema grandioso, acumulando palavras sobre palavras, deixando de lado o problema central que é o da unificação pacífica da Alemanha.

Não é por acidente que os três ministros ocidentais, a respeito desse Item 2, concentraram sua atenção sobre o problema da Alemanha e da criação de uma Alemanha unida mediante eleições livres. Assim procedemos por acreditar que esse é o caminho que conduz ao cerne do problema da segurança européia.

Estamos também convencidos de que a Alemanha unificada deveria ter a liberdade de se desenvolver segundo linhas pacíficas de sua própria escolha. Uma Alemanha coagida, a quem se diga o que não pode fazer, é uma Alemanha que quase certamente irá seguir o mesmo curso que foi trilhado pela Alemanha que sucedeu ao tratado de Versalhes. Foram então as restrições impostas à Alemanha o próprio fator que permitiu aos nacionalistas extremados subir ao poder.

Por tais motivos, o nosso segundo ponto é no sentido de se permitir à Alemanha que persiga suas inclinações na medida em que sejam pacíficas e compatíveis com a segurança do restante de nós. Desde que, de fato, a Alemanha deseje se associar aos países ocidentais da Europa, é essencial para a paz que ela tenha a liberdade de fazê-lo.

Desejasse ela se associar às potências da Europa Oriental e nós não pretenderíamos constrangê-la em sentido contrário. O ponto principal reside em que não tentemos aplicar qualquer coerção sobre os alemães, que possa fazê-los sentir que a Alemanha não é um Estado soberano independente. Nesse sentido, repito, se encontra o grande perigo.

É um fato, que todos aqueles dentre nós que realmente desejam a paz deveriam acolher ansiosamente, que, certamente, a maior parte dos alemães deseja adotar um caminho que acabe, pelos menos por cinquenta anos, e creio que de uma vez por todas, com um exército especificamente nacional, e igualmente com um Estado Maior alemão. O fato de tal ser desejado pelos alemães nos proporciona uma oportunidade única de ir ao encontro deles, e de consolidar esse seu atual desejo.

Tal desejo pode não permanecer sempre de acordo com o nosso. Se amanhã rejeitamos esse desejo do povo alemão, que segue na direção da paz, se tentamos substituí-lo por disposições que serão coercitivamente impostas à Alemanha, se perpetuamos a divisão da Alemanha, se impomos limitações e controles da natureza dos de Versalhes, então afirmo que estaríamos aceitando uma pesada responsabilidade perante a história.

## DECLARAÇÃO FINAL DO SR. DULLES NA SESSÃO DE 18-II-54 NO ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

Como fale pela última vez nesta Conferência, não posso senão assinalar uma grande margem de lástima. Deixamos de satisfazer as esperanças que tantos, em todo o mundo, haviam depositado em nós. Refiro-me, particularmente, aos povos da Alemanha Oriental e Ocidental e da Áustria.

Parece-me a mim, todavia, que nosso fracasso, não foi devido à falta de esforço, ou à impropriedade de nosso ideal. Nossos malôgros não são da espécie daqueles que poderiam ter sido evitados por meio de meras habilidades de diplomacia ou de negociação na Conferência. Deparamo-nos com uma diferença fundamental entre as vistas do Oriente e do Ocidente.

Não é este o lugar e tempo para discutir filosofias e credos. É importante, contudo, observar que todas as nossas diferenças básicas giraram em torno da questão de se é direito, ou mesmo seguro, dar ao homem e às nações uma genuína liberdade de escolha.

As Potências Ocidentais estavam querendo depositar sua confiança nos povos alemão e austríaco. A União Soviética não o desejava. Sua delegação assinalou que os alemães, uma vez obtendo liberdade, podiam novamente seguir uma liderança belicista semelhante à do Kaiser e de Hitler; e que os austríacos, se deixados a sós, poderiam não cumprir seu compromisso solene de manter sua independência e de evitar a absorção pela Alemanha.

Têm ciência as Potências Ocidentais de que ninguém pode saber com certeza o uso que farão de sua liberdade os homens e as nações. A história assinala abusos da liberdade. Sem dúvida assim acontecerá novamente. Não obstante, estamos convencidos de que nenhum sistema social jamais foi inventado que possa ser melhor do que aquele que confia na liberdade humana, guiada pela educação e pela religião.

A delegação soviética, em múltiplas formas, manifestou seu receio da liberdade e sua determinação, através de suas forças de ocupação e de seu controle dos processos eleitorais, de assegurar-se de que a liberdade não possa ser exercitada de um modo que lhe pudesse ser prejudicial.

Tal é a razão, parece, pela qual o Ministro do Exterior Soviético achou impossível concordar com a unificação da Alemanha através de eleições pan-germânicas genuinamente livres, conforme propusemos, e o motivo pelo qual insistiu em manter as tropas soviéticas indefinidamente na Áustria.

Nossas discussões sobre a segurança européia revelaram que à União Soviética julga que sua segurança depende da manutenção de uma tal preponderância de poder que qualquer outro país da Europa fique, de fato, sujeito a sua coerção. A União Soviética se opõe a qualquer integração dos países da Europa Ocidental entre si, ou a qualquer associação dos mesmos com os Estados Unidos, que criassem um poder defensivo suficiente, de sorte a que os povos da Europa Ocidental se sentissem, de fato, senhores dentro de suas próprias casas e pudessem desenvolver suas distintas maneiras de vida.

A Carta do Atlântico, que todos nós subscrevemos, propunha a "liberação do medo". Hoje, infelizmente, a nota dominante, em grande parte do mundo, é o "medo da liberdade". É o conflito entre esses dois conceitos que tornou impossível concluir-se aqui, em larga margem, qualquer acordo.

Confiamos em que não seja permanente o impasse a que chegamos aqui. Não acreditamos que os povos da Alemanha e da Áustria, ou, a esse respeito, os de outras nações vizinhas, devam enterrar suas esperanças. Os dirigentes soviéticos certamente virão a reconhecer que a liberdade não é tanto de se temer. Desenvolve ela nos homens um respeito básico pelos direitos dos outros, um senso de dignidade humana, uma aspiração pela camaradaria e pelo bem-estar comunitário, que são as mais sólidas condições da paz.

Estou certo de que, à medida que essas realidades básicas se tornem melhor compreendidas pela União Soviética, tornar-se-á possível realizar a Áustria independente e livre que prometemos em 1943 e a Alemanha unificada que, dissemos, em 1945, era o propósito de nossa ocupação.

A despeito de nosso conflito de princípios básicos, aqui realizamos algum progresso.

Chegamos os quatro a um ajuste, que esperamos seja aceitável pelos outros interessados, que permitirá a realização de uma conferência política sobre a Coreia. Surge a possibilidade de efe-

(\*) Conforme texto publicado no "Wireless Bulletin" do USIS, Embaixada Americana — Rio de Janeiro, n. 34 de 18-II-54.

tivar a unidade da Coréia, dentro da liberdade, como foi prometido.

Estabeleceu-se também, a oportunidade, se assim o desejar a China Comunista, de restaurar a paz na Indochina e desta forma permitir que os três Estados associados da Indochina tenham liberdade e gozem-na com segurança.

Concordamos em prosseguir no esforço das quatro potências visando à redução do armamento, conforme recomendação das Nações Unidas.

Prosseguiremos na adoção de meios destinados a aliviar os ônus que pesam sobre os povos da Alemanha e da Áustria.

Em acréscimo ao que aqui fizemos, aprendemos muito. Tem isso um valor que não é para ser ignorado. Torna menos verossímil que qualquer um de nós venha, por inadvertência ou erro, a fazer algo que possa criar o risco de uma outra guerra.

Não significa tal que as nações Ocidentais venham a suspender a prática do que fortaleça a liberdade e torne sensível suas gloriosas potencialidades. Se esta Conferência devesse resultar numa paralisação da liberdade, seria em tal caso trágico o malôgro.

Os três ministros Ocidentais, cada qual agindo livremente por conta de suas nações independentes e soberanas, entraram em acôrdo sobre todos os aspectos do nosso trabalho. Assim demos um exemplo de uma sociedade contratual. Se em tal espírito agirem nossos países, com os que tenham igual mentalidade, no sentido de edificar a força da liberdade, então conquistaremos respeito, onde quer que seja, dêle participando todos os que aguardam nossa liderança, pois estaremos assegurando sua liberdade e a ela servindo, juntamente com a nossa própria.

Permiti-me, em conclusão, pronunciar uma palavra pessoal. Agradeço a cada um dos meus três colegas, pela claridade e candura de sua participação nesta conferência, e pela uniforme cortezia e consideração que cada um deles manteve para comigo.

## COMUNICADO FINAL DAS QUATRO POTÊNCIAS EM 18-II-54 SOBRE A CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

*Realizou-se em Berlim, de 25 de Janeiro a 18 de Fevereiro de 1954, uma reunião dos Ministros do Exterior dos Estados Unidos, da França, do Reino Unido e da União Soviética, Srs. John Foster Dulles, Georges Bidault, Anthony Eden e Vyacheslav Molotoff. Chegaram os mesmos ao seguinte acôrdo:*

(A) Os Ministros do Exterior dos Estados Unidos, França, Reino Unido e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, reunidos em Berlim,

*Considerando que o estabelecimento, por meios pacíficos, de uma Coréia unida e independente seria um importante fator para reduzir a tensão internacional e restaurar a paz em outras partes da Ásia,*

*Propõem se reúna em Genebra, em 26 de Abril, uma conferência de representantes dos Estados Unidos, França, Reino Unido, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Popular da China, República da Coréia, República Democrática Popular da Coréia e dos outros países cujas forças armadas participaram das hostilidades na Coréia e que desejem comparêcer, a fim de chegar a uma solução pacífica da questão coreana;*

*Concordam que o problema de restaurar a paz na Indochina seja também discutido na conferência, à qual serão convidados os representantes dos Estados Unidos, França, Reino Unido, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Popular da China e outros Estados interessados.*

*Fica entendido que nem o convite para, nem a participação em a mencionada conferência, serão tidos como importando em reconhecimento diplomático nos casos em que tal reconhecimento não tenha sido previamente concedido.*

(B) Os Governos dos Estados Unidos da América, da França, do Reino Unido e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,

(\*) Conforme texto publicado no "Wireless Bulletin", n. 34, de 18-II-54, do USIS, Embaixada Americana, Rio de Janeiro.

*Convencidos de que a solução de controvérsias internacionais, necessária para o estabelecimento de uma paz duradoura, seria consideravelmente facilitada por um acôrdo sôbre o desarmamento, ou pelo menos por uma substancial redução do mesmo, manterão, subsequentemente, uma troca de vistas para promover com êxito uma solução dêsse problema, conforme o disposto na cláusula sexta da Resolução de 28 de Novembro de 1953 das Nações Unidas;*

*Os quatro Ministros efetuaram uma plena troca de vistas a respeito da questão alemã, dos problemas da segurança européia e da questão austríaca, mas não puderam chegar a um acôrdo sôbre essas matérias.*

## COMUNICADO FINAL DOS ESTADOS UNIDOS, GRÃ BRETANHA E FRANÇA DE 19-II-54 SÔBRE A CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

A presente Conferência de Berlim dos Ministros das Relações Exteriores da U.R.S.S., França, Grã-Bretanha e Estados Unidos examinou os problemas da situação internacional que lhe foram colocados. A troca de opiniões que se realizou durante a Conferência permitiu uma compreensão mais justa das posições dos Estados representados.

As divergências existentes entre as posições de nossos governos foram esclarecidas no curso desta Conferência. Ao mesmo tempo, o caminho que conduz à atenuação dessas divergências tornar-se-á mais claro na medida em que as partes interessadas desejam verdadeiramente essa atenuação.

O Governo da U.R.S.S., fiel à sua política constante de paz, considerou e considera que a Conferência de Berlim será útil aos povos na medida em que contribua para a consolidação da paz e segurança dos povos.

Sabe-se que em certos grandes Estados existem forças que se opõem à melhoria das relações entre os países. Estas forças têm interesse em manter e talvez mesmo em agravar a tensão internacional. Elas se assustaram, por exemplo, com a cessação da guerra da Coréia, pois estão interessadas nas grandes encomendas militares e na corrida armamentista. Isso as ajuda a encher seus bolsos e a aumentar seus lucros e superlucros.

Entretanto, tais forças representam interesses de grupos restritos e particularmente privilegiados desses países, grupos que aspiram a um aumento ilimitado de suas riquezas em detrimento do próximo. Muito diversos são os interesses das massas populares e, pode-se dizer, os interesses das nações, grandes e pequenas. Os povos têm interesse no relaxamento da tensão internacional e na consolidação da paz. É exatamente por êstes interesses que o Governo da U.R.S.S. se guia em tôda a sua política exterior.

(\*) Conforme texto publicado no "The New York Times" de 20-II-54.

Nesta Conferência, os Governos dos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e União Soviética concordaram em tomar medidas que contribuam para uma solução feliz do problema do desarmamento, ou pelo menos, para uma redução considerável dos armamentos. Isto implica certas obrigações por parte dos Governos dos quatro Estados.

Chegou-se, em seguida, a um acôrdo sôbre a convocação, em Genebra, de uma Conferência dos representantes dos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, União Soviética e República Popular Chinesa, bem como dos países diretamente interessados nas diferentes questões que serão examinadas na referida Conferência. Tal Conferência deverá ajudar à solução definitiva do problema coreano. Tal solução corresponde ao interesse da consolidação da paz da reunificação nacional da Coréia. A Conferência examinará, também, o problema do restabelecimento da paz na Indochina. O desejo de paz e de liberdade nacional dos povos da Indochina merece o apoio indispensável de todos os povos amantes da liberdade.

Por ocasião da discussão do problema alemão, declaramos que a solução de tal problema está indissolúvelmente ligada à garantia da segurança da Europa. Isto significa que a Alemanha deve ser reunificada em bases democráticas e pacíficas e que não se deve permitir o renascimento do militarismo alemão.

Tornou-se suficientemente claro, agora, em que consistem as divergências entre as posições dos quatro Estados no que toca à questão alemã. A presente Conferência de Berlim revelou com particular clareza que a solução do problema alemão é antes de mais nada um assunto dos próprios alemães. Os Governos da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e da U.R.S.S. têm a responsabilidade pela solução da questão alemã, mas eles não podem esquecer que as tropas estrangeiras de ocupação em território da Alemanha têm apenas funções limitadas e que os alemães não devem ser aliados da solução das questões da reunificação da Alemanha e do restabelecimento da unidade do Estado alemão em bases democráticas e pacíficas.

Durante esta Conferência, não chegamos, infelizmente, a um acôrdo sôbre uma questão tão simples como a de ouvir aqui os alemães, a fim de saber que o próprio povo alemão pensa sôbre as urgentes tarefas relativas à reunificação da Alemanha e sôbre a contribuição do povo alemão para a garantia da paz e da segurança da Europa. Os representantes soviéticos estão convencidos de que, se tivéssemos ouvido os alemães, os representantes da Alemanha Oriental e Ocidental, teríamos facilitado grandemente a solução das questões urgentes que interessam à totalidade do povo alemão.

A atenção de todos os alemães está concentrada na questão do restabelecimento da unidade do Estado alemão. Para isso, devemos contribuir para a mais rápida organização de eleições livres em toda a Alemanha. Se desejamos, realmente, ter eleições livres em toda a Alemanha, é necessário que elas sejam organizadas pelos próprios alemães e não pelas autoridades estrangeiras de ocupação.

A fim de assegurar a liberdade efetiva das eleições em toda a Alemanha, o Governo Soviético propôs retirar de todo o território da Alemanha as tropas estrangeiras de ocupação, com exceção de contingentes estritamente limitados. Seria possível, assim evitarem-se a ingerência e a pressão das potências estrangeiras num assunto do povo alemão tão puramente interno como as eleições livres dos deputados ao Parlamento nacional de toda a Alemanha.

A conclusão de um Tratado de Paz com a Alemanha é uma questão urgente. Defender a necessidade da conclusão mais rápida do Tratado de Paz com a Alemanha, é defender o mais rápido restabelecimento da unidade da Alemanha. No momento não conseguimos um entendimento para que pudessemos começar a preparação de Tratado de Paz com a Alemanha. Todavia, esta questão deve ser resolvida. O Governo soviético espera que as quatro potências prossigam em seus esforços para uma solução do problema alemão capaz de satisfazer os interesses da consolidação da paz na Europa.

Os Governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e U.R.S.S. souberam entender-se durante os anos de guerra. Em condições de paz, principalmente a fim de conjurar o perigo de uma nova guerra, eles devem portanto, encontrar, com maior razão ainda, uma forma de coordenar suas ações.

O Governo soviético jamais escondeu sua condenação à criação de agrupamentos militares dêsses ou daqueles países dirigidos contra outros Estados. Tais fatos nas relações internacionais conduzem ao agravamento do perigo de guerra e são contrários aos interesses do estabelecimento de uma paz duradoura entre os povos.

O Governo soviético não pode deixar de ressaltar o perigo particular que representa um agrupamento militar como a "comunidade européia de defesa", cuja criação significa o renascimento do militarismo alemão. Tais planos não estão de acôrdo com os interesses da paz e da segurança da Europa.

O Governo soviético apresentou, também, uma proposta com o Projeto do Tratado Geral Europeu sôbre a Segurança Coletiva na Europa. A Alemanha, isto é, atualmente a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental, e após o restabelecimento da unidade,

a Alemanha unificada, poderia também participar neste Tratado com igualdade de direitos. Os Estados não europeus poderiam também contribuir para a realização do sistema de segurança coletiva na Europa. Seria um erro esquecer que a primeira guerra mundial, bem como a segunda, foram desencadeadas na Europa. É precisamente por esta razão que a proposta da União Soviética relativa à conclusão do Tratado Geral Europeu sobre a Segurança Coletiva na Europa se reveste de importância particular.

A questão do Tratado com a Áustria poderia ter sido resolvida nesta Conferência de Berlim. Os planos acima citados, que agravam o perigo do renascimento do militarismo alemão, impediram no momento um acôrdo. Não obstante, o Governo soviético manifesta a certeza de que existe a possibilidade de resolver essa questão num futuro muito próximo. É indispensável que o Governo da Áustria tome nota disso e que o povo austríaco compreenda bem essa possibilidade.

A convocação da Conferência de Berlim e o reinício dos contatos diretos entre os Ministros das Relações Exteriores da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e U.R.S.S. têm uma importância particular nas condições atuais. Isso permitiu o exame de certos problemas internacionais urgentes, problemas cuja solução é indispensável para que se obtenha um novo relaxamento da tensão internacional.

As tarefas que não foram realizadas no curso desta Conferência não saíram da ordem-do-dia. Devemos prosseguir em nossos esforços e procurar com determinação ainda maior sua solução.

A Conferência de Berlim contribuirá, esperamos, para o desenvolvimento da cooperação entre as potências nos assuntos internacionais em favor da consolidação da paz.

## DECLARAÇÃO FINAL DO SR. MOLOTOFF NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO EM 18-II-54 (\*)

*O principal problema com que se defrontou a Conferência de Berlim foi o da Alemanha. As três Delegações ocidentais instaram por que a unificação da Alemanha fôsse realizada através de eleições livres, conducentes à criação de um Governo de toda a Alemanha, com o qual pudesse ser concluído um tratado de paz. Elas apresentaram um plano prático para êsse fim. Suas propostas não foram aceitas pela Delegação soviética, mesmo como base de discussão. E foram forçadas à conclusão de que o Governo soviético não está disposto agora a permitir eleições livres em toda a Alemanha ou a abandonar seu contrôle sobre a Alemanha do Leste.*

*Os três Governos ocidentais continuarão seus esforços para realizar a unificação alemã em liberdade e por meios pacíficos. Enquanto isso, sugeriram certas medidas que poderiam reduzir o efeito da atual divisão da Alemanha e suas consequências sobre Berlim.*

*Eles propuseram que os três Altos Comissários estudassem estas questões com o Alto Comissário soviético. Com respeito à Berlim, os três Governos reafirmam seu constante interesse na segurança da cidade, como expresso na declaração tripartite de 27 de maio de 1952. Farão êles tudo em seu poder para melhorar as condições em Berlim e promover o bem-estar econômico da cidade.*

*Os três ministros ocidentais se empenharam ao máximo em obter um acôrdo sobre o tratado de estado austríaco. Aceitaram a versão soviética de todos os restantes artigos controvertidos. O Ministro do Exterior da Áustria, que esteve presente a todas as discussões sobre esta questão, declarou-se pronto a assinar o tratado nesta forma.*

(\*) Conforme texto publicado no "Democracia Popular" de 23-II-54.

O Ministro do Exterior soviético, entretanto, insistiu em adicionar novos dispositivos ao tratado. O efeito destes teria sido deixar as tropas estrangeiras na Austria por um período indefinido após a entrada em vigor do tratado, e tolher o direito da Austria de desempenhar integralmente seu papel na vida internacional.

O tratado não podia, por conseguinte, ser concluído em Berlim, a despeito de um oferecimento austríaco, aceito pelos Ministros ocidentais, para que as tropas das quatro potências permanecessem na Austria até 30 de junho de 1955. Os três Governos estão dispostos a prosseguir em seus esforços para concluir o tratado de estado austríaco mas o progresso nêsse sentido depende da União Soviética modificar sua atitude. Enquanto isso, continuarão a procurar todos os meios de aliviar o pêso da ocupação sôbre a Austria.

Os três Governos permanecem dispostos a aproveitar qualquer oportunidade adicional que possa surgir para promover, pela renovação dos contatos estabelecidos em Berlim ou por outros meios, a solução dos problemas alemão e austríaco.

Os três Ministros explicaram e reafirmaram o caráter puramente defensivo dos arranjos de segurança do Ocidente.

Foram feitos oferecimentos para discutir como os empreendimentos que já protegem a União Soviética da agressão poderiam ser reforçados. A Delegação soviética não respondeu a êstes oferecimentos. Suas próprias propostas teriam implicado na dissolução do sistema de segurança do Ocidente, enquanto o poderio militar do bloco soviético na Europa permanecia intato. As três potências não têm intenção de ser desviadas de seus esforços por desenvolver o sistema de defesa de que depende sua sobrevivência.

## RELATÓRIO DO SR. MOLOTOFF SOBRE OS RESULTADOS DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (\*)

Segundo noticiário telegráfico procedente de Moscou e datado de 5-III-54, o Sr. Molotoff advertiu, nessa data, em seu primeiro relatório sôbre a Conferência de Berlim, que o rearmamento da Alemanha Ocidental acabará por afundar o mundo em outra guerra.

Nêsse relatório, apresentado no primeiro aniversário da morte de Stalin, Molotoff referiu-se, em tom de mofa, à pretensão dos "círculos governantes" dos Estados Unidos de serem os dirigentes do mundo.

A propósito, disse:

"Manifestaram, com grande atrevimento, que assumiram o encargo de um papel de direção do mundo, e que os Estados Unidos são os dirigentes do mundo, embora, naturalmente, tais pretensões sejam infundadas."

Afirmou Molotoff que o secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, em seus discursos a respeito da conferência de Berlim, se apresentou como um "zeloso campeão da liberdade do povo" e como campeão das eleições livres.

"Sabemos, entretanto — acrescentou o Ministro soviético — que nem tôdas as palavras a respeito da liberdade constituem uma defesa da verdadeira liberdade do povo. Defendemos essa liberdade, uma liberdade genuína, quando os militaristas estão privados da possibilidade de afundar o povo em nova e sangrenta guerra."

Não, obstante, Molotoff elogiou Dulles pela sua aquiescência a reunir-se com a China Comunista para tratar dos problemas da Indochina e Coréia, dois Países, — afirmou — em que os Estados Unidos se imiscuiram.

(\*) Conforme texto do noticiário telegráfico divulgado na imprensa do Rio de Janeiro em 6-III-54.

Assinalando que Dulles foi censurado por Senadores norte-americanos sob a alegação "China", Molotoff asseverou que esses senadores querem devolver a China Comunista a uma situação "semi-colonial"; mas acrescentou que "esses tempos já desapareceram para sempre".

Depois de referir-se aos grandes progressos da China, que, segundo afirmou, emergiu como uma grande potência mundial, apesar de inimiga do Ocidente, Molotoff declarou que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França pisaram todos os tratados com a União Soviética, sua aliada na última guerra, tentando restaurar o militarismo alemão.

A isso atribuiu o fracasso da conferência de Berlim em sua tentativa de reunificar a Alemanha.

Não obstante, segundo Molotoff, essa conferência demonstrou que é possível tomar medidas para aliviar as tensões internacionais, e qualificou de acontecimento de "significação internacional" a disposição do Ocidente de reunir-se com a China em Genebra.

## DISCURSO DO SR. DULLES SOBRE OS RESULTADOS DA CONFERÊNCIA DE BERLIM EM 24-II-54 (\*)

Regressei a Washington na última quinta feira de tarde, depois de quatro semanas de discussões diárias em Berlim com os Ministros do Exterior da França, Grã-Bretanha e União Soviética, Srs. Bidault, Eden e Molotoff. Encontrei-me também, ao voltar, com o Chanceler Adenauer, da Alemanha.

Verifico, no meu regresso, que há certa confusão sobre o que realmente aconteceu. Isso não é surpreendente. É difícil captar rapidamente os resultados de quatro semanas de debates sobre muitas matérias diferentes. Na verdade, os resultados completos não poderão ser vistos claramente por muitos meses. Posso, todavia, dizer que essa reunião teve dois resultados que influenciarão profundamente o futuro.

Em primeiro lugar, na medida em que as coisas se referem a Europa, levamos o Sr. Molotoff a exibir a mão da Rússia. Foi ela vista como u'a mão que mantém firmemente tudo o que tem, inclusive a Alemanha Oriental e a Áustria Oriental, e que ainda procurava apoderar-se de algo mais.

Em segundo lugar, no que diz respeito à Coréia e à Indochina, conduzimos o Sr. Molotoff a aceitar a resolução que definiu a posição dos Estados Unidos, no sentido de que a China Vermelha, nessas duas instâncias, podia ser parte de entendimentos, mas não como um governo que nós reconhecêssemos.

Podereis perguntar se valeu a pena ir a Berlim e empreender o grande esforço em que a Conferência implicou meramente para obter esses resultados.

Minha resposta é "sim", e não tenho dúvidas a esse respeito. Berlim esclareceu o caminho para outras coisas que irão acontecer. A unificação e a fortalecimento da Europa Ocidental podem agora prosseguir. Na Ásia poderá haver a unificação da Coréia e a terminação da agressão na Indochina — se tal fôr desejado pela China Vermelha.

(\*) Conforme texto publicado no "Wireless Bulletin", n. 37, de 24-II-54, USIS, Embaixada Americana, Rio de Janeiro.

Não predigo que tais coisas acontecerão. O que pretendo dizer é que não poderiam acontecer se não fôsse Berlim.

— II —

Cinco anos haviam decorridos desde que os Ministros Ocidentais se tinham reunido com o Ministro do Exterior Soviético. Durante êsses cinco anos aconteceram muitas coisas.

Deflagrou-se e terminou-se uma guerra na Coréia.

Atingiu uma enorme proporção a guerra na Indochina.

Faleceu Stalin e seus sucessores falam mais moderadamente.

Seis países da Europa criaram sua Comunidade do Carvão e do Aço e projetaram caminhar para uma Comunidade Européia de Defesa.

A China Comunista surgiu como uma agressiva organização militar, aliando seu vasto potencial humano ao da União Soviética.

Na própria União Soviética se desenvolveram os esforços industriais e agrícolas.

Na Alemanha Oriental o levante espontâneo de 17 de Junho de 1953 revelou, num esclarecedor instantâneo, quanto anseiam os cativos pela liberdade.

A que conduzem todas essas coisas, em termos de política mundial?

Ninguém o sabia. A incerteza conduzia à hesitação, às expectativas fantasiosas e a certa paralisia da ação.

Só havia uma forma de se chegar a alguma conclusão — era conferenciar com os russos e tratar com êles, na base de algumas provas práticas.

— III —

Fomos à Berlim na esperança de que a política soviética permitisse agora a unificação da Alemanha dentro da liberdade, ou pelo menos a liberação da Áustria. Essas duas questões iriam, em relação à Europa, dar uma prova das intenções soviéticas. Esperávamos chegar a êsses dois resultados e estávamos dispostos a não permitir que obstáculos menores nos detivessem.

Os obstáculos com os quais nos deparamos, todavia, não eram menores, mas fundamentais.

A princípio, a posição soviética não se revelou abertamente. Disfarçava-se por traz de palavras e frases ambíguas. Mas conforme se desenrolava a Conferência e o Sr. Molotoff era compelido a responder a nossas palavras de prova, o propósito soviético se tornou visível.

A ordem pela qual nos sentamos e falamos, na Conferência, era de sorte a que sempre me cabia falar logo depois do Sr. Molotoff. Em seguida a mim vinham então o Sr. Bidault, da França e o Sr. Eden, da Inglaterra. Êles executaram com conspícua habilidade sua parte da tarefa. Entre nós três, pusemos a claro o que se ocultava por traz das habilidosas palavras de Sr. Molotoff. Pela primeira vez, em cinco anos, o povo da Europa Ocidental, América, e na verdade todos os que pudessem e desejassem observar, ficaram cientes da atual política soviética através das próprias palavras do Sr. Molotoff, em lugar de imaginá-la por adivinhação ou teoria.

Ela importou no seguinte:

Manter-se na Alemanha Oriental;

Só permitir sua unificação com a Alemanha Ocidental sob condições tais que os comunistas controlassem a máquina eleitoral em tôda a Alemanha;

Conservar as tropas soviéticas indefinidamente na Áustria;

Oferecer à Europa Ocidental, como preço da "boa vontade" soviética, uma Europa controlada pelos soviéticos que excluiria os Estados Unidos, salvo do papel nominal de um "observador", juntamente com a China Comunista.

Êsse último projeto soviético, sobre o que o Sr. Molotoff denominou de "segurança européia" foi tão absurdo que quando êle o leu o riso se alastrou pelos setores ocidentais da mesa, para o desconcerto da delegação comunista.

O riso é uma negação do medo e a destruição do mistério — duas armas com as quais a União Soviética contou por um tempo demasiadamente longo. Ambas essas armas foram postas fora de uso com um instante de riso ocidental.

Mas o Sr. Molotoff fez mais do que nos proporcionar uma ocasião de ridículo. No mesmo sôpro, êle disse à Alemanha que o preço da unificação era a total sovietação. Disse à Áustria que esta permaneceria ocupada enquanto a Alemanha não pagasse o preço soviético. E disse à França que a fronteira ocidental com o comunismo seria o Reino e não o Elba. Disse a tôda a Europa Ocidental, inclusive o Reino Unido, que o preço para a momentânea tranquilidade era o regresso dos americanos.

Suas declarações finais foram duras. Quando pediu o abandono da Comunidade Européia de Defesa, a desmontagem da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a supressão das bases americanas, não empregou palavras macias. Havia passado o "novo aspecto" pós-stalineano. Assim, êle tornou claro o que alguns punham em dúvida.

## — IV —

A posição soviética não admite nenhuma negociação real. Não há meio termo entre livres eleições alemãs e o tipo de eleições que foram realizadas na zona oriental da Alemanha, onde o povo foi obrigado a levar às urnas as cédulas do partido comunista com uma única lista de nomes.

Não há meio termo entre uma Áustria livre e independente e uma Áustria infiltrada por soldados comunistas.

Não há meio termo entre um sistema atlântico de defesa e o "americanos, voltem para casa".

Não há meio termo entre a liberdade e a escravidão.

Somos todos devedores do Sr. Molotoff pelo fato de haver feito a mais clara, mais aguda e mais simples exposição dessas verdades básicas.

Na minha declaração de encerramento, na última quarta feira, perante a Conferência, lembrei que havíamos combatido na II Guerra Mundial em prol de objetivos expressos na Carta do Atlântico, que a União Soviética havia subscrito. Um desses objetivos era a "liberação do medo". Mas, uma vez conquistada a vitória, o motivo dominante soviético tem sido o "medo da liberdade".

Não há dúvida em meu espírito de que os dirigentes soviéticos genuinamente temem a liberdade. Eles não se sentem seguros salvo se a liberdade é extinta ou fica indefesa. Essa atitude soviética tornou impossível chegarmos a um acôrdo em Berlim com relação às questões européias.

## — V —

Tive a ocasião de me referir aos esforços efetuados pelos Ministros Ocidentais para levar o Sr. Molotoff a expor, em sua realidade, a política soviética. Tal esforço tornava dramáticas cada uma das reuniões dos quatro. Havia outro aspecto também dramático. Eram os esforços do Sr. Molotoff para dividir as três Potências Ocidentais.

Queixava-se o Sr. Molotoff, ocasionalmente, de que ele estava em posição desvantajosa, sendo um contra três. Mas de seu lado, isso era uma vantagem. É muito mais fácil dividir três do que um só. Houvesse o Sr. Molotoff conseguido essa divisão e teria ganho a Conferência. A êsse respeito, êle fracassou totalmente. A Conferência terminou com um grau de unidade entre as três Potências Ocidentais maior do que o inicial. Tal unidade não resultou apenas do fato de ter havido prévio planejamento. Houve um hábil planejamento, e nossa equipe americana merece que dela se orgulhe o país. Mas nenhum planejamento poderia ante-

cipar todos os movimentos que seriam executados por um diplomata tão agudo como o Sr. Molotoff e que exigiam resposta instantânea. A unidade que surgiu foi a natural e espontânea unidade que proveio do fato de que os três ministros do Exterior representavam governos e nações dedicadas aos princípios da liberdade humana e da integridade nacional que o Sr. Molotoff atacava.

## — VI —

É uma tragédia para o povo alemão que a Alemanha e Berlim tenham de continuar divididos; e para o povo da Áustria que êle permaneça ocupado e economicamente explorado. Pode ser dito, no entanto, para a eterna honra desses povos, que êles não desejaram que agíssemos diversamente.

A delegação bi-partidária austríaca ofereceu à União Soviética tôdas as concessões compatíveis com a honra nacional. Além dêsse ponto êles se recusaram firmemente de ir.

Estivemos constantemente em contato com o Governo e os dirigentes políticos da República Federal da Alemanha e sabíamos que êles não queriam de nós que comprássemos a unidade alemã ao preço de fazer da Alemanha um novo satélite soviético. Os alemães sujeitos à direção soviética não tinham governo para representá-los, mas nós os vimos na Berlim Oriental. Proporcionavam um vivo e chocante contraste com o povo da Berlim Ocidental. Aí vimos atitudes abertas e em todos os lugares surgiam sorrisos e gestos. No setor soviético de Berlim vimos apenas atitudes geladas e desamparadas, enquanto o povo permanecia silencioso sob os olhos vigilantes de uma onipresente polícia, pesadamente armada. Uns poucos acenaram para mim, por traz das costas de um polícia e muitos me escreveram, por canais subterrâneos. Tornaram claro que desejavam apaixonadamente a unificação com a Alemanha Ocidental, mas não procuravam essa união em termos que não importassem efetivamente na terminação de sua servitude, e fôssem meramente estender para seus irmãos do Ocidente essa mesma escravidão.

Os povos estrangeiros sujeitos à direção soviética podem saber que nada do que ocorreu em Berlim tornou menos viável a unificação da Alemanha ou a liberação da Áustria e, na verdade, a restauração da liberdade da Polônia, Checoslováquia e outros países satélites. Nas minhas observações de encerramento para os outros três ministros do Exterior eu disse "não acreditamos que os povos da Alemanha ou Áustria ou, a êsse respeito, das outras nações vizinhas devam enterrar suas esperanças".

Estou confiante em que ao dizer tal exprimi o sentimento que reside em todo o povo americano.

Os Governos da França e da Inglaterra rejeitaram, sem hesitação, o oferecimento soviético de uma "paz" européia a um preço que importaria na desunião da Europa Ocidental em face da tremenda consolidação do poder Soviético.

Assim, tornou-se claro que, em relação à Europa, muitas coisas foram reveladas. Os soviéticos ofereceram suas alternativas ao planejamento europeu, e elas são tão repelentes que parece não haver outra escolha além de proceder conforme o planejado. Essa é certamente a convicção dos Estados Unidos.

— VII —

Tive duas conversas particulares com o Sr. Molotoff a respeito do prosseguimento do plano sobre energia atômica do presidente Eisenhower. Concordamos quanto ao novo passo processual que importará em comunicação entre Moscou e Washington através da embaixada soviética em Washington. Devo salientar, a esse respeito, que a Conferência de Berlim adotou uma resolução sobre troca de vistas a respeito da limitação de armamentos, nos termos previstos pela resolução de Novembro último das Nações Unidas. Foi, entretanto, esclarecido que tais entendimentos não substituiriam, ou interfeririam, com, o desenvolvimento independente do plano sobre energia atômica do presidente Eisenhower.

— VIII —

Tratamos também das questões da paz na Coreia e na Indochina.

Quisemos uma conferência política a respeito da Coreia porque julgamos ser do nosso dever, do povo Coreano e das Nações Unidas, tentar substituir uma Coreia dividida por um armistício por uma Coreia unida na paz. O Armistício Coreano recomendava tal conferência com os comunistas. Mas durante seis meses os comunistas bloquearam o acordo, tanto com relação ao momento como com referência ao local e à composição dessa conferência. Nada menos que em Setembro último, de acordo com o presidente Rhee da Coreia, os Estados Unidos propuseram que a conferência se realizasse em Genebra. Essa proposta fora rejeitada. Propusemos também de acordo com o presidente Rhee, que a conferência se compusesse da China Comunista, Rússia Soviética, Coreia do Norte, e, do lado das Nações Unidas, da República da Coreia e das dezesseis das Nações Unidas que combateram na Coreia. Tal proposta fora rejeitada. Os comunistas insistiam no sentido de que estivesse presente um grupo de "neutros"

asiáticos e de que a Rússia Soviética constasse entre esses "neutros" e assim não ficasse vinculada pelas decisões da conferência.

Fomos capazes de resolver todas essas questões em Berlim. Concordou-se quanto a ser realizada em Genebra a Conferência, como há muito tempo propusemos, e quanto à composição da Conferência ser precisamente aquela que os Estados Unidos, a República da Coreia e a Assembléia Geral das Nações Unidas haviam proposto. Não haverá lá "neutros" asiáticos.

— IX —

Algumas pessoas manifestam o receio de que a realização dessa conferência fosse implicar no reconhecimento, pelos EE.UU., da China Comunista. Tal receio carece de base. Os que, pelo mundo afora, sugerem que a projetada Conferência de Genebra implica no reconhecimento estão proporcionando aos comunistas um êxito que não poderiam ter conquistado em Berlim. A resolução adotada em Berlim dispõe, explicitamente — passarei a ler o texto — "fica entendido que nem o convite para, nem a participação em a supra mencionada conferência será tido como implicando reconhecimento diplomático nos casos em que tal reconhecimento não tenha sido previamente concedido".

Comuniquei ao Sr. Molotoff, terminantemente, que não concordaria em me reunir com os comunistas chineses a menos que fosse expressamente estabelecido, e por escrito, que tal não envolveria nenhum reconhecimento por parte dos Estados Unidos.

O Sr. Molotoff resistiu a essa disposição até ao fim. Procurou, por todos os artifícios e processos, diretamente ou por intermédio dos nossos aliados, levar-nos a nos encontrar com a China Comunista como uma das cinco grandes potências. Recusamos e nossos aliados britânicos e franceses permaneceram ao nosso lado. Quando fomos à sessão final, na tarde da última quarta-feira, não sabia qual viesse a ser a posição final do Sr. Molotoff. Até então, não aceitara minha posição. Estávamos para adiar a sessão até às sete horas. Às seis horas — justamente 60 minutos antes do adiamento final — o Sr. Molotoff anunciou que aceitaria nossa provisão de não-reconhecimento.

Uma concessão soviética dessa ordem não deve ser ignorada. Minha posição básica com relação à China foi tornada clara além de qualquer possibilidade de falso entendimento.

Em minha declaração de abertura (26 de Janeiro) disse: "estimaria estabelecer aqui, definitiva e inequivocamente, o que o Ministro do Exterior Soviético já sabe — os Estados Unidos não concordarão em participar de uma conferência de cinco potências com os agressores comunistas a fim de tratar genericamente da

paz mundial. Os Estados Unidos recusam tal não porque, como foi sugerido, neguem que o regime exista ou disponha de poder. Bem sabemos, nos Estados, que êle existe e tem poder porque seus exércitos agressivos se uniram ao agressor norte-coreano para matar e ferir 150.000 americanos. Não nos recusamos de tratar com êle (governo chinês) onde as ocasiões o requererem. Uma coisa, todavia, é reconhecer o mal como um fato. Outra é tomá-lo ao peito e chamá-lo de bem”.

Isso explica nosso não-reconhecimento do regime comunista e também nossa oposição a sua admissão nas Nações Unidas. Adotamos tal posição sem compromisso. É uma posição que se reflete na resolução final da Conferência de Berlim. Conforme tal resolução o regime comunista não irá a Genebra para ser honrado por nós, mas antes para prestar contas ante o tribunal da opinião mundial.

— X —

A resolução de Berlim também toca na Indochina. Declara que “o estabelecimento, por meios pacíficos, de uma Coréia unida e independente seria um importante fator na restauração da paz em outras partes da Ásia”, e conclui que “o problema de restaurar a paz na Indochina será também discutido na conferência”.

Esse trecho da resolução foi primária e propriamente da responsabilidade da França. Os Estados Unidos têm um interesse muito vital no desenvolvimento dessa área e estão auxiliando as forças da União Francesa e destroçar a agressão comunista ajudando-as com outorga de dinheiro e de equipamentos.

Mas a França e os povos dos Estados Associados da Indochina é que estão empreendendo a efetiva luta na guerra, ora em seu oitavo-ano. Têm os mesmos nossa confiança e nosso apoio. Podemos dar-lhes conselho e tal conselho é bem vindo e levado em conta. Mas assim como os Estados Unidos tiveram uma posição especial com relação ao armistício coreano, assim a França ocupa uma posição especial na Indochina.

— XI —

Reconheço, evidentemente, que a União Soviética não teria aceito, 100 por cento, nossos termos para a conferência política da Coréia, se não esperasse beneficiar o inimigo. Mas assim procedemos nós.

Podemos cogitar de alguns benefícios para os Soviets que estimariamos evitar. Mas eu não excludo completamente a idéia de que a União Soviética possa realmente desejar a paz na Ásia.

Podemos esperá-lo e veremos o que ocorreré. No intervalo, mantenhamo-nos em guarda.

Não há, todavia, nenhuma razão pela qual deveresemos nos recusar a perseguir pacificamente os resultados que queremos, unicamente por receio de sermos manipulados na mesa de conferência. Nenhum observador bem informado julga tenhamos sido manobrados na Conferência de Berlim.

Não devemos, por temor, abandonar os instrumentos da diplomacia e as possibilidades que êles fornecem. Não é tão pobre nossa causa, nem tão baixa nossa capacidade, que nossa nação deva buscar segurança metendo-se dentro de sua tenda.

— XII —

Berlim deu às nações livres um conhecimento atualizado e de primeira mão das intenções soviéticas de após Stalin. Esse conhecimento foi agora de molde a nos reassegurar. Mostra que as nações livres devem permanecer firmes em sua unidade e firmes em sua determinação de construir um poder militar e um bem-estar humano até o ponto em que a agressão seja detida e os ideais de liberdade se dinamizem no mundo.

Devemos continuar a manter firme a convicção de que os povos e as nações que hoje não são senhores de seus próprios destinos se tornarão senhores de si próprios. Se fizermos tudo isto, não beligerantemente, mas sábia e sóbriamente; se permanecermos sempre atentos para um sinal, da parte dos dirigentes soviéticos, de que êles se precatam de que a liberdade não é algo que se deva temer, mas algo que deve ser aceito, então, na verdade, como o mostrarão os próximos meses, ricos de acontecimentos, poderemos avançar as esperanças de paz do mundo, esperanças tão eloquentemente expressas pelo presidente Eisenhower, em abril último e ainda em dezembro transato.

— XIII —

Em tudo isso, nós, americanos, temos uma responsabilidade especial. Nos últimos anos, o terrível problema de enfrentar a expansão soviética conduziu muitos a um estado emocional e moral realmente perturbante. De uma certa forma, os cérebros têm sido envenenados a tal ponto que muitos estão tentados a barganhar princípios de justiça por um certo senso de momentâneo descanso.

Nosso apoio último não são os dólares, nem os projéteis dirigidos, nem armas de destruição maciça. A última arma são os princípios morais.

George Washington, em sua mensagem de despedida, convocou nosso país para observar a justiça em relação aos outros. "Será", disse ele, "digno de uma livre, ilustrada e, em não distante período, grande nação, dar à humanidade o ainda novo exemplo de um povo sempre guiado por uma exaltada justiça. A experiência, pelo menos, é recomendável".

Tal recomendação tem, de fato, nos guiado através da maior parte de nossa vida nacional e nós nos tornamos uma grande nação, como previra Washington. Não é este o momento para esquecer esse princípio diretivo. Não é um momento para fugir às oportunidades porque temamos vir a ser inadequados. Se isso em prol do que estamos é direito, por que iríamos temê-lo?

Há os que, na Europa, estimariam que esquecêssemos nossos amigos da Ásia, na esperança de obter vantagens para a Europa. Há os que, na Ásia, estimariam que esquecêssemos nossos amigos da Europa, na esperança de ganho para a Ásia. Não devemos ser críticos, em relação a eles, porque estão submetidos a sacrifícios de que somos poupados por causa de nossa afortunada posição material e geográfica. Na verdade, há alguns americanos que estimariam sacrificássemos nossos amigos, tanto na Ásia como na Europa, em proveito de imaginários benefícios para nós mesmos.

Não pretendo que a política exterior americana seja conduzida em benefício dos outros. A política exterior americana deve ser concebida para a promoção do bem-estar americano. Mas podemos saber que nosso próprio bem-estar não poderia ser promovido realmente por uma conduta cínica que desafiasse os princípios morais. Num mundo em que nenhum país pode viver sozinho, tratar injustamente nossos amigos é destruir-nos a nós mesmos. Devemos permanecer como uma sólida rocha de princípios nos quais os demais possam confiar... Tal será o caso se seguirmos o conselho de George Washington e continuarmos sendo um povo guiado pela "exaltada justiça".

## DECLARAÇÃO DO SR. DULLES NA SESSÃO DE 14-II-54 A RESPEITO DA PROPOSTA SOVIÉTICA SOBRE A ÁUSTRIA (\*)

Snr. Presidente, ouvi atentamente sua apresentação e as propostas que submeteu. Algumas das propostas implicam em mudanças técnicas no tratado e não posso avaliá-las integralmente, antes de ver os respectivos textos. Entretanto, penso ter apreendido o sentido geral do que acaba de dizer.

O tratado austríaco que estamos considerando concluir, é um tratado que impõe um ônus econômico muito pesado sobre a Áustria, ônus que cremos não ser justo que se aplique à Áustria. Mas o Ministro do Exterior da Áustria informou que seu governo está preparado para assumir estes pesados encargos a fim de obter sua independência.

É propósito da União Soviética, conforme entendi, que a Áustria seja compelida a fazer todos esses pagamentos, sem nada obter em matéria de independência. A verdadeira independência é ser capaz de, se assim quiser, expulsar tropas estrangeiras de seu solo; ou, se assim o desejar, acolher tropas estrangeiras em seu solo, como aliados. Ambos esses privilégios de soberana são negados à Áustria pelo tratado proposto pela União Soviética, de forma que ela tem pago e nada obtido pelo que pagou.

Os Estados Unidos não estão dispostos a tentar ou obrigar a Áustria a pagar um alto preço pela independência e em seguida negar-lhe esta independência.

Consideramos isto uma fraude e não estamos dispostos a compartilhar desta fraude.

O Ministro do Exterior soviético usa um argumento muito curioso. Ele procura justificar o fato de exigir da Áustria a aceitação por um período indeterminado da presença de tropas estrangeiras, não considerando a estas como tropas de ocupação.

Mas elas certamente estão ocupando a Áustria. Não estão suspensas no ar, em parte alguma; elas estão na Áustria. Elas ocupam a Áustria.

(\*) Conforme texto publicado no "Department of State Bulletin" de 1-III-54.

Não há paralelo entre elas e as chamadas bases dos Estados Unidos, a que constantemente se refere o Sr. Molotoff. Se ter forças estrangeiras num país é comparável a um sistema de bases e é tão ruim como o Sr. Molotoff sugere, então, por que êle insiste em perpetuar tal sistema e infligi-lo à Áustria?

Os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, querem a eliminação de tropas da Áustria. Isto, quero crer, estaria em acôrdo com o que o Ministro do Exterior soviético professa ser uma boa política internacional, mas, de repente, é ela quem está discutindo para impor um sistema de bases à Áustria.

É, entretanto, não um sistema de base como entendemos nos Estados Unidos, mas algo infinitamente diferente e infinitamente pior. Não há nenhum estado soberano, no mundo inteiro, onde os Estados Unidos tenham sequer um exército, exceto à convite e com a aquiescência do país soberano, que nos pede para ficarmos lá, como uma contribuição à sua própria defesa.

Há realmente uma diferença, embora o Ministro do Exterior soviético não pareça apreciá-la, entre estar num país em razão de um convite, feito com inteira liberdade, por parte dêste país, e ouira é impor-se a um país pela força, que é uma forma de subjugação. Nisto os Estados Unidos não tomarão parte e disso discordam em relação à Áustria, e a Áustria que está sujeita a essas condições propostas pelo Ministro do Exterior soviético, não se tornará uma Áustria livre e independente que todos nós prometemos, solenemente, inúmeras vezes.

Ela será um país subjugado indefinidamente o que constituirá uma zombaria a tôdas as nossas promessas.

O Ministro do Exterior soviético emprega constantemente a palavra "temporária" a fim de fazer suas propostas parecerem um pouco menos ásperas e brutais do que são.

Mas, "temporária" é uma palavra que, sob as condições em que está proferida, pode, mais acertadamente ser substituída por "indefinidamente". Lembro-me da natureza "temporária" do estacionamento de forças soviéticas na Hungria e na Rumânia. Elas tinham só de ficar lá até que um tratado austríaco terminasse a ocupação da Áustria. Agora que um tratado austríaco está à vista, as forças soviéticas precisam ficar na Áustria, até que haja um tratado alemão. E ninguém, no mundo, pode dizer que novas condições serão impostas, se é que um dia existirá um tratado alemão — a União Soviética permitiria antes, eleições livres para tôda a Alemanha, que é a base indispensável de um tratado alemão.

Foi feita uma referência à razão da demora na conclusão do tratado com a Áustria. Qualquer pessoa familiarizada com o registro do que realmente aconteceu, sabe que tem sido repetido

claramente à Delegação Soviética, nos anos passados, que os aliados ocidentais estavam dispostos a aceitar os dispositivos do tratado, com o qual formalmente concordamos e tôdas as vezes que a sugestão foi feita à União Soviética, esta procurou razões para não prosseguir com o tratado — Iugoslavia, Trieste e o fracasso da cobrança de sua conta relativa a ervilhas secas. Foram dadas desculpas após desculpas.

Agora compreendemos que esta mesquinha representação seja repetida aqui, na própria reunião dos 4 Ministros do Exterior, com os olhos do mundo focalizados no que estamos fazendo, novas desculpas virão à baila e serão dadas novas razões, não para concluir o tratado austríaco, no momento exato em que êle parecia ao nosso alcance.

Gostaria realmente de instar com o Ministro da União Soviética para que desista dessas propostas, às quais jamais se referira antes de chegarmos aqui, há alguns dias atrás, e permitir que esta grande e humanitária tarefa seja terminada, redimindo as promessas de dar à Áustria liberdade e independência.

Para concluir, relembro que, em sua proposta, os Estados Unidos declararam que estavam dispostos a aceitar alguns artigos na fórmula proposta pela União Soviética, com a condição que os 4 Ministros do Exterior confirmassem sua aceitação anterior dos artigos 4 e 33, entre outros.

O Ministro do Exterior Soviético propôs modificações básicas em ambos os artigos 4 e 33, que já haviam sido antes aceitos. Estou certo que êle recusará a confirmar essas aceitações conforme foram propostas pelos Estados Unidos. Se êste fôr o caso, isto implicaria na recusa da proposta dos Estados Unidos, porque os próprios Estados Unidos não estão dispostos a aceitar as modificações nos artigos 4 e 33 que foram propostas pelo Ministro do Exterior Soviético para impor "a neutralidade" e continuar a ocupação.

Existem outras modificações propostas por êle, que são técnicas e sôbre as quais não dou minha opinião, tratando aqui sômente das duas propostas principais e que dizem respeito à modificação nos artigos 4 e 33 aceitos anteriormente.

## BALANÇO DA CONFERÊNCIA DE BERLIM PELO SR. MOLOTOFF EM 5-III-54 (\*)

Realizou-se em Berlim, de 25 de janeiro a 18 de fevereiro, a Conferência dos Ministros das Relações Exteriores da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e União Soviética. A Conferência dedicou-se ao estudo de uma série de importantes questões internacionais.

A anterior Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das quatro potências foi realizada na primavera de 1949. Durante os últimos cinco anos não se efetuou nenhuma Conferência dessa natureza. A Conferência de Berlim chegou à conclusão unânime sobre a necessidade de nova Conferência com a participação dos Ministros das Relações Exteriores da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, U.R.S.S. e República Popular da China — o que tem precisa significação internacional.

### I

Nos últimos cinco anos, as tendências da evolução do pós-guerra delinearam-se com nitidez no campo dos países capitalistas. É hoje evidente para todos que os meios dirigentes dos Estados Unidos pretendem exercer o papel de líder nesse campo. Vão mesmo ainda mais longe suas pretensões. Embora tais pretensões não tenham base alguma, declaram sem cerimônia haver assumido "a responsabilidade do papel de dirigente no mundo"; que os Estados Unidos seriam "os dirigentes do mundo".

Tais aspirações concretizaram-se, na prática, na formação do Bloco do Atlântico Norte, criado em 1949 por iniciativa do governo dos Estados Unidos e com o apoio ativo dos círculos governamentais da Grã-Bretanha. O Pacto do Atlântico foi assinado pelos seguintes países: Estados Unidos da América, Canadá, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Islândia, Portugal, Itália, Grécia e Turquia. Alguns desses países assinaram o Pacto sob pressão direta do exterior. Efetivamente, o Pacto é um instrumento do bloco anglo-americano, e são precisamente os Estados Unidos que se esforçam por utilizá-lo com o fim de estabelecer sua hegemonia mundial. O Pacto do Atlântico Norte assemelha-se ao famoso "Pacto Anti-Komintern", concluído em 1937 entre a Alemanha hitlerista, o

Japão militarista e a Itália fascista, e dirigido sobretudo contra a U.R.S.S. Nenhuma razão há para se duvidar de que o Pacto do Atlântico Norte terá sorte igual à do "Pacto Anti-Komintern".

Ao mesmo tempo em que anunciavam abertamente suas pretensões ao domínio mundial, os círculos governamentais dos Estados Unidos e também da Grã-Bretanha frisavam, cada vez mais, sua intenção de levar a cabo uma política externa "de força". Nisso nada há de extraordinário. Da aspiração à hegemonia mundial a uma política "de força", ou a uma política de "paz pela força", há apenas um passo.

Já agora sabemos até onde levou a exacerbação de tal política, não só nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, como também nos outros países do Bloco do Atlântico Norte.

A corrida armamentista que se desenrola nos últimos tempos é a expressão direta de tal política. Atinge amplitude sem precedentes nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na França, na Bélgica, na Noruega e nos outros países do Bloco. Já permitiu aos monopólios capitalistas americanos e europeus obter lucros imensos. Mas fez pesar sobre os povos, sobre os trabalhadores, grande fardo de esmagadores impostos e de preços elevadíssimos para as mercadorias.

Particular importância foi atribuída às intimidações de toda espécie com as bombas atômicas. Isso porém não pôde durar muito. Já agora todo mundo vê que os cálculos baseados na vã esperança dos Estados Unidos em manter o monopólio nesse domínio se revelaram completamente falsos.

Os Estados Unidos, bem como a Grã-Bretanha, empreenderam, paralelamente à corrida armamentista, a construção de uma rede de bases militares na Europa e nos territórios vizinhos. O fato de essas bases militares serem ostensivamente construídas tendo por alvo a União Soviética e os países de democracia popular acentua a circunstância de que a criação das bases militares americanas nada tem que ver com os interesses da defesa.

O apêgo à política "de força" redundou na assinatura, há dois anos, do Acórdo de Paris, relativo à formação da pretensa "Comunidade Européia de Defesa", a qual prevê o restabelecimento das forças armadas da Alemanha Ocidental. Atualmente, traçam-se planos de restabelecimento do militarismo alemão contra o qual ainda recentemente se manifestavam não apenas a França e outros países da Europa, mas também os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Devido a isso, surgiram novas dificuldades, extremamente graves, para a solução do problema alemão.

A política "de força" se manifesta também através de inúmeros outros atos dos Estados Unidos, no domínio das relações internacionais.

Não é possível, por exemplo, ignorar todas as medidas discriminatórias tomadas no comércio internacional, nos últimos anos, pelos Estados Unidos, em conjunto com a Grã-Bretanha e outros países desse campo, com relação à U.R.S.S., à República Popular da China e aos países de democracia popular. Embora tal política já tenha causado considerável prejuízo aos próprios Estados Unidos e à Grã-Bretanha, persistem, entretanto, sob vários

(\*) Conforme texto publicado em "Problemas", Maio de 1954.

pretextos, diversas medidas de pressão tendentes a continuar impedindo o comércio normal entre as nações; a limitar e complicar as relações econômicas com os países do campo democrático. Contudo, essa política produziu resultado oposto: durante os últimos anos, as relações econômicas entre a U.R.S.S., a China e os países de democracia popular consolidaram-se grandemente e o desenvolvimento econômico desses países aumenta de ano para ano.

Já agora todos vêem que a política "de força" levada a cabo pelos círculos dirigentes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha não deu resultados positivos no plano político, nem tampouco no plano econômico. Também no terreno militar essa política sofre derrotas.

Em primeiro lugar, tal política não resistiu à prova na Coreia e não levou os Estados Unidos a uma vitória militar. Ao atolar-se na intervenção militar na Coreia, os Estados Unidos começaram a perder prestígio militar e autoridade moral. Tal política não podia deixar de levar à derrota em um lugar onde o povo travava obstinada luta em defesa de seus direitos nacionais, de sua independência e de sua liberdade.

A despeito de toda a ajuda que os Estados Unidos prestaram à França na Indochina, também aí a política "de força" a nada conduziu. A política colonial da França e, ao mesmo tempo, a política de sustentação do "colonialismo" praticada pelos Estados Unidos, sofrem derrota sobre derrota na Indochina. A prolongada guerra contra o povo indochinês, que luta por sua liberdade, não somente não elevou o prestígio da política "de força", como, pelo contrário, desmoralizou-a por completo.

Convém acrescentar, a tudo isso, que foi exatamente no decorrer dos últimos cinco anos que se formou e reforçou a República Popular da China, a qual libertou o povo chinês do domínio dos imperialistas estrangeiros. Esse fato muda radicalmente a situação em toda a Ásia, tendo grande importância para todo o futuro desenvolvimento internacional.

Exatamente com relação à China é que a política "de força" foi e continua a ser aplicada com particular obstinação e, em inúmeros casos, com um extremado absurdo. E é exatamente aí que a derrota de tal política surge de maneira particularmente evidente.

Durante os últimos anos, todo o campo dos países do socialismo e da democracia popular consolidou-se e reforçou-se, sob muitos aspectos. Durante esses anos, criou-se um segundo mercado mundial englobando tanto os países altamente industrializados como os países agro-industriais do campo democrático. As relações políticas entre esses países desenvolveram-se no sentido de colaboração cada vez mais estreita e de amizade cada vez mais forte.

Que significa a política "de força" levada a efeito pelos círculos governamentais dos Estados Unidos e dos países do bloco anglo-americano? Reduz-se, no final das contas, a uma política externa e interna orientada no sentido da preparação de nova guerra. Não pode significar mais do que isso. Tal política não pode contar com o firme apoio dos povos.

Ao contrário dessa política dos Estados Unidos, a política externa da União Soviética visa a consolidar a paz e a colaboração internacionais. A política do Governo Soviético repousa no princípio fundamental de que não existem questões em litígio nas relações internacionais que não possam ser resolvidas por meios pacíficos. É uma política de consolidação da paz. Corresponde aos interesses da colaboração amistosa entre os povos e serve à causa da união das forças pacíficas dos povos no mundo inteiro.

Ainda recentemente, a orientação em política externa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha imprimia seu cunho à maioria dos países do campo capitalista. A política "de força" impelia inevitavelmente à agravação da tensão internacional. Isso se sentia tanto na Europa como na Ásia. Isso se sentia e ainda se sente em todas as partes do mundo.

A iniciativa da República Popular da China e da República Popular da Coreia que provocou a cessação da guerra na Coreia no ano passado modificou seriamente a situação internacional.

A conclusão do armistício na Coreia contribuiu para reduzir a tensão internacional, o que permitiu à União Soviética levantar o problema do novo alívio dessa tensão. A própria convocação da Conferência de Berlim mostrou que, nas atuais condições, tais possibilidades existem.

A convocação da Conferência de Berlim foi precedida de longas trocas de notas diplomáticas entre o Governo Soviético e os governos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. Essas trocas de notas revestiram-se de importância; criaram melhores condições para a convocação da Conferência de Berlim.

A proposta dos governos dos três Estados ocidentais previa que a Conferência em perspectiva se limitaria à discussão de certos assuntos ligados ao problema alemão e da questão do tratado austríaco. Os três Estados ocidentais procuravam evitar o exame dos outros problemas e da questão geral do alívio internacional.

Por sua vez, o Governo Soviético era de opinião que, terminada a guerra na Coreia e concluído o armistício, estavam criadas condições favoráveis ao exame de medidas capazes de contribuir para o alívio geral nas relações internacionais, e também ao exame dos problemas da redução dos armamentos e da proibição de bases militares em territórios estrangeiros.

O Governo soviético propôs a convocação de uma Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das cinco grandes potências — França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, U.R.S.S. e República Popular da China — com o fim de tomar medidas capazes de atenuar a tensão internacional, bem como uma Conferência dos Ministros das Quatro Potências sobre o problema alemão, inclusive o problema do restabelecimento da unidade da Alemanha e a conclusão de um tratado de paz.

As trocas de notas diplomáticas, que duraram até o fim do ano passado, não lograram completo acordo devido às objeções apresentadas pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França contra a Conferência das cinco grandes potências com a participação da República Popular da China. O

Governo Soviético declarou então que submeteria esse problema à Conferência dos representantes da França, da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da União Soviética em Berlim, a respeito da qual já se chegara a acordo.

Propusemos na Conferência de Berlim a seguinte ordem-do-dia:

1. Medidas a serem tomadas para reduzir a tensão internacional, e convocação de uma Conferência dos Ministros das Relações Exteriores da França, da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da União Soviética e da República Popular da China.

2. Questão alemã e tarefas da garantia da segurança europeia.

3. Tratado de Estado austriaco.

Essa ordem-do-dia foi adotada pela Conferência, embora com certas reservas.

É preciso não olvidar a preparação a que foi submetida a opinião pública nos países ocidentais antes da Conferência de Berlim. A orientação fundamental da política externa anglo-americana, a que já me referi, manifestou-se também nessa preparação.

Nos últimos tempos, os círculos dirigentes dos Estados Unidos, assim como os da Grã-Bretanha, lançaram mão de todos os recursos para acentuar a pressão sobre a U.R.S.S. Não apenas sua imprensa mas também estadistas declararam inócuas as negociações com a União Soviética e afirmaram que a Conferência de Berlim estava destinada a um inevitável malogro. Recorrendo a um ou outro meio de pressão — inclusive ameaçando torpedear diretamente a Conferência — a imprensa reacionária não podia contudo esconder que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França tinham interesse na realização da Conferência de Berlim.

Os governos desses países não puderam deixar de tomar em consideração a forte pressão dos círculos democráticos, os quais exigiam que a Conferência dos representantes das quatro potências levasse em conta as aspirações dos povos ao alívio da tensão internacional. O crescimento do movimento de libertação nacional dos povos, principalmente na Ásia, agiu no mesmo sentido. A marcha dos acontecimentos comprovou que a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos estavam grandemente interessados na Conferência de Berlim.

Antes de falar sobre os acordos obtidos na Conferência de Berlim torna-se indispensável que me detenha nas divergências surgidas entre a posição da U.R.S.S. e a dos três Estados ocidentais.

## II

A conferência dedicou grande atenção ao problema alemão. Como se sabe, esse problema é o principal dos problemas não solucionados depois da guerra. Entretanto, os quatro Estados cujos representantes participaram da Conferência de Berlim têm uma responsabilidade especial na solução acertada desse problema. Isso significa que o problema alemão deve ser resolvido levando-se em conta os interesses da manutenção da paz e da se-

gurança na Europa, e também em conformidade com os interesses nacionais de uma Alemanha democrática.

A discussão revelou plenamente a essência das discrepâncias entre a União Soviética, de um lado, e os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, de outro lado. Contudo, isso não significa que a atitude diante do problema alemão, na França, coincida inteiramente com a atitude que mantém em relação a esse problema os círculos dominantes dos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

A União Soviética defendeu e defende o ponto-de-vista de que a garantia da paz e da segurança na Europa está relacionada, em primeiro lugar, com o impedir-se o resurgimento do militarismo alemão.

Daí se infere que não devem ser postergadas as medidas necessárias ao restabelecimento da unidade da Alemanha em bases democráticas e pacíficas. Essa posição está perfeitamente conforme aos acordos firmados entre os países da coalizão anti-hitlerista — Estados Unidos, Grã-Bretanha e U.R.S.S. — tanto no período da guerra como imediatamente após seu término, e aos quais a França em seguida aderiu.

Os governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, por seu lado, afastaram-se porém dessa posição — calcaram aos pés importantíssimos acordos internacionais que então haviam subscreto — e empreenderam o caminho do ressurgimento do militarismo alemão. Como atualmente não se pode agir assim com relação a toda a Alemanha, preparam tenazmente a remilitarização da parte ocidental da Alemanha. Nesse assunto apoiam-se também no governo de Adenauer, de Bonn.

Se os governos da França, Grã-Bretanha e Estados Unidos houvessem concordado ser inadmissível o renascimento do militarismo alemão — como fez a União Soviética — muita haveria sido facilitada a solução das demais questões em litígio. Ao mesmo tempo, isso significaria que os governos das quatro potências deveriam apoiar-se, quanto a esse assunto, não nos militaristas e revanchistas alemães, mas nas forças democráticas e pacíficas da Alemanha, que interpretam a verdadeira vontade do povo alemão.

A Conferência de Berlim confirmou que também no problema alemão se reflete a orientação da política externa do bloco anglo-norte-americano, a qual se expressa na realização da política "de força" ou de "paz pela força".

Assim o demonstram fatos como a assinatura, em maio de 1952, dos Acordos de Paris e de Bonn. Esses Acordos tornaram particularmente atual o perigo do ressurgimento do militarismo alemão.

Pelo Acordo de Paris cria-se, pelo prazo de cinquenta anos, a chamada "Comunidade Européia de Defesa", sob cuja bandeira se organiza o "exército europeu", integrado pelas forças armadas da França, da Itália, da Bélgica, da Holanda, de Luxemburgo e da Alemanha Ocidental. Disso se depreende que, do total aproximado de trinta Estados europeus, seis — entre os quais a Alemanha Ocidental — se propuseram formar um agrupamento militar estreito e fechado a que se dá ilegitimamente o nome de "europeu".

embora quatro- quintos dos Estados europeus nêle não figurem. Com êsse Acôrdo legaliza-se o restabelecimento de um exército na Alemanha Ocidental (a *Wehrmacht*) e sua integração no referido agrupamento militar. O projeto inicial é formal doze divisões na Alemanha Ocidental, mas já agora existem planos de contínuo aumento dessas tropas. Não é por acaso que já se fala em constituir vinte-e-cinco e mesmo sessenta divisões na Alemanha Ocidental. Nessa ordem de idéias, não se pode silenciar o fato de que, há poucos dias, o Parlamento da Alemanha Ocidental (*Bundestag*) aprovou, violando a Constituição em vigor, decisões que permitem instituir na Alemanha Ocidental o serviço militar obrigatório para todos os homens maiores de 18 anos. Dêsse modo, pretende-se deixar de mãos livres o govêrno Adenauer no concerenente à criação do exército.

Além do Acôrdo de Paris — assinado por seis Estados — foi na mesma ocasião celebrado o Acôrdo de Bonn, firmado pelos Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha e a França, bem como pela Alemanha Ocidental. Os Acôrdos de Bonn e de Paris completam-se.

Em virtude do Acôrdo de Bonn, as tropas dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França serão mantidas durante dezenas de anos no território da Alemanha Ocidental, transformando-a assim em Estado semi-ocupado. O govêrno Adenauer — atualmente o principal ponto-de-apoio dos revanchistas da Alemanha Ocidental que desejam abrir caminho para o restabelecimento do militarismo alemão — também após sua assinatura nesses Acôrdos. Os revanchistas da Alemanha Ocidental concordaram agora em assinar o Acôrdo de Bonn, humilhante para o povo alemão. Entretanto, é fora de dúvida que, depois de criar na Alemanha Ocidental, em conformidade com os Acôrdos de Paris, um exército comandado por generais hitleristas, não respeitarão sua assinatura. Aparecerão seus verdadeiros objetivos, seus anseios revanchistas de agressão, e os Estados vizinhos serão os primeiros a sentir as consequências disso.

Uma declaração comum do Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França com o fim de apoiar e acelerar por todos os meios a criação da "Comunidade Européia de Defesa" e, por conseguinte, do "exército europeu" foi publicada simultaneamente com os Acôrdos de Bonn e de Paris.

Tudo isso revela os planos de longo alcance dos círculos governamentais dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França para a realização dos quais foram assinados os Acôrdos de Bonn e de Paris. Se bem que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha não incluam suas tropas na composição do "exército europeu", querem ser os verdadeiros senhores no caso. Os cálculos que se baseiam na criação do "exército europeu", com a incorporação a êle dos militaristas da Alemanha Ocidental, só podem ser explicados, pelos planos de preparação de uma nova guerra na Europa. Torna-se evidente que os círculos dirigentes dos Estados Unidos querem que essa nova guerra seja feita pelos "europeus".

Depois da criação do "exército europeu", das cinco grandes potências somente a França se verá privada de possuir seu exército nacional, uma

vez que suas forças armadas farão parte do "exército europeu". Não se pode tampouco duvidar de que as forças armadas da Alemanha Ocidental terão uma posição dominante nesse "exército europeu". Ao mesmo tempo, a França viola grosseiramente os próprios princípios do Tratado Franco-Soviético de 1944, que tem por finalidade impedir uma nova agressão do militarismo alemão. Há ministros franceses que aceitam tudo isso, embora seja impossível conciliar tal posição com a dignidade nacional e os interesses da França.

Os Acôrdos de Paris, como é sabido, ainda não foram ratificados pelos Parlamentos da França, da Bélgica e da Itália e por isso mesmo ainda não entraram em vigor. Ultimamente, porém, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha exercem uma pressão cada vez mais forte, particularmente sobre a França, no sentido de obter que êsses Acôrdos sejam ratificados e comecem a ser aplicados.

Não foram somente Dulles e Elen, mas também Bidault, Ministro das Relações Exteriores da França, que invocaram na Conferência de Berlim toda espécie de argumentos para defender os Acôrdos de Paris e a criação da C.E.D. Terminaram por afirmar que os acôrdos concluídos com a Alemanha Ocidental não seriam formalmente obrigatórios para a futura Alemanha unificada. Se os militaristas e revanchistas alemães conseguirem utilizar praticamente a possibilidade — que lhes é fornecida pelos Acôrdos de Paris — de restaurar o militarismo na Alemanha Ocidental, não deixarão de, no devido tempo, recordar essas declarações dos Ministros francês, britânico e norte-americano.

Entretanto, desde agora está claro que os govêrnos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, bem como o govêrno Adenauer, excluem de fato a própria possibilidade de unir a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental em um único Estado alemão. Em conformidade com os Acôrdos de Paris, êles declaram, sem reboços, que não permitirão a unificação das duas partes da Alemanha e, por conseguinte, que não permitirão a criação de um Estado alemão único e independente sem que êsses Acôrdos sejam estendidos a toda a Alemanha unificada. Tudo isso projeta uma intensa luz sobre o escasso valor que atribuem a tôdas suas outras propostas relativas ao problema alemão.

Disso se pode deduzir que os Ministros dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França não estavam interessados, na Conferência de Berlim, em uma verdadeira solução do problema alemão nem, ao menos, na solução de qualquer questão prática para o povo alemão. Toda sua atenção estava absorvida por um só desejo — o de preparar o caminho para a criação de um "exército europeu", em conformidade com os Acôrdos de Paris, que abrem a porta para o renascimento do militarismo na Alemanha Ocidental.

A Conferência de Berlim nem mesmo aceitou a proposta do govêrno soviético no sentido de serem ouvidos os alemães e de se tomar conhecimento da opinião do próprio povo alemão sobre as urgentes tarefas que a reunificação da Alemanha suscita, e sobre a participação do povo alemão

na garantia da paz e da segurança na Europa. Tampouco a aceitou o governo da Alemanha Ocidental. Esse não tem a intenção — reparai bem! — de se reunir em torno à mesma mesa com o governo da Alemanha Oriental — o governo da República Democrática da Alemanha, que se opõe aos planos do militarismo alemão. Ora, nas condições atuais, é precisamente a República Democrática da Alemanha que expressa a verdadeira vontade de todos os alemães amantes da paz, a verdadeira aspiração do povo alemão à paz e a relações amistosas com os outros povos. A recusa a ouvir os representantes alemães mostra quão longe de um sério exame do problema se mantiveram os representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França.

Os Ministros dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França não quiseram discutir o projeto soviético de tratado de paz com a Alemanha. Tampouco apresentaram seu próprio projeto de tratado de paz. Recusaram-se mesmo a examinar a questão de saber como acelerar a preparação do tratado de paz com a Alemanha, se bem que a Conferência dos Ministros das quatro potências já haja abordado, há alguns anos, o exame detalhado dessa questão.

Os Ministros das três potências ocidentais recusaram-se a examinar o problema da formação de um governo provisório para toda a Alemanha, composto de representantes dos Paramentos da Alemanha Oriental e da Alemanha Ocidental, se bem que isso representasse um passo real para o restabelecimento da unidade da Alemanha em bases democráticas e pacíficas. Recusaram-se também a aceitar a proposta soviética no sentido da criação de dois comitês para toda a Alemanha — um com o objetivo de melhorar as relações econômicas e administrativas entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental, e outro com a finalidade de facilitar as condições para o desenvolvimento da cultura nacional alemã. Evitaram toda e qualquer medida prática que concorresse para a aproximação da Alemanha Oriental e da Alemanha Ocidental, se bem que isso constitua o mais seguro caminho para o restabelecimento da unidade da Alemanha.

Os Ministros dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França não quiseram examinar as propostas da União Soviética relativas à redução das obrigações financeiras e econômicas que cabem à Alemanha Oriental e à Alemanha Ocidental como consequência da guerra. Certamente, eles sabem que tais medidas já foram aplicadas na Alemanha Oriental e que, por exemplo, os gastos de ocupação já foram ali reduzidos a 4,5% das receitas do orçamento de Estado da Alemanha Oriental. Ao mesmo tempo, entretanto, os impostos e gastos de ocupação crescem incessantemente na Alemanha Ocidental. No corrente ano as despesas de ocupação elevam-se a cerca de 35% de toda a receita do orçamento de Estado da Alemanha Ocidental.

A proposta dos Ministros dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França sobre o problema alemão limitou-se a um único ponto: a organização de pretensas "eleições livres" na Alemanha Oriental e na Alemanha Ocidental. Entretanto, essa proposta também nada tinha de comum com a so-

lução do problema alemão segundo os interesses da garantia da paz e da segurança na Europa, nem com a realização de eleições verdadeiramente livres. Além disso, tal proposta está plena de desconfiança do povo alemão e de suas forças democráticas.

Foi apresentada proposta no sentido de ser retirado das mãos do povo alemão mesmo esse assunto puramente interno da Alemanha, e de confiá-lo às autoridades de ocupação. Não foi aceita a proposta da União Soviética no sentido de que as quatro potências cooperassem com os alemães na criação de um governo provisório para toda a Alemanha, composto de representantes dos Paramentos e das organizações democráticas da Alemanha Oriental e da Alemanha Ocidental, e no sentido de que esse próprio governo realizasse eleições livres em toda a Alemanha.

Não foi tampouco aceita outra proposta nossa com o fim de que se procedesse, antes das eleições em toda a Alemanha, à evacuação de todas as tropas de ocupação, tanto do território da Alemanha Oriental como do território da Alemanha Ocidental, à exceção de contingentes estritamente limitados. Essa proposta soviética visava a excluir qualquer pressão sobre as eleições, por parte das autoridades de ocupação. Os partidários das pretensas "eleições livres" recusaram-se, porém, a aceitar essa proposta, que satisfaz, mais que qualquer outra, à exigência de uma verdadeira liberdade eleitoral.

Ainda agora Dulles pronuncia discursos sobre a Conferência de Berlim nos quais se apresenta como zeloso partidário da "liberdade" dos povos, como partidário das "eleições livres". Sabemos, no entanto, que nem todas as palavras sobre a "liberdade" significam uma defesa da verdadeira liberdade para o povo, para os trabalhadores. Certos "defensores" da liberdade cultuam uma "liberdade" em que os exploradores e militaristas tenham as mãos livres e vivam à tripa fôrra ao passo que o povo trabalhador permaneça sob a perpétua ameaça da guerra e de um novo extermínio. Quanto a nós, não somos evidentemente a favor de uma tal "liberdade". Somos por uma verdadeira liberdade, uma liberdade real, na qual os militaristas sejam privados da possibilidade de arrastar os povos a novas e sangrentas guerras.

Sabe-se que no período de 1932-1933, Hitler e sua camarilha também chegaram ao poder na base de pretensas "eleições livres". Hitler não se tornou Chanceler do Reich de um momento para outro. Logo de início o caminho lhe foi aberto pelos Adenauer da época — gente do tipo do famigerado Von Papen, que pertencia ao mesmo partido do atual Primeiro-Ministro de Bonn, Adenauer. É de todos sabido que, então, por trás de Hitler e de seus auxiliares do tipo de Von Papen estavam os magnatas monopolistas alemães, que aumentaram grandemente seus capitais com a expansão da indústria de guerra. Hoje, por trás da camarilha de Adenauer — que sonha com o aceleramento da remilitarização da Alemanha Ocidental — estão os mesmos magnatas monopolistas alemães, que contam com nova corrida armamentista para aumentar mais ainda seus lucros e super-lucros e que

ligam seus interesses, antes de tudo, aos planos de restauração do militarismo alemão.

Os governos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França são — em palavras — por eleições livres, mas, na prática, negam-se a entrar em negociações com as forças democráticas e pacíficas do povo alemão. Consideram que por meio das autoridades de ocupação, e apoiando-se nas tropas de ocupação, melhor assegurarão aquela “liberdade” que pretendiam conceder à Alemanha. Tal desconfiança acêrca das forças democráticas e pacíficas da Alemanha não somente não pode facilitar o futuro desenvolvimento da Alemanha em bases democráticas e pacíficas, como é, além disso, um apoio direto aos militaristas e revanchistas alemães que já se beneficiam desse apoio na Alemanha Ocidental para atingir seus objetivos.

A atual política dos governantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França com relação à Alemanha está inteiramente subordinada aos planos de criação da “Comunidade Européia de Defesa” — isso é: do “exército europeu” — o que leva à restauração do militarismo na Alemanha Ocidental. Essa orientação não pode servir à causa da consolidação da paz na Europa. Essa orientação corta, ao mesmo tempo, o caminho do restabelecimento da unidade alemã, de vez que a Alemanha Ocidental deixa de ser um Estado pacífico, tornando-se impossível restabelecer a Alemanha em bases democráticas e pacíficas.

A União Soviética é a favor de uma outra política; é por outra orientação, no que diz respeito ao problema alemão.

Essa atitude ficou manifesta em suas propostas no sentido de ser apressada a assinatura do Tratado de Paz, assim como em suas propostas relativas à unificação da Alemanha, à formação de um Governo provisório de toda a Alemanha, e à realização de eleições livres em todo o país. Essas propostas têm por finalidade acelerar ao máximo a unificação nacional da Alemanha e, ao mesmo tempo, garantir o futuro desenvolvimento da Alemanha em bases democráticas e pacíficas. É de todo evidente que as propostas da U.R.S.S. excluem a possibilidade de uma situação em que a Alemanha poderia novamente converter-se em perigoso foco de agressão na Europa. Essas propostas partem do critério de que é inadmissível a restauração do militarismo alemão.

Dêsse modo, a solução do problema da Alemanha tem agora diante de si um problema fundamental: *restaurar, ou não, o militarismo alemão.*

Cumprir dizer que o caminho para a formação do “exército europeu”, da mesma forma que a restauração do militarismo na Alemanha Ocidental, encontra uma resistência ativa, fora dos círculos governamentais, em países como a França a Grã-Bretanha e mesmo a Alemanha Ocidental.

Assim, aumenta na França a resistência a essa orientação, não apenas entre os operários e as outras camadas de trabalhadores mas, também, nos círculos burgueses. No Parlamento da França intensifica-se de modo incessante essa resistência. O descontentamento por essa orientação está amplamente difundido entre o povo britânico. Não foi por acaso que quase

metade dos parlamentares trabalhistas se pronunciaram contra essa orientação quando os líderes da direita do Partido Trabalhista preconizaram sua aplicação. Aliás, também, na Alemanha Ocidental, os social-democratas, tomando em consideração o estado de espírito das massas, continuam a se pronunciar contra a política de Adenauer, que visa a acelerar — mesmo às custas da renúncia à unificação da Alemanha — o ressurgimento do militarismo alemão.

Aliás, isso é compreensível. Uma política que leva ao renascimento do militarismo alemão suscita legítima inquietação em todos os países da Europa.

Essa orientação levanta duas perguntas imperiosas: *aonde vamos? — rumo à consolidação da paz ou para uma nova guerra?*

Aonde leva a atual orientação dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França no tocante ao problema alemão?

Leva à criação de um agrupamento militar de alguns Estados europeus contra outros Estados europeus. Seguir esse caminho significa renunciar à consolidação da paz e da segurança na Europa. Seguir esse caminho significa enveredar pelo caminho da preparação de uma nova guerra na Europa, o que leva a uma terceira guerra mundial.

É verdade que a França, a Itália, a Bélgica e os países europeus a elas vinculadas são obrigados, por ansiarem segurança, a seguir tal caminho? É-lhes necessário, de fato, criar a “Comunidade Européia de Defesa” e, ao mesmo tempo, remilitarizar a Alemanha Ocidental para garantir a segurança desses países e a paz na Europa?

Nos últimos tempos, principalmente na França, reiteradamente tem sido indagado se haveria uma solução alternativa para a “Comunidade Européia de Defesa” — isto é: se essa famigerada “Comunidade” poderia ser substituída, e se seria possível a garantia da paz e da segurança na Europa sem o recurso à criação do “exército europeu”, baseado no ressurgimento do militarismo na Alemanha Ocidental. Embora essas perguntas hajam sido feitas mais de uma vez, quase sempre o foram com o fim de justificar indiretamente os planos previstos pelos Acórdos de Bonn e de Paris.

Na Conferência de Berlim, a União Soviética contrapôs aos planos de criação de agrupamentos militares de Estados europeus um plano concreto, segundo o qual a garantia da paz e da segurança de todas as nações da Europa repousaria em terreno firme. Esse plano encontrou sua expressão no projeto soviético do “Tratado Geral Europeu de Segurança Coletiva na Europa”.

O “Tratado Geral Europeu” prevê garantias apropriadas contra a agressão e a violação da paz na Europa. Podem ser signatários do Tratado todos os Estados europeus, qualquer que seja sua estrutura social. Até o restabelecimento da unidade da Alemanha, poderiam participar desse Tratado tanto a República Democrática da Alemanha como a República Federal da Alemanha, e, depois de restabelecida a unidade do Estado alemão, a Alemanha unificada. Em caso de agressão armada a qualquer dos signatários,

o Tratado prevê a assistência dos demais por todos os meios a seu alcance, inclusive o emprego da força armada, a fim de restabelecer e de manter a paz internacional e a segurança na Europa.

Ao mesmo tempo, as propostas soviéticas prevêem já agora uma considerável melhoria da situação da Alemanha, incluindo a evacuação, do território de toda a Alemanha, das forças de ocupação das quatro potências, salvo contingentes rigorosamente limitados.

As propostas soviéticas visam a criar, em vez de agrupamentos militares antagonicos constituídos por Estados europeus, um sistema eficaz de segurança coletiva na Europa.

Desde 1947 existe um tratado regional inter-americano de assistência mútua cujos signatários são os Estados Unidos da América e todas as Repúblicas da América-Latina. Desde que assegurado seu caráter estritamente defensivo, esses acordos regionais podem ter um significado positivo, embora não se possa — bem entendido — reconhecer como legítimas as tentativas dos círculos governamentais dos Estados Unidos de utilizar dito tratado para seus interesses estreitos, sob o pretexto de lutar contra o comunismo. Replicando às objeções levantadas contra o “Tratado Geral Europeu de Segurança Coletiva na Europa”, a delegação soviética indicou até que ponto são inconsistentes as objeções quando se dirigem contra o tratado regional para a Europa. Esse tratado — de autêntico caráter defensivo — é também plenamente compatível com os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas.

Foi dito mais de uma vez na Conferência de Berlim que o mundo está atualmente dividido; que agora existem países de regimes sociais diferentes. Evidentemente é impossível deixar de levar em conta esse fato. É impossível ignorar que não só a União Soviética como também uma série de outros Estados tomaram o caminho do socialismo e da democracia popular, e que nele progridem com êxito.

Consideramos esse fato como uma grande conquista do século XX. Não temos a intenção de negar que o campo da paz, da democracia e do socialismo reúne atualmente Estados com uma população de 800 milhões de habitantes. O aumento das forças desse campo democrático é evidente e, em muitos aspectos, realmente instrutivo.

No entanto, sustentamos, de modo consequente, o princípio leninista da coexistência de Estados sob regimes sociais diferentes.

Consideramos que, a despeito das diferenças de regimes sociais, nos países da Europa, por exemplo, todos os povos europeus estão interessados na manutenção e consolidação da paz. Tudo fazemos para que, na questão da defesa da paz, nem a Europa nem o mundo sejam separados em dois campos. Conhecemos todos os Estados europeus a renunciarem à criação de agrupamentos militares antagonicos, pois a criação de tais agrupamentos só pode levar à guerra. Em lugar disso, propomos a criação de um campo unido de todos os Estados europeus que aspiram à garantia de sua segurança e à consolidação da paz na Europa. Nesse sistema de segurança coletiva,

nenhum Estado, mesmo forte, deve ocupar situação dominante. A soberania do conjunto e de cada um dos participantes desse sistema de segurança coletiva deve ser assegurada e protegida contra qualquer atentado externo. É sobre esses princípios que repousa o projeto de “Tratado Geral Europeu de Segurança Coletiva na Europa”.

Esse projeto não foi apoiado pelos Ministros das Relações Exteriores da França, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Nenhum Ministro pôde refutar, porém, a idéia da segurança coletiva dos povos da Europa. Essa idéia é acessível aos povos. Goza da simpatia de todos os homens amantes da paz.

A idéia do Tratado Geral Europeu de Segurança Coletiva na Europa penetrará no coração de milhões de pessoas e isso servirá muito certamente à causa da paz e da segurança na Europa, e, ao mesmo tempo, no mundo inteiro. Além disso, a União Soviética preconiza que não se deve permitir, antes da conclusão do Tratado de Paz a criação de forças armadas alemãs, o que significaria a neutralização da Alemanha durante esse período.

Tal ou qual Ministro pode continuar arquitetando toda espécie de planos de “Comunidade Européia de Defesa” e de remilitarização da Alemanha Ocidental. Isso só terá como consequência a criação de um grupo militar suplementar, pouco seguro e privado do apoio dos povos. Completamente diferente é a idéia da segurança coletiva dos povos da Europa, idéia expressa no Tratado Geral Europeu, mas que pode ter outra forma. Essa idéia encontra crescente simpatia dos povos da Europa, porque expressa as mais profundas aspirações à consolidação da paz e ao estabelecimento da segurança universal.

O Governo Soviético jamais escondeu sua atitude contrária ao Pacto do Atlântico Norte, que expressa a vontade do bloco anglo-americano de estabelecer sua dominação mundial. As tentativas de criação da “Comunidade Européia de Defesa” — inclusive a ajuda direta ao renascimento do militarismo alemão — aumentam em muitos pontos as divergências existentes. O Governo Soviético é contrário à multiplicação dessas divergências. No interesse da consolidação da paz, aspiramos à solução das questões em litígio. Nesse caso, é particularmente evidente que a União Soviética expressa o sentir e os pensamentos de todos os povos pacíficos da Europa, e do resto do mundo.

O exame da questão alemã na Conferência de Berlim mostrou que nesse domínio as divergências entre a União Soviética e os três Estados ocidentais se referem, antes de tudo, à questão do militarismo alemão, cuja restauração está sendo projetada. A União Soviética — que suportou o peso principal na luta contra a agressão hitlerista — não pode subestimar o perigo de nova agressão que representaria o renascimento do militarismo alemão, se o mesmo fosse tolerado.

A crescente ameaça da remilitarização da Alemanha Ocidental não podia deixar de repercutir na questão austriaca.

Revelou-se na Conferência de Berlim que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França estavam dispostos a retirar as objeções que haviam formulado nos últimos cinco anos contra certos artigos do projeto de Tratado Austríaco. Isso basta para acentuar até que ponto essas objeções eram pouco fundadas.

A parte soviética declarou na Conferência de Berlim que estava disposta, por seu lado, a assinar sem tardança o Tratado Austríaco se fossem adotadas as duas propostas que se tornaram necessárias com a assinatura do Acórdo de Paris sobre a criação da "Comunidade Europeia de Defesa".

Eis as duas propostas:

Em primeiro lugar, propusemos que a Áustria se comprometa a não participar de qualquer agrupamento militar dirigido contra os outros Estados que tomaram parte na guerra contra o hitlerismo e na libertação da Áustria, e a não permitir que seu território sirva ao estabelecimento de bases militares estrangeiras.

Em segundo lugar, insistimos pela inclusão, no Tratado Austríaco, de uma ressalva que estabeleça a possibilidade de, levando-se em conta o atraso na conclusão do Tratado de Paz com a Alemanha, manter no território da Áustria as unidades militares estrangeiras dos quatro Estados que lá se encontram, e que a questão relativa ao prazo de evacuação das unidades militares das quatro potências do território austríaco seja novamente examinada, o mais tardar em 1955. Sem os planos de criação do "exército europeu", essa ressalva não seria necessária. Ela se tornou necessária, porque os Estados Unidos e a Grã-Bretanha recorrem hoje a todos os meios de pressão para que a França e outros Estados aceitem o restabelecimento do militarismo na Alemanha Ocidental, o que evidentemente aumenta o perigo de um novo *Anschluss* da Áustria.

Os governos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França não aceitaram a proposta da União Soviética no sentido da inclusão, no Tratado Austríaco, desses dois adendos. Impediram assim ao Governo austríaco considerar essas propostas com a devida compreensão. Em consequência disso não foi assinado o Tratado Austríaco.

Os fatos que acabam de ser expostos mostram que a responsabilidade pela não assinatura do Tratado Austríaco cabe aos Governos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, que, recusando-se a renunciar a seus planos de restabelecimento do militarismo alemão, aumentam o perigo de um novo *Anschluss* da Áustria.

São desprovidas de qualquer fundamento as tentativas que atualmente fazem as personalidades oficiais dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, assim como da Áustria, para lançar sobre a União Soviética a responsabilidade pela não assinatura do Tratado Austríaco. Nas atuais condições, o Governo Soviético não pode deixar de levar em conta o perigo do renascimento do militarismo alemão e da nova ameaça de *Anschluss* da Áustria, perigo e ameaça que o Tratado Austríaco procura sobretudo evitar. A União Soviética declara-se disposta a assinar um Tratado com a

Áustria logo que aceitas as propostas acima citadas, o que atende aos interesses do povo austríaco, assim como aos interesses da paz e da segurança de todos os povos da Europa.

### III

Além dos problemas alemão e austríaco, a Conferência de Berlim examinou as medidas para o alívio da tensão nas relações internacionais, questão que figurava no 1.º ponto da ordem-do-dia. O exame desse problema teve, sem dúvida, sua importância.

Durante a Conferência de Berlim realizaram-se, no total, vinte e sete sessões. Seis delas, tiveram caráter confidencial, com reduzido número de participantes. Nessas sessões debateram-se principalmente questões relativas ao 1.º ponto da ordem-do-dia.

Em consequência desses debates os Ministros aprovaram duas resoluções.

Como é sabido, chegou-se a acórdo em que os governos da U.R.S.S., dos Estados Unidos, da França e da Grã-Bretanha contribuirão para uma solução eficaz do problema do desarmamento ou, pelo menos, para um redução considerável dos armamentos. Esse acórdo não satisfazia plenamente à delegação soviética. Não reflete ele nossa proposta de realizar este ano uma Conferência mundial para a redução geral dos armamentos. Entretanto, esse acórdo impõe determinadas obrigações aos governos dos quatro Estados. Está dirigido contra a corrida armamentista; pelo menos, comporta o compromisso de contribuir, para uma sensível redução dos armamentos, sobre o que a União Soviética tem reiteradamente insistido.

Chegou-se também a acórdo em convocar uma Conferência em Genebra para o dia 26 de abril de 1954. Será uma Conferência de representantes da U.R.S.S., dos Estados Unidos, da França, da Grã-Bretanha e da República Popular da China, para a solução pacífica do problema coreano — com a participação da República da Coreia, da República Democrática Popular da Coreia e dos demais países cujas forças armadas intervieram nas hostilidades na Coreia e que queiram assistir à Conferência — e para o restabelecimento da paz na Indochina — igualmente com a participação dos Estados interessados.

Assim, pois, a 26 de abril realizar-se-á em Genebra uma Conferência, com a participação das cinco grandes potências, sobre as duas questões mais agudas da situação na Ásia: o problema coreano, e a situação na Indochina. A República Popular da China ocupará o lugar que de direito lhe cabe ao lado das outras grandes potências.

A importância desse acórdo, realizado na Conferência de Berlim, não pode ainda ser inteiramente apreciado no momento. Tal acórdo, porém, pode permitir a solução de dois problemas importantes na Ásia, o que contribuiria para reduzir, ainda mais, a tensão internacional.

A Assembléia Geral da O.N.U., que agiu nesse assunto também sob pressão dos Estados Unidos da América, mostrou-se impotente para resol-

ver a questão coreana. Essa pressão dos Estados Unidos levou a Assembleia Geral a tomar decisões injustas, que levaram a malogro a convocação da Conferência Política relativa à questão coreana. No mesmo sentido também manobram os representantes dos Estados Unidos quando das conversações de Pan Mun Jon.

A Conferência de Berlim ajudou a desfazer esse nó. Presentemente, os representantes da União Soviética, da República Popular da China, dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha e da França — juntamente com os representantes das duas partes da Coreia — poderão examinar a definitiva solução da questão coreana. A tarefa consiste em contribuir para a unificação nacional da Coreia em bases democráticas e para que a Coreia possa passar do armistício a uma paz duradoura.

O representante da França na Conferência de Berlim manifestou interesse particular na questão indochinesa. Nessa região, a política colonialista da França, que se chocou com a luta heróica do povo vietnamita em defesa de seu direito à paz e à liberdade nacional, entrou em impasse. Ela impôs, ao mesmo tempo, insuportáveis encargos ao povo francês, exigindo-lhe sacrifícios sempre novos e, além disso, inúteis.

A Conferência de Genebra terá diante de si uma tarefa complexa: assegurar o restabelecimento da paz e dos direitos nacionais dos povos da Indochina. Esse assunto, muito depende da posição do representante da França e também da posição dos Estados Unidos da América, cuja intervenção na Indochina assume amplitude cada vez maior. O essencial dependerá do reconhecimento, por todos os participantes da Conferência, da necessidade de se resolver a questão do restabelecimento da paz na Indochina, não pelo prosseguimento de uma guerra sem esperança, mas por um acordo adequado aos princípios da liberdade e da independência nacional dos povos.

O balanço da Conferência de Berlim é atualmente objeto de ampla discussão. Em inúmeros países, personalidades oficiais e jornais de diversas tendências pronunciam-se sobre essa questão.

O Ministro das Relações Exteriores da França falou dias atrás sobre a significação da Conferência de Berlim e, em particular, da importância do acordo relativo à convocação de uma nova Conferência em Genebra, na qual será examinada a questão do restabelecimento da paz na Indochina. A marcha dos acontecimentos demonstra até que ponto é imperiosa a solução desse problema.

O Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, em seu discurso da semana passada na Câmara dos Comuns, emitiu algumas observações críticas sobre a Conferência de Berlim, mas, ao mesmo tempo, reconheceu que a mesma havia sido "bastante útil", acrescentando que "a Conferência, incontestavelmente, não havia aumentado a tensão internacional". Sua declaração deixa transparecer, porém, seu descontentamento por haverem falhado certos cálculos relacionados com as tentativas de pressionar a U.R.S.S.

Sabe-se também que nos Estados Unidos alguns senadores criticaram Dulles, principalmente por haver manifestado — segundo eles — excessiva

condescendência para com a China. Esses senadores se sentem irresistivelmente atraídos pelo passado e desejariam que o grande povo chinês continuasse na antiga situação de Estado semicolonial, explorado impudentemente pelo capital estrangeiro. Entretanto, jamais voltarão esses tempos. Esperemos que os citados senadores também se convençam disso.

Com base no que acaba de ser dito, determinadas conclusões poderão ser tiradas.

Não se deve, naturalmente, superestimar os resultados da Conferência de Berlim, tanto mais que um verdadeiro julgamento só poderá ser feito depois dos resultados da Conferência de Genebra, sobre a qual se chegou a acordo em Berlim.

No entanto, é impossível deixar de levar em conta o fato de se haver posto termo à longa interrupção de cinco anos nas reuniões das grandes potências. A Conferência de Berlim realizou-se. Contribuiu ela para esclarecer diversos problemas internacionais e abriu caminho a uma Conferência de representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da França, da União Soviética e da República Popular da China, com a participação de representantes de outros Estados.

As medidas adotadas pela União Soviética tendem a diminuir a tensão nas relações internacionais e, conseqüentemente, a fortalecer a paz. Os fatos provam que essas medidas não são infrutíferas.

Tudo indica que a política do Governo Soviético contribuiu para o fortalecimento das posições internacionais da União Soviética e de todo o campo democrático.

## ÍNDICE

### PANORAMA NACIONAL

	Pág.
O GOLPE DE AGOSTO .....	1 a 22
O GOVERNO CAFÉ FILHO .....	23 a 29
AS ELEIÇÕES DE OUTUBRO .....	31 a 48
O LEGADO POLÍTICO DE VARGAS E AS POSSIBILIDADES DE SUA POTENCIALIZAÇÃO IDEOLÓGICA .....	49 a 56
NOTICIÁRIO DO IBESP .....	57 a 58

### PANORAMA INTERNACIONAL

A CONFERÊNCIA DE BERLIM (Documentário) .....	59 a 239
--	----------

CNT

## SUMÁRIO DO PRIMEIRO NÚMERO

### PANORAMA INTERNACIONAL

Estados Unidos — Rússia — Europa — Nato — China —  
América Latina — Cepal

### PANORAMA NACIONAL

A Nova Política do Governo — Jânio Quadros —  
A Inflação — O Balanço de Pagamentos

### PESQUISA

O Padrão de Vida do Proletariado de São Paulo

### INFORME

A Crise Brasileira

### DOCUMENTÁRIO

O Processo da Paz

## SUMÁRIO DO SEGUNDO NÚMERO

### PANORAMA INTERNACIONAL

Estados Unidos — Rússia — África  
Extremo Oriente — América Latina

### PANORAMA NACIONAL

A Denúncia João Neves — Situação Política Brasileira — Três  
Etapas do Comunismo Brasileiro — Que é o ademarismo? —  
O Moralismo e a Alienação das classes médias — Condições para  
o Equilíbrio do Balanço de Pagamento do Brasil

### ENTREVISTA

Palestra com o Sr. Paz Estenssoro

### ESTUDO

O Problema do Negro na Sociologia Brasileira